

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail [bjbfea@usp.br](mailto:bjbfea@usp.br) para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA**

## ***A CONTABILIDADE E O MERCOSUL***

***aluna: Marina Mitiyo Yamamoto***

***Orientador: Prof. Dr. Eliseu Martins***

***Tese apresentada ao Departamento de  
Contabilidade e Atuária da Faculdade de  
Economia, Administração e Contabilidade  
da Universidade de São Paulo,  
para obtenção do título de Doutor  
em Contabilidade.***

***São Paulo  
Junho/1996***

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que me tem permitido.

Ao Professor Dr. Eliseu Martins, pela orientação e todo ensinamento a mim proporcionado, como aluna em várias oportunidades e como orientanda pela segunda vez, cumprindo seu papel de mestre de maneira brilhante e inesquecível.

Aos professores Dr. Sérgio de Iudícibus e Dr. Lázaro Plácido Lisboa, pelas valiosas sugestões.

Ao professor Dr. Masayuki Nakagawa, atual chefe do Departamento de Contabilidade, pelo constante apoio e estímulo nos momentos mais difíceis.

Aos professores Dra Nena Geruza Cei e José Luiz Marques, meus bons amigos.

A todos os professores do Departamento de Contabilidade, com quem tenho convivido nestes anos, pela amizade, carinho e estímulo.

Aos alunos e pesquisadores Ricardo Baldo e Aleksandro Broedel Lopes, pelo auxílio nas pesquisas.

A Maria Luiza Zanzotti Silva, pelo carinho, apoio e amizade.

A todas as pessoas que me ajudaram, direta ou indiretamente na execução do trabalho.

Ao FUNDO RYOICHI SASAKAWA, pelo apoio financeiro concedido através de Bolsa de Estudo-Programa de Doutorado.

À FIPECAFI - Fundação, Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, pelo apoio institucional e oportunidades de pesquisas concedidas.

Aos meus pais Masakichi Yamamoto e Kiyoko Yamamoto, pelos ensinamentos proporcionados ao longo da vida.

Aos meus irmãos, pelo amor e carinho que sempre me dispensaram.

Ao meu esposo Walter Costiuc, pela sua compreensão e constante apoio.

**“No plano material, assim como no plano espiritual, nós valemos pelo que temos.**

**Sabemos no entanto que, o que verdadeiramente temos, é aquilo que ninguém nos pode tirar, ou seja, o nosso conhecimento e a nossa capacidade de amar”**

**(Evangelho segundo o Espiritismo - Allan Kardec)**

Página 4

Este trabalho foi realizado por: Daniel, Juliana e Mariana

# Abstract

(1) This work is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English.

(2) The main objective of this work is to analyze the use of the word 'and' in Portuguese and English. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English.

(3) The results of this study show that the word 'and' is used in Portuguese and English in a similar way. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English.

(4) The study also shows that the word 'and' is used in Portuguese and English in a similar way. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English.

(5) In conclusion, the study shows that the word 'and' is used in Portuguese and English in a similar way. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English.

(6) The study also shows that the word 'and' is used in Portuguese and English in a similar way. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English. It is a study on the use of the word 'and' in Portuguese and English.

## **Dedicatória**

**Dedico este trabalho aos meus filhos: Suzana, Daniel, Juliana e Mariana.**

## **ABSTRACT**

MERCOSUR is an economic block consisted of Argentina, Brasil, Paraguay and Uruguay. After its formation, several questions arose towards shortening the differences in many sectors such as tax, customs, economic policies, aspects of professional behavior, etc..

In this scenario, the purpose of this work is to analyse the principal accounting procedures in these countries, showing their main differences and to elaborate a proposition of a model of Translation of Financial Statements into Foreign Currencies using a single currency standard. This will be of great help to minimize the divergences among economic and financial data presented by companies.

This approach aims at enabling the financial statements to be effectively used as an instrument for decision making by external users, mainly investors and bankers.

The work was based in bibliographic surveys on the criteria commonly adopted by the Mercosur countries. Some financial statements were used to illustrated the case. We commented in a compendium the main accounting procedures used by each of the Mercosur countries, complying with the present legislation and commonly used practices.

By analysing the divergences of the accounting criteria in use, we try to show how the use of the financial statements presented by the companies from each country can lead us to incorrect conclusions and thus wrong decisions, if they are analysed with no adjustments.

The development of this model was based in the set of criteria which is being used today and that was adapted to a new environment which exists in Mercosur.

We expect to improve the accounting understanding in Mercosur and also the adjustment process and harmonization of accounting standards.

## **APRESENTAÇÃO**

O Mercosul é um bloco econômico constituído por quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Com a sua formação, diversas questões têm surgido em relação a redução das diferenças existentes nos vários setores, tais como: políticas tarifárias, tributárias, econômicas, aspectos comportamentais, atuação de profissionais, etc..

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi o de analisar os principais procedimentos contábeis dos países integrantes do Mercosul, ressaltando as principais divergências existentes e elaborar proposição de um modelo de Conversão das Demonstrações Contábeis para padrão contábil único.

O enfoque deste trabalho é a utilização das demonstrações contábeis como instrumento de tomada de decisões por usuários externos, notadamente investidores e banqueiros.

O trabalho foi desenvolvido através de levantamentos bibliográficos acerca dos critérios adotados em cada um dos países do Mercosul. Utilizou-se, ainda, a título ilustrativo algumas demonstrações contábeis publicadas.

Através da análise sobre as divergências de critérios contábeis vigentes, mostramos como as demonstrações contábeis apresentadas pelas empresas de cada um dos países, se utilizadas sem quaisquer ajustes, podem induzir a interpretações incorretas e, conseqüentemente, a decisões equivocadas

Utilizando-se das regras de conversão existentes, desenvolveu-se um modelo a ser utilizado na Conversão das Demonstrações Contábeis dos países membros, para padrão contábil único, com a finalidade de proporcionar maior comparabilidade do desempenho das empresas atuantes no bloco.

Esperamos, dessa forma, ter contribuído para melhor entendimento da Contabilidade no âmbito do MERCOSUL e com o processo de ajuste e harmonização das normas contábeis.

# ÍNDICE

PÁGINA

| <b>TÍTULO</b>  | <b>PÁGINA</b> |
|--|---------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>01</b>     |
| 1.1. Considerações Gerais.....   | 01            |
| 1.2 Justificativa do Tema.....   | 02            |
| 1.3 Planejamento da Pesquisa.....  | 04            |
| <b>2. MERCOSUL - MERCADO COMUM DO SUL.....</b>   | <b>06</b>     |
| 2.1. Considerações sobre o Mercosul.....   | 06            |
| 2.2. Considerações sobre o Mercosul e os demais blocos do mundo.....                           | 09            |
| <b>3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES INTERNACIONAIS DE PESQUISAS E A DO MERCOSUL.....</b>    | <b>11</b>     |
| <b>4. ORGANIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NOS PAÍSES DO MERCOSUL.....</b>                             | <b>16</b>     |
| 4.1. Argentina.....  | 16            |
| 4.2. Brasil.....   | 23            |
| 4.3. Paraguai.....   | 27            |
| 4.4. Uruguai.....  | 33            |
| <b>5. ESTUDO SOBRE AS TÉCNICAS CONTÁBEIS NOS PAÍSES DO MERCOSUL - ANÁLISE COMPARATIVA.....</b> | <b>42</b>     |
| 5.1. Estoques.....   | 43            |
| 5.2. Imobilizado.....  | 55            |
| 5.3. Avaliação de Investimentos.....   | 69            |
| 5.4. Diferido.....   | 83            |
| 5.5. Arrendamento Mercantil.....   | 87            |
| 5.6. Reconhecimento da Inflação.....   | 91            |
| 5.7. Publicação ( “Disclosure”).....   | 104           |
| 5.8. Demonstrações Publicadas.....   | 108           |

| <b>TÍTULO</b>  | <b>PÁGINA</b> |
|--|---------------|
| <b>6. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DIVERGÊNCIAS E O PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL.....</b> | <b>122</b>    |
| 6.1. Diferenças de Critérios Contábeis.....  | 123           |
| 6.2. Diferenças entre as moedas.....   | 123           |
| <b>7. PROPOSTA PARA CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>                       | <b>141</b>    |
| 7.1. Introdução.....   | 141           |
| 7.2. Proposição.....   | 142           |
| 7.3. Fundamentações.....   | 142           |
| 7.4. Desenvolvimento do Modelo.....  | 144           |
| <b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO.....</b>  | <b>206</b>    |
| <b>9. BIBLIOGRAFIA.....</b>  | <b>209</b>    |
| <b>10. ANEXOS.....</b>   | <b>219</b>    |

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Considerações Gerais**

O presente trabalho tem como objetivo levantar e analisar os critérios contábeis adotados nos países do Mercosul e apresentar proposta de Conversão das Demonstrações Contábeis.

A contribuição deste trabalho, no processo de harmonização das práticas contábeis no Mercosul, é proporcionar subsídios para as reflexões sobre questões contábeis e apresentar algumas sugestões para os problemas existentes.

O processo de harmonização de normas e práticas contábeis está inserido em um contexto mais amplo do que o meramente técnico, abrangendo aspectos políticos, econômicos, culturais, etc.. Os profissionais responsáveis em promover a harmonização, devem direcionar as diversas questões no sentido de impor limites ao arbítrio das empresas, pois somente dessa forma será possível obter um conjunto de informações relevantes das companhias.

Existe o consenso entre os profissionais de contabilidade de que se harmonizadas as normas contábeis, os usuários das informações serão amplamente beneficiados.

Serão abordados alguns tópicos ressaltando a importância da harmonização dos critérios contábeis e de que forma este acontecimento poderia, ao nosso ver, auxiliar no processo de integração dos países.

O trabalho está dividido em três grandes assuntos.

O primeiro, além da justificativa do tema e do planejamento da pesquisa, dá uma visão geral sobre o Mercosul e as entidades internacionais de regulamentação contábil, compreende os capítulos de 1 a 5.

O segundo abrange a forma de organização da contabilidade e estudo comparativo de algumas práticas adotadas, inclusive análise comparativa. Compreende os capítulos 6 e 7.

O último consiste das reflexões sobre a necessidade da harmonização contábil e apresenta contribuição para melhoria do “disclosure” através de proposição de modelo de conversão das demonstrações contábeis.

Cientes estamos que este assunto, Contabilidade no Mercosul, encontra-se ainda em fase inicial e que muitas discussões serão necessárias para que as autoridades das classes contábeis representantes dos quatro países encontrem uma versão de consenso.

Cientes estamos também da escassez de pesquisas na área, sendo assim, nossa proposta foi oferecer uma contribuição para a possível evolução das regras que nortearão os procedimentos no MERCOSUL.

## 1.2. Justificativa do Tema

A contabilidade é uma ciência em constante evolução e seu desenvolvimento e alterações estão diretamente relacionados com as mudanças do ambiente em que atua e a forma de organização das entidades.

Está sendo vivenciado em nível mundial a experiência de globalização das economias. As diversas razões que levam a esta tendência podem ser relacionadas principalmente às vantagens competitivas e ao desenvolvimento dos países.

Vários estudos estão sendo realizados na tentativa de uniformização e harmonização dos critérios contábeis a nível mundial. Destaca-se o International Accounting Standards Committee (IASC) como órgão que tem conseguido amplo apoio no sentido de normatizar os critérios contábeis a nível mundial.

Observa-se ainda, a preocupação dos blocos já existentes e dos que ainda estão em fase de formação, em encontrar soluções para as diferenças existentes entre os critérios contábeis utilizados. Por exemplo, a Comunidade Européia, após uma década de amplas discussões, aprovou um conjunto de normas que nortearão os procedimentos contábeis das empresas dos países integrantes, as Directivas.

No Mercosul foi criado o Grupo de Integração de Contabilidade do Mercosul para estudar os assuntos contábeis. Sua atuação tem sido consistente com reuniões periódicas, mas no entanto, poucos foram os artigos divulgados publicamente a respeito das normas e procedimentos contábeis.

Face ao exposto, apresentamos a seguir, algumas perguntas que no seu conjunto caracterizam a situação-problema, cuja solução consubstancia-se no objeto do presente estudo:

- \* Como está estruturada a contabilidade nos países do MERCOSUL?
- \* Quais as principais diferenças entre os critérios contábeis existentes?
- \* Como podem ser solucionados os problemas referentes às diferenças de critérios no curto e longo prazos?
- \* Como podem ser solucionados os problemas contábeis relativos as diferenças entre as moedas?

Face ao exposto acima, evidencia-se a necessidade de pesquisas que dêem respostas às questões apresentadas, considerando, principalmente que:

- \* é praticamente nula a existência de obras sobre o assunto como um todo no Mercosul;
- \* é praticamente nula a existência de publicações que analise de forma restrita, por exemplo, Brasil e Argentina, Argentina e Uruguai, as normas e procedimentos contábeis;
- \* é praticamente nula a existência de títulos que analisem comparativamente, as normas e procedimentos contábeis de qualquer país do Mercosul com as Normas Internacionais de Contabilidade.
- \* o Brasil, na questão contábil, tem um papel muito importante no bloco, pois entre outros fatores, possui comparativamente maior número de empresas e mercado de capitais mais atuante.

### **1.3. Planejamento da Pesquisa**

#### **a. Metodologia**

A metodologia adotada de acordo com a tendência específica de nossa pesquisa a fim de atingir o nosso objetivo foi o método observacional conjugado em algumas partes com o método comparativo.<sup>1</sup>

A metodologia adotada na coleta de dados apoiou-se basicamente nos procedimentos da pesquisa bibliográfica.

Em função do objetivo do estudo e da metodologia adotada, as fontes das informações, consubstanciam-se em obras de autores, em teóricos do assunto e observações dos próprios usuários externos em relação ao assunto.

#### **b. Delimitação do Universo**

O universo submetido a este estudo compõe-se:

- a) da análise dos procedimentos e práticas contábeis adotadas por imposição legal e através de normas emanadas dos organismos profissionais nos países integrantes do MERCOSUL;
  - não são consideradas as práticas diferenciadas adotadas para efeito de controle interno;
  - não foram abordadas as normas contábeis referentes a empresas de setores específicos, tais como, financeiro, agrícola, construção civil, etc..
- b) da criação de padrão contábil único para o MERCOSUL para fins de mensuração;
  - não foram analisadas de maneira ampla e profunda as questões da paridade de moedas, políticas cambiais, etc..

---

<sup>1</sup> Segundo conceitua Odília Fachin em Fundamentos de Metodologia, editora Atlas, São Paulo, 1993. Método Observacional, é considerado o primeiro passo de um estudo, consiste na busca deliberada, levada a efeito com cautela e predeterminação, em contraste com as percepções do senso comum. Método Comparativo, consiste em investigar fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças.

- c) da proposição de um modelo de Conversão das Demonstrações Financeiras a ser utilizado pelas empresas.

#### 1.4. Revisão da Literatura

O MERCOSUL é um bloco de formação bastante recente e a literatura existente é bastante escassa.

Especificamente sobre a Contabilidade, existe uma Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP e artigo apresentado pelo Grupo de Integração de Contabilidade no Mercosul, referente ao Relatório de Atividades no período de 06/09/93 a 06/05/94.

Individualmente, isto é, em cada um dos países, encontramos as normas, leis e práticas contábeis adotados, discutidos na literatura em diferentes estágios.

## 2. O MERCOSUL - MERCADO COMUM DO SUL

### 2.1. Considerações sobre o MERCOSUL

O Mercosul é um bloco econômico formado por quatro países: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com a finalidade de promover a aceleração do desenvolvimento econômico e social deles.

A seguir, apresentamos algumas informações sobre o Mercosul, consideradas relevantes para caracterização do bloco:

#### a. Informações Genéricas<sup>2</sup>

**Nome oficial:** Mercado Comum do Sul (Mercosul) ou Mercado Común del Sur (Mercosur).

**Área:** 11.874.164 Km<sup>2</sup>.

**População:** 193.800.000 habitantes (1993).

**Crescimento demográfico anual:** 1,8% ao ano.

**Sede:** Montevideo. Obs.: O Mercosul ainda não possui uma sede oficial permanente, mas sua Secretaria Administrativa funciona nessa cidade.

**Produto Interno Bruto:** US\$ 731,8 bilhões (estimativa 1.994).

**PIB per capita:** US\$ 3.710 (estimativa 1.994)

**Riqueza per capita:** US\$ 59.000 (recursos naturais, capital produtivo e recursos humanos *per capita* segundo Banco Mundial, 95).

<sup>2</sup> Country Reports. LAFIS-Informação e Pesquisa de Investimentos em Ações na América Latina. dezembro/95, março/96. São Paulo.

**Dívida externa:** US\$ 197,5 bilhões (1.994).

O Mercosul representa dois quintos da população e do crescimento demográfico da América Latina, aproximadamente a metade de sua atividade econômica e, considerados seus recursos naturais, quase dois terços do potencial da região. Sua economia é mais fechada que a média dos demais países latino-americanos e seu intercâmbio comercial com os EUA é proporcionalmente muito menor que o do resto do continente. Seu comércio exterior é sensivelmente voltado para a Europa Ocidental.

### **b. Forma de Organização**

Diferentemente do livre-cambista, Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que é apenas uma zona de livre comércio em que o intercâmbio de produtos é isento de alíquotas de importação, o projeto do Mercosul, como o da União Européia, é um verdadeiro projeto de união aduaneira e integração econômica, que impõe a seus membros a aceitação de uma Tarifa Externa Comum e de regras comuns para investimentos, serviços, propriedade intelectual, meio ambiente e relações trabalhistas.

Desde 1/1/95, tem personalidade jurídica de direito internacional e de direito interno, a cargo do Conselho do Mercado Comum.

Foi idealizado não só como um projeto econômico-comercial, mas também, como um projeto de união política da América do Sul, meta considerada extremamente ambiciosa para o prazo proposto de menos de quatro anos, visto que o Mercado Comum Europeu precisou de quarenta anos para atingir um grau de integração similar, e o Pacto Andino, 25 anos depois de criado, ainda não atingiu seus objetivos.

### **c. Histórico**

No início da década de 90, a tendência à liberalização do comércio internacional, a consolidação da União Européia e a aproximação entre as políticas macroeconômicas do Brasil

e da Argentina levaram à aceleração do processo de integração e à proposta de formação de um mercado comum. Uruguai e Paraguai, economicamente muito vinculados a seus dois grandes vizinhos, se viram compelidos a aderir.

Em 26 de março de 1991, foi assinado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai o “**Tratado de Asunción**”, estabelecendo a data de 31.12.94 para o início do Mercado Comum do Sul, prevendo-se livre circulação de bens, serviços e fatores de produção através da eliminação de direitos alfandegários e restrições não-tarifárias. Previu-se também a criação de uma tarifa externa comum e a adoção de uma mesma política relação a terceiros estados ou agrupamentos de estados, a coordenação de posições em “fóruns” internacionais e a de políticas macroeconômicas e setoriais. Nos meses seguintes, formalizou-se o Protocolo de Brasília que previa meios de solucionar eventuais controvérsias quando as disposições do “**Tratado de Asunción**” não fossem respeitadas e as regras para habilitação de entidades na emissão de certificados de origem.

Em junho de 1991, os países do futuro Mercosul e os EUA firmaram o Acordo 4+1, criando um conselho de comércio e investimentos para discutir a cooperação na Rodada Uruguai do GATT<sup>3</sup> (*General Agreement on Tariffs on Trade*), questões de propriedade intelectual, políticas de investimentos, subsídios à exportação de produtos agrícolas e exigências sanitárias. Em 29.11 daquele ano, começou, entre os países membros, a redução das tarifas que caíram em média 47%.

Em 1.992, foi feito um acordo de cooperação inter-institucional entre a Comunidade Européia e o Mercosul, permitindo a troca de informações, programas para a formação de mão-de-obra em diversas áreas, assistência técnica e apoio institucional. Em junho, uma cúpula dos presidentes do Mercosul aprovou um calendário de coordenação de políticas macroeconômicas.

Em 1.993, chegou-se a um acordo para aplicação de controles integrados de fronteiras entre os países do Mercosul e a um outro, sanitário e fitossanitário para harmonização das regras dos quatro países.

---

<sup>3</sup> GATT- Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

No início de 1.994, as tarifas de importação entre os sócios já eram 82% inferiores às que prevaleciam antes do Tratado de Asunción e, em janeiro de 94, na cidade uruguaia de Colônia, o Mercosul decidiu adotar as normas da Convenção de Basileia<sup>4</sup>, promovendo a convergência das regras de supervisão bancária - adequação do capital dos bancos aos padrões internacionais.

A partir de 1º de janeiro de 1.995, a maior parte das barreiras alfandegárias deixaram de existir entre os países-membros e foi criada uma tarifa externa comum (TEC) para os produtos importados de terceiros países, com um teto de 20%. As exceções à TEC poderão ter tarifas de até 35% até o ano 2.001.

## 2.2. Considerações sobre Mercosul e os demais blocos no mundo

A integração regional surgiu como uma alternativa para a gestão da interdependência e de conflitos diante das dificuldades nas negociações multilaterais decorrentes do desgaste do GATT. A negociação e a harmonização de práticas comerciais, num conjunto reduzido de países vizinhos, são sempre mais fáceis e viáveis do que pelo conjunto de nações que participam do GATT.

Com o sucesso das alianças entre os países, parcela significativa do comércio mundial já está sendo feita intra e interblocos regionais.<sup>5</sup>

Essas alianças, da União Européia-UE incorporada pelo EEE - Espaço Econômico Europeu, abrangendo, além da UE<sup>6</sup> com o EFTA<sup>7</sup> (European Free Trade Association) diversos acordos preferenciais com países do Leste Europeu, a formação do NAFTA e o

<sup>4</sup> Convenção entre os bancos centrais dos países do mundo sobre o sistema financeiro.

<sup>5</sup> Fonte GATT. 1993. citado em "O Brasil frente a um mundo dividido em blocos". Vera Thorstensen e outros.

<sup>6</sup> U.E.- compreende: Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha, Bélgica, Países Baixos, Dinamarca, Luxemburgo, Portugal, Irlanda e Grécia.

<sup>7</sup> EFTA - compreende: Noruega, Suécia, Finlândia, Áustria, Suíça e Islândia.

desenvolvimento do bloco informal asiático, incluindo o Japão, os Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Hongcong e Cingapura), a ASEAN<sup>8</sup> e a China. O volume intra e interblocos, compreendendo o bloco europeu, o bloco da América do Norte e o bloco asiático, já abrange 85% do comércio mundial.

Em 1.992<sup>9</sup>, o bloco europeu foi responsável por 45% das exportações mundiais, se as exportações intra-UE, incluindo os doze Estados membros, forem consideradas e por 21%, se levarmos em conta apenas as exportações extra-UE. Foi, também, responsável por 45% das importações, se o comércio intra-UE for incluído e, por 23%, se o comércio extra-UE for excluído. O valor do comércio intrabloco já é de 72%.

O Bloco América do Norte contabilizou 17% das exportações e 19% das importações mundiais. O valor do comércio do NAFTA intrabloco é de 33%.

O Bloco Asiático respondeu por 23% das exportações e por 18% das importações mundiais, sendo do comércio intrabloco 41%.

O Mercosul foi responsável por 1,4% das exportações e 1,1% das importações mundiais e a América do Sul, por 2,8% das exportações e 2,9% das importações mundiais<sup>1</sup>.

---

<sup>8</sup> ASEAN - composto de: Tailândia, Filipinas, Indonésia e Malásia.

<sup>9</sup> Fonte GATT. op. citada.

### 3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCOSUL E AS ENTIDADES INTERNACIONAIS DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E REGULAMENTAÇÃO DA CONTABILIDADE NO MUNDO

Com o crescimento da internacionalização dos mercados, tornou-se maior a apreciação e importância dos relatórios financeiros internacionais divulgados.

Muitas questões devem ainda serem solucionadas, entre outras, podemos citar, com tratar as diferenças contábeis, destacando, como serão efetuadas as conversões? Como converter relatórios de países sem inflação para os com inflação? Como tratar diferenças de critérios de contabilização?

O papel das multinacionais na diversificação internacional, em perseguição da globalização, enfatiza a necessidade de desenvolvimento mais efetivo de relatórios internacionais. Sendo necessário promover maior "disclosure", incluindo informações relativas: ao ambiente, ao provável panorama futuro, às pesquisas e desenvolvimento, bem como informações sob o ponto de vista de desvantagens competitivas. Tal é a importância deste assunto que existem organismos internacionais efetuando pesquisas e estudos sobre a contabilidade mundial.

As entidades que se destacam no desenvolvimento e harmonização da área contábil a nível internacional são:

- " IASC - *International Accounting Standards Committee* ";

- " IFAC - *International Federation of Accountants* ".<sup>10</sup>

As duas organizações contam com o apoio de 106 entidades representativas da profissão contábil de 78 países.

---

<sup>10</sup> Entidade que trata sobre normas e procedimentos de auditoria.

**"IASC (*International Accounting Standards Committee*)"**

O "IASC" é um comitê fundado em 1972 que tem, como objetivo principal a aprovação de Normas Internacionais de Contabilidade - NIC, para sua aplicação a nível mundial, já desenvolveu e publicou mais de 30 Normas Internacionais de Contabilidade.

Através de formulação e divulgação de normas avançadas e uniformes para elaborar e apresentar as demonstrações financeiras, bem como trabalhar no sentido da aceitação e observância dessas norma a nível a nível internacional, o IASC cumpre seu objetivo de promover o envolvimento e apoio das comunidades de negócios, executivos, analistas financeiros, bolsas de valores, órgãos normatizadores do mercado de títulos e valores mobiliários, advogados, banqueiros e sindicatos trabalhistas do mundo.

Sem dúvida, atualmente, o "IASC" é o mais importante órgão de regulamentação da Contabilidade a nível mundial, contando ainda, com o apoio da IOSCO - *International Organization of Securities Comissions* que tem pressionado as bolsas de valores e as comissões de valores mobiliários dos vários países mundo a adotarem as Normas Internacionais de Contabilidade-NIC's.

**"IFAC (*International Federation of Accountants*)"**

Foi criado em 1977, com o objetivo de desenvolver e aprimorar a profissão contábil a nível internacional, mediante a harmonização das normas e procedimentos para as áreas de auditoria, ética e educação, atuando hoje muito próximo ao "IASC".

Os membros do IFAC concordam e se comprometem a prestarem apoio ao IASC.

**" ISAR (*Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*)"**

É o grupo de trabalho da ONU - Organização das Nações Unidas, formado por especialistas na área contábil em 1982, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de normas e critérios contábeis acerca das organizações transnacionais.

Atualmente é composto de representantes governamentais de 34 países, incluindo, entre outros, o Brasil, países africanos, asiáticos, latino-americanos, países da Europa oriental e ocidental.

Seu objetivo foi ampliado, contemplando ainda:

- contribuir para a definição de normas contábeis a nível internacional e regional;
- estabelecer critérios sobre os métodos mais adequados para apresentação das informações financeiras e não financeiras.

Foram criadas, também, organizações regionais, atualmente reconhecidas pelo IFAC, a saber:

- \* Comunidade Econômica Européia - CEE;
- \* Asociación Interamericana de Contabilidad - AIC;
- \* Confederation of Asian and Pacific Accountants - CAPA;
- \* Fédération des Experts Comptables Européens- FEE;
- \* Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica - OECD;
- \* Nordic Federation of Accountants - NFA;
- \* Asean Federation of Accountants - AFA.

A Comunidade Econômica Européia - CEE foi criada em 1.957 e atualmente congrega 12 países membros. Já emitiu um conjunto de normas na área contábil, as "*DIRECTIVAS*" Contábeis que ditam alguns critérios a serem obrigatoriamente adotados pelos países participantes.

Congregando profissionais dos diversos países que integram a Comunidade Comum Européia, no intuito de tentar harmonizar os critérios nela utilizados, foram realizados inúmeros estudos e discussões até que fosse possível a emissão de algumas "directivas".

Esse processo iniciou-se há alguns anos e, como não poderia deixar de ser, foi lento. Por exemplo, para aprovação da "IV Directiva" (25/07/78), que trata das demonstrações anuais, foram necessários 10 (dez) anos. A grande dificuldade encontrada foi a existência de profundas diferenças entre as práticas contábeis utilizadas pelos países membros, notadamente Alemanha e Inglaterra, que adotam correntes de pensamento e doutrinas contábeis totalmente diferentes.

Observamos novamente que as "Directivas", estabelecidas na Comunidade Econômica Européia, são consideradas legais, portanto de caráter **obrigatório**.

Pela quantidade de organismos internacionais e regionais existentes para pesquisar e tentar harmonizar os critérios contábeis, podemos perceber a importância desse assunto para a contabilidade.

Essa importância deve-se principalmente porque um dos objetivos da contabilidade é assegurar que os usuários recebam informações confiáveis. Para tanto as normas contábeis precisam atingir dois alvos: aumentar o volume de informações que as empresas divulgam ao público e restringir as opções que permitem a elas apresentarem certas contas de uma ou de outra forma, conforme suas conveniências.

“Impor limites ao arbítrio das empresas é importante já que, quanto mais opções a empresa tiver sobre como apresentar um determinado item, estoques, reservas de aposentadoria, ativos intangíveis e outras, mais possibilidades existem para ela confundir os investidores. Assim, para a superação desse problema, um bom conjunto de normas contábeis deve ter o mínimo possível de opções.”<sup>11</sup>

A “IASB” já fez melhorias nessas duas áreas. Suas exigências de divulgação são mais rigorosas do que as normas contábeis nacionais da maioria dos países, tendo, também, dado grandes passos para restringir o arbítrio

---

<sup>11</sup> The Economist. publicado pelo jornal Gazeta Mercantil de 10.05.96

Apenas a título de exemplo de resultados discrepantes apurados conforme a adoção de diferentes critérios existentes, segundo o artigo do "The Economist" publicado pela Gazeta Mercantil de 10/05/1996, citamos a Daimler-Benz AG que, após suas ações serem cotadas na Bolsa de Valores de Nova York em 1993, o primeiro balancete, compatível com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos, apresentou um prejuízo de 1 bilhão pelos critérios americanos e um lucro de US\$ 370 milhões pelas regras alemãs.

No âmbito do MERCOSUL, foi criada uma comissão, formada por profissionais atuantes nos países membros, com a finalidade de estudar os assuntos contábeis relacionados aos países individualmente e ao bloco, o Grupo de Integração de Contabilidade do Mercosul.

#### 4.2. O Brasil

Na década de 1970, a contabilidade brasileira passou sob forte influência dos Estados Unidos, devido ao crescimento do comércio exterior e a exigência das multinacionais por parte dos investidores estrangeiros. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) foi criado em 1974, com o objetivo de regulamentar a profissão e atuar em defesa dos interesses dos contábeis brasileiros.

Atualmente, o Brasil possui cerca de 1 milhão de profissionais inscritos no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em seus conselhos estaduais. A maioria dos contábeis brasileiros atua em empresas privadas, sendo que há uma crescente participação em empresas de capital aberto e em instituições financeiras.

Em 1974, o Brasil aderiu ao MERCOSUL, o que gerou a necessidade de harmonizar as normas contábeis brasileiras com as normas contábeis dos demais países membros. A Comissão Brasileira de Contabilidade (CBC) foi criada em 1974, com o objetivo de estudar e propor as alterações necessárias nas normas contábeis brasileiras para adequá-las aos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.

Existem, ainda, os cursos de graduação em Ciências Econômicas, que são associações civis sem fins lucrativos, cujo objetivo básico de aperfeiçoamento profissional. Em 1996, foi

## 4. A ORGANIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Antes de aprofundar os estudos sobre os critérios contábeis adotados, faz-se necessário o entendimento de como a contabilidade está organizada nos países, leis, normas de procedimentos, entidades de classe, etc..

Para tanto, neste capítulo, será abordada a forma de atuação da Contabilidade e sua organização nos países.

### 4.1. Argentina

Na Argentina, a profissão de contador público só pode ser exercida por pessoas que possuam título universitário. O controle da profissão está a cargo dos conselhos profissionais de ciências econômicas, existindo um conselho profissional em cada uma das províncias e um na capital federal.

Os conselhos profissionais são entidades de natureza jurídica privada, independentes do Estado. A matrícula é obrigatória para aqueles graduados em Ciências Econômicas que desejarem exercer a profissão e assinarem pareceres na jurisdição respectiva.

Como os conselhos são entidades com âmbito de atuação e influência restritos a suas respectivas jurisdições, tornava-se necessária a criação de um órgão que congregasse todos os conselhos, tendo sido constituída em 1973, a *"Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas"* (FACPCE), cuja principal finalidade foi a de uniformizar as normas contábeis através da emissão de resoluções técnicas para adoção, embora voluntária, pelos conselhos profissionais.

Existem, ainda, os colégios de graduados em Ciências Econômicas, que são associações civis sem fins lucrativos, com o objetivo básico de aperfeiçoamento profissional. Em 1926, foi

criada a “*Federación Argentina de Colegio de Graduados en Ciencias Económicas*”, cuja denominação foi alterada, posteriormente, para “*Federación Argentina de Graduados en Ciencias Económicas*”, congregando cerca de vinte colégios distribuídos pelo País.

#### 4.1.1. Órgãos Profissionais de Regulamentação

A entidade responsável pela emissão de normas contábeis profissionais na Argentina é a “*Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas*” (*FACPCE*). A vigência de tais normas em cada província depende, porém, de decisão do respectivo conselho, quando então torna-se obrigatória aos profissionais matriculados.

O processo de estudo, apresentação e discussão das normas contábeis na esfera do *FACPCE* é conduzido pelo “*Centro de Estudios Científicos y Técnicos*” (*CECYT*), que é um órgão pertencente à Federação, cujo trabalho resulta basicamente na emissão de informes sobre as mais diversas questões relacionadas às ciências econômicas.

Quando um trabalho do *CECYT* alcança a categoria de informe, visando a posterior transformação em resolução técnica pela Federação, o mesmo deve ser submetido à prévia análise e parecer da “*Federación de Graduados en Ciencias Económicas*” (*FAGCE*), que deverá emitir sua opinião sobre ele, dentro de trinta dias. Se não houver observações a formular, o informe é devolvido à *FACPCE*, para que ela dê continuidade ao processo. Caso contrário, se tiver observações a serem feitas ou possuir opinião divergente com respeito ao informe, a *FACPCE* poderá:

- a) aceitar as observações formuladas pela *FAGCE*, modificando o projeto original; ou
- b) não aceitá-las, situação em que o projeto deverá seguir seu trâmite acompanhado da opinião emitida pela *FAGCE* e, em caso de aprovação da resolução técnica definitiva, fará parte da mesma, de forma sintética, a opinião fundamentada que oportunamente formulará a *FAGCE*.

4.1.2 Vencida a fase de análise pela *FAGCE*, o informe do *CECYT* é submetido a um período de consulta de, no mínimo, seis meses, durante o qual são recebidos comentários e sugestões de profissionais, organismos empresariais e outras entidades, assim como conclusões de congressos nacionais e jornadas regionais organizadas pela *FACPCE*.

Terminado esse período, o corpo diretivo da *FACPCE* aprova os informes correspondentes, denominando-os “*Resoluciones Técnicas*” (*RT's*). As mesmas têm vigência em cada jurisdição somente até o conselho profissional respectivo adotá-las formalmente. Assim, a emissão de normas contábeis profissionais compete à *FACPCE*, mas o poder de torná-las obrigatórias aos contadores públicos está adstrito aos conselhos profissionais.

Até o presente, a *FACPCE* sancionou as seguintes *RT's*:

- RT nº 1 (1975): Modelo de apresentação das demonstrações contábeis (substituída posteriormente pelas *RT's* nºs 8 e 9);
- RT nº 2 (1976): Indexação das demonstrações contábeis (substituída pela *RT* nº 7);
- RT nº 3 (1978): Normas de auditoria;
- RT nº 4 (1984): Consolidação de demonstrações contábeis;
- RT nº 5 (1984): Avaliação de investimentos em sociedades controladas ou coligadas;
- RT nº 6 (1984): Demonstrações contábeis em moeda constante (modificada pelas *RT's* nºs 8 e 10);
- RT nº 7 (1985): Normas de auditoria;
- RT nº 8 (1987): Normas gerais de apresentação contábil;
- RT nº 9 (1987): Normas particulares de exposição contábil para entidades comerciais, industriais e de serviços;
- RT nº 10 (1992): Normas contábeis profissionais;
- RT nº 11 (1993): Normas particulares de apresentação para as entidades sem fins lucrativos.

<sup>23</sup> O termo *legal* utilizado neste trabalho para caracterização das normas dos organismos, refere-se à imposição formal através de lei, enquanto o termo *profissional* refere-se à imposição através dos órgãos de classe.

#### 4.1.2. Órgãos Legais de Regulamentação<sup>12</sup>

As normas contábeis legais originam-se de leis, decretos, regulamentos e outros textos legais. Na Argentina, são os seguintes:

- a) “Código de Comércio”;
- b) Lei das sociedades comerciais;
- c) Lei do Imposto de Renda;
- d) Resoluções da “*Comisión Nacional de Valores*” e da “*Bolsa de Comercio de Buenos Aires*”;
- e) Normas e comunicações do “*Banco Central de La República Argentina*”;
- f) Resoluções da “*Inspeccion General de Justicia*”;
- g) Resoluções da “*Superintendencia de Seguros de la Nacion*”;
- h) Resoluções do “*Instituto Nacional de Acción Cooperativa*”;
- i) Resoluções do “*Instituto Nacional de Obras Sociales*”;
- j) Normas para os “*Fundos Comunes de Inversion*”.

Quanto a normas e procedimentos contábeis, o **Código Comercial** estabelece, resumidamente, o seguinte: obrigatoriedade dos livros diários e de inventários e balanços; elaboração de balanço e demonstração de resultados no encerramento do exercício; obrigação das pequenas empresas comerciais de elaborarem o balanço geral apenas a cada três anos.

A **Lei das Sociedades** (Lei 19550/72), no que diz respeito aos aspectos contábeis, estabelece:

<sup>12</sup> O termo *legal* utilizado neste trabalho para caracterização das normas ou organismos, refere-se a imposição formal através de lei, enquanto o termo *profissional* refere-se a imposição através dos órgãos de classe.

- a) obrigatoriedade das sociedades limitadas, cujo capital alcance a \$ 2.100.000,00, e das sociedades por ações de apresentarem as seguintes demonstrações contábeis anuais: balanço geral, demonstração de resultados e notas explicativas;
- b) elaboração de demonstrações contábeis anuais consolidadas para as sociedades controladoras, elaboradas de acordo com os PCGA's;
- c) elaboração das demonstrações contábeis em moeda constante;
- d) forma e conteúdo das demonstrações contábeis.

A “**Lei do Impuesto a las Ganancias**”, regulamentada pelo Decreto 2353/86 e alterações posteriores, exige certos procedimentos contábeis, válidos apenas para a apuração do tributo, não sendo obrigatória sua aplicação contábil pelo contribuinte.

As principais normas envolvidas na apuração do imposto são:

- a) o registro das receitas e despesas pelo “*metodo del devengado*” (regime de competência);
- b) a avaliação dos estoques pelo custo da última compra ou produção efetuada nos últimos meses;
- c) ajustes pela inflação.

A “**Comisión Nacional de Valores**” é um organismo de controle do governo federal com atuação sobre as sociedades que fazem oferta pública de títulos e valores mobiliários, inclusive junto à Bolsa de Valores.

A instrução da CNV que contém normas contábeis é a de nº 195/92, estabelecendo, em seu Anexo I, que serão adotadas as Resoluções Técnicas números 4, 5, 6, 8 e 9 da “*Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas*”.

Conforme cita Enrique Fowler Newton<sup>13</sup>, em sua obra “*Nuevas Normas Contables: 1984/1992*”, o resumo dos temas desta resolução foram:

---

<sup>13</sup> Newton, Enrique Fowler. *Nuevas Normas Contables 1984-1992*. Ediciones Macchi. 1992. Buenos Aires, Argentina.

-Avaliação - aplicação do método do VPP (valor patrimonial proporcional), honorários de diretoria e membros do conselho fiscal, ajuste do capital pela inflação.

- Divulgação - Demonstração de Resultados - resultados financeiros e por manutenção “*tenencia*”; Demonstração de Origem e Aplicações de Fundos - conceito de fundos; Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido - apresentação dos componentes do capital; Informações Complementares - anexos, informações sobre a aplicação do método do VPP, e sobre reavaliações contabilizadas.

A “**Bolsa de Comercio de Buenos Aires**” (*BCBA*) também pode ditar normas para aquelas empresas que tem seus títulos nela negociados. As normas emitidas por ela são submetidas à consideração da *CNV*, que depois de aprovadas, passam a compor o conjunto de normas contábeis legais.

O “**Banco Central de la Republica Argentina**” (*BCRA*) emite normas de contabilidade e auditoria para as entidades financeiras através do *CONAU*. De acordo com Newton<sup>14</sup>, até 1.992 existiam 115 comunicações sobre temas como ajustes por inflação, avaliação, consolidação, conteúdo e forma das demonstrações contábeis.

A “**Inspección General de Justicia**” (*IGJ*) é um organismo que fiscaliza as sociedades por ações (exceção feita para aquelas controladas pela *CNV*), as sucursais e representações de sociedades estrangeiras, as associações civis e as fundações domiciliadas na capital federal, bem como todas as sociedades que desenvolvam atividades de capitalização, de crédito recíproco, poupança para determinados fins e outras que atuem na captação de dinheiro do público com a promessa de futuros reembolsos.

A *IGJ* regulamentou diversos assuntos contábeis, para as sociedades nacionais e estrangeiras, exceto seguradoras e financeiras, sobre:

- ajustes pela inflação;

<sup>14</sup> Newton, Enrique Fowler. Op. citada.

- consolidação das demonstrações contábeis;
- critérios de avaliação;
- apresentação;
- unidade monetária a ser utilizada.

A *IGJ* adota as *RT's* nºs 4, 6, 8, 9 da *FACPCE*<sup>15</sup> e esse procedimento implica num avanço para a harmonização das normas contábeis desta com as emitidas pela *CPCECF*.<sup>16</sup>

Em cada uma das províncias, funcionam organismos análogos à *IGJ*<sup>17</sup>, cujas funções e atribuições são estabelecidas pelas legislações locais.

A “**Superintendência de Seguros de la Nación**” (*SSN*) fiscaliza as entidades seguradoras. A Res. 21523/92 detalha as normas em relação a cada um dos artigos da Lei 20091/73, da qual ressaltamos os seguintes pontos:

- a) emite normas sobre contabilidade e plano de contas;
- b) requer a publicação do balanço anual, que pode ser feito de forma sintética.

O “**Instituto Nacional de Acción Cooperativa**” (*INAC*) controla as sociedades cooperativas e já normatizou diversos procedimentos contábeis a serem adotadas por essas entidades, algumas em confronto com aquelas apregoadas pela *FACPCE*, como a não adoção da *RT* nº 6 (ajustes pela inflação).

O “**Instituto Nacional de Obras Sociales**” (*INOS*), que fiscaliza as obras sociais e o sistema nacional de seguro de saúde, emitiu basicamente quatro resoluções sobre normas contábeis:

<sup>15</sup> *FACPCE* - Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas.

<sup>16</sup> *CPCECF* - Consejo Profesionales de Ciencias Económicas del Capital Federal.

<sup>17</sup> *IGJ* - Inspección General de Justicia.

- adoção de modelo de demonstração contábil;
- apresentação mensal de um quadro de fluxo de fundos;
- ajustes pela inflação (RT nº 6 da FACPCE); e
- publicação das demonstrações contábeis.

As normas para os “**Fondos Comunes de Inversión**”, fiscalizadas pela *CNV*, foram estabelecidas pela Lei 24083/92, cujos pontos acerca de critérios contábeis dizem respeito à forma e conteúdo das demonstrações financeiras e à avaliação patrimonial.

Pelo exposto acima, podemos verificar que existem vários órgãos de regulamentação que abrangem as diversas entidades, e que existe a possibilidade de uma sociedade:

- a) Não possuir nenhum órgão de fiscalização, sendo que as únicas normas contábeis legais aplicáveis são as leis e decretos de amplo alcance;
- b) Ter apenas um órgão de fiscalização, como por exemplo as sociedades anônimas de capital fechado, cujo órgão corresponde ao IGJ de seu domicílio;
- c) Ter mais de um órgão de fiscalização, como nos casos em que interagem o domicílio legal, a forma jurídica, a atividade, assim como possuir seus títulos cotados ou não em bolsa.

## 4.2. Brasil

No Brasil a profissão de contador é exercida somente por profissionais graduados em contabilidade, com exceção dos profissionais que possuem apenas o segundo grau, curso técnico, e o registro no Conselho Regional de Contabilidade há muito tempo.

Todos os estados brasileiros possuem um Conselho Regional.

Existe ainda, o Conselho Federal de Contabilidade (nível nacional) que congrega todos os Conselhos Regionais

Como órgão de classe, tem-se ainda o IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores.

Como principais organismos que emitem normas de caráter legal, citamos a CVM - Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil, a Lei das Sociedades Anônimas, o Fisco, e outros.

#### **4.2.1. Órgãos Profissionais de regulamentação**

No Brasil os principais órgãos profissionais que regulamentam a área contábil, estão destacados abaixo:

##### **CFC - Conselho Federal de Contabilidade**

O CFC - Conselho Federal de Contabilidade - é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Trabalho, com atribuição principal do registro e fiscalização da profissão contábil no Brasil.

Possuindo ainda, entre outras atribuições, a de decidir os recursos de penalidades impostas pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, baixar normas relativas ao exercício da profissão contábil, regular as atividades dos CRC, etc..

O CFC já aprovou diversas Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC.

##### **CRC - Conselho Regional de Contabilidade (em nível estadual)**

Os CRC - Conselhos Regionais de Contabilidade - são hierarquicamente subordinados ao Conselho Federal de Contabilidade e têm como finalidade fiscalizar o exercício da profissão de contador e de técnico em contabilidade em seus respectivos estados.

Não visam, por natureza, a defesa de reivindicações da classe - tal atividade é de competência dos sindicatos - mas concentra sua força de ação no profissional que executa ou

explora atividades contábeis, bem como na empresa por ele integrada, de modo a mantê-lo dentro dos padrões legais, técnicos e éticos da profissão contábil.

### **IBRACON- Instituto Brasileiro de Contadores**

O Instituto Brasileiro de Contadores tem por objetivo promover a congregação dos Contadores do Brasil pelo estudo, definição e sistematização dos princípios contábeis e de auditoria a serem adotados no Brasil, divulgados através de pronunciamentos. Estes não obrigam as entidades ao cumprimento de seus procedimentos contábeis, muito embora a CVM, o Banco Central do Brasil e o CFC tenham oficializado alguns deles, tornando-os de observância obrigatória.

#### **4.2.2. Órgãos Legais de Regulamentação**

##### **CVM- Comissão de Valores Mobiliários**

A CVM - Comissão de Valores Mobiliários -é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda que disciplina, fiscaliza e promove o mercado de valores mobiliários no Brasil.

Entre as diversas atividades desempenhadas pela CVM está a normatização legal dos procedimentos contábeis no âmbito das empresas, instituições financeiras e demais segmentos relacionados com o mercado de valores mobiliários, o registro de companhias abertas e de emissão de valores, o credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valores mobiliários, a autorização para constituição de bolsas de valores, sociedades corretoras e distribuidoras, e a exigência de republicação de demonstrações financeiras.

À própria CVM compete apurar, julgar e punir irregularidades cometidas no mercado de valores mobiliários.

## **Banco Central do Brasil**

Segundo a legislação que regulamenta as suas atividades, destacamos:

“Artigo 9<sup>o</sup> - Compete ao Banco Central do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.”

Dentre as diversas atribuições que foram feitas ao Banco Central do Brasil, podemos destacar:

- Conceder autorização para funcionamento, instalação ou transferência de sedes, transformações e prática de atividade mobiliária a instituições financeiras;
- Estabelecer condições para a posse e para o exercício de qualquer cargo de administração de instituições financeiras privadas, assim como para o exercício de qualquer função em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, segundo normas que forem expedidas pelo Conselho Monetário Nacional;
- Exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre empresas que, direta ou indiretamente, interfiram nesses mercados e em relação às modalidades ou processos operacionais que utilizem.

## **FISCO**

Tradicionalmente, a Contabilidade tem sido muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, que lhe trouxeram algumas boas contribuições. Entretanto, em alguns outros aspectos, tal influência limitou a evolução e prática dos princípios contábeis.

Segundo a lei 6.404/76 devem ser adotados registros auxiliares à parte para atender à legislação tributária e outras exigências que forem divergentes dos critérios contábeis. Porém, alguns pronunciamentos têm limitado a aplicação desse dispositivo, pois exigem tratamento contábil específico, que nem sempre estão de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Contudo, é possível afirmar que tem-se obtido progressos e o fisco tem paulatinamente alterado sua postura com relação a determinados aspectos.

### 4.3. PARAGUAI

No Paraguai, a atividade de contador está prevista na Lei nº 371, de 6/12/72, que regulamenta o exercício profissional dos graduados em “*Ciências Contábeis e Administrativas*”.

Essa lei, no entanto, não estabeleceu prerrogativas exclusivas do contador e não constituiu nenhum órgão de fiscalização profissional.

A entidade que reúne os contadores públicos no Paraguai denomina-se “*Colegio de Contadores Del Paraguay*”, de natureza jurídica privada, criada em 9/06/1916. A matrícula nesse “*Colegio*” é facultativa, não se constituindo em condição necessária para o exercício da profissão. É obrigatória, porém, para aqueles que têm formação superior em Contabilidade.

Existem outras entidades paraguaias que também reúnem contadores, embora não exclusivamente. É o caso do “*Colegio de Graduados En Ciencias Economicas Del Paraguay*”, integrado por contadores, economistas e administradores e a “*Asociación de Graduados de La Facultad de Ciencias Contables y Administrativas de Assunción Universidad Católica*”, formada por contadores e administradores.

a) Lei do comerciante;

b) Legislação bancária;

c) Legislação para companhias seguradoras;

### 4.3.1. Órgãos Profissionais de Regulamentação

O processo de emissão de normas contábeis no Paraguai é de responsabilidade do “*Colegio de Contadores Del Paraguay*”, sendo tais normas de aplicação obrigatória pelos membros matriculados no mesmo.

Desde 1983, o “*Colegio de Contadores Del Paraguay*” emitiu cinco pronunciamentos sobre normas de Contabilidade:

NC 1: Definição e conteúdo das demonstrações contábeis.

NC 2: Divulgações específicas do Balanço Geral.

NC 3: Avaliação e apresentação dos estoques no contexto do sistema de custos históricos.

NC 4: Contabilização da depreciação.

NC 5: Contingências e fatos ocorridos após a data do Balanço.

Posteriormente, em 22/11/1989, o Conselho Diretivo do “Colegio” adotou, para serem seguidas no País, as Normas Internacionais de Contabilidade do “*International Accounting Standards Committee (IASC)*”. De acordo com a resolução, essas normas estarão em vigor até a aprovação de outras mais adequadas ao estágio econômico do Paraguai.

### 4.3.2. Órgãos Legais de Regulamentação

As normas contábeis legais no Paraguai estão inseridas nas seguintes textos:

- a) Lei do comerciante;
- b) Legislação bancária;
- c) Legislação para companhias seguradoras;

- d) Lei do mercado de Capitais, e
- e) Legislação fiscal.

A Lei nº 1.034/83, intitulada “*Ley del Comerciante*”, estabelece requisitos e normas a serem praticadas pelo comerciante (pessoas ou sociedades que praticam atos do comércio) quanto à organização de sua contabilidade, manutenção de livros fiscais, elaboração de balanços.

Em seu artigo nº 74 diz: “Todo comerciante, cujo capital exceda a mil salários mínimos, está obrigado a registrar, em livros que a técnica contábil considere necessários, uma contabilidade ordenada e regular, adequada às características e natureza de suas atividades, que permita determinar sua situação patrimonial e os resultados obtidos. Deverá conservar também suas escritas mercantis e a documentação contábil que exija a natureza de seu giro comercial.”

O art. 75 informa “ O número de livros e o sistema de contabilidade ficam a critério do comerciante, devendo dispor obrigatoriamente de um livro Diário e um de Inventário, sem prejuízo dos outros livros exigidos para determinada classe de atividades.”

O art. 83 dispõe que “Todo comerciante deverá elaborar, dentro dos três primeiros meses de cada ano, o balanço geral de suas operações, que conterà uma relação precisa de seus bens, créditos e participações, assim como de suas obrigações existentes na data do balanço.”

A Legislação Bancária, instituída pela Lei nº 417, de 13/11/73, (“*Ley General de Bancos y de Otras Entidades Financieras*”), trata do regime contábil, balanços, informações e publicações das instituições financeiras. Destacam-se, entre seus artigos, os seguintes:

“Art. 42 O Banco Central del Paraguay poderá implantar um regime contábil distinto do estabelecido pelo Código do comércio, de acordo com as modalidades operativas dos bancos e de outras entidades financeiras...”

Em seu artigo nº 43, diz “Os bancos e outras entidades financeiras publicarão, na forma prescrita pela Superintendência de Bancos, dentro de quarenta dias do encerramento de seu

exercício financeiro, o balanço geral e o quadro de resultados, assinados por um profissional matriculado com título acadêmico que o habilite.

(...) Dentro do mesmo prazo, os bancos e as entidades financeiras apresentarão à Superintendência de Bancos tais documentos e demais informações requeridos para sua análise e auditoria.

Se, do resultado desses estudos, surgirem observações que modifiquem o balanço, os bancos e outras entidades financeiras republicarão seus balanços, com as modificações formuladas pela Superintendência de Bancos, no prazo de dez dias após a notificação.”

**A Legislação para Seguradoras** foi introduzida pelo **Decreto-lei nº 17.840, de 10/02/1947** e estabeleceu o regime legal de seguros no Paraguai.

No capítulo 3º, que trata do regime de contabilidade, destacamos os seguintes pontos:

“Art. 22. A Superintendência de Bancos promoverá a adoção de um sistema claro e uniforme de contabilidade e informações e fixará normas para a avaliação e amortização dos bens das empresas de seguros, de modo que o ativo e o passivo reflitam os valores verdadeiros e que a contas de lucros e perdas evidencie os resultados da exploração.

Art. 23. As empresas de seguros remeterão mensalmente à Superintendência de Bancos, dentro dos vinte dias do mês subsequente, um demonstrativo confidencial e detalhado de suas operações na forma descrita pela Superintendência de Bancos e fornecerão, ainda, qualquer informação explicativa que lhes for requerida. Esses demonstrativos serão assinados pelo chefe executivo principal e pelo contador da empresa, ou seus substitutos autorizados.

Art. 24. O exercício financeiro anual das empresas de seguros será encerrado em 30 de junho.

Art. 27. As empresas nacionais de seguros apresentarão à Superintendência de Bancos a memória geral, o balanço geral do exercício e a demonstração de resultados, dentro de quinze dias após a aprovação pela assembléia de acionistas, com cópia autenticada da ata da mesma.

Nos três dias seguintes à apresentação do balanço à Superintendência de Bancos, as empresas procederão a sua publicação em um dos jornais de maior circulação da capital.”

A Lei 94/91 estabelece normas para as empresas que desejam operar **no mercado de capitais** através da Bolsa de Valores e criou, ainda, a *Comisión Nacional de Valores*. Os principais tópicos desta lei estão enumerados a seguir:

“Art. 25. As sociedades, que emitam obrigações, deverão publicar seu balanço certificado por auditoria externa independente e a declaração de sua apresentação à ‘*Dirección de Impuesto a la Renta*’ e fornecer, às autoridades e aos credores, a informação que essa Direção requeira em disposição de caráter geral.

Art. 35. A emissão de obrigações destinadas à oferta pública será autorizada uma vez que se cumpram os seguintes requisitos: (...) 5) Certificado de auditoria externa independente da situação econômico-financeiro da sociedade durante os três últimos anos.

Art. 40. As sociedades emissoras deverão contar com serviço permanente de auditoria externa e ajustar sua contabilidade e balanços aos sistemas e formas que determinem a autoridade mediante disposições regulamentares”.

A Comisión Nacional de Valores tem, entre suas atribuições a de estabelecer métodos de informações sobre relatórios econômico-financeiros, auditorias, perícias e outros requisitos a serem cumpridos pelas sociedades emissoras. A Resolução nº 5/92, que estabelece normas de contabilidade e informes contábeis para as empresas de capital aberto, visou propiciar confiabilidade e transparência nas informações contábeis.

A Lei 125/91, que estabeleceu o novo **regime tributário** no Paraguai, englobou todos os impostos existentes no País. Na seção do imposto de renda, dispõe sobre normas e princípios contábeis a serem observados pelas empresas com fins de tributação. Os principais pontos a serem destacados em seu texto referem-se a regras de avaliação aos PCGA's (Procedimentos Contábeis Geralmente Aceitos).

“Art. 6. Início da obrigação tributária - O início da obrigação tributária se dará no encerramento do exercício fiscal, que coincidirá com o ano civil.

A “*Administración Tributaria*” terá faculdade para admitir ou estabelecer a adoção da contabilidade de acordo com os princípios geralmente aceitos e as disposições legais vigentes, para que o exercício fiscal coincida com o exercício econômico.

O método de reconhecimento das receitas e despesas será o auferido no exercício fiscal.

Art. 12. Ativo Fixo. Constituem ativos fixos os bens de uso, tanto aqueles aplicados na atividade como os locados a terceiros, salvo os destinados à venda.

Será obrigatória, para efeito do presente imposto, a atualização anual dos valores do ativo fixo e de sua depreciação. O valor atualizado será o resultante da aplicação da variação percentual do índice de preços ao consumo ocorrido entre os meses de fechamento do exercício anterior e o atual, de acordo com o que estabeleça, em tal sentido, o ‘*Banco Central del Paraguay*’ ou organismo oficial competente.

Art. 13. Avaliação de estoques. Os estoques de mercadorias serão avaliados pelo valor de custo de produção, ou custo de aquisição ou custo de mercado, na data de encerramento do exercício à opção do contribuinte.

A ‘*Administración*’ poderá aceitar outros sistemas de avaliação de estoques sempre que se adaptem às modalidades de negócio, sejam uniformes e não ofereçam dificuldades de fiscalização.

Os sistemas ou métodos de contabilidade, a formação do estoque e os procedimentos de avaliação não poderão alterar-se sem a autorização da ‘*Administración*’. As diferenças resultantes da mudança de métodos serão computadas objetivando estabelecer o lucro líquido do exercício que corresponda, como consequência do ajuste do estoque na data de encerramento do mesmo.

Os títulos, ações, cédulas, obrigações, letras ou bônus, serão computados pelo seu valor de cotação em Bolsa na data de encerramento do exercício. Aqueles que não possuam cotação serão avaliados pelo preço de aquisição.

Os ativos fixos e os bens intangíveis serão avaliados pelo seu valor de custo, sem prejuízo do previsto no art. 12, relativamente à atualização do ativo fixo”.

A Lei 125/91 prevê, ainda, a dispensa de manutenção de sistema contábil regular daquelas empresas cuja receita no ano civil anterior não tenha excedido a 20.400.000 guaranis.

#### 4.4. URUGUAI

A entidade que congrega os contadores no Uruguai é o “*Colegio de Doctores en Ciencias Económicas y Contadores del Uruguay*” que reúne, também, economistas e administradores. Não é obrigatória a matrícula na Entidade para exercer a profissão de contador público no Uruguai.

##### 4.4.1. Órgãos Profissionais de Regulamentação

O procedimento para estabelecer normas profissionais no Uruguai é conduzido pelo “*Colegio de Doctores en Ciencias Económicas y Contables del Uruguay*”, através de duas comissões de estudos: a comissão de investigação contábil e a comissão de auditoria.

Antes de serem aprovados os pronunciamentos, as resoluções das comissões são submetidas a um período de consulta, normalmente de três meses, quando as mesmas são amplamente divulgadas à classe.

Até o momento, o “*Colegio*” emitiu onze pronunciamentos, dos quais sete continuam em vigor. Tratam, basicamente, de manutenção de registros contábeis, normas contábeis e de auditoria geralmente aceitas no País e normas contábeis internacionais obrigatórias e opcionais.

Quanto às normas de auditoria geralmente aceitas no Uruguai (pronunciamento nº 9), torna obrigatória a adoção das preconizadas pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

O pronunciamento nº 10 estabelece e hierarquiza as fontes de normas contábeis para a adequada apresentação das demonstrações contábeis, incluindo, como de aplicação obrigatória, as internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Committee (IASC)*.

A escolha das normas contábeis a serem utilizadas deve obedecer, em primeiro lugar, àquelas emitidas pelo “*Colegio*”; em segundo lugar, às Normas Internacionais de Contabilidade, declaradas obrigatórias no Uruguai e, caso o tema objeto da análise não seja tratado por nenhuma das normas citadas, poderão ser utilizados os estudos e tratados reconhecidos sobre o assunto em questão, as NIC’s Optativas, as resoluções das Conferências Internacionais de Contabilidade (CIC) e os pronunciamentos da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), as resoluções das Jornadas de Ciências Econômicas do Cone Sul e, finalmente, os pronunciamentos de órgãos profissionais de outros países. Nesta última situação, quando existirem várias normas contábeis, aplicáveis com a mesma finalidade dentro da mesma hierarquia de aplicação, deverá ser selecionada a que melhor se adapte à situação e que tenha sua utilização mais difundida no meio contábil.

As demonstrações que devem estar disponíveis aos usuários externos, a fim de que os mesmos possam constatar qual a situação econômica e patrimonial das empresas, são as seguintes:

- a) o Balanço Patrimonial;
- b) a Demonstração de Resultados;
- c) a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; e
- d) a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

#### 4.4.2. Órgãos Legais de Regulamentação

No Uruguai, caracterizam-se como fontes de normas contábeis legais as seguintes legislações:

- a) Código de Comércio;
- b) Lei das Sociedades Comerciais;
- c) *Comissão Permanente de Normas Contábeis Adequadas*;
- d) Regulamento do Imposto de Renda;
- e) Normas do Banco Central.

O “Código de Comércio” data de 1866 e, em seus artigos referentes aos “Livros de Comercio”, enumera os livros indispensáveis, entre os quais o livro diário, o livro de inventários e o “copiador de cartas”.

A **Lei das Sociedades Comerciais ( nº 16060, de 04.09.89)**, emitiu as normas contábeis legais, estabelecendo os objetivos e princípios para as demonstrações contábeis.

Dentre seus artigos, aqueles que mais diretamente referem-se às demonstrações financeiras são os de números 87 a 91, os quais descrevemos resumidamente:

O art. 87 estabelece que, até quatro meses do fechamento do exercício econômico, a administração da sociedade deverá elaborar o balanço, a demonstração de resultados do período e a proposta de distribuição dos lucros, se houver.

O art. 88 fixa, como normas gerais, que o exercício social será de um ano, cujo encerramento será determinado pela administração da sociedade, sendo que a duração do exercício só poderá ser modificada excepcionalmente com aprovação da maioria do capital e, no caso de S.A. com títulos negociados em bolsa, com autorização do órgão estatal de controle. As demonstrações financeiras devem ser elaboradas de acordo com as normas contábeis que sejam apropriadas a cada caso, de tal modo que reflitam, de forma razoável e clara, a situação patrimonial da sociedade, os lucros ou perdas auferidas.

Para a elaboração das demonstrações contábeis de cada exercício, deverão ser seguidos os mesmos procedimentos de avaliação utilizados nos exercícios anteriores. Toda alteração de métodos deverá ser fundamentada e aprovada pela maioria detentora do capital social ou pela assembléia, no caso de S.A..

O art. 89 estabelece que o balanço deverá refletir a situação econômica e financeira da sociedade ao final do exercício e demonstrará as contas do ativo, do passivo e o patrimônio, com grau de detalhamento suficiente para julgar a composição do patrimônio na data do fechamento e os valores que o integram.

Deverão ser informados em notas, que formarão parte integrante do balanço, os critérios utilizados para avaliação dos ativos e passivos e estar expresso que há uniformidade em relação aos empregados no exercício anterior. No caso de alteração de critério, deve-se informar quais as modificações ocorridas no patrimônio e nos resultados, quando da adoção desta nova norma.

As sociedades controladoras deverão apresentar, como informação complementar, demonstrações anuais consolidadas.

O art. 90 que trata dos resultados, estabelece que devem ser segregados, nos resultados do exercício, os valores originados da atividade regular da sociedade daqueles oriundos de resultados extra-operacionais, discriminando as contas positivas e negativas.

No art. 91, é informado que as normas contábeis adequadas serão estabelecidas através de regulamentação e deverão ser ajustadas às demonstrações das empresas comerciais. Ainda assim, poderá autorizar para estas sociedades o emprego de todos os meios técnicos disponíveis em substituição ou complementação dos livros obrigatórios.

Para a implementação desse artigo, o Governo criou uma comissão assessora (Res. 768/89) a qual editou três decretos. Juntamente com a aprovação deles, o Executivo tornou permanente esta comissão, criando a *“Comisión Permanente de Normas Contables Adecuadas”*, sendo seu objetivo a busca permanente do consenso entre os diversos usuários de demonstrações financeiras.

A orientação básica dessa comissão é seguir as normas emitidas pelo *“International Accounting Standards Committee” (IASC)*.

Os três pronunciamentos, emitidos através de decretos, estabeleceram normas internacionais de Contabilidade, de apresentação das demonstrações financeiras, bem como a adoção de livro diário e de inventários com folhas soltas.

## **Legislação do Imposto de Renda**

A legislação do imposto de renda tem dispositivos de natureza contábil em alguns de seus artigos. Os principais serão comentados a seguir:

**Art. 11. Ativo fixo. Bens do ativo fixo.** São os bens destinados à atividade e os demais bens utilizados pelo contribuinte ou por terceiros; os imóveis serão considerados bens do ativo fixo, exceto aqueles destinados à venda.

**Art. 17. Avaliação dos estoques.** Os estoques de mercadorias serão avaliados pelo preço de custo de produção, ou preço de mercado ao final do exercício, à opção do contribuinte.

O fisco poderá aceitar outros sistemas de avaliação de estoques, quando se adaptarem às modalidades de negócio, sejam uniformes e não criem dificuldades para a fiscalização. Os sistemas e métodos de contabilidade, a formação do estoque e os procedimentos de avaliação não poderão modificar-se sem autorização do fisco. As diferenças resultantes de mudança de critério serão apuradas, visando estabelecer-se a renda líquida tributável do exercício a que corresponda.

Os títulos, ações, obrigações, letras ou bônus, serão avaliados pela cotação em bolsa no encerramento do exercício. Se não houve cotação, a regulamentação estabelecerá a forma de atualizar seu valor.

**Art. 22.** O resultado das alterações do valor da moeda nacional será determinado pela aplicação do percentual de variação do “índice de preços al por mayor” entre os dias de fechamento do exercício anterior e o atual, aplicando sobre a diferença entre:

a) O valor do ativo fiscalmente ajustado no início do exercício com exclusão dos bens afetos à produção de rendas não tributáveis e do valor correspondente a:

- ativo fixo,
- investimentos em outras empresas, exceto ações.

b) O montante do passivo no início do exercício integrado por:

dívidas em dinheiro ou em espécie, inclusive as que houverem surgido por distribuição de lucros, aprovadas em data do início do exercício, enquanto a distribuição realizou-se em ações da mesma sociedade.

- reservas técnicas das companhias de seguros.

### **Banco Central del Uruguay**

A Circular nº 1.070, de 28.08.81, do Banco Central uruguaio, modificou normas de controle do sistema financeiro referentes ao cadastro atualizado que as instituições financeiras devem possuir, contendo informações de natureza contábil.

O art. 82 da citada circular, obriga os bancos a possuírem os seguintes dados adicionais:

a) Quando o crédito total dos clientes e dos grupos econômicos for superior a 10% da responsabilidade patrimonial líquida mínima para os bancos, os dossiês dos clientes e das demais empresas componentes do grupo econômico, assim como as empresas garantidoras dessas operações, serão completados com demonstrações financeiras que deverão cumprir os seguintes requisitos:

1 - Serão elaboradas de acordo com as disposições estabelecidas no Decreto nº 827/76 de 22.12.76 e incluirão anexos e notas explicativas que esclareçam critérios de avaliação aplicados, bem como, toda outra informação básica para uma adequada interpretação dos demonstrativos contábeis. Nesse sentido, deverão expor o procedimento de ajuste pela inflação, aplicado para a elaboração da informação ou, se não tiver sido efetuado tal ajuste, apresentar o procedimento aplicado, como informação complementar dos demonstrativos contábeis ajustados pela inflação.

2 - Conterão um informe de Contador Público, no qual constará se os dados apurados se baseiam nos registros contábeis, se estes estão de conformidade com as disposições legais e se as demonstrações contábeis, anexos e notas explicativas, se apresentam de acordo com as normas do Decreto nº 827/76 de 22.12.76.

**Quando** O trabalho desenvolvido para a elaboração do informe será realizado conforme as normas de uma “revisão limitada”. Através dele, o Contador Público deverá manifestar-se se não existe observações a serem formuladas sobre as demonstrações contábeis, ou em caso contrário, fazer tais observações. Nesse informe, o Contador Público registrará a vinculação que mantém com o cliente.

|                  |                  |  |
|------------------|------------------|--|
| <p>Provincia</p> | <p>Argentina</p> | <p>Let das Sociedades Comerciales - Lei 19.550/72<br/>                 Lei do Imposto de Renda - Decreto 2.233/74<br/>                 Comisión Nacional de Valores - Decreto 40.144/72<br/>                 Banco Central de la República Argentina<br/>                 Inspección General de Justicia (IGJ) - Ley nº 17.335<br/>                 Superintendencia de Seguros de la Nación (SSN) - Ley nº 17.247/71<br/>                 Instituto Nacional de Acción Cooperativa (INAC)<br/>                 Instituto Nacional de Obras Sociales (INOS)<br/>                 Fondo Común de Inversión - Ley 4.753/92</p> |
| <p>Brasil</p>    | <p>Brasil</p>    | <p>Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76<br/>                 Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 84.470/80<br/>                 Conselho de Valores Mobiliários - Decreto nº 54<br/>                 Banco Central do Brasil - Regulamento, do estatuto para diversos tipos de Instituições Financeiras</p>   |
| <p>Paraguay</p>  | <p>Paraguay</p>  | <p>Lei das Sociedades - Lei 1.014/83<br/>                 Lei do Imposto de Renda - Lei 2.217/81<br/>                 Legislação Bancária - Lei nº 4.777/73<br/>                 Legislação para Seguradoras - Decreto-Lei nº 17.642/87<br/>                 Comissão Nacional de Valores - Resolução nº 5.702</p>   |
| <p>Uruguay</p>   | <p>Uruguay</p>   | <p>Lei das Sociedades Comerciais - Lei nº 16.064/89<br/>                 Lei do Imposto de Renda<br/>                 Banco Central del Uruguay - Circular nº 1.070/81<br/>                 Comisión Permanente de Normas Contables Adecuadas</p>  |

**Quadro resumo das entidades que emitem normas contábeis nos países do MERCOSUL**

| País      | Órgãos de Natureza Profissional   | Entidades Legais   |
|-----------|---|--|
| Argentina | Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas (FACPCE)          | Código de Comércio<br>Lei das Sociedades Comerciais - Lei 19.550/72<br>Lei do Imposto de Renda - Decreto 2.353/86<br>Comisión Nacional de Valores - Instrução nº 195/92<br>Banco Central de la República Argentina<br>Inspeccion General de Justicia (IGJ) Lei nº 22.315<br>Superintendencia de Seguros de la Nacion (SSN) - Res. 21.523/92<br>Instituto Nacional de Acción Cooperativa (INAC)<br>Instituto Nacional de Obras Sociales (INOS)<br>Fondos Comunes de Inversion - Lei 24.083/92 |
| Brasil    | Conselho Federal de Contabilidade (CFC)<br>Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) | Código Comercial<br>Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76<br>Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 84.450/80<br>Comissão de Valores Mobiliários - Instrução nº 64<br>Banco Central do Brasil - Regulamentação específica para diversos tipos de Instituições Financeiras.  |
| Paraguai  | Colegio de Contadores del Paraguay  | Lei do Comerciante - Lei 1.034/83<br>Lei do Imposto de Renda - Lei 125/91<br>Legislação Bancária - Lei nº 417/73<br>Legislação para Seguradoras - Decreto-Lei nº 17.840/47<br>Comisión Nacional de Valores - Resolución nº 5/92  |
| Uruguai   | Colegio de Doctores en Ciencias Económicas y Contables del Uruguay                      | Código do Comércio<br>Lei das Sociedades Comerciais - Lei nº 16.060/89<br>Lei do Imposto de Renda<br>Banco Central Del Uruguay - Circular nº 1.070/81<br>Comisión Permanente de Normas Contables Adecuadas   |

**Quadro Resumo das Normas e Legislações atualmente em vigor nos países do MERCOSUL**

| PAÍS   | LEGISLAÇÕES (LEIS, DECRETOS, ETC.)  | NORMAS (ENTIDADES PROFISSIONAIS)  |
|--|---|---|
| <b>A<br/>R<br/>G<br/>E<br/>N<br/>T<br/>I<br/>N<br/>A</b> | Lei das Sociedades nº 19.550/72<br>Lei do Imposto de Renda-Decreto 2353/86<br>Instrução CNV 195/92<br>Banco Central - CONAU<br>"Inspección General de Justicia"<br>Superintendencia de Seguros - Res. 21.523/92<br>Fondos Communes de Inversión - Lei 24.083/92 | Federación Argebtina de Consejos Profisionales de Ciencias Económicas - FACPCE - RT - Regumentacion Tecnica números 3, 5, 7, 8, 9, 10 e 11.   |
| <b>B<br/>R<br/>A<br/>S<br/>I<br/>L</b>                   | Lei Societária - nº 6404/76<br>Mercado de Capitais - Instruções números, 2/78, 191/92<br>Fiscal - Lei nº8.383/91  | Conselho Federal de Contabilidade - CFC<br>Resoluções números, 563/83, 597/85, 596/85, 612/85, 684/90, 685/90, 686/90, 737/92<br>IBRACON - Estrutura Concertual Básica da Contabilidade |
| <b>P<br/>A<br/>R<br/>A<br/>G<br/>U<br/>A<br/>I</b>       | Lei Societária - Lei nº 1.034/83<br>Lei nº 125/91 - Fiscal<br>Lei Bancária - Lei nº 417 de 13/11/73<br>Lei das Seguradoras-Decreto-Lei nº 17.840/47<br>Lei do Mercado de Capitais - Lei 94/91   | Colegio de Contadores del Paraguay - Pronunciamentos números 1, 2, 3, 4 e 5.  |
| <b>U<br/>R<br/>U<br/>G<br/>U<br/>A<br/>I</b>             | Lei Societária - Lei nº 16.060/89<br>Decreto Lei nº 103/91<br>Decreto Lei nº 540/91<br>Decreto Lei nº 105/91<br>Decreto Lei nº 200/93<br>Circular nº 1.444/93 - e nº 1481/94 Banco Central<br>Comunicacion números 93/60, 94/12, 94/73 - Banco Central          | Colegio del Contadores Y Economistas del Uruguay - Pronunciamentos números:<br>nº5/81<br>nº6/82<br>nº7/89<br>nº8/90<br>nº9/90<br>nº10/90<br>nº11/90                                     |

## 5. ESTUDO SOBRE A CONTABILIDADE NOS PAÍSES DO MERCOSUL - PRINCIPAIS DIFERENÇAS

O objetivo deste capítulo é o de apresentar, de forma genérica, os principais aspectos contábeis. Procuramos selecionar os grupos de contas que apresentaram maiores divergências de critérios.

Faremos uma análise comparativa das normas utilizadas nos itens descritos abaixo:

### 5.1. Estoques

### 5.2. Imobilizado

### 5.3. Investimentos

### 5.4. Ativo Diferido

### 5.5. Arrendamento Mercantil

### 5.6. Reconhecimento da Inflação

### 5.7. Publicação

FAPECEP - Federación Argentina de Consejos Profesionales e Ciencias Económicas

A Resolución Técnica N° 107, emitida da Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas, Argentina.

## 5.1. Estoques

Em relação aos estoques, podemos verificar duas grandes linhas no que diz respeito à sua avaliação. Uma é avaliação pelo seu custo (histórico ou corrigido) de aquisição ou fabricação. Outra, é pelo custo de reposição.

O Brasil adota principalmente o custo histórico ou histórico corrigido, enquanto que a Argentina adota preponderantemente o valor de reposição.

Quanto ao Paraguai e Uruguai, estes utilizam e aceitam quaisquer um dos dois métodos de avaliação, inclusive para fins fiscais. No Uruguai, entretanto, verificamos em alguns balanços publicados a utilização do custo histórico corrigido.

A seguir, apresentamos as principais normas relativas aos estoques em cada um dos países.

### 5.1.1. Argentina

Os organismos que emitem normas, tanto as de caráter profissional quanto as consideradas legais, não apresentam divergências em relação a avaliação dos estoques.

Somente para a apuração do Imposto de Renda é exigida a contabilização pelo custo de aquisição e determina-se que o critério de apropriação seja o UEPS (primeiro que entra, primeiro que sai). Dessa forma podemos afirmar que o valor do custo de aquisição fica muito próximo ao do valor de reposição.

### FACPCE - Federación Argentina de Consejos Profesionales e Ciencias Económicas

A "Resolucion Tecnica nº 10", emanada da Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas, determina:

- a) Estoques em geral: Pelo seu custo de reposição, recompra ou reprodução na data a que se refere a avaliação. Em caso de impossibilidade de determinação ou estimativa desses valores, se admitirá o custo original em moeda constante.
- b) Estoques fungíveis, com mercado transparente e que possam ser comercializados sem esforço significativo de vendas: Pelas respectivas cotações na data de encerramento do período nos mercados em que normalmente atua a sociedade, líquidas dos custos adicionais ( comissões, impostos e similares) que gerarão sua comercialização. Os valores assim determinados serão computados na medida em que forem representativos dos valores estimados líquidos de realização.
- c) Estoques em processo de produção ou construção que se prolonguem no tempo: Quando a venda não oferecer dificuldades e se possa considerar que o esforço mais significativo do processo de geração de resultados é de produção ou construção, serão avaliados pelo valor líquido de realização proporcionado segundo o grau de progresso da produção ou construção e do correspondente processo de geração de resultados. Quando a venda apresentar mais dificuldade, ou existir incerteza a respeito da concretização do lucro, se avaliará pelo custo de reposição.

## FISCO

Para fins de apuração do Imposto de Renda, a avaliação dos estoques é feita baseada no seu valor de aquisição, pelo método UEPS (último que entra, primeiro que sai), não sendo exigida a sua contabilização.

### 5.1.2. Brasil

No Brasil, as normas referentes à avaliação dos estoques, emitidas pelos diferentes órgãos normativos, apresentam uma certa uniformidade: todos aceitam o custo histórico como base para

avaliação. O custo histórico corrigido também é aceito, exceto pelo FISCO e pela Lei das Sociedades Anônimas.

O custo histórico corrigido é obrigatório apenas para as companhias abertas que são regulamentadas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A avaliação pelo valor de mercado é aceita quando o mesmo apresentar-se inferior ao custo de aquisição ou produção. Também aceita-se o valor de mercado quando se trata de produtos oriundos das atividades extrativas, agrícolas e pastoris.

Os critérios mais utilizados para apropriação dos estoques é o PEPS ou Média Ponderada, ambos aceitos pelo FISCO.

## **LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES**

Quanto aos critérios de avaliação, o artigo 183 estabelece o seguinte:

“ No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

(...) Os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos de comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens de almoxarifado, pelo custo de aquisição, quando este for inferior.”

Parágrafo 1- Para efeito do disposto neste artigo, considera-se valor de mercado:

a. das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

b. dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;

Parágrafo 4 - Os estoques de mercadorias fungíveis destinados à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando este for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.”

## CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC

Quanto aos critérios de avaliação dos estoques, a NBC-T-3.2 do balanço patrimonial define:

“Os estoques de mercadorias, matérias-primas, outros materiais e componentes são avaliados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente, ou pelo valor de mercado, quando este for menor.

Os estoques de produtos acabados e em elaboração e os serviços em andamento são avaliados pelo custo de produção, atualizado monetariamente, ou valor de mercado quando este for menor.

Os estoques obsoletos ou inservíveis são avaliados pelo valor líquido de realização e os estoques invendáveis devem ser baixados.

Os estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos destinados à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando atendidas as seguintes condições:

- a) que a atividade seja primária;
- b) que o custo de produção seja de difícil determinação;
- c) que haja um efetivo mercado que possibilite a liquidez imediata desse estoque e que valide a formação do seu preço;
- d) que seja possível estimar o montante das despesas de realização da venda.”

## IBRACON

O IBRACON trata do assunto no pronunciamento “II-Estoques”, artigo 183 da Lei das

Segundo o parágrafo 8, o principal critério para a avaliação de estoques é o custo histórico (preço de compra e gastos adicionais), isto é, a soma dos gastos aplicáveis e débitos incorridos

direta ou indiretamente para colocar um bem do estoque em sua condição e localização atuais. Entretanto, pode haver exceção no caso de produtos agrícolas e extrativos que poderão ser avaliados aos preços correntes de mercado, deduzidos das despesas de venda quando esse critério prevalecer naquele ramo de atividade.

O parágrafo 17 destaca que, na prática, vários métodos diferentes são usados para atribuição de custo aos estoques com a aceitação generalizada dos seguintes: custo médio ponderado, primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS), último a entrar, primeiro a sair (UEPS), identificação específica.

Os dois primeiros são os de aplicação mais freqüente no Brasil. O custo por identificação específica devido às condições peculiares de sua aplicação é pouco utilizado e o método UEPS, por não ser aceito pelo fisco, seu uso é restrito, principalmente pela necessidade adicional de controle em paralelo.

Conforme o parágrafo 19, sistemas tais como o próximo a entrar, primeiro a sair ou como preço da última compra não se enquadram entre os princípios de contabilidade geralmente aceitos, pois se fundamentam em preços de reposição que geralmente levam a uma superavaliação dos estoques, pela diferença entre seus preços efetivos de aquisição ou fabricação e os correntes.

A Interpretação Técnica número 02/91 trata do Reconhecimento dos Efeitos da Inflação nas Demonstrações Financeiras, inclusive nas Informações Trimestrais ( ITR ) e outros assuntos. Esclarece que o entendimento do IBRACON é no sentido de que os estoques devem ser atualizados monetariamente, independentemente do prazo de sua formação.

## **CVM**

Segundo o Ofício Circular CVM/PTE/578/85, item 1, e Ofício Circular CVM/309/86, item 8, os critérios de avaliação de estoques devem estar consoantes com o artigo 183 da Lei das Sociedades por Ações, não aceitando os critérios estabelecidos por legislação especial ou tributária que contrariem a referida lei.

De acordo com o item 5 do Ofício Circular CVM/PTE/578/85 e Ofício Circular CVM/PTE/309/86, item 15, despesas financeiras não podem ser ativadas no estoque.

Com relação às demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, a Instrução CVM 191, de 15.07.92, estabelece, no artigo 7, o ajuste a valor presente dos itens não monetários:

“Art.7 - Os itens não-monetários deverão ser registrados pelo seu valor presente na data de sua aquisição ou formação, na forma prevista no “caput” e parágrafos do art.5”.

O art. 8 da Instrução CVM 191/92 determina que os itens não-monetários, inclusive as provisões ativas e passivas, sejam controlados em quantidades de UMC ( unidade monetária contábil ), a partir da data de sua formação ou aquisição.

## **FISCAIS**

As mercadorias, matérias-primas e bens em almoxarifado devem ser avaliados pelo custo de aquisição (art.185 do Regulamento do Imposto de Renda/80 ).

Para quem possua inventário permanente, a apuração do custo de aquisição far-se-á considerando o critério de custo médio ponderado móvel, ou, alternativamente, o custo das mercadorias adquiridas mais recentemente (PEPS ou LIFO). Para quem não possuir o inventário permanente, somente o critério PEPS é aceito - (Parecer Normativo CST 06/79, 2.4).

O art. 188 do RIR/80 estabelece: “Os estoques de produtos agrícolas, animais e extrativos poderão ser avaliados aos preços correntes de mercado, conforme as práticas usuais em cada tipo de atividade (Decreto-lei 1.598/77, art.14)”.

### **5.1.3. Paraguai**

No Paraguai, a avaliação dos estoques pode ser efetuada pelo custo histórico, custo histórico corrigido e a valores correntes, sendo estes critérios aceitos em termos fiscais.

#### **Colegio de Contadores del Paraguay**

Segundo o pronunciamento nº 2/83: “os estoques podem ser avaliados pelo custo histórico, custo histórico corrigido e a valores correntes, sendo este procedimento evidenciado em notas explicativas;

O estoque de mercadorias e produtos considerados obsoletos devem ser avaliados pelo valor líquido de realização;

Deverá ser indicada a existência de ônus sobre os estoques, ou, se os mesmos forem oferecidos como garantia, devem ser registrados os passivos correspondentes.”

O pronunciamento nº 3 estabelece que, sendo utilizado o custo histórico, o critério de apropriação preferencialmente é o PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai). Poderá ser utilizado o UEPS ( último que entra, primeiro que sai ) desde que seja evidenciado a diferença entre o valor apresentado no balanço e:

a) o menor valor dos estoques obtidos, pelo método PEPS, média ponderada e o valor líquido de realização;

b) o valor dos estoques avaliados pelo valor líquido de realização.

## **FISCO** Lei das Sociedades Comerciais

Segundo a legislação fiscal Lei nº 125/91, artigo 13, os estoques podem ser avaliados pelo custo histórico ou pelo custo histórico corrigido e a valores correntes. Serão aceitas, também, outras formas de avaliações que sejam adequadas aos negócios da companhia, desde que sejam uniformes e não ofereçam dificuldades de fiscalização.

## **Comisión Nacional de Valores**

Segundo Resolución nº 5/92, Anexo I, os estoques devem ser avaliados pelo seu custo ou pelo valor de mercado, o menor dos dois. Poderá também ser avaliado pelo custo de reposição ou reprodução da data de encerramento do balanço, sendo que, nesse caso, todos os itens dos estoques deverão obedecer esse mesmo critério de avaliação. Os ganhos ou perdas decorrentes da manutenção dos estoques deverão ser apropriados ao resultado do período.

Os bens fungíveis (produtos agropecuários, minerais, etc.), serão avaliados pelo valor líquido de realização ou pela cotação do dia nos mercados onde são habitualmente comercializados. Ambos líquidos dos gastos de comercialização, impostos e outros.

### **5.1.4. Uruguai** nº 29 que trata das Demonstrações Financeiras em economias hiperinflacionárias, em relação aos estoques, considerado como item não monetário, o seu valor de aquisição deve ser corrigido monetariamente.

No Uruguai, os estoques podem ser avaliados pelo custo histórico, custo histórico corrigido ou valores correntes. Estes critérios também são aceitos pelo Fisco.

Nota: a Legislação e o "Colegio de Contadores y Economistas del Uruguay" admite como válida, no País, as Normas Internacionais de Contabilidade.

## **Legislação das Sociedades Comerciais del Uruguay**

Segundo Decreto 105/91 que regulamenta o artigo nº 91 da Lei 16.060, os estoques serão avaliados pelo custo de produção ou valor de mercado na data do encerramento do balanço, conforme determina a NIC nº 2 (revisada em 1993), que trata dos Estoques, no contexto do custo histórico.

Segundo a NIC nº 2, os estoques se constituem de bens destinados a venda, as mercadorias em processo e as matérias-primas.

Os estoques devem ser avaliados pelo custo histórico ou pelo valor líquido de realização, dos dois o menor.

O critério de apropriação deve ser o PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) ou Custo Médio Ponderado.

Poderá ser utilizado, como forma alternativa o UEPS (último que entra, primeiro que sai).

As NICs de números 15 e 29 estabelecem que os estoques devem ser avaliados pelo custo histórico corrigido.

A NIC nº 15 trata das informações que refletem os efeitos das mudanças de preços.

As empresas devem divulgar esses efeitos em notas complementares, ou nas próprias demonstrações financeiras, devendo evidenciar também o método adotado e a natureza dos índices utilizados.

A NIC nº 29 que trata das Demonstrações Financeiras em economias hiperinflacionárias, em relação aos estoques, considerado como item não monetário, o seu valor de aquisição deve ser corrigido monetariamente.

Quando utilizado o custo corrente, não é necessário a atualização do valor, pois o mesmo já está avaliado em moeda representativa do poder aquisitivo na data do balanço.

Nota: a Legislação e o “Colegio de Contadores y Economistas del Uruguay” admite como aplicáveis, no País, as Normas Internacionais de Contabilidade.

## Colegio de Contadores y Economistas del Uruguay

Admite os critérios das NICs de números 2, 15 e 29, já discutidas no item anterior.

### FISCO

Segundo Lei nº 16.170/90, artigo 17, os estoques devem ser avaliados pelo custo de produção ou aquisição ou pelo valor corrente.

O Fisco poderá aceitar, ainda, outros sistemas de avaliação de estoques, desde que compatíveis com o negócio, uniformes e que não ofereçam dificuldades de fiscalização.

| Item  | Classificação      | Critérios de Avaliação  |
|-------|--------------------|---|
| Ativo | Ativo Corrente     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo Histórico</li> <li>• Custo Corrigido</li> <li>• Valor de Mercado (quando este for inferior ao custo de aquisição)</li> </ul> |
| Ativo | Ativo não-Corrente | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo Histórico</li> <li>• Custo Corrigido</li> <li>• Valor de Reposição</li> </ul>  |
| Ativo | Ativo não-Corrente | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo Histórico</li> <li>• Custo Histórico Corrigido</li> <li>• Valor de Reposição</li> </ul>                                      |

## Quadro Resumo dos Estoques

No quadro abaixo, apresentamos resumidamente os principais pontos referentes aos estoques.

| País             | Composição   | Classificação   | Crítérios de Avaliação  |
|------------------|--|---|---|
| <b>Argentina</b> |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Ativo Corrente</li> <li>Ativo não-Corrente</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Valor de Reposição</li> <li>Custo Corrigido</li> <li>Custo Histórico</li> </ul>  |
| <b>Brasil</b>    | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mercadorias</li> <li>Produtos</li> <li>Matéria-Prima</li> <li>Produtos em Elaboração</li> <li>Bens de Almoxarifado</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Ativo Circulante</li> <li>Realizável a Longo Prazo</li> <li>(sendo que esta classificação depende do ciclo operacional)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Custo Histórico</li> <li>Custo Corrigido</li> <li>Valor de Mercado (quando este for inferior ao custo de aquisição)</li> </ul> |
| <b>Paraguai</b>  |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Ativo Corrente</li> <li>Ativo não-Corrente</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Custo Histórico</li> <li>Custo Corrigido</li> <li>Valor de Reposição</li> </ul>  |
| <b>Uruguai</b>   |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Ativo Corrente</li> <li>Ativo não-Corrente</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Custo Histórico</li> <li>Custo Histórico Corrigido</li> <li>Valor de Reposição</li> </ul>                                      |

## Casos especiais

| País             | Composição   | Critérios de Avaliação   |
|------------------|--|--|
| <b>Argentina</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bens Fungíveis</li> <li>• Estoques em Processo ou Construção (quando o esforço mais significativo da geração do resultado for a produção ou construção).</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor de Mercado (suas cotações menos as comissões, impostos, etc.)</li> <li>• Valor Líquido de Realização, proporcional ao estágio de produção em que se encontre o produto</li> </ul> |
| <b>Brasil</b>    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bens Fungíveis</li> <li>• Produtos agrícolas, animais e extrativos</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor de Mercado</li> <li>• Valor de Mercado</li> </ul>   |
| <b>Paraguai</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estoques Obsoletos</li> <li>• Bens Fungíveis</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor Líquido de Realização</li> <li>• Valor Líquido de Realização</li> </ul>   |
| <b>Uruguai</b>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos agrícolas, animais e extrativos (conforme NIC nº 2)</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor Líquido de Realização</li> </ul>  |

Nota: Bens Fungíveis no Paraguai e Argentina referem-se a produtos agrícolas, animais, extrativos, etc.

### Considerações Finais sobre os Estoques

Como podemos observar em relação aos estoques, as práticas que estão sendo adotadas nos quatro países são bastante diversificadas, sendo que, com exceção do Brasil que possui normas mais conservadoras, os demais possuem uma quantidade maior de alternativas para avaliar os estoques.

Dessa forma, a questão da harmonização das práticas contábeis deste item do balanço nos parece apresentar grandes dificuldades, principalmente em relação às diferenças entre as normas da Argentina e do Brasil.

Em relação ao Uruguai, com a aceitação da NIC (Normas Internacionais de Contabilidade) nº 2, a nível de regulamentação de caráter profissional e legal, talvez seja possível uma unificação de critérios sem grandes dificuldades.

O Paraguai, da mesma forma que o Uruguai, embora possua uma flexibilização em relação à avaliação dos estoques, adota a NIC nº 2 como prática legal e de caráter profissional; dessa forma, talvez não se encontrem barreiras a nível de harmonização.

Resumidamente, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai adotam critérios semelhantes de avaliação de estoques, estando, inclusive, de acordo com a NIC nº 2 (lembrando que o Paraguai e o Uruguai são mais flexíveis, ao adotar outros critérios de avaliação), enquanto que a Argentina apresenta critérios diferenciados.

## 5.2. ATIVO IMOBILIZADO

Existem duas linhas básicas de avaliação do Ativo Imobilizado, a do custo (histórico ou corrigido) e a valores correntes.

Em relação ao reconhecimento do desgaste do imobilizado através da depreciação, podemos observar uniformidade de critérios.

As reavaliações são aceitas, de maneira geral, em todos os países. Na Argentina a CNV “Comisión Nacional de Valores”, a partir de outubro de 1.992, passou a não aceitar as reavaliações.

A seguir, apresentamos as principais normas referentes ao ativo imobilizado de cada país.

### 5.2.1. Argentina

#### FACPCE - Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas

Segundo a RT 10, a admissão do custo histórico constitui uma exceção dos critérios gerais a serem utilizados e de caráter transitório. Conforme norma B.3.13:

“Poderá optar-se por um dos seguintes critérios baseados numa ordem marcada pelas práticas vigentes e com o objetivo de ir gradualmente transformando-a para passar à utilização de valores correntes: custo histórico ajustado pela inflação e valores correntes.

##### a. Custo histórico expresso em moeda constante.

Neste caso, o custo original será expresso de acordo com o *“índice de precios al por mayor - nivel general”*.

##### b. Valores Correntes

###### b.1. Custo de Reposição

Para o caso em que se encontre disponível o custo de reposição direto, será a alternativa mais recomendada. Deverá tratar-se de bens com um mercado efetivo, por exemplo, frotas de veículos de transporte para vendedores ou empregados de uma empresa, terrenos, etc.

Quando só existir no mercado bens novos de idênticas características às do bem a avaliar, se considerará o custo de reposição do novo menos a depreciação correspondente.

###### b.2. Custo original corrigido por um índice específico

Neste caso, o custo original será expresso de acordo com a “evolução de um dos índices de preços específicos a um tipo igual ou similar ao dos bens considerados”. Para que sejam

válidos, esses índices deverão ser selecionados entre os publicados pelo *INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos)*, ou calculados sobre a base deles mediante um processo que seja suscetível de verificação por parte de terceiros.

### **b.3. Avaliações técnicas (reavaliações)**

As avaliações técnicas deverão ser preparadas por profissionais independentes ou equipes interdisciplinares de profissionais independentes, em ambos os casos com a correspondente habilitação profissional e de reconhecida idoneidade nesse tipo de avaliação. Em todos os casos, será requerido a participação de um contador público.

Deverá ser analisado se os bens podem ser avaliados individualmente ou apenas considerando o seu conjunto.

As avaliações técnicas se basearão, como ponto de partida, no valor de substituição da capacidade de serviços dos bens, entendendo-se como tal o montante necessário para adquirir ou produzir aqueles que, ao fim da atividade da sociedade, tenham uma significação econômica equivalente e resultem substitutos lógicos dos existentes.

Poderá se tomar a última avaliação técnica como base para sua expressão posterior referente a índices específicos para o tipo de bens considerado. Este procedimento só poderá ser aplicado caso não se tenham produzido mudanças que gerem dúvidas sobre a validade dos resultados obtidos. No caso em que não existam índices específicos publicados pelo *INDEC* que possam ser aplicados, poderá ser utilizado o "*índice de precios al por mayor - nivel general*", devendo-se ter as mesmas precauções a respeito da validade dos resultados obtidos.

A diferença de valor surgida de uma avaliação técnica será considerada um resultado pela manutenção do bem.

Este resultado será apropriado de acordo com os seguintes pontos:

- Os efeitos relacionados com novas estimativas das vidas úteis ou o ritmo de depreciações com as variações de valores referentes à evolução do *índice de precios al por mayor*

- *nível general*, em ambos os casos até o início do exercício em que se praticou, pela primeira vez, uma avaliação técnica: a resultados de exercícios anteriores.

- A variação de valores referentes à evolução do índice “*de precios al por mayor - nível general*” durante o período corrente: a resultados do exercício.

Em notas explicativas das demonstrações contábeis, serão devidamente evidenciados esses efeitos.

## DEPRECIACÕES

Em qualquer dos critérios descritos e dependendo da natureza dos bens, serão deduzidas as depreciações acumuladas até a data de encerramento do exercício, computados sobre o valor contábil de tais bens.

Para o cálculo das depreciações, deve ser considerada, fundamentalmente, a capacidade de produção do bem, vinculando sua existência ao tipo de exploração a que corresponda, com base nos seguintes elementos de juízo:

- O valor de recuperação que presumivelmente terá o bem quando for desligado da produção;
- A capacidade de produção esperada, durante a vida útil estimada para o bem, fator cuja avaliação requer considerar:
  - \* A política de manutenção seguida pela sociedade;
  - \* As situações que poderiam provocar a obsolescência do bem (mudança tecnológica, etc.);
- A capacidade de produção já consumida pelo uso do bem em condições normais, o que gera seu desgaste ou exaustão, conforme o caso;
- A deterioração que possa ter sofrido o bem por avarias ou outras razões;

- A possibilidade de que algumas partes importantes integrantes de um bem possuir um desgaste claramente diferenciável do restante dos componentes.

A depreciação deverá iniciar-se no momento em que se manifestar quaisquer fatores de perda de valor dos bens, isto é, quando entrarem em funcionamento ou desde a sua compra ou produção.

Deverão ser identificados e expostos seus efeitos, em todos os casos em que ocorra uma das circunstâncias seguintes: a) mudança de base de avaliação ou de nova expressão; b) extensão ou redução de vida útil atribuída; c) alteração de métodos ou critérios de amortização.

Com relação aos prolongamentos ou reduções da vida útil atribuída, como nos casos de alteração nos métodos ou critérios de amortização será necessário:

- Redefinir, quando apropriado, o valor estimado de recuperação final do bem em questão, ao ser baixado;
- Estabelecer coerência entre os efeitos das mudanças ou das novas estimativas, para o passado e para o futuro;
- Contar com suficientes elementos de juízo para formular um estudo que respalde as determinações de vida útil.

## **CNV - Comisión Nacional de Valores**

Não admite a contabilização de reavaliações do ativo imobilizado.

Na realidade, a avaliação do imobilizado a valores correntes dispensaria as reavaliações.

## **FISCO**

Em relação a avaliação dos bens, não trata especificamente, donde concluímos a aceitação dos critérios contábeis.

A respeito da depreciação, utiliza o conceito de vida útil, sendo que suas taxas, em alguns itens, são diferentes das adotadas no Brasil. Por exemplo: automóveis na Argentina têm vida útil estimada de 15 anos, enquanto no Brasil é de apenas cinco anos.

### 5.2.2. Brasil

No Brasil, para a avaliação do imobilizado prevalece o custo histórico corrigido.

As reavaliações são aceitas.

## LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

A Lei 6.404/76, item IV do art. 179, classifica os seguintes itens:

“No ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;”

Os critérios de avaliação dos componentes deste grupo são tratados no item V do art. 183:

“V - os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzidos do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão.”

## CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

O CFC define ativo imobilizado na NBC-T.3.2 - do balanço patrimonial:

“Imobilizado

**CVM** São os bens e direitos, tangíveis e intangíveis, utilizados na consecução das atividades-fim da entidade.”

no parecer de Orientação 24, de 15/01/92, a CVM trata da consolidação das Notas Explicativas. Quanto aos critérios de avaliações, assim estabelece:

“Os componentes do ativo imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações, amortizações e exaustões acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.”

Os bens e direitos recebidos por doação são registrados pelo valor nominal ou de mercado, o que for mais claramente identificado.

O fundo de comércio e outros valores intangíveis adquiridos são avaliados pelo valor transacionado atualizado monetariamente, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.”

## **IBRACON**

O IBRACON classifica no imobilizado “os direitos representados por bens tangíveis ou não tangíveis utilizados ou a serem utilizados na manutenção das atividades da entidade, cuja vida útil econômica, em praticamente todos os casos, seja igual ou superior a um ano e que não estejam destinados a venda ou transformação em numerário”.

Segundo o IBRACON, os bens do imobilizado são avaliados pelo custo, isto é, pelo valor do sacrifício dos bens e serviços destinados a obtê-los.

O IBRACON recomenda que os bens do imobilizado devem ser avaliados ao custo de aquisição ou de construção acrescidos de correção monetária, de modo a atualizá-los por valor correspondente à perda do poder aquisitivo da moeda, devendo, quando aplicável, ser deduzidas dos saldos das respectivas contas, a depreciação, exaustão ou amortização, também atualizadas, cujos valores devem ser destacados.

## CVM Pareceres

No parecer de Orientação 24, de 15.01.92, a CVM trata da consolidação das Notas Explicativas, estabelecendo que:

“Deverão ser divulgados os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo.”(Lei 6.404/76, art.176, e item 7 deste Parecer de Orientação.)

Segundo o Ofício Circular CVM/PTE/578/85, item 5, e o Ofício Circular CVM/PTE/309/86, item 15, as despesas financeiras não podem ser incluídas no valor do imobilizado.

A Instrução CVM 191, de 15.07.92, determina que os itens não-monetários, dentre os quais se enquadra o ativo permanente, devem ser registrados por seu valor presente, na data de sua aquisição ou formação.

## FISCAIS

Os bens classificados no ativo imobilizado devem ser agrupados levando-se em consideração sua natureza e as taxas anuais de depreciação, amortização ou exaustão a eles aplicáveis, de acordo com o art.11, item II, da Lei 7.799, de 10.07.89.

“II - os bens do imobilizado devem ser agrupados em contas distintas segundo sua natureza e as taxas anuais de depreciação ou amortização a eles aplicáveis; os imóveis, os recursos minerais e florestais e as propriedades imateriais deverão ser registrados em subcontas separadas.” (Ratificado pelo Decreto 332/91).

Sua classificação de qualquer natureza, estas devem ser indicadas em notas explicativas.

### 5.2.3. Paraguai

Em relação ao imobilizado de uma maneira geral, os mesmos devem ser avaliados pelo seu custo histórico corrigido e depreciados pelo desgaste efetivo dos bens. Excepcionalmente, aceita-se o valor de mercado.

Existe divergência entre o FISCO e a CNV no tocante à classificação dos bens para locação, sendo que o fisco os considera como imobilizado, enquanto a CNV como investimento.

### Colegio de Contadores del Paraguay

Segundo o Pronunciamento nº 2 são considerados ativo fixo:

Imóveis, Máquinas e Equipamentos.

Os imóveis, máquinas e equipamentos serão apresentados no balanço por seus valores originais, ajustados segundo o caso, deduzindo - se a depreciação.

Em caso de juros de financiamentos, sobre os ativos em períodos de construção ou instalação, se fizerem parte dos custos desses ativos, deve ser mencionado, em notas explicativas, o valor desses juros, enquanto existir essa prática.

Deverá ser apresentada, em quadro complementar, a classificação dos principais bens que integrem o ativo fixo e suas alterações durante o exercício, inclusive a depreciação.

Nos casos de ativos totalmente depreciados e que ainda estão em operação, devem ser demonstrados pelo seu valor de custo e separadamente a depreciação correspondente.

### 5.2.4. Uruguai

Quando existir capacidade não utilizada de uma planta e for significativa, deverá ser apresentada, em notas explicativas, a razão desse acontecimento e os planos da empresa para eliminar essa improdutividade.

Nos casos de restrições de qualquer natureza, estas devem ser indicadas em notas explicativas.

Quando não puder ser mais utilizado, o ativo deve estar registrado pelo seu valor líquido ou o valor líquido de realização, o que for menor.

### **INV - Inspección Nacional de Valores**

Considera-se ativo imobilizado, os bens tangíveis destinados a serem utilizados na atividade principal da sociedade, incluindo aqueles que estão em construção, montagem ou em trânsito e os adiantamentos para aquisição dos bens.

Os ativos serão avaliados pelo custo de aquisição ou construção corrigido.

Os bens destinados à locação ou arrendamento deverão ser classificados em investimentos.

### **FISCO**

É obrigatória, para fins fiscais, a atualização dos valores do ativo fixo e de suas depreciações.

A atualização será baseada na aplicação do percentual de variação do índice de preços ao consumidor, da data do último balanço até a data de encerramento do balanço atual.

Considera-se como ativo fixo, inclusive, os bens destinados à locação.

#### **5.2.4. Uruguai**

Os bens tangíveis compreendem bens do ativo imobilizado e são avaliados pelo seu custo histórico corrigido.

O FISCO não especifica se os bens intangíveis são parte ou não do ativo imobilizado, mencionando o termo ativo fixo.

A depreciação de bens imóveis e equipamentos com o seu uso, podendo, entretanto vir a ser afetada por outros fatores, tais como: obsolescência, deterioração, etc. Dessa forma, a vida útil

**Decreto 103/91**

São considerados como imobilizado, os bens tangíveis que são utilizados na atividade da empresa, que têm vida útil estimada superior a um ano e que não são destinados à venda. Também são considerados os bens em construção ou em processo de instalação e todos os recursos destinados à incorporação destes bens.

Deve ser apresentado o valor do bem das respectivas depreciações e amortizações.

### **NIC 16 Contabilização do Ativo Imobilizado (revisada em 1993)**

O IASC conceitua ativo imobilizado como ativos tangíveis adquiridos por uma empresa para serem usados na atividade operacional, para alugar a terceiros ou para fins administrativos. E espera-se que seja utilizado durante mais de um ano.

O imobilizado deve ser avaliado pelo seu custo, sendo o mesmo composto de:

preço de compra, incluindo despesas de importação e impostos não reembolsáveis, e quaisquer outros custos diretamente atribuídos para colocar o bem em condições de uso, considerando-se os descontos como diminuição do custo.

Aceita-se a reavaliação dos ativos.

### **DEPRECIAÇÃO**

A depreciação de um imobilizado precisa ser realizada em uma base sistemática, durante a sua vida útil. O método utilizado deve refletir a forma como os benefícios econômicos futuros do

ativo são consumidos pela empresa. A parcela de depreciação para cada período será reconhecida como um gasto a menos incluído nos ativos, ou seja, será subtraída do valor total do ativo.

A depreciação do bem acontece geralmente com o seu uso, podendo, entretanto vir a ser afetada por outros fatores, tais como obsolescência, ociosidade, etc.. Dessa forma, a vida útil estimada de um bem deve levar em conta, entre outros fatores, a capacidade esperada do ativo, sua produção física, número de turnos a ser utilizado, programas de manutenção, obsolescência e limites legais ou contratuais de utilização.

Os critérios de depreciação a serem adotados podem ser: o método da linha reta, o método do saldo decrescente e o método da soma dos dígitos.

A vida útil de um bem deve ser revisada periodicamente, assim como o critério de depreciação adotado.

## FISCO

Entende-se como bens do ativo fixo aqueles destinados às atividades da empresa, sendo que os imóveis também são considerados ativo fixo com exceção dos destinados à venda.

A atualização de valores dos bens do ativo fixo e suas amortizações é obrigatória para efeitos fiscais. Ela deverá ser feita anualmente, tendo como base a variação do índice geral de preços.

## Quadro Resumo do Imobilizado

Apresentamos abaixo, resumidamente, a composição, a classificação e os critérios de avaliação do imobilizado nos países do MERCOSUL.

| País             | Composição  | Classificação  | Crítérios de Avaliação   |
|------------------|---|--|--|
| <b>Argentina</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bens de Uso - Tangíveis</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ativo não corrente</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo Corrigido</li> <li>• Valor Corrente</li> <li>• Custo de Reposição</li> <li>• Custo Corrigido por índice específico</li> </ul> |
| <b>Brasil</b>    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bens Tangíveis e Intangíveis</li> <li>• não incluem bens destinados à locação</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ativo Permanente</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo Histórico</li> <li>• Custo Corrigido</li> </ul>   |
| <b>Paraguai</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bens Tangíveis</li> <li>• incluem bens destinados à locação</li> </ul>                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ativo não Corrente</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo Corrigido</li> </ul>  |
| <b>Uruguai</b>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bens Tangíveis</li> <li>• incluem bens destinados à locação</li> </ul>                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ativo não Corrente</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo Corrigido</li> </ul>  |

### 5.3. Considerações Finais sobre o Imobilizado

A composição do imobilizado nos quatro países é praticamente a mesma, à exceção do Brasil que considera como ativo imobilizado bens intangíveis e não considera assim os bens para fins de renda (locação).

Quanto à classificação, todos classificam o imobilizado como não corrente, sendo que, no Brasil, há um grupo específico: o Ativo Permanente.

Em relação aos critérios de avaliação, todos são uniformes, utilizando, basicamente, o custo histórico/ histórico corrigido para a avaliação dos bens, à exceção da Argentina que tem como prioridade a avaliação a preços de reposição.

A diferença mais acentuada em relação ao imobilizado reside na diferença entre os critérios de avaliação da Argentina e dos demais países, ou seja, a valores históricos e a valores correntes

### **5.3. AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS**

Os critérios de avaliação dos investimentos em sociedades coligadas e controladas apresentam-se uniformes em relação à forma de contabilização e à base de cálculo.

As divergências existentes em relação a este tópico residem na aplicação do critério de avaliação por Equivalência Patrimonial.

A seguir, apresentamos as principais normas vigentes relativas à avaliação de investimentos.

#### **5.3.1. Argentina**

##### **FACPCE**

A Resolución Técnica nº 5 normatizou os procedimentos a serem adotados quanto à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas.

##### **ALCANCE**

- Participações compreendidas:

Os investimentos permanentes em sociedades sobre as quais se exerça o controle (controladas ou subsidiárias) devem ser avaliados conforme o método do valor patrimonial proporcional (equivalência patrimonial). Sobre essa base, deve-se computar também os resultados produzidos por tais investimentos.

A alternativa mais apropriada para a avaliação dos investimentos permanentes, em sociedades sobre as quais se detem o controle ou exerça uma influência significativa nas decisões, é o método do valor patrimonial proporcional.

Para aplicação desse método, devem ser seguidos os pontos estabelecidos nesta norma.

**Conceitos básicos:**

- **Controle**

Entende-se que se exerce o controle, quando se possui participação por qualquer título que outorgue os votos necessários para formar a vontade social, nas reuniões ou assembléias ( artigo 33, inciso 1, da lei 19.550).

Para os fins desta norma, considera-se que, contar com os votos necessários para formar a vontade social, implica possuir mais de 50% dos votos possíveis, direta ou indiretamente, na data de encerramento do exercício da sociedade controladora.

- **Influência significativa**

Entende-se que se exerça influência significativa quando:

- \* A posse, por parte da empresa detentora, de uma participação tal da sociedade coligada que outorgue os votos necessários para influir na aprovação de seus demonstrativos contábeis e na distribuição de lucros;
- \* A representação na diretoria ou órgãos administrativos superiores, na sociedade coligada;
- \* A participação na fixação de políticas;
- \* A existência de operações importantes entre a sociedade investidora e a coligada (por exemplo, ser o único fornecedor/ cliente ou o mais importante, com uma diferença significativa sobre o restante);
- \* A mudança de diretores;
- \* A dependência técnica de uma das sociedades pelo respeito a outra.

Ao proceder à mencionada avaliação, deve-se também atentar para:

- \* A forma como está distribuído o resto do capital ( maior ou menor concentração em mãos de outros investidores);
  - \* A existência de acordos ou situações ( intervenções, concordatas e outras ) que poderiam outorgar a direção a algum grupo minoritário.
- Valor patrimonial proporcional (Equivalência Patrimonial)

Para fins desta instrução, entende-se por valor patrimonial proporcional o resultado da aplicação do patrimônio líquido da sociedade investida, na proporção da posse de ações ordinárias que corresponda à empresa investidora. Quando o patrimônio líquido da sociedade investidora se encontrar parcialmente integrado por ações preferenciais sem direito de acrescer - no momento da liquidação - sobre seu valor nominal, atualizado no seu caso, o valor patrimonial proporcional das ações ordinárias será calculado sobre o montante do patrimônio líquido menos o capital preferencial.

## REQUISITOS PARA A APLICAÇÃO DO MÉTODO

Para a aplicação deste método, é requisito necessário que os demonstrativos contábeis da sociedade investidora estejam preparados ou ajustados especialmente para:

- Se se tratar de sociedades controladas de acordo com o artigo 33, inciso 1, da lei 19.550: normas contábeis semelhantes às utilizadas pela sociedade controladora;
- No caso de sociedades coligadas: normas contábeis vigentes.

Quando o exercício econômico da sociedade investida tem uma data de fechamento distinta da sociedade investidora, proceder-se-á da seguinte forma:

- Deverão ser preparadas demonstrações especiais na data de fechamento da sociedade investidora.

- Excepcionalmente, poderá ser mantida a diferença entre as datas de encerramento do exercício social, desde que, não superem três meses e que durante este período, não haja fatos conhecidos que tenham modificado substancialmente a situação patrimonial e financeira, bem como os resultados da sociedade investida. No caso de não coincidirem as datas de fechamento, deverá ainda ser considerado o efeito da desvalorização da moeda entre as datas.

## MÉTODO

### Demonstração da situação patrimonial

A participação deve ser calculada como resultante da aplicação no patrimônio líquido da sociedade investida na proporção da posse de **ações ordinárias** que a sociedade investidora possui sobre o patrimônio líquido da sociedade investida.

### Demonstração de resultados

Na demonstração de resultados da empresa investidora, incluir-se-á a proporção que lhe corresponda sobre o resultado da empresa investida, líquido das eliminações.

Os dividendos em espécie não implicam em resultados para a sociedade investidora, uma vez que eles reduzem o valor patrimonial proporcional do investimento. Os dividendos em ações não modificam quantitativamente o patrimônio líquido da sociedade investida.

### Ajustes

Os erros significativos nas demonstrações contábeis da sociedade coligada deverão ser corrigidos, computando-se, no valor da participação e no resultado do exercício, o efeito correspondente desses erros.

Se efetuados ajustes ao patrimônio líquido da investida, deverá computar-se o efeito correspondente sobre o valor da participação e sobre o resultado do exercício.

## Tratamento na aquisição dos investimentos

### Caso geral:

Quando o custo do investimento difere do valor do patrimônio proporcional, assim se procederá:

- A porção da diferença imputável a desvios das normas contábeis vigentes, ou a erros contábeis cometidos pela sociedade investida, incidirão sobre o valor do investimento.
- A porção imputável das diferenças que possam existir entre os valores contábeis dos ativos ou passivos da investida e seus respectivos valores correntes, objetivamente verificáveis, serão imputados ao valor do investimento.
- Em relação ao restante da diferença, o procedimento será o seguinte:
  - Os excessos não imputados do custo sobre o valor patrimonial proporcional corrigido serão computados como um ganho ("llave") ou como uma perda, segundo resultem das circunstâncias específicas da operação que os originaram;
  - Os efeitos não imputados do custo sobre o valor patrimonial proporcional corrigido serão considerados como um lucro do período ou serão diferidos conforme as circunstâncias específicas da operação que lhe tenha dado origem.

## APLICAÇÃO DO MÉTODO DURANTE A AQUISIÇÃO

Para a aplicação do método durante a aquisição, deverão ser consideradas as seguintes normas:

- A empresa investidora imputará a seus resultados a proporção que corresponda sobre os lucros ou perdas da empresa investida, com prévia eliminação dos

resultados originados em operações com a investidora que não foram ainda transacionados com terceiros, líquido de seu efeito tributário. Estas eliminações devem ser efetuadas na proporção correspondente à participação da empresa investidora na investida.

- Deve-se considerar a procedência da absorção - com lançamento em resultados - das diferenças e do correspondente entre o valor de custo e o valor patrimonial proporcional. Nesse aspecto, se a diferença se vincula com determinados ativos, deve ser considerada sua desvalorização ou eventual venda por parte da empresa investida.
- Nos casos em que se prevê transferências de lucro da sociedade investida à investidora, deverá ser computado o efeito tributário que possa lhe corresponder; do mesmo modo, se deverá proceder com qualquer imposto sobre os benefícios tributários não distribuídos, no caso de existirem.
- As operações da sociedade investida ou outros fatos que afetarem o total de seu patrimônio líquido sem incidir nos resultados, devem ser considerados nas demonstrações contábeis da investidora com igual sentido.
- Os dividendos em espécie não implicam em resultados para a empresa investidora, uma vez que eles reduzem o valor patrimonial proporcional do investimento.

As capitalizações de lucros e outros saldos integrantes do patrimônio líquido da sociedade investida não modificam quantitativamente e, em consequência, não requerem registro contábil algum na sociedade investidora.

## CONTABILIZAÇÃO DE VENDAS

### Caso geral:

O resultado da venda de um investimento avaliado pelo método do valor patrimonial proporcional será determinado deduzindo-se, do preço de venda, o valor registrado no

investimento, corrigido - no caso - pelo valor correspondente e os saldos das contas de patrimônio líquido vinculadas ao investimento.

#### **Caso especial:**

Se, como consequência de uma venda parcial ou por outra circunstância, desaparecerem os fatores que justificam a aplicação do método, esta será descontinuada. Em tal caso, o investimento deverá ser avaliado de acordo com o critério correspondente, dentro das normas contábeis em vigor. A diferença entre o valor assim determinado e o valor patrimonial proporcional deverá incidir sobre os resultados do exercício em que a aplicação do método se tornou disponível. Também serão cancelados contra resultados o valor correspondente e as contas de patrimônio líquido vinculados ao investimento.

### **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SOCIEDADE INVESTIDORA**

Deve-se incluir uma nota nas demonstrações contábeis da sociedade investidora, uma síntese do procedimento aplicado, informando, no mínimo:

- As sociedades em que se aplicou o método;
- A percentagem da participação no capital.
- O cumprimento da norma aplicável quando a data de encerramento das demonstrações contábeis de sociedades controladas ou coligadas difere da data de fechamento daquela da investidora.
- A indicação se todas as sociedades vinculadas utilizam os mesmos critérios contábeis. Em caso contrário, indicar as diferenças existentes.

As normas acima devem ser aplicadas sem prejuízo daquelas previstas na lei 19.550.

\*Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

## PARECER DO AUDITOR

Requer-se opinião de um profissional independente sobre as demonstrações contábeis das sociedades controladas ou vinculadas utilizadas na aplicação do método do valor patrimonial proporcional.

## VIGÊNCIA

Essas normas terão vigência para as demonstrações contábeis de encerramento do exercício correspondente aos iniciados a partir de 23/09/83 e para todos os posteriores, incluindo os de períodos intermediários.

## CNV - Comisión Nacional de Valores

Não se aceita a defasagem de datas de encerramento do exercício social se a investida é uma empresa de capital aberto.

Nos demais casos é aceita a defasagem, entretanto, não poderá ser alterada esta condição posteriormente.

### 5.3.2. Brasil

## LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

O artigo 178, que dispõe sobre a estrutura das contas no balanço, classifica os investimentos como o primeiro subgrupo do ativo permanente, segundo o critério da ordem decrescente de grau de liquidez estabelecido em seu parágrafo primeiro.

O artigo 179 determina quais contas devem integrar o subgrupo investimentos:

"Art. 179: As contas serão classificadas do seguinte modo:

Em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa."

"Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

Os investimentos em participações no capital social de outras sociedades, ressalvado o disposto nos artigos 248 e 250, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas.

"Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos relevantes em sociedades coligadas sobre cuja administração tenha influência, ou que participe com 20% ou mais do capital social, e em sociedades controladas, serão avaliados pelo valor de patrimônio líquido, de acordo com as seguintes normas:..."

Com relação às participações societárias permanentes, a lei estabelece dois critérios de avaliação, mutuamente excludentes: a) pelo valor de aquisição; ou b) pelo valor do patrimônio líquido, mais conhecido como método da equivalência patrimonial.

A aplicação do método da equivalência patrimonial subordina-se à satisfação cumulativa de dois requisitos básicos: 1) que o investimento seja relevante para a companhia investidora; e 2) que a empresa investida seja controlada, ou, se coligada, que a investidora tenha influência sobre sua administração, ou participe com 20% ou mais de seu capital social.

## **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**

O CFC define investimentos permanentes como as participações em sociedades além dos bens e direitos que não se destinem à manutenção das atividades-fim da entidade.

Destaca também que os investimentos permanentes serão avaliados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente, ou com base no valor de patrimônio líquido.

São avaliados com base no valor do patrimônio líquido:

a) o investimento relevante em cada coligada, quando a investidora tenha influência na administração ou quando a porcentagem de participação da investidora representar 20% ou mais do capital social da coligada;

b) os investimentos em cada controlada;

c) os investimentos em coligadas e/ou controladas, cujo valor contábil seja, em conjunto, igual ou superior a 15% do patrimônio líquido da investidora.

## **IBRACON**

O IBRACON, através de seu pronunciamento "VI - Investimentos: Participações em Outras Sociedades", traça as diretrizes básicas de avaliação de tais investimentos. O referido pronunciamento abrange as participações em sociedades coligadas e controladas e as participações em outras sociedades de natureza permanente, voluntárias ou decorrentes de incentivos fiscais.

O IBRACON fundamenta grande parte de seu pronunciamento na Lei 6.404/76, na Instrução CVM 01/78 e na legislação do Imposto de Renda em vigor.

## **CVM**

A Instrução número 01, de 27.04.78, desce a detalhes quanto aos procedimentos necessários à avaliação dos investimentos, embora aplicável somente às companhias abertas. Outro aspecto importante é que, por força do Parecer Normativo 78/78, essa norma da CVM tem eficácia inclusive para efeitos fiscais.

## FISCAIS

A legislação fiscal, acerca de investimentos permanentes, está basicamente consubstanciada no Regulamento do Imposto de Renda/80, além dos Pareceres Normativos CST 78/78 e 108/78.

De forma geral, pode-se dizer que a legislação fiscal obedece aos preceitos estabelecidos pela Lei 6.404/76 e Instrução 01/78 da CVM, já que, em relação a esta última, foi-lhe atribuída eficácia para efeitos fiscais pelo Parecer Normativo 78/78. O Decreto-lei 1.598/77 estendeu a aplicabilidade dos dispositivos contábeis da referida lei a todos os contribuintes tributados pelo lucro real.

### 5.3.3. Paraguai

#### CNV - Comisión Nacional de Valores

Investimentos permanentes em sociedades controladas ou naquelas em que se exerça um certo grau de influência em suas decisões, devem ser avaliados, no encerramento do exercício, pelo Valor Patrimonial Proporcional (VPP), ou seja, pela Equivalência Patrimonial desde que:

As demonstrações das sociedades controladas devem estar de acordo com as normas da CNV e devem ter a mesma data de encerramento do exercício social da controladora. Poderão ser aceitas demonstrações com até 3 meses de defasagem das datas de encerramento do balanço da controladora, desde que não tenha havido alterações significativas.

As demonstrações tomadas como base para determinação do valor da equivalência patrimonial devem ser auditadas por auditores externos independentes.

## NIC 28

Esta norma refere-se à contabilização de investimentos em sociedades coligadas ou controladas

Associada é uma empresa não subsidiária na qual a investidora tem influência significativa.

**Influência significativa:**

Se um acionista possui, direta ou indiretamente, 20% ou mais das ações com direito a voto de uma companhia, supõe-se que tenha influência significativa.

Subsidiária é uma empresa que é controlada pela outra.

Os investimentos efetuados em outras empresas devem ser avaliados de maneira a refletir o valor real dos benefícios futuros gerados.

Dois métodos são adotados para avaliação dos investimentos: o método de equivalência patrimonial e o de custo.

No método de custo, o investimento é avaliado com base no de aquisição, permanecendo a custo histórico sujeito a reavaliações ou atualizações monetárias.

No método de equivalência patrimonial, o investimento inicialmente é contabilizado pelo seu custo, sendo posteriormente ajustado pelas mutações subseqüentes do patrimônio líquido da investida, proporcionalmente ao seu percentual de participação.

### **5.3.4. Uruguai**

Em suas legislações próprias, não são referenciados os investimentos em coligadas e controladas, sendo, então, admitida a utilização da NIC 28 (descrita acima) para esse fim. Observa-se, no entanto, que esta norma não é considerada de caráter obrigatório, mas sim optativo.

### Quadro Resumo dos Investimentos Permanentes

Os investimentos permanentes podem ser avaliados de duas formas: pelo seu custo ou pela equivalência patrimonial. O critério a ser utilizado depende das condições em que os investimentos foram efetuados.

A seguir, apresentamos resumidamente as condições para que o investimento seja avaliado pela Equivalência Patrimonial.

#### Os Investimentos em Coligadas e Controladas

| País      | Coligadas  | Controladas                      | Critérios de Avaliação               |
|-----------|--|----------------------------------|--------------------------------------|
| Argentina | • Ter influência significativa(*)  | Ter preponderância nas decisões. | • Equivalência Patrimonial           |
| Brasil    | • Ter influência, mais de 20% do Capital Social.   |                                  | • Equivalência Patrimonial<br>• (**) |
| Paraguai  | • Ter influência significativa, ou seja, ter no mínimo 20% das ações com direito a voto, sem ser controlada. |                                  | • Equivalência Patrimonial           |
| Uruguai   | • Idem ao do Paraguai  |                                  | • Equivalência Patrimonial           |

(\*) Não há especificação em percentuais

(\*\*) No Brasil, além das condições de controlada ou coligada, os investimentos também devem ser considerados relevantes em relação ao Patrimônio Líquido da investidora.

Os demais investimentos são avaliados pelo Custo, sem grandes diferenças adicionais das apresentadas no quadro acima.

## 5.1 Considerações Finais sobre os Investimentos

Em relação à forma de contabilização dos investimentos permanentes, quer pelo método de custo quer pelo de equivalência patrimonial, não detectamos divergências significativas de procedimentos que mereçam ser destacadas. Já em relação à aplicação ou não do método de equivalência patrimonial, destacamos algumas diferenças:

No Brasil, para aplicação do método é necessária a satisfação cumulativa de dois requisitos: que o investimento seja em controlada ou coligada e que o mesmo seja relevante.

Nos demais países, somente a condição de coligada ou controlada é suficiente para aplicação do método de Equivalência Patrimonial.

O conceito de coligada também é diferente no Brasil, sendo admitida a participação de 20% sobre o total do capital social, sem discriminação específica de direito a voto ou não, entendendo-se que uma empresa possa ser considerada coligada quando o investidor possuir 20% de suas ações preferenciais.

Em relação a aquisição de investimentos com ágio ou deságio, em algumas situações tais como diferença do valor contábil do ativo e seus valores correntes, são considerados como investimentos.

## 5.4. ATIVO DIFERIDO DE CONTABILIDADE

### 5.4.1. ARGENTINA

Na Argentina, não existe especificamente o grupo do Ativo Diferido, sendo que os gastos pré-operacionais, de organização e similares, são considerados como intangíveis.

São considerados também intangíveis as marcas e patentes, good will, etc..

### 5.4.2. BRASIL

#### LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

No artigo 179, está definido que:

" No ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais."

Quanto aos critérios de avaliação dos ativos diferidos, o art. 183 menciona:

"Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VI - o ativo diferido, pelo valor do capital aplicado, deduzido do saldo das contas que registrem a sua amortização.

Parág.3 Os recursos aplicados no ativo diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não superior a 10 anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes, (...)

## **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**

A NBC-T-3.2 - Do Balanço Patrimonial trata do Diferido no subitem 3.2.2.10, onde define que este subgrupo integra o grupo do Permanente e é constituído pelas aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Quanto à avaliação, dispõe que "os componentes do ativo diferido são avaliados ao custo de aplicação, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base no período em que serão auferidos os benefícios deles decorrentes a partir do início da operação normal."

## **IBRACON**

Em seu pronunciamento VIII - DIFERIDO, o IBRACON afirma que classificam-se no ativo diferido as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. Estão compreendidas, nesta classificação, entre outras, as despesas de organização, custo de estudos e projetos, despesas pré-operacionais, etc.

As aplicações de recursos classificáveis no ativo diferido serão registradas ao custo monetariamente corrigido e amortizadas a partir do início das operações normais da empresa ou do período em que passem a ser usufruídos os benefícios delas decorrentes, até a cessação desse usufruto.

## **CVM**

Através da Deliberação CVM 29, de 5.2.86, a Comissão de Valores Mobiliários aprovou e referendou o pronunciamento do IBRACON sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, encampando, assim, o entendimento do IBRACON.

O artigo 6 da Instrução CVM 191, de 15.07.92, define que os elementos do ativo permanente são itens não-monetários. O artigo 7 da mesma Instrução estabelece que os itens não-monetários devem ser registrados por seu valor presente na data de aquisição ou formação.

O artigo 8 da referida Instrução determina que os itens não- monetários devem ser controlados em quantidades de UMC, a partir da data de sua formação ou aquisição.

## FISCAIS

O Decreto-lei número 1.598/77, que estabeleceu normas de direito tributário para adaptar a legislação do imposto sobre a renda às inovações da lei de sociedades por ações, no parágrafo 1 do seu artigo 15, definindo o tratamento fiscal a ser dado aos ativos diferidos mencionados na lei 6.404/76, diz:

"Parágrafo 1: poderão ser amortizados os encargos e as despesas, registrados no ativo diferido, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, tais como:

- a) os juros durante o período de construção e pré-operação;
- b) os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais ou de implantação do empreendimento inicial;
- c) os custos, despesas e outros encargos com a reestruturação, reorganização ou modernização da empresa."

### 5.4.3. Paraguai

Especificamente em suas legislações e pronunciamentos não encontramos referências ao Ativo Diferido.

Os itens considerados no Ativo Diferido pelo Brasil, fazem parte dos Bens Intangíveis.

Em relação as NIC's temos a de nº 29 que trata especificamente dos custos de pesquisa e desenvolvimentos, não sendo ampliada para as demais contas pertencente ao ativo diferido.

#### 5.4.4. Uruguai

Idem ao Paraguai.

#### Quadro Resumo do Ativo Diferido

Não é uniforme o tratamento das contas que compõem o Ativo Diferido.

Abaixo apresentamos o quadro resumo.

| <b>País</b>      | <b>Composição</b>  | <b>Ativo Diferido</b>        |
|------------------|--------------------|------------------------------|
| <b>Argentina</b> | . Bens Intangíveis | . Não há.                    |
| <b>Brasil</b>    | . Bens Intangíveis | . Existe esta classificação. |
| <b>Paraguai</b>  | . Bens Intangíveis | . Não há.                    |
| <b>Uruguai</b>   | . Bens Intangíveis | . Não há.                    |

Nos casos da Argentina, Paraguai e Uruguai, não encontramos o grupo ativo diferido. Existe a figura dos Bens Intangíveis, que na realidade abrange não só os itens considerados como Ativo Diferido no Brasil, gastos de organização, pesquisa e outros, como também alguns itens intangíveis considerados no Imobilizado, como Marcas e Patentes.

No Brasil temos o grupo do Ativo Diferido.

### 5.5. Arrendamento Mercantil

“As operações de leasing ou arrendamento mercantil são aquelas em que, através de um contrato, uma empresa arrendadora formalmente concede a uma arrendatária o direito de uso de determinado bem, durante um período especificado.”<sup>18</sup>

Existem dois tipos de modalidades de arrendamento, o financeiro e o operacional.

O arrendamento financeiro caracteriza-se por uma compra de ativo financiada onde geralmente o arrendador transfere ao arrendatário todos os riscos e os benefícios de possuir um ativo e existe a opção de compra no final do contrato.

O arrendamento operacional caracteriza-se como uma locação de bens.

Nossa abordagem contábil acerca do “leasing” será em relação a empresa arrendatária.

#### 5.5.1. Argentina

Na Argentina, até onde pudemos apurar, não existe nenhuma norma contábil profissional ou pronunciamento acerca do tratamento contábil a ser dispensado as operações de arrendamento.

Enrique J. Reig, em sua obra “Impuesto a las Ganancias”, comenta que o tratamento fiscal do leasing financeiro seria o do reconhecimento como bens adquiridos desde o momento inicial da operação, pelo locatário, considerando uma compra com financiamento e formariam parte de seus bens ativos, depreciados em função das normas gerais que regem as empresas.

<sup>18</sup> Normas e Práticas Contábeis no Brasil. FIPECAFI e Arthur Andersen. Editora Atlas, 2ª edição. São Paulo

### 5.5.2. Brasil

#### LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

A Lei 6.404/76 não trata especificamente da operação de leasing. Aborda em linhas gerais sobre a necessidade de revelação aos usuários do critério de avaliação dos elementos patrimoniais, bem como dos ônus reais sobre os ativos e dados relativos às obrigações a longo prazo.

#### IBRACON

Segundo o IBRACON, os contratos com opção de compra ou garantia da transferência da propriedade do bem para o arrendatário ao final do contrato, ou ainda a transferência da posse do bem durante um período substancial de sua vida útil, caracterizam-se como operações de financiamento. Assim, o Instituto sugere, a partir da essência econômica da transação, a contabilização do bem no imobilizado e os pagamentos futuros como cancelamento da dívida contraída, devendo os juros da operação e a depreciação do bem ser registrados nos resultados dos períodos aos quais competirem.<sup>19</sup>

#### CVM

O Parecer de Orientação 15 de 28.12.87, em seu item 4, tece algumas considerações sobre as notas explicativas referentes a operações de arrendamento mercantil. Nesse parecer é ressaltado o aspecto informativo da Contabilidade, a qual deve basear-se, se necessário, na essência econômica em vez da forma jurídica da qual se reveste, pois especificamente as operações de arrendamento mercantil, na essência, se caracterizam como operações de financiamento.

Como forma de minimizar a falta de informações adequadas sobre esse tipo de operação aos usuários das demonstrações financeiras, a CVM passou a requerer das companhias abertas

<sup>19</sup> Normas e Práticas Contábeis no Brasil. Op. citada.

arrendatárias a evidenciação, em nota explicativa, das informações e os efeitos dessas operações. A companhia deve divulgar a existência de contratos de arrendamento mercantil, informando o valor do ativo e do passivo que existiriam, caso tais contratos tivessem sido registrados como operações de financiamento.

## FISCAIS

O artigo 235 do Regulamento do Imposto de Renda/80, que trata das contraprestações de arrendamento mercantil, considera custo ou despesa operacional da empresa arrendatária as contraprestações pagas ou creditadas por força de contrato de arrendamento mercantil.

### 5.5.3. Paraguai

No Paraguai não há menção explícita sobre o tratamento contábil das operações de arrendamento mercantil. Entretanto, como o “Colégio de Contadores Del Paraguay” tornou como de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Contabilidade do IASC e, posteriormente, a “Comisión Nacional de Valores” adotou-as para as empresas de capital aberto, está claro que a contabilização das operações de arrendamento mercantil deve obedecer a NIC nº 17.

A NIC nº 17 trata da contabilização dos arrendamentos por parte dos arrendatários.

Esta norma diferencia o arrendamento financeiro do operacional.

No arrendamento operacional os ativos a serem arrendados devem ser registrados como propriedade do arrendador.

A arrendatária deve registrar débitos de despesas de arrendamento correspondentes aos aluguéis incorridos ou pagos.

No arrendamento financeiro o arrendatário deve efetuar o registro do bem e da dívida.

#### 5.5.4. Uruguai

No Uruguai, o “Colegio de Contadores” aprovou em seu pronunciamento nº 11 “Normas Contables Internacionales Obligatorias y Optativas” de 1.990 e os Decretos nºs 103/91 “Estados Contables Uniformes” e 105/91 “Normas Contables Adecuadas” deram o caráter legal, tornando obrigatória a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, entre as quais a de nº 17 que trata sobre a contabilização dos arrendamentos, comentada no item anterior.

#### Quadro Resumo

##### Operações de arrendamento mercantil - Considerações na arrendadora

| <b>País</b>      | <b>Procedimentos</b>                              |
|------------------|---|
| <b>Argentina</b> | Segregação entre leasing Financeiro e Operacional |
| <b>Brasil</b>    | Não há segregação entre as duas modalidades       |
| <b>Paraguai</b>  | Segregação entre leasing Financeiro e Operacional |
| <b>Uruguai</b>   | Segregação entre leasing Financeiro e Operacional |

As operações de arrendamento mercantil na Argentina, Uruguai e Paraguai obedecem aos mesmos princípios, sendo segregados em operacional e financeiro. O leasing financeiro é considerado contabilmente como uma compra de bem financiado. No Brasil, entretanto, não há esta segregação, sendo que ambos são tratados como operacional.

## 5.6. Reconhecimento da Inflação nos Resultados

### 5.6.1. Argentina

A “Resolución Técnica” nº 6 descreve os procedimentos a serem observados para a elaboração de demonstrações contábeis em moeda constante.

#### A - Conceitos Gerais

##### a.1 - Alcance

Todas as demonstrações contábeis que se apresentem a terceiros devem expressar-se em moeda constante.

##### a.2 - “Capital a manter”

Para determinação do resultado do período, será adotado o conceito de manutenção do capital financeiro, enfoque que considera capital, o total dos pesos investidos pelos sócios ou acionistas, medidos em moeda constante.

##### a.3 - Unidade de medida

A moeda constante a ser utilizada nas demonstrações contábeis deve ser a de encerramento do período.

No caso de apresentação das demonstrações contábeis comparativas, todas devem estar expressas em moeda de poder aquisitivo de encerramento do período mais recente.

## B - Metodologia

### b.1 - Processo seqüencial

Geralmente, o processo de atualização das demonstrações contábeis em moeda constante consiste em:

- Determinação do ativo e passivo no início do exercício do período objeto de ajuste, em moeda constante dessa data, corrigindo as contas que as compõem.
- Determinação do patrimônio líquido no início do período objeto de ajuste em moeda constante dessa data, por diferença entre ativo e passivo obtidas pela aplicação da norma acima.
- Determinação em moeda de fechamento os ativos e passivos no final do período objeto de ajuste, atualizando as contas que os compõem.
- Determinação do patrimônio líquido final em moeda de fechamento do período, obtido pela diferença entre o ativo e o passivo corrigidos.
- Determinação do patrimônio líquido final em moeda de fechamento do período, excluído o resultado desse período. O resultado do exercício será obtido pela diferença do Patrimônio Líquido Inicial (em moeda constante de final de período), mais as alterações havidas (exceto pelo próprio Lucro), e o Patrimônio Líquido Final, apurado pela diferença entre ativo e passivo.
- Determinação do resultado do período em moeda de encerramento, por diferença entre o Patrimônio Líquido Final (obtido pela diferença entre Ativo e Passivo) e o Patrimônio Líquido Final, excluído o resultado deste período, conforme os dois itens precedentes.

- Determinação do resultado final do período, líquido do resultado por exposição da inflação (o resultado financeiro e de manutenção) mediante a atualização das contas da Demonstração de Resultados do Período.
- Determinação do resultado por exposição à inflação (financeiro ou de manutenção) no período, por diferença entre os dois itens imediatamente citados acima.

## b.2 - Passos para a atualização das contas

Para efeito de atualização, em moeda constante, das contas ou rubricas integrantes das demonstrações contábeis, deve-se aplicar os seguintes passos:

- Segregar os componentes financeiros implícitos contidos nos saldos das contas patrimoniais ou de resultados.
- As contas expressas em moeda de fechamento não devem ser atualizadas.
- As contas expressas em moeda de fechamento anterior ao encerramento deverão ser atualizadas em moeda da data, do seguinte modo:
  - \* Eliminação dos ajustes parciais contabilizados para refletir o efeito da inflação, a fim de evitar sua duplicação.
  - \* Determinação do momento ou período de origem das contas (anterioridade).
  - \* Cálculo dos coeficientes de atualização aplicáveis.
  - \* Aplicação dos coeficientes de correção dos valores das contas antigas, para efeito de atualizá-los em moeda de fechamento.

\* Em nenhum caso os valores determinados para os diversos ativos - por aplicação das normas precedentes - poderá exceder a seu valor recuperável, individualmente ou em conjunto, segundo indiquem as normas contábeis.

### b.3 - Segregação de componentes financeiros implícitos

- Devem ser separados os componentes financeiros implícitos contidos nos saldos de ativos ou passivos, sempre que os mesmos forem relevantes e que sua estimativa possa ser obtida razoavelmente.
- A segregação dos componentes financeiros implícitos contidos nos saldos de contas de resultados poderá efetuar-se cumprindo os requisitos enunciados na norma precedente. Esta segregação é recomendável porque melhora a apresentação dos componentes que determinam o resultado do período.

### b.4 - Atualização ( anticuación ) das contas

A atualização do saldo de uma conta consiste em seu agrupamento, segundo os seus diferentes momentos ou períodos de origem.

É razoável agrupar as contas por mês de origem a fim de se proceder a sua atualização. Enquanto não gerem distorções significativas, é aceitável decompor o saldo da conta em períodos maiores de um mês.

### b.5 - Índice a aplicar

O índice a aplicar será o “*Índice de Precios al por Mayor - Nivel General*” -, publicado mensalmente pelo “Instituto Nacional de Estadística y Censos”

#### b.6 - Coeficientes de atualização

Os coeficientes aplicáveis às diferentes contas resultam da divisão do valor do índice correspondente na data de fechamento pelo valor do índice referente à do período de origem da conta.

No caso em que as contas se agrupem em períodos de origem maiores de um mês, o coeficiente de atualização a ser aplicado será determinado, tomando-se como denominador os valores médios do índice correspondente aos meses do referido período de origem.

O índice da data de fechamento é o mesmo do último mês do período, portanto, as contas do mês de encerramento não necessitam de atualização.

#### b.7 - Valor recuperável dos ativos

A habitual comparação denominada "custo ou mercado, dos dois o menor", necessária para a avaliação final dos ativos, se entende melhor desenvolvida através da comparação entre os valores medidos em moeda de encerramento e o valor recuperável dos ativos respectivos. Por ela, e apesar de não ser um tema relativo à unidade de medida, se considera conveniente efetuar as seguintes considerações:

- **Conceito:**

Valor recuperável é o maior valor obtido entre o líquido de realização e o de utilização econômica.

- **Valor líquido de realização:**

É a diferença entre o preço de venda de um bem, ou conjunto de bens ou serviços, e os custos adicionais diretos que foram gerados até sua comercialização inclusive.

- **Valor de utilização econômica**

Segundo a natureza dos bens, poder-se-á estimar o valor de utilização econômica de maneira diferente. O conceito geral é o de significado econômico que os ativos em questão têm para a entidade em função de seu ramo de atividade e da utilização que se espera. Isto pode ser medido geralmente em função do valor atual dos ingressos líquidos prováveis que, direta ou indiretamente, se produzirão, ou de outros elementos de juízo fundamentados.

#### **b.8 - Resultado pela exposição à inflação**

No esquema mais depurado de atualização da demonstração de resultados, todos seus itens se expõem em moeda de fechamento, líquidos dos efeitos dos componentes financeiros implícitos nas operações. Isto implica, com relação aos resultados financeiros e por manutenção, que:

- O resultado por exposição à inflação compreenda o efeito desta sobre as contas monetárias (ou expostas à perda de poder aquisitivo da moeda) e nos sobrepreços ou coberturas de inflação, contidos implicitamente nas operações.
- Os resultados financeiros se expressem em termos reais (isto é, líquidos de sobrepreços ou coberturas de inflação).
- Os outros resultados por manutenção se manifestem de modo similar ao indicado acima.

b.9 - Resultados financeiros e por manutenção (incluindo o resultado por exposição à inflação)

Na demonstração de resultados em moeda de fechamento, esta conta se determina por diferenças entre o resultado final do período ( calculado em moeda constante) e o sub-total das rubricas da demonstração de resultados contábeis na moeda de encerramento.

Para efeito de partida dobrada, geralmente representa a contrapartida líquida dos ajustes efetuados em todas as contas patrimoniais e de resultados que se tenham atualizada em moeda de fechamento. Essa conta da demonstração de resultados atualizada em moeda constante será denominada: "Resultados financeiros e por manutenção ( incluindo resultados por exposição à inflação )" e compreenderá:

- O resultado por exposição à inflação, entendendo por tal somente o efeito da inflação sobre as contas monetárias ( ou expostas a perdas do poder aquisitivo da moeda).
- Os outros resultados por manutenção gerados no exercício ou período.
- Os resultados financeiros.

CNV - Comisión Nacional de Valores

Adota a RT nº 6.

O Poder executivo aprovou em seu Decreto 316/95 as disposições proibindo a aceitação das Demonstrações Financeiras que contenham ajustes por inflação pelos órgãos oficiais ( CNV, IGJ e outros ).

O referido decreto revoga as Demonstrações em Moeda Constante a partir de 04/91.

Os organismos profissionais têm questionados tal Decreto, principalmente no que tange a sua interferência em questões contábeis.

### 5.6.2. Brasil

No Brasil dois métodos de reconhecimento da inflação são utilizados: a Correção Monetária dos Balanços e a Correção Integral.

#### LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

A lei adota a Correção Monetária dos Balanços.

Neste critério, os efeitos da inflação são considerados sobre algumas importantes contas patrimoniais das empresas, basicamente ativo permanente e patrimônio líquido, sendo que no resultado todos os efeitos resultantes são reconhecidos de forma consolidada numa única conta, saldo de correção monetária (Lei 6.404/76).

#### COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Para as companhias abertas, a Comissão de Valores Mobiliários, emitiu a Instrução nº 64/87 que passou a exigir a elaboração de demonstrações em moeda de poder aquisitivo constante, de maneira complementar, em que os efeitos da inflação são reconhecidos integralmente em cada um dos seus itens de origem.

Em 1992 foi editada a Instrução nº 191/92, que instituiu a Unidade Monetária Contábil - UMC - como unidade de referência a ser utilizada pelas companhias abertas para a elaboração das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante. Estabeleceu ainda que a expressão monetária da UMC corresponderia à Unidade Fiscal de Referência - UFIR - diária, ou a qualquer outro índice que venha substituí-la. O objetivo é utilizar sempre um índice que represente de forma adequada as variações de preço da economia brasileira.

## A - Conceitos Gerais

A finalidade básica do sistema de Correção Integral é produzir demonstrações em uma única moeda para todos os itens componentes dessas demonstrações.

Deve-se ressaltar que a utilização do sistema de Correção Integral atualiza todos os valores históricos das demonstrações financeiras para uma única data, não devendo ser confundido com seus valores de mercado ou de reposição, mantendo-se, portanto, o Princípio do Custo Original como base de valor.

## B - Metodologia

Um ponto de fundamental importância é a classificação dos itens patrimoniais em dois grupos: Itens monetários e itens não-monetários.

Os primeiros são compostos pelas contas de disponibilidades e mais direitos e obrigações a serem liquidados com disponibilidades.

Dividem-se em puros, prefixados e indexados. Os puros são compostos pelas contas de valor prefixado que não contêm qualquer forma de reajuste ou atualização, como o próprio caixa em moeda nacional. Os prefixados também não têm atualização, mas possuem embutido alguma expectativa de inflação já inserida no seu valor, como Contas a Receber de vendas a prazo. Aqueles denominados indexados são as contas monetárias sujeitas a atualização por índice pós-fixado, como empréstimos em UFIR ou dólar.<sup>20</sup>

Os itens não-monetários são todos os demais, representando bens (estoques, imobilizado etc.), despesas antecipadas ou diferidas, adiantamentos a serem liquidados em bens (a fornecedores, de clientes etc.), resultados de exercícios futuros etc..

<sup>20</sup> Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. FIPECAFI 4ª edição Ed. Atlas.

Também estão contemplados na metodologia os ajustes a valor presente de direitos e obrigações, assim entendido como as expectativas inflacionárias embutidas nos valores de itens vendidos ou comprados a prazo. A Instrução CVM nº 191/92 determina que os itens monetários ativos e passivos, decorrentes de operações prefixadas, devem ser traduzidas a valor presente, com base na taxa média nominal de juros divulgada diariamente pela Associação Nacional dos Bancos de Investimentos - ANBID.<sup>21</sup>

As contas da Demonstração de Resultados são divididas pela UMC do mês de sua competência. As despesas ou receitas que estiverem sendo apropriadas em virtude de itens não-monetários do balanço, deverão ser apropriadas pelo valor corrigido desde a data de sua formação.

Os ganhos e perdas sobre os itens monetários são classificados nas respectivas contas de resultados.

## FISCO

Após o advento do plano de estabilização econômica, em que os índices inflacionários, caíram abruptamente, o Executivo emitiu norma proibindo a utilização da atualização monetária nas demonstrações financeiras das empresas relativo ao exercício de 1.996, impedindo assim o reconhecimento dos efeitos inflacionários ( Lei 9249/95).

### 5.6.3. PARAGUAI

No Paraguai, com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, nas quais incluí-se a de nº 15 que trata sobre as informações que refletem os efeitos das mudanças de preços, tornou-se obrigatório para as empresas a divulgação em notas complementares ou nas próprias

<sup>21</sup> FIPECAFI. Op. citada.

demonstrações financeiras, os efeitos das mudanças de preços nos itens mais relevantes, como ativos monetários e seus efeitos nos resultados.

A NIC nº 15, Informações que refletem os efeitos da Inflação, aborda duas formas básicas de preparar as demonstrações financeiras de forma a refletir os efeitos da inflação. Existe uma terceira forma que combina as características de ambos os métodos.

a. Poder aquisitivo constante:

Implica na atualização de todas ou algumas contas das demonstrações financeiras com a finalidade de refletir os efeitos da inflação. Baseia-se no pressuposto da manutenção dos valores históricos, mantendo-os atualizados, utilizando-se índices adequados que reflitam o nível de inflação.

Neste método as contas refletem os efeitos da inflação sobre a depreciação, custos e vendas e os lucros são considerados após a manutenção do poder aquisitivo do capital.

b. Custo corrente

Geralmente se utiliza o custo de reposição como base da atualização. O custo de reposição de um ativo significa o custo atual de aquisição de um ativo similar, novo ou usado, com capacidade produtiva ou de um potencial de serviço equivalente.

Alguns métodos de custo corrente requerem que sejam efetuados ajustes para refletir os efeitos das variações dos preços sobre os itens monetários. Outros métodos limitam esses ajustes de ativos e passivos monetários que são considerados capital de trabalho da empresa. Ambos os métodos, reconhecem que não só os ativos não monetários, mas também as contas monetárias, são elementos importantes da capacidade operativa das empresas. Um aspecto normal dos métodos dos custos correntes é que reconhecem o lucro depois de manter a capacidade operativa da empresa.

Esta NIC estabelece ainda as evidenciações mínimas: 1) os ajustes dos valores decorrentes do ativo imobilizado e custo de vendas, necessários para refletirem os efeitos da mudança do poder aquisitivo da moeda; 2) ajustes para a manutenção do capital operativo e 3) os efeitos em conjunto sobre os resultados, dos ajustes efetuados para refletir a inflação.

## FISCO

Segundo a Lei 125/91 em seu artigo 12, é obrigatória a atualização anual dos bens do ativo fixo e sua depreciação.

| FISCAL | Contabilidade              |
|--------|----------------------------|
|        | Atualização Anual          |
|        | Depreciação Parcial (120%) |
|        | Depreciação Parcial (120%) |
|        | Depreciação Parcial (120%) |

### 5.6.4. URUGUAI

O Uruguai adota basicamente os mesmos procedimentos do Paraguai, uma vez que este também adota as Normas Internacionais de Contabilidade.

## FISCO

Segundo a legislação fiscal, no artigo 11, considera-se como obrigatória a atualização anual dos bens do ativo fixo e sua depreciação.

Segundo o artigo 22, o resultado decorrente das variações de preços, será determinado pela aplicação da variação do período sobre a diferença entre os valores dos ativos, basicamente monetários, incluindo os estoques e os passivos monetários.

### Quadro resumo dos países que reconhecem os efeitos da inflação nos resultados

Em relação ao reconhecimento da inflação, podemos verificar que existiu consenso entre os países no sentido de reconhecer os efeitos da mesma. Existe, entretanto, diferenças entre as formas do seu reconhecimento. O Brasil possui a metodologia mais completa dos quatro países.

| <b>País</b>      | <b>Composição</b>   |
|------------------|---|
| <b>Argentina</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Correção Integral</li> </ul>                                     |
| <b>Brasil</b>    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Correção Integral</li> <li>• Correção Parcial (Fisco)</li> </ul> |
| <b>Paraguai</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Correção através da NIC 15</li> </ul>                            |
| <b>Uruguai</b>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Correção Parcial (Fisco)</li> </ul>                              |

Nota: Na Argentina foi revogada a legislação que autoriza as Demonstrações em moeda constante. No Brasil a legislação fiscal também proibiu o reconhecimento da inflação nos resultados das empresas.

Com a revogação da obrigatoriedade de apresentação das Demonstrações Contábeis de forma legal, tanto no Brasil como na Argentina, as informações apresentadas perderão, ao longo dos anos, sua capacidade informativa, provocando sérias distorções.

As entidades de classes profissionais e os usuários das Demonstrações Financeiras estão questionando essas imposições.

Muito, ainda, deverá ser discutido para que haja consenso. Entretanto não podemos aceitar que a contabilidade sofra interferências governamentais tão profundas e que afetem sobremaneira todos os envolvidos, usuários, profissionais, etc..

## 5.7. PUBLICAÇÃO (DISCLOSURE)

### 5.7.1 ARGENTINA

De acordo com normas contidas na “Resolución Técnica” nº 8 as demonstrações contábeis básicas compreendem:

- a) Balanço Geral;
- b) Demonstração de Resultados;
- c) Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido;
- d) Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos e Demonstração de Variações do Capital Corrente (ativo corrente menos passivo corrente);
- e) Informações Complementares.

Todavia, os artigos 3ºs da RT 8 e 9, reduzem essas exigências ao estabelecer que a apresentação da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, bem como da Demonstração de Variações do Capital Corrente somente são obrigatórias para as sociedades comerciais que:

- a) Sejam companhias abertas;
- b) Possuam capital social superior a certo valor, que, periodicamente, é atualizado pelo Poder Executivo;
- c) Seja de economia mista ou sociedade anônima com participação majoritária estatal;
- d) Explore concessões ou serviços públicos;

e) Realizem operações de capitalização ou desenvolvimento, captando recursos públicos com promessa de pagamento de prestações ou benefícios futuros.

A RT nº 8 estabelece ainda que as demonstrações básicas sejam divulgadas de forma comparativa entre dois exercícios consecutivos. Estabelece ainda que tais informações sejam ajustadas pela inflação.

### 5.7.2. BRASIL

As demonstrações financeiras são apresentadas, normalmente, seguindo as determinações da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e, no caso das companhias abertas, as normas da CVM.

De acordo com o art. nº 176 da Lei 6.404, Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações obrigatórias são: Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração de Resultados do Exercício e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Inclui também a obrigatoriedade de apresentar as demonstrações do exercício anterior de forma comparativa.

A CVM, através da Instrução nº 191/92, torna obrigatório para as companhias de capital aberto, a publicação de demonstrações em moeda de poder aquisitivo constante.

### 5.7.3. PARAGUAI

No Paraguai, a “Comisión Nacional de Valores”, através da Res. nº 5/92, estabeleceu como demonstrações obrigatórias o Balanço Geral, a Demonstração de Resultados, a Evolução do Patrimônio Líquido, a Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos e informações complementares.

A partir do exercício encerrado em 07.93, passou a ser obrigatório também a apresentação das demonstrações contábeis complementares expressas em moeda de capacidade aquisitiva constante.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos poderá ser apresentada de acordo com as seguintes alternativas: a) Método Direto - expõem as origens e as aplicações de recursos a partir das atividades que os geraram, como vendas à vista, compras à vista, etc.; b) Método Indireto - partindo do resultado do exercício eliminando do mesmo todas contas que não representam entrada ou saída de recursos, como depreciação, provisões, etc..

O “Colegio de Contadores del Paraguay” emitiu em 9.5.83 o pronunciamento nº 1 “Definicion y Contenido de los Estados Contables”. De acordo com este pronunciamento as demonstrações contábeis compreenderiam o Balanço Geral, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Resultados Acumulados e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, além das notas complementares. Informa ainda que se conveniente, poderá ser substituído a Demonstração de Resultados Acumulados pela Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido.

Segundo o “Colegio” somente terão obrigatoriedade de cumprimento deste pronunciamento aquelas empresas com capital social superior a 50.000 salários mínimos e/ou vendas brutas superiores a 200.000 salários mínimos.

#### **5.7.4. URUGUAI**

A Lei das Sociedades Comerciais, nº 16.060, em seu artigo 87 determina como obrigatória a elaboração, no mínimo, do balanço e demonstração de resultados. O Decreto nº 103/91 determina que deverão ser elaborados as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Quadro de Bens de Uso, Intangíveis,

**Investimentos em Imóveis e as Amortizações, além das Notas Explicativas. Não prevê, entretanto, demonstrações de forma comparativa.**

O pronunciamento nº 10 do “Colegio” define como demonstrações contábeis básicas o Balanço Geral, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Evolução do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos.

Porém para aquelas empresas de capital aberto são exigidos as demonstrações acima, além de um informe de “compilación” elaborado por contador público e demonstrações consolidadas nos casos de sociedades controladoras.

## 5.8. Demonstrações Publicadas

Neste item, apresentamos algumas demonstrações publicadas a título de ilustração. Procurou-se selecionar uma de cada país, preferencialmente do setor industrial ou comercial. A exceção do Paraguai, em que a demonstração refere-se a uma empresa seguradora, as demais pertencem aos setores desejados.

A seguir, estão descritos alguns comentários sobre as demonstrações. A reprodução dos balanços publicados encontram-se no final deste trabalho, como anexo.

### I. Argentina

Apresentamos duas demonstrações da Argentina. Uma refere-se ao encerramento do exercício social (período de um ano), da Alpargatas S.A. e outra a apresentação de resultados trimestrais CIADEA S.A. (Renault).

Julgamos de grande interesse a inclusão do relatório trimestral, por ele se apresentar de maneira diferente dos apresentados no Brasil.

### **ALPARGATAS S.A.I.C. Balanço encerrado em 31/12/95**

Empresa do setor têxtil e calçados, atua em vários países.

As demonstrações são publicadas de forma comparativa com as do ano anterior e foram elaboradas em Correção Integral.

O Relatório de Administração é bastante extenso contendo várias informações significativas.

No balanço as contas são agrupadas em correntes e não correntes.

Os estoques foram avaliados pelo custo de reposição ou reprodução ou pelo valor líquido de realização dos dois o menor.

O imobilizado foi avaliado pelo seu custo de aquisição atualizados monetariamente e reavaliados, líquidos das depreciações.

As notas explicativas informam as restrições sobre os ativos.

Resumidamente temos as seguintes notas explicativas:

### **CIADEA S/A (Renault) - Balanço trimestral em 30 de junho de 1994**

Embora seja um relatório trimestral, o mesmo é composto de todas as demonstrações de quando se encerra o exercício, isto é, inclui-se a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos e Mutações do Patrimônio Líquido.

Consta o parecer de auditoria, embora com revisão limitada.

As notas explicativas apresentaram-se bastante completas, não apresentando grandes

#### **Notas ao Balanço Patrimonial**

##### **1. Bases de Contabilização e Principais Critérios de Avaliação**

a) Coeficientes utilizados - baseados no "Índice de preços al por mayor - nível general".

b) Itens monetários - valores nominais deduzidos os componentes financeiros implícitos.

c) Ativos e passivos em moeda estrangeira - atualizados pelas cotações ao fechamento de cada período.

d) Bens de troca e custo das vendas - custo de reposição, contemplando, em caso de veículos acabados e em curso de acabamento, os valores vigentes ao fechamento do período do custo de mão de obra e gastos de fabricação

e) Investimentos -

- Títulos públicos - atualizados de acordo com as cotações vigentes ao fechamento do exercício, deduzidos os gastos de venda correspondentes;

- Ações:

Sociedades controladas - valor patrimonial proporcional.

Sociedades coligadas - custo ajustado cum o limite do seu valor recuperável, ou quando corresponder, seu valor patrimonial proporcional.

f) Bens de uso - custo histórico corrigido deduzidas as depreciações. A vida útil de ferramentas específicas de determinados modelos que se previu a não continuidade foi adequada a este fato. Os valores não superam o valor recuperável.

g) Intangíveis - expressado em moeda constante.

h) Dívidas não canceláveis em dinheiro - expostas pelo valor de ativos necessários para satisfazer a obrigação.

i) Empréstimo junto à controladora - Será mantido até que a Sociedade resolva sobre sua capitalização, fato que o classificou como não corrente.

**j) Patrimônio líquido**

- Capital social - custo histórico corrigido;
- Ajuste integral do capital social - corresponde ao excesso do valor ajustado do capital com respeito ao seu valor nominal;
- *Primas de emisión* - aplicou-se os coeficientes indicados em a) em função dos respectivos fechamentos de origem;
- Reserva Legal - custo histórico corrigido;
- *Resultados no asignados* - custo histórico corrigido.

**k) Contas de resultado - reexpressadas em moeda de poder aquisitivo constante, exceto:**

- Custo das Mercadorias Vendidas;
- Despesas incorridas em função de determinados ativos - reexpressões em função dos respectivos ativos a que correspondem;
- Participação nos resultados de Sociedades - valor patrimonial proporcional.

Os itens de 2 a 9, 13, 14 e 15 correspondem a quadros que evidenciam o detalhamento e a evolução das seguintes contas:

2. Investimentos correntes e não correntes

3. Créditos de Vendas e provisão para devedores duvidosos

4. Outros créditos correntes e não correntes

5. Bens de troca

- 6. Bens de uso
- 7. Contas a pagar correntes e não correntes
- 8. Empréstimos correntes e não correntes
- 9. Provisões
- 13. Capital Social
- 14. Custo das Mercadorias Vendidas
- 15. Outras entradas e saídas

Os itens 10 a12, 16 e 19 a 22 relatam detalhes dos seguintes temas:

- 10. Ativos e passivos contingentes
  - 11. Regime da industria automotriz
  - 12. Plano de pensões
  - 16. Imposto de renda
  - 19 .Avais outorgados
  - 20. Alteração no controle acionário
  - 21. Mudança da denominação da sociedade
  - 22. Acordos com a General Motors (operacionais)
- 17. Demonstração das Origens e Aplicações de Fundos**

18. Quadro que detalha os custos dos bens de troca, uso, gastos de comercialização, administração e de engenharia, de acordo com o Art. 64, Inc. b) da Lei 19.550

## Anexos

**Anexo I - Quadro demonstrativo do investimento em cada controlada**

**Anexos II e III - Dois quadros evidenciando as operações entre as sociedades.**

As notas relativas aos demonstrativos consolidados trazem ainda:

1. Bases de consolidação
2. Sociedades objeto da consolidação.

As demonstrações publicadas tanto da Alpargatas como da CIADEA (Renault), encontram-se reproduzidas no anexo 1, no final do trabalho.

## II. Brasil

Apresentamos também duas demonstrações brasileiras. Uma refere-se a encerramento de exercício social e outra informação trimestral. O informe trimestral, ilustra a apresentação das informações, evidenciando as diferenças entre os do Brasil e Argentina. Não foi possível obter informes trimestrais do Uruguai e Paraguai.

**VARIG S.A. - 31 de dezembro de 1995**

Empresa do setor de transporte aéreo.

Resumidamente, apresentamos as Notas Explicativas:

1. Contexto operacional - objeto da companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - de acordo com as normas da CVM.

2.1 Principais práticas contábeis:

- a) Efeitos inflacionários -reconhecidos ao resultado com base na variação da UFIR (unidade fiscal de referência).
- b) Atualizações Monetárias - os direitos e deveres expressos em moedas estrangeiras ou indexados em índices internos de variação de preços estão atualizados com base nas taxas de câmbio comercial e outros indicadores respectivamente na data do balanço.
- c) Instrumentos Financeiros - valor da aplicação acrescido dos rendimentos até a data do balanço.
- d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - base histórica
- e) Estoques de materiais diversos e ordens de trabalho em andamento - custo histórico corrigido
- f) Imobilizado Técnico - adquirido sob a forma de leasing financeiro avaliado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente, a exceção do equipamento de vôo, reavaliados em outubro de 1988 e corrigido a partir daquela época. Depreciação pelo método linear (vida útil econômica)

- g) Provisões - com base nas horas voadas e representa a cobertura dos custos a realizar com revisões futuras.
- h) Reconhecimento da receita - quando da efetiva prestação do serviço.

Os itens 3 a 12 detalham e evidenciam a evolução das seguintes contas:

- 3. Estoques - mat. diversos, ordens em andamento, importações em andamento
- 4. Depósitos especiais
- 5. Investimentos em empresas controladas e coligadas - avaliados pelo método de equivalência patrimonial
- 6. Imobilizado técnico próprio e de leasing
- 7. Ativo Diferido
- 8. Transações com empresas controladas, coligadas e controladora
- 9. Empréstimos e financiamentos para capital de giro
- 10. Financiamentos leasing (equipamento de voo) - agências e último vencimento
- 11. Leasing operacional
- 12. Debêntures
- 13. Patrimônio líquido
  - 13.1. Capital social realizado - valor, número de ações ordinárias e preferenciais sem direito a voto. O mesmo com relação ao capital autorizado. São evidenciados, também, os principais atos societários do período.
  - 13.2. Correção monetária do capital
  - 13.3. Reserva de reavaliação
  - 13.4. Dividendos - não distribuídos devido à inexistência de lucros acumulados e reservas de lucros.

14. Ganhos líquidos sobre ativos/passivos em moeda estrangeira
15. Perdas nos itens monetários não remunerados
16. Resultado não operacional
17. Impostos - ICMS, Imposto de Renda e Contribuição Social
18. Créditos contingentes.
19. Instituto Aerus de Seguridade Social - plano de aposentadoria complementar a funcionários das empresas de aviação
20. Seguros

## COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - INFORME TRIMESTRAL em 30 de junho de 1994

Essa empresa atua no setor de mineração.

O relatório trimestral, apresenta balanço e demonstração de resultados, não sendo elaborada as Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos e Mutações do Patrimônio Líquido.

São apresentadas notas explicativas dos procedimentos.

As demonstrações são auditadas, sendo efetuada uma revisão limitada dos procedimentos.

As demonstrações da VARIG e da Vale do Rio Doce, encontram-se reproduzidas no anexo 2 no final do trabalho.

As demonstrações da Vale do Rio Doce foram reproduzidas parcialmente.

### **III. Paraguai**

Foram realizados muitos esforços para a obtenção de demonstrações publicadas que não fossem de setores tão específicos como bancos e seguradoras, mas infelizmente até a presente data não foi possível a obtenção das mesmas. Decidiu-se então inserir neste trabalho as demonstrações obtidas, ainda que não fossem as mais adequadas para efeitos de comparabilidade. As cópias das demonstrações estão no anexo 3, no final do trabalho.

#### **Seguros Chaco S.A. e Grupo General de Seguros e Resseguros S.A. em 30 de junho de 1994**

Verificou-se que na apresentação das demonstrações não foram publicados os valores do exercício anterior para análise comparativa.

Não foram apresentadas notas explicativas nem parecer de auditoria.

Não foi apresentado relatório de administração.

A Demonstração de Resultados não é apresentada na forma dedutiva, sendo que as despesas são demonstradas no lado esquerdo e as receitas no lado direito.

As contas do balanço não são agrupadas em circulante e longo prazo.

Não foram publicadas as Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

#### **CORFAN BANCO S.A.**

Os mesmos comentários efetuados na Seguros Chacos são aplicados ao Corfan Banco.

- Os direitos e deveres em moeda nacional - valor nominal,
- Os direitos e deveres em moeda estrangeira - convertidos pela taxa de câmbio vigente no encerramento do exercício,

#### **IV. Uruguai**

As demonstrações do Uruguai, referem a Montevideo Refrescos S.A., empresa de envasamento dos produtos da Coca-Cola, encerrados em dezembro de 1993.

Podemos observar que as demonstrações apresentadas referem-se a um único exercício não sendo demonstrado os valores do exercício anterior.

Observa-se ainda, além do Relatório de Auditoria, a publicação dos:

“Informe de Compilación”, relatório preparado pelo gerente financeiro da empresa, onde o mesmo declara sobre a veracidade e adequação das demonstrações contábeis.

“Informe del Sindico” declarando sobre as demonstrações contábeis.

Nas notas explicativas observamos referências de procedimentos contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC 29).

Os critérios de avaliação dos ativos foram basicamente o custo.

As demonstrações foram elaboradas em Correção Integral, conforme NIC 29.

A seguir comentaremos alguns detalhes das notas explicativas que consideramos relevantes.

#### **Nota explicativa número 3:**

##### **3.1 Bases de Apresentação - (decretos 103/91, 105/91 e 200/92).**

**3.2 As Demonstrações Contábeis estão em moeda de poder aquisitivo uniforme - utilizou-se o “Índice de Precios al Consumidor”. A metodologia aplicada consistiu basicamente em:**

- Os direitos e deveres em moeda nacional - valor nominal;
- Os direitos e deveres em moeda estrangeira - convertidos pela taxa de câmbio vigente no encerramento do exercício;

- 3.2.1 Demais contas ajustadas em função da variação do “*Índice de Preços al Consumidor*”;
- 3.2.2 Não se atribuiu valor às diferenças de câmbio;
- 3.2.3 Contas patrimoniais apresentam seus valores legais, formais, incluindo o total das variações monetárias como Ajuste ao Patrimônio Líquido.

### 3.3 Critério geral de avaliação de ativos e passivos - custo histórico, ajustados segundo 3.2.

3.4 Definição de “Capital a Manter” e Determinação do Resultado - O conceito utilizado para manutenção do capital, é o capital financeiro, foi considerado como resultado do exercício a variação monetária do patrimônio líquido inicial.

### 3.5 Reconhecimento de resultados

Basicamente o regime de competência.

- a) princípio da realização das receitas
- b) entradas e saídas - valor original corrigido
- c) Receitas Operacionais Líquidas - preço de venda deduzindo - se os descontos, bonificações e impostos.
- d) Custo das Vendas - custo de produção (variáveis e fixos), custeio por absorção.
- e) Imposto de Renda - valor estimado a pagar pelo resultado do exercício, mais os maiores impostos que haverão de gerar em exercícios futuros, por aplicação no presente, de critérios fiscais que afetam temporalmente de forma diferente os resultados fiscais e contábeis.
- f) Resultado por exposição à inflação está dentro da demonstração de resultados e gerou uma receita.

3.6 Definição de fundos - disponibilidades (para efeito da elaboração da Demonstração de Usos e Aplicação de Fundos).

4. Mudanças de critérios contábeis:

- a) Ações da Ribereña S.A. estão agora avaliadas de acordo com a nota 7. Anteriormente suas demonstrações estavam consolidadas com as da Montevideo Refrescos.

5. Créditos - Provisão para créditos de liquidação duvidosa determinada em função de análise histórica.

6. Estoques - acabados, ou em processo estão avaliados ao custo de produção. As matérias primas e os materiais estão ao custo de aquisição. O custo pelo consumo foi estabelecido pelo Custo Médio ponderado.

7. Participações em outras empresas - Metodo de avaliação pela equivalência patrimonial para a Ribereña S.A. (100% de participação acionária) e custo histórico corrigido para a Hielogas S.A. (19,8% de participação acionária).

8. Empresas vinculadas - saldos devedores e credores com empresas vinculadas.

9. Bens de uso - custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de juros efetuada durante o exercício, deduzida a depreciação acumulada (taxas constantes c/ base na vida útil dos bens). Detalha-se os valores dos bens.

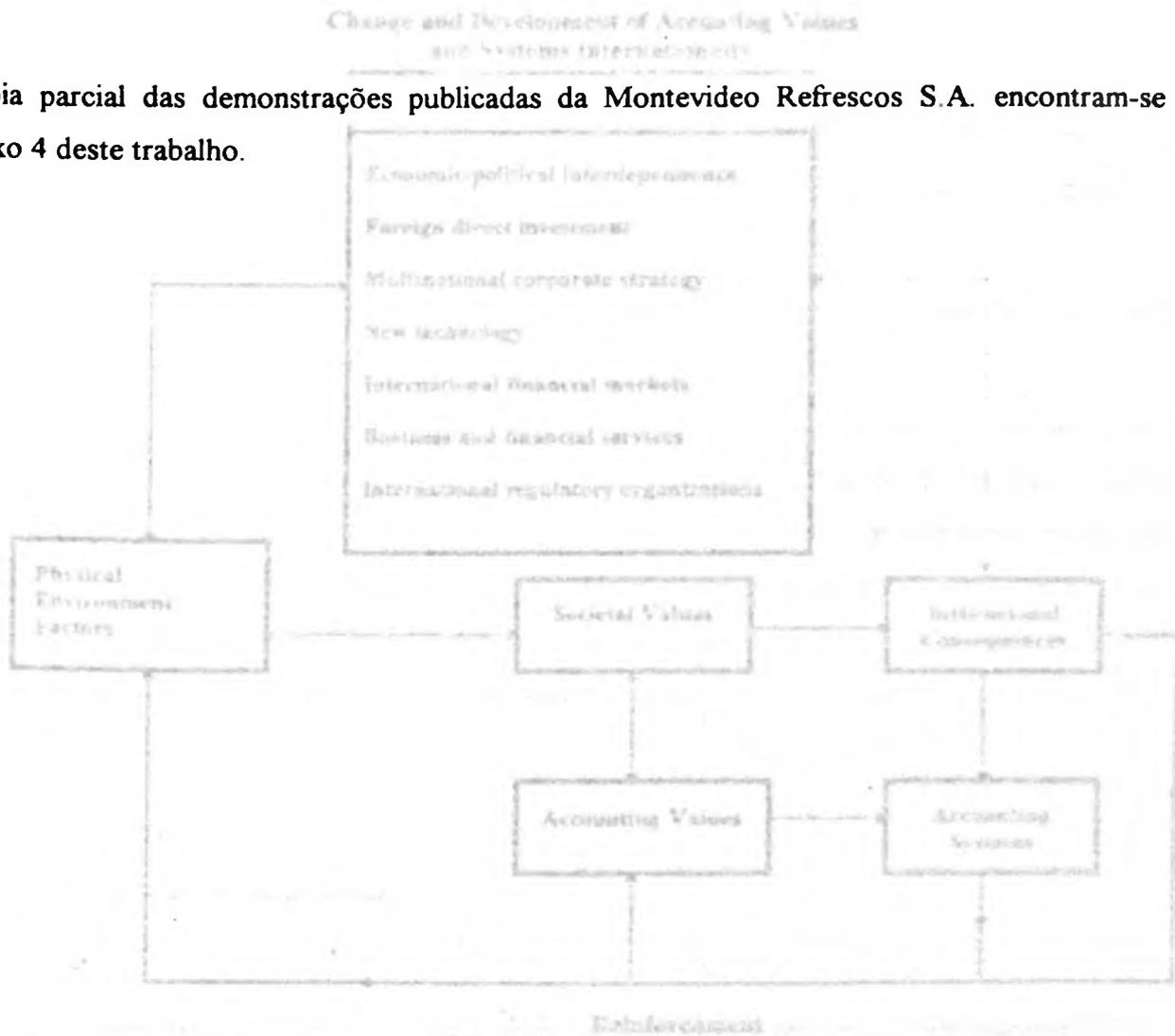
10. Recipientes - custo de aquisição ou valor de depósito de senhas do momento do reingresso ou retorno ao mercado, corrigido monetariamente. Vasilhames e Caixotes que estavam no mercado

estão a preços correntes das senhas de envases vigentes no encerramento. Os recipientes não são depreciados contabilmente.

A cultura é os valores sociais, nos seus diferentes níveis, que determina a situação do nível de eficiência e qualidade de trabalho e das relações de interdependência. A cultura também influencia a este nível, equilibrando as diferenças entre os diferentes contextos, mas podemos avaliar também o impacto das mudanças resultantes de fatores internacionais.

Um modelo de interação de valores e sistemas contábil está representado no

11. Intangíveis - de acordo com 3.2. A empresa considera que as vendas futuras derivadas dos gastos neste item classificados serão por elas recuperados.  
12. Depósito por envase - quantidade total de vasilhames e Caixotes no mercado.  
Cópia parcial das demonstrações publicadas da Montevideo Refrescos S.A. encontram-se no anexo 4 deste trabalho.

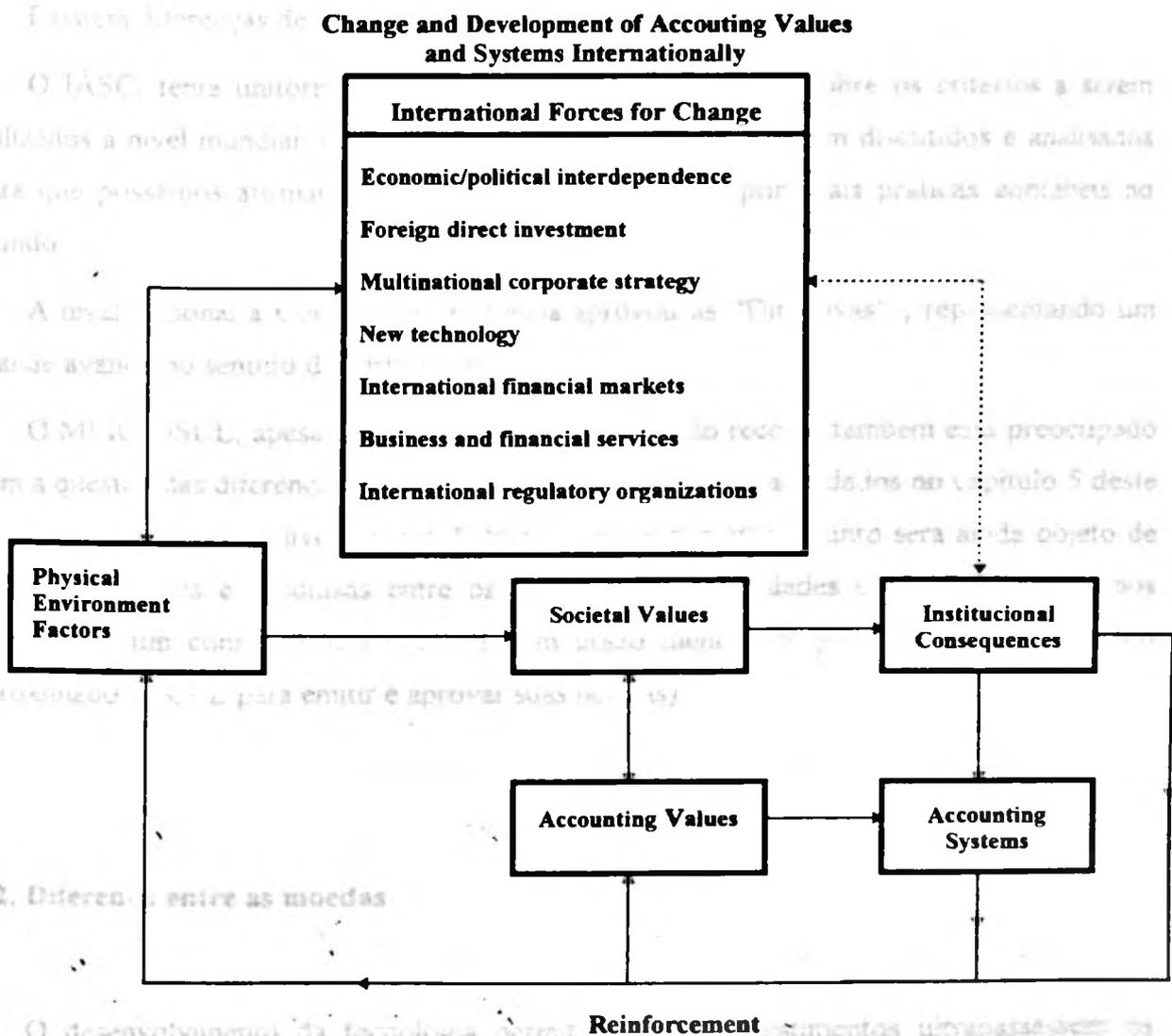


11. Gray S. F. International Accounting Research: The Global Challenge. The International Journal of Accounting, Volume 24, number 4, 1989

**6. Considerações sobre as divergências dos critérios contábeis e algumas sugestões**

A cultura e os valores sociais, nos seus diferentes graus, propicia a absorção do nível de emprego e organização, com variadas relações de integração. A contabilidade é incorporada a essa estrutura através de sistemas contábeis e suas utilizações, contribuindo com os valores sociais, conforme proposto por Gray<sup>22</sup> então, não somente é possível entendermos as diferenças entre os sistemas contábeis nacionais, aplicados numa variedade de contextos, mas podemos avaliar também o impacto das mudanças resultantes de fatores internacionais.

Um modelo de mudança de processo e desenvolvimento contábil está representado no quadro abaixo<sup>22</sup>:



<sup>22</sup> Gray S. J., International Accounting Research: The Global Challenge, The International Journal of Accounting - volume 24, number 4, 1989.

Como podemos observar as divergências dos critérios contábeis existentes estão diretamente relacionados com os valores sociais e culturais dos países.

As diferenças convergem para dois pontos básicos: diferenças de critérios contábeis propriamente dito e dos padrões monetários

### 6.1. Diferenças de critérios contábeis

Existem diferenças de critérios contábeis a nível mundial.

O IASC, tenta uniformizar de maneira que haja consenso sobre os critérios a serem utilizados a nível mundial, mas existem ainda vários pontos a serem discutidos e analisados para que possamos afirmar que existe consenso sobre as principais práticas contábeis no mundo.

A nível regional a Comunidade Européia aprovou as “Directivas”, representando um grande avanço no sentido da harmonização.

O MERCOSUL, apesar de ser um bloco de formação recente também está preocupado com a questão das diferenças contábeis. Alguns pontos foram abordados no capítulo 5 deste trabalho ressaltando as divergências. Estamos cientes que este assunto será ainda objeto de muitas discussões e pesquisas entre os estudiosos e autoridades dos países, esperamos apenas que um consenso seja possível num prazo menor do que uma década ( tempo aproximado da CEE para emitir e aprovar suas normas).

### 6.2. Diferença entre as moedas

O desenvolvimento da tecnologia permitiu que os investimentos ultrapassassem os limites das fronteiras dos países, surgindo as empresas multinacionais. Um dos principais problemas contábeis enfrentados por essas empresas são as diferenças entre o padrão monetário do domicílio do investidor e do local onde fôra realizado os investimentos.

Desde então a necessidade de conversão das demonstrações contábeis das empresas investidas para moeda do país da investidora tornou-se acentuada.

Algumas questões têm sido desenvolvidas para minimizar essa problemática, tais como a formação de moeda global e a evolução dos próprios critérios de conversão.

Discutiremos a seguir, esses dois tópicos.

### 6.2.1. Considerações Gerais sobre a questão da formação de moedas globais

A formação de moeda global implica em um acordo entre as partes sobre os critérios que determinarão as bases para sua composição.

As bases para sua formação podem ser, entre outros, a participação relativa de cada membro em relação ao total, do montante de exportações, participação do PIB, etc..

Os critérios determinados coletivamente podem ser expressos formalmente assim:

Se  $q_1, q_2, q_3, \dots, q_n$  são vários montantes de moedas diferentes que nestes valores compõem a moeda global  $G$ , então  $\{q_1, q_2, q_3, \dots, q_n\} = 1G$ .

Assim, existindo as taxas de câmbio bilaterais entre as diversas moedas que compõem  $G$ , pode-se expressar todos os montantes em uma mesma moeda cuja somatória será igual a  $1G$ .

O peso de uma moeda  $X$  na composição de  $G$  será dado por:

$$P_x = \frac{q_x}{\sum_{k=1}^n (q_k \times r_{kj})}$$

Onde  $r_{kj}$  representa cada taxa de câmbio bilateral entre  $X$  e as outras moedas que compõem a cesta. A simples somatória dos montantes das diversas moedas que compõem a cesta expressos em uma mesma moeda  $X$  dará a taxa de câmbio de  $G$  para  $X$ .

Existem na prática, basicamente dois sistemas de fixação de taxa de câmbio, o *parity grid* e o *basket*.

O "*parity grid*" estabelece um acordo entre todas as partes do sistema que fixam as taxas de câmbio. Teoricamente, se uma das partes ferir o acordo e alterar a taxa posteriormente ao acordo, todos os outros países deveriam reajustar-se à nova situação.

O *basket* é fundamentado na criação de uma moeda global que pode ser definida como uma cesta de específicos montantes das moedas. Os pesos de cada moeda são determinados por critérios precisos, baseados na participação relativa de cada membro.

É necessário ponderar que, em geral, uma cesta de moedas nem sempre será composta de todas as moedas que existirem na área de sua abrangência.

#### **a. Unidade Utilizada pelo FMI - Fundo Monetário Internacional - Direitos Especiais de Saque (DES)**

Em 1969 entraram em vigor emendas adotando-se os Direitos Especiais de Saque - DES.

O DES (Direitos Especiais de Saques), unidade utilizada pelo Fundo Monetário Internacional, apresenta características de moeda fiduciária e de crédito.

O DES é uma moeda internacional aceita pelos governos dos países que fazem parte do FMI, assemelha-se ao ouro, com a diferença de que o metal deve ser produzido, enquanto o DES constitui lançamento contábil na Conta de Saques Especiais do FMI.

Sua aceitação como moeda, transforma-o em direitos sobre os recursos da economia mundial como um todo.

Geralmente não são conversíveis em ouro ou qualquer outras forma de liquidez internacional, tal como o dólar. O FMI, como agência emitente não necessita proporcionar-lhes qualquer lastro sob a forma de reservas internacionais nem mesmo frações de reservas de ouro.

Foi formada considerando-se as moedas dos países que fazem parte do FMI.

A participação de cada moeda corresponde ao peso especificado para cada uma segundo a participação relativa que cada um dos países das moedas possuem no total das

exportações de mercadorias e serviços e a importância financeira de cada moeda no total das transações mundiais.

O DES, segundo estabelecido em janeiro de 1991, é composto de 5 moedas, sendo o peso relativo de cada uma, conforme abaixo citado:

|                 |     |
|-----------------|-----|
| dólar americano | 40% |
| marco alemão    | 21% |
| ien             | 17% |
| libra           | 11% |
| franco francês  | 11% |

#### **b. O Mecanismo de Taxas de Câmbio da Comunidade Econômica Européia**

No início da década de 70, as principais autoridades das principais nações da Europa reuniram-se e estabeleceram que era necessário o desenvolvimento de um sistema próprio de taxas de câmbio fixas, considerado na época ponto fundamental para a estabilidade monetária, ou pelo menos para aumentar a estabilidade, promover o pleno emprego e proporcionar a harmonização e a diminuição das disparidades regionais. Com a crise do petróleo, entretanto, as nações européias enfrentaram um período de desestabilização econômica que intensificou a importância dos instrumentos da política monetária, entre eles a taxa de câmbio, o que fez com que a idéia não vingasse bem.

Em 1978, porém, foi estabelecido novamente entre as principais nações do continente europeu um acordo que criou um novo sistema de taxas de câmbio, fundamentado em um esquema de cooperação monetária (1979).

Esse sistema de taxa de câmbio "*ERM - Exchange Rate Mechanism*" é baseado na determinação de taxas de câmbio fixas, sendo revistas e ajustáveis periodicamente.

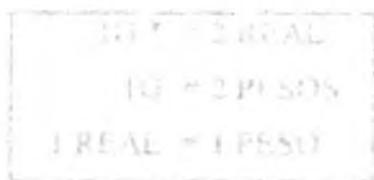
A Comunidade Econômica Européia, adotou como sistema de formação de moedas o *basket*, entre outros motivos, por sua maior viabilidade. A moeda global, no caso, o ECU (*Economic Currency Union*), pode ser definida como uma cesta de específicos montantes de todas as moedas da comunidade econômica européia.

Os pesos de cada moeda na cesta são determinadas coletivamente por um critério preciso, baseado na participação relativa de cada membro na comunidade, como quotas no EC GNP (*Growth National Product*), etc. A composição da cesta é reexaminada a cada 5 anos, ou por requisição de um membro (em qualquer época).

Cada um deles possui uma margem de flutuação da taxa de câmbio de 2,25% da taxa estabelecida, para mais ou para menos. Alguns membros possuem uma margem de flutuação de 6%, como é o caso da Itália, Espanha e Reino Unido. Esse sistema permite que cada membro realize seu próprio controle monetário, dentro de certos limites que não prejudiquem a situação econômica-financeira dos demais membros e da comunidade como um todo, já que limita a ação deste instrumento.

Entretanto, como o sistema monetário europeu, EMS (*European Monetary System*), deve promover a cooperação monetária, com o objetivo de viabilizar o ERM, foi estabelecido um sistema de crédito de curto, médio e longo prazo, com o intuito de auxiliar os membros na manutenção das paridades e no controle econômico-monetário, fruto das complicações que decorressem das limitações do ERM, tais como balança de pagamentos, desemprego, etc.

Conclui-se, assim que o EMS não é na concepção pura da palavra um sistema de taxas de câmbio fixas, mas sim um sistema de taxas de câmbio com flutuação limitada viabilizada e assistida.



\* Conversão do ECU para a moeda nacional

### 6.2.2. Possíveis soluções para as divergências decorrentes

Yuji Ijiri, em seu artigo intitulado “*Global Financial Reporting Using a Composite Currency: An Aggregation Theory Perspective*”<sup>23</sup> propõe formas de minimizar as divergências decorrentes dos investimentos realizados em países diferentes.

Segundo o autor, a utilização da moeda nacional para fins de apuração do resultado global de uma companhia que possua investimentos permanentes em outros países, cria distorções nos resultados, e tais distorções podem ser amenizadas com a adoção de uma moeda global. E exemplifica:

Supondo que determinada empresa estabeleça-se em dois países de um mesmo bloco econômico, ao mesmo tempo, com o mesmo capital, ao início de um exercício qualquer. Os diversos problemas de suas economias, as diversas políticas monetárias adotadas pelos países deverão estabelecer no final deste exercício uma paridade monetária diferente da inicial.

Supondo, ainda, que a empresa citada não tenha operado em termos de sua atividade e financeiramente falando, em nenhum dos dois países. Ao final do exercício ela deverá reportar, segundo os princípios internacionais de conversão, um resultado que decorre da conversão deste ativo para a moeda nacional.

Para ilustrar melhor e enfatizando que o investimento global da companhia está representado por 50% em cada país e que as moedas na data do investimento - T0 - apresentavam-se:

|           | Paridade              | Brasil (R\$) | Argentina (P\$) | G \$    |
|-----------|-----------------------|--------------|-----------------|---------|
| T0        | G\$ 1 = R\$ 2 = P\$ 2 | R\$ 200      | P\$ 200         | G\$ 100 |
| T1        | G\$ 1 = R\$ 1 = P\$ 1 | R\$ 100      | P\$ 100         | G\$ 100 |
| Resultado |                       | R\$ 50       | P\$ 100         | G\$ 0   |

1G \* = 2 REAL  
1G = 2 PESOS  
1 REAL = 1 PESO

\* Observação: G equivale à moeda global. Ao investimento consolidado e convertido para cada uma das três moedas.

Os G\$ 100, equivalem a R\$ 200 ou a P\$ 200, no momento t0.

<sup>23</sup> The International Journal of Accounting, volume 30, number 2.

O investimento 200 REAIS, distribuídos em dois países, Brasil e Argentina, ficam assim distribuídos:

| moeda | Investimentos no Brasil | Investimentos na Argentina | Total |
|-------|-------------------------|----------------------------|-------|
| REAIS | 100                     | 100                        | 200   |
| PESO  | 100                     | 100                        | 200   |
| G     | 50                      | 50                         | 100   |

Assumindo-se que no final de um período, em T1, a paridade, entre as moedas, passe

a ser:

|    |         |     |     |     |
|----|---------|-----|-----|-----|
| t0 | R \$1   | 100 | 100 | 200 |
| t0 | P \$1   | 100 | 100 | 200 |
| t1 | R \$1,5 | 150 | 50  | 100 |
| t1 | P \$3   | 50  | 150 | 100 |
| t1 | G \$1   | 200 | 200 | 300 |
| t1 | G \$0,5 | 50  | 50  | 100 |

|        |            |
|--------|------------|
| 1 G    | = 1,5 REAL |
| 1 G    | = 3 PESOS  |
| 1 REAL | = 2 PESO   |

Utilizando-se a moeda global G, não seria apresentado nenhum resultado na conversão.

Então, o valor total dos investimentos em moeda de cada um dos países e na moeda global, estarão avaliados conforme o quadro seguinte:

| Tempo     | Paridade               | Brasil (R\$) | Argentina (P\$) | G \$    |
|-----------|------------------------|--------------|-----------------|---------|
| t0        | G\$ 1 = R\$ 2 = P\$ 2  | R\$ 200      | P\$ 200         | G\$ 100 |
| t1        | G\$ 1 = R\$1,5 = P\$ 3 | R\$ 150      | P\$ 300         | G\$ 100 |
| Resultado |                        | R\$ (50)     | P\$ 100         | G\$ 0   |

Os valores, do quadro acima, correspondem ao investimento consolidado e convertido para cada uma das três moedas.

Os G\$ 100, equivalem a R\$ 200 ou a P\$ 200, no momento t0.

34. O Brasil deve se compensar com o Brasil e a Argentina. Portanto, deve ser reconhecido, quando houver repatriação dos ativos ou efetivação de perda-ganha.

realiz. No momento  $t_1$ , os G\$ 100, equivalem a R\$ 150 ou a P\$ 300.

invest. Cada um dos ativos correspondem a R\$100,00 e P\$100,00, em seus respectivos países.

As diferenças de resultados apresentados neste período decorrem da conversão dos ativos que estão no exterior para a moeda nacional.

A utilização de uma moeda global, em um investimento 50-50 proporciona um resultado G\$0, porque não assume a premissa da repatriação do ativo<sup>24</sup>. Ao invés disso, funciona como um controle paralelo que não altera o valor do ativo, conforme demonstrado:

| Momento | Moeda | Argentina | Brasil | Total |
|---------|-------|-----------|--------|-------|
| $t_0$   | R(\$) | 100       | 100    | 200   |
| $t_0$   | P(\$) | 100       | 100    | 200   |
| $t_0$   | G(\$) | 50        | 50     | 100   |
| $t_1$   | R(\$) | 50        | 100    | 150   |
| $t_1$   | P(\$) | 100       | 200    | 300   |
| $t_1$   | G(\$) | 50        | 50     | 100   |

Utilizando-se a moeda global G, não seria apresentado nenhum resultado na conversão das demonstrações, ao passo que se fosse apresentado o resultado em reais ou em peso, teríamos, uma perda de R\$ 50 ou ganho de P\$ 100.

O autor demonstra, ainda, que o mesmo sistema, se aplicado a um investimento, que não corresponda à relação 50-50, apresentará distorções, embora, estas sejam menores que as apresentadas na conversão para a moeda nacional. Tal fenômeno ocorre porque no exemplo anterior, o peso da variação de cada moeda é igual para cada ativo e os resultados se compensam. Note que a conversão das perdas e dos ganhos para o G, compensaram-se (em reais, houve uma perda equivalente a 16,67 pontos percentuais no investimento

<sup>24</sup> O autor defende que os resultados decorrentes das variações cambiais não devem ser considerados como pertencentes ao período. Somente devem ser reconhecidos, quando houver repatriação dos ativos ou efetivação da perda/ganho.

realizado na Argentina. Em pesos, houve um ganho de 16,67 pontos percentuais no investimento do Brasil). O investimento na Argentina passou a representar 33,33% do investimento total e o Brasil, 66,67%, considerando suas moedas locais. Na moeda global G, a distribuição do investimento permanece 50-50.

Se o ativo global não estiver distribuído 50-50, os pesos não serão iguais e a conversão para a moeda global apresentará um resultado global influenciado pelo investimento com maior peso.

E exemplifica: supondo a título de ilustração, que outra companhia tenha um investimento global equivalente a G\$100 distribuídos 80% -20% em dois países do bloco, mantidas as paridades do exemplo anterior, resumidamente em T<sub>0</sub>, temos:

| moeda | Investimentos<br>no Brasil | Investimentos<br>na Argentina | Total |
|-------|----------------------------|-------------------------------|-------|
| REAIS | 160                        | 40                            | 200   |
| PESO  | 160                        | 40                            | 200   |
| G     | 80                         | 20                            | 100   |

Em T<sub>1</sub>, temos as novas avaliações em função das variações das paridades entre as moedas:

| moeda | Investimentos<br>no Brasil | Investimentos<br>na Argentina | Total |
|-------|----------------------------|-------------------------------|-------|
| REAIS | 160                        | 20                            | 180   |
| PESO  | 320                        | 40                            | 360   |
| G     | 13,33                      | 106,67                        | 120   |

Apresentamos a tabela abaixo que ilustra o resultado total em cada uma das moedas:

| <b>tempo</b>     | <b>Brasil<br/>(R\$)</b> | <b>Argentina<br/>(P\$)</b> | <b>G\$</b> |
|------------------|-------------------------|----------------------------|------------|
| <b>t0</b>        | 200                     | 200                        | 100        |
| <b>t1</b>        | 180                     | 360                        | 120        |
| <b>Resultado</b> | (20)                    | 160                        | 20         |

Em t0, os G\$ 100 estavam distribuídos em investimentos no Brasil de R\$160 e na Argentina de P\$40. Como a paridade era de  $1G\$ = 2R\$ = 2P\$$ , então o total dos investimentos em reais e em pesos eram coincidentes.

Em t1, a paridade passou para  $1G\$ = 1,5R\$ = 3P\$$ , então:

- os 40 Pesos, que em T0 equivaliam a 40 Reais, passaram a equivaler em T1 20 Reais, que somados aos R\$ 160 dos investimentos iniciais no Brasil totalizam 180 reais, acarretando uma perda de R\$ 20;
- os 160 Reais, que em T0 equivaliam a 160 Pesos, passaram a equivaler 320 Pesos, que somados aos 40 Pesos dos investimentos iniciais na Argentina, resultam um ganho de 160 Pesos.

A conversão para a moeda nacional (real ou peso) apresentou resultados em função da conversão dos investimentos realizados fora do país (Brasil ou Argentina).

A utilização da moeda G também apresenta um resultado em função do ativo do Brasil representar 20% do total dos investimentos, enquanto que a Argentina, 80%. Ou seja, a perda na Argentina não foi suficiente para compensar o ganho decorrente da conversão do investimento no Brasil.

Para solucionar o problema da apuração de resultados, quando os investimentos não estão distribuídos 50-50, o autor propõe a criação, para fins gerenciais, de uma moeda própria G' ponderada. Esta ponderação levaria em conta a importância relativa de cada investimento no global.

Observe que este conceito de moeda ponderada  $G'$ , aplicado no nosso exemplo, proporcionaria um resultado nulo, conforme quadro abaixo:

| <b>tempo</b>         | <b>Brasil (R\$)</b> | <b>Argentina (P\$)</b> | <b>G\$</b> | <b>G'S</b> |
|----------------------|---------------------|------------------------|------------|------------|
| <b>t<sub>0</sub></b> | 200                 | 200                    | 100        | 160        |
| <b>t<sub>1</sub></b> | 180                 | 360                    | 120        | 160        |
| <b>Resultado</b>     | 20                  | 160                    | 20         | 0          |

Esse procedimento, entretanto, é muito particular, dependendo da composição dos investimentos de cada empresa, devendo portanto, limitar-se aos fins gerenciais. Principalmente, porque exclui qualquer possibilidade de comparação entre as companhias.

Dessa forma, o autor conclui que a utilização de uma moeda global comum a todos os países do bloco, ainda que não elimine todas as distorções, pode oferecer resultados mais adequados, do que se utilizadas as moedas locais.

### 6.2.3. Conversão das Demonstrações Financeiras

A Conversão das Demonstrações Contábeis é um dos mais controvertidos temas na contabilidade. As empresas multinacionais adotam variadas técnicas para poderem utilizar as demonstrações de outros países e preparar suas demonstrações consolidadas, incluindo os investimentos locais e os realizados em outros países.

A importância de adequadas técnicas de conversão, que apresente de forma precisa os investimentos e os seus respectivos resultados, nos parece fundamental no processo de internacionalização e globalização. Os desvios ocasionados por inadequação de critérios tem como consequência, entre outras, perda de oportunidade de investimentos e lucros.

Observamos que alguns autores americanos utilizam o termo “*translate*” e o “*conversion*” de formas diferentes. *Translation* é simplesmente a mudança da expressão monetária, ou a tradução da moeda, enquanto que *conversion* é mais amplo e engloba também adequações de critérios. No Brasil utilizamos a palavra conversão como sinônimo de *translate*.

Os critérios de conversão, mais conhecidos, utilizam, basicamente, três conceitos de taxas:

- taxa corrente - é a taxa de conversão na data de encerramento do balanço. Considera que os itens estão mensurados, mais adequadamente, em moeda local, do que se estivessem sido mantidos na moeda da conversão;
- taxa histórica - é a taxa de conversão na data de aquisição ou formação dos itens, preserva o custo original equivalente à moeda de conversão em relação à moeda local na data de aquisição;
- taxa média - é a taxa que compreende a variação média das taxas históricas e corrente em um determinado período.

A forma de utilização, combinada ou não, das taxas acima, caracterizam os diversos métodos de conversão. Apresentamos a seguir, resumidamente, quais taxas são utilizadas nas contas do balanço, utilizando o quadro de CHOI<sup>25</sup>:

| Contas<br>Método | Corrente | Corrente/não<br>corrente | Monetário/não<br>monetário | Temporal |
|------------------|----------|--------------------------|----------------------------|----------|
| caixa            | T.C.     | T.C.                     | T.C.                       | T.C.     |
| contas a receber | T.C.     | T.C.                     | T.C.                       | T.C.     |
| inventário       |          |                          |                            |          |
| . custo          | T.C.     | T.C.                     | T.H.                       | T.H.     |
| . estoques       | T.C.     | T.C.                     | T.H.                       | T.C.     |
| investimentos    |          |                          |                            |          |
| . custo          | T.C.     | T.H.                     | T.H.                       | T.H.     |
| . estoque        | T.C.     | T.H.                     | T.H.                       | T.C.     |
| ativo fixo       | T.C.     | T.H.                     | T.H.                       | T.H.     |
| outros ativos    | T.C.     | T.H.                     | T.C.                       | T.H.     |
| contas a pagar   | T.C.     | T.C.                     | T.C.                       | T.C.     |
| déb. longo prazo | T.C.     | T.H.                     | T.C.                       | T.C.     |
| capital          | T.H.     | T.H.                     | T.H.                       | T.H.     |
| lucros retidos   | *        | *                        | *                          | *        |

(\*) Os lucros retidos geralmente são obtidos por diferença, e portanto estão representados por taxas correntes.

<sup>25</sup> CHOI, Frederick D. S. & MUELLER, Gerhard G.. International Accounting. Second Edition. 1992. EUA.

A seguir comentaremos de forma sintética cada um dos critérios de conversão:

#### **a. Corrente-não corrente**

Neste critério os ativos e passivos são agrupados segundo suas datas de maturação, sendo divididos em correntes e não correntes.

Os ativos e passivos correntes são convertidos pelas taxas correntes os não correntes e o patrimônio líquido são convertidos pelas taxas históricas.

Na demonstração de resultados, os itens são convertidos por taxas médias mensais, com exceção da depreciação e amortização que são convertidas pelas taxas históricas.

#### **b. Monetário e não Monetário**

Neste método as contas são agrupadas de acordo com a sua natureza e divididas em monetárias e não monetárias.

Os itens monetários são convertidos pela taxa corrente e os não monetários, inclusive o patrimônio líquido, pelas taxas históricas.

As contas da demonstração de resultados são convertidas pela taxa média mensal, com exceção da depreciação, amortização e custo das mercadorias.

#### **c. Método Temporal**

De acordo com este critério, o caixa, os recebimentos e pagamentos (independentemente de seus prazos) são convertidos pela taxa corrente. Outros ativos e passivos são convertidos por taxas correntes ou históricas dependendo de suas características. Os ativos e passivos que estão intrinsecamente ligados ao seu valor de aquisição, convertidos pelas taxas histórica (ativo fixo), enquanto que os ligados aos valores correntes de compra e venda, convertidos por taxas correntes (estoques).

Este critério é mais flexível do que os citados anteriormente.

**d. Método da taxa corrente**

que no quadro abaixo os principais critérios de conversão

O método da taxa corrente é o mais simples dos métodos de conversão. Todas as contas do ativo, passivo e demonstração de resultados são convertidas pela taxa corrente.

| Conta                      | Moeda Original | Taxa de Conversão | Valor Original | Valor Convertido |
|----------------------------|----------------|-------------------|----------------|------------------|
| Ativo                      |                |                   |                |                  |
| Cassa                      | Real           | 1:1               | 100            | 100              |
| Bancos                     | Dólar          | 1:2               | 50             | 100              |
| Imóveis                    | Real           | 1:1               | 200            | 200              |
| Veículos                   | Real           | 1:1               | 150            | 150              |
| Equipamentos               | Real           | 1:1               | 100            | 100              |
| Outros Ativos              | Real           | 1:1               | 50             | 50               |
| Passivo                    |                |                   |                |                  |
| Capital Social             | Real           | 1:1               | 300            | 300              |
| Reserva                    | Real           | 1:1               | 100            | 100              |
| Dívidas                    | Dólar          | 1:2               | 100            | 200              |
| Outros Passivos            | Real           | 1:1               | 50             | 50               |
| Demonstração de Resultados |                |                   |                |                  |
| Receitas                   | Real           | 1:1               | 100            | 100              |
| Despesas                   | Real           | 1:1               | 50             | 50               |
| Resultado Líquido          | Real           | 1:1               | 50             | 50               |

Fonte: FERRAZ, O.S. de MELLO, R. Gerbasi G. Op citada

A seguir, apresentamos no quadro abaixo os principais critérios de conversão praticados no mundo <sup>26</sup>.

| PAÍS            | Taxas     | Corrente/    | Monetário/    | Temporal |
|-----------------|-----------|--------------|---------------|----------|
|                 | Correntes | não Corrente | não Monetário |          |
| Argentina       |           |              |               | X        |
| Austrália       | X         |              |               |          |
| Áustria         |           |              |               | X        |
| Bahamas         |           |              | X             |          |
| Bermuda         |           |              |               | X        |
| Bolívia         |           |              |               | X        |
| Botswana        | X         |              |               |          |
| Canadá          | X         |              |               | X        |
| Chile           |           |              |               | X        |
| Colômbia        | X         |              |               |          |
| Costa Rica      |           |              | X             |          |
| Dinamarca       | X         |              |               |          |
| R. Dominicana   |           |              |               | X        |
| Equador         |           |              |               | X        |
| El Salvador     |           | X            |               |          |
| Fiji            | X         |              |               |          |
| Finlândia       |           |              | X             |          |
| França          | X         |              |               |          |
| Alemanha        | X         |              |               |          |
| Grécia          | X         |              |               |          |
| Guatemala       |           |              | X             |          |
| Honduras        |           |              | X             |          |
| Hong Kong       | X         |              |               |          |
| Índia           | X         |              |               |          |
| Iran            |           | X            |               |          |
| Irlanda         | X         |              |               |          |
| Costa do Marfim | X         |              |               |          |
| Jamaica         |           |              |               | X        |
| Japão           | X         |              |               |          |
| Quênia          | X         |              |               |          |
| Coreia          |           |              | X             |          |
| Malawi          |           | X            |               |          |
| Malásia         | X         |              |               |          |
| Países Baixos   | X         |              |               |          |
| Nova Zelândia   |           | X            |               |          |
| Nicarágua       |           |              | X             |          |
| Noruega         | X         |              |               |          |
| Paquistão       |           | X            |               |          |
| Panamá          |           |              |               | X        |
| Paraguai        | X         |              |               |          |
| Perú            |           |              |               | X        |
| Filipinas       |           |              | X             |          |
| Senegal         | X         |              |               |          |
| Singapura       | X         |              |               |          |
| África do Sul   |           | X            |               |          |
| Suécia          |           |              | X             |          |
| Suíça           | X         |              |               |          |
| Taiwan          |           |              | X             |          |
| Reino Unido     | X         |              |               |          |
| E.U.A.          | X         |              |               |          |
| Venezuela       | X         |              |               |          |
| Zâmbia          |           | X            |               |          |
| Zimbabwe        | X         |              |               |          |

<sup>26</sup> CHOI, Frederick D.S. & MUELLER, Gerhard G.. Op. citada.

### **Critérios adotados pelo IASC**

A NIC 21, que trata dos investimentos estrangeiros, prevê basicamente as transações em moeda estrangeira ( compra, venda, etc.) e a conversão das demonstrações.

No caso de conversão, adota os critérios utilizados no método temporal e o conceito de “*closing rate*”( taxa atual de conversão na data do balanço).

Operações realizadas em países com altas taxas de inflação devem ser ajustadas pelos índices de inflação local para depois ser efetuada a conversão, utilizando o método temporal ou o “*closing rate*”.

Resumidamente:

Os ativos e passivos, monetários e não monetários devem ser convertidos pela taxa atual de câmbio na data do balanço (*closing rate*).

As despesas e receitas devem ser convertidas pelas taxas da data de sua ocorrência, exceto se tratar de empresa situada em ambiente inflacionário.

Também é aceita a taxa média para a conversão das receitas e despesas.

### **Critérios adotados pelo Financial Accounting Statement, FAS-52**

Os critérios de conversão utilizados atualmente nos Estados Unidos estão consubstanciados nos FAS-52 emitido pelo FASB - Financial Accounting Standards Board, órgão norte-americano que emite normas contábeis

Inicialmente o FAS-8 tratava dos procedimentos a serem seguidos para a conversão das demonstrações financeiras de maneira geral para o dólar, sem distinção das origens dos países em que elas haviam sido elaboradas.

Posteriormente, o FAS-52 substituiu o FAS-8, incluindo os critérios de conversão para os países com moeda estável. Foram mantidos os mesmos critérios do FAS-8 para a conversão das demonstrações dos países com moeda hiperinflacionária.

O método de conversão utilizado pelo FAS-8 é o Monetário/Não monetário, adotado no FAS-52 como critério de conversão para economias hiperinflacionárias,

No FAS-52 quando utilizado em economias com moedas estáveis, adota o conceito de moeda funcional e parte do pressuposto de que as demonstrações feitas em moeda local, dentro dos critérios contábeis norte-americanos, estão melhores preparadas nessa moeda do que se fosse efetuada a conversão com base nas taxas históricas. Os ativos e passivos indistintamente são convertidos pelas taxas correntes, com exceção do capital social. As receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias do período.

## 7. PROPOSTA PARA CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 7.1. Introdução

A necessidade de informações econômico-financeiras acerca dos investimentos realizados, ou a serem efetuados nos países, exige critérios adequados de conversão das demonstrações contábeis para que possam ser feitas análises comparativas apropriadas das alternativas existentes.

Existem diferenças acentuadas entre os procedimentos de conversão adotados em cada país, entre outros, utilização das taxas média, final e histórica para a conversão de algumas contas, segregação de itens monetários e não monetários, etc., porém nenhuma dessas técnicas pode ser apontada como superior em todos os aspectos.

Neste capítulo, desenvolvemos uma proposta de conversão das demonstrações dos quatro países em um único padrão monetário.

É bem verdade que a simples conversão das demonstrações não soluciona a problemática da diversidade dos critérios contábeis utilizados pelos países, amplamente discutidos em capítulos anteriores, havendo, portanto, a necessidade inicial de ajustes referentes a essas práticas contábeis ou a evidenciação dessas diferenças para, então, ser efetuada a conversão.

A paridade cambial existente entre as moedas Real, Peso Argentino, Peso Uruguaio e Guarany, seria objeto de profundo estudo econômico, mas, neste trabalho, nos limitamos a tecer apenas alguns comentários sobre a questão da formação de moedas. (capítulo 6)

## 7.2. Proposição

Um modelo de conversão das demonstrações contábeis para o Mercosul.

O modelo de conversão será desenvolvido no item 7.4. deste capítulo.

## 7.3. Fundamentos

Para que fosse possível o desenvolvimento desta proposta, foi necessária a adoção de alguns critérios, a saber:

1. Criação de um padrão monetário contábil para o Mercosul, que denominamos de **MERCO**, cuja paridade entre as moedas dos países, no momento zero, hipoteticamente, assumimos que seja de 1 MERCO para cada moeda local.<sup>27</sup>

2. Utilização dos critérios adotados no FAS-52 - Financial Accounting Statement.

O FAS-52 regulamenta as conversões das Demonstrações Financeiras em dólar americano, em economias com moeda estável e em outras economias altamente inflacionárias. Nestas, com moeda hiperinflacionária, foram mantidos os preceitos utilizados no antigo FAS-8. Continuaremos a chamar, neste trabalho, de FAS-8 o critério de conversão utilizado em economias com inflação elevada.

No caso de conversão quando a moeda é estável, podemos aceitar a utilização dos valores originais como base para conversão, uma vez que os mesmos são representativos para demonstrar a situação financeira e patrimonial da empresa na sua moeda local, desde que, apurados criteriosamente.

<sup>27</sup> Alguns aspectos referente à formação de moeda global foi discutido no capítulo 6. sub-item 6.1. pag.123.

No Balanço Patrimonial, as contas devem ser convertidas pela taxa na data do balanço.

Na Demonstração de Resultados, as receitas e despesas são convertidas pela taxa da sua formação, sendo aceitas as taxas médias, se não houver distorções significativas.

Quando propomos o uso da taxa média, estamos supondo que as receitas e despesas se distribuem uniformemente ao longo do período e que a variação das taxas cambiais também sofrem flutuações de maneira uniforme.

O FAS-52 considera o efeito da variação entre as duas moedas no Patrimônio Líquido como regra geral. Apenas ganhos e perdas definitivos são tratados como parte do resultado. As perdas/ ganhos sobre o Patrimônio Líquido Inicial não são consideradas definitivas, portanto não transitam pela Demonstração de Resultados.

3. Solução dos problemas referentes ao reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis dos países considerados de economia altamente inflacionária, a nível local, ou seja, nos países com hiperinflação as demonstrações contábeis devem estar em correção integral, reconhecimento da inflação em todas as contas das demonstrações.

#### 4. Utilização dos conceitos da Correção Integral Brasileira

A sistemática brasileira de reconhecimento da inflação, sem dúvida, é uma das mais completas existentes no mundo. Dessa forma, sugerimos que, nos países de inflação elevada, antes de procedermos a conversão das Demonstrações Contábeis em MERCOSUL, é necessária a sua elaboração em Correção Integral.

O Ajuste a Valor Presente dos débitos e créditos contratados pré-fixadamente deve ser efetuado, quando da elaboração das demonstrações em Correção Integral.

A importância desse Ajuste reside na avaliação correta das vendas, compras e, conseqüentemente, dos custos, na Demonstração de Resultados e na Conta de Clientes e Fornecedores, no Balanço Patrimonial. Lembramos ainda que, na aquisição de bens do imobilizado, se forem efetuados a prazo com valores pré-fixados, devem também ser trazidos a Valor Presente.

## 7.4. Apresentação do Modelo

O conjunto de conceitos que nortearão nosso modelo de conversão foi baseado em critérios já existentes, com algumas adaptações quando julgadas necessárias.

A forma de desenvolvimento desses conceitos será descrita a seguir com exemplos teóricos de situações específicas, explorando-se cada uma delas dentro do enfoque desejado.

Como já comentado no item 7.3.1. desse capítulo, não trataremos dos problemas da paridade cambial existente entre as moedas dos países membros, assumindo, então, que a paridade na criação do MERCOSUL (moeda contábil) seja de 1 MERCOSUL para 1 REAL.

### 7.4.1. Critérios a serem utilizados na Conversão das Demonstrações Contábeis

Neste item, desenvolveremos, a partir de exemplos teóricos, alguns critérios a serem utilizados na conversão das Demonstrações Contábeis, tanto em economias sem inflação como nas hiperinflacionárias.

Supondo que sejam realizados investimentos em uma empresa no Brasil, que esteja sujeita à legislação societária, fiscal e outras, em nível local, portanto mantendo seus registros em reais. Como também está inserida num contexto mais amplo, MERCOSUL, seria interessante e desejável, para seus acionista e gestores, ter informações econômico-financeiras em uma base monetária que permitisse a comparabilidade com as demais empresas atuantes no mesmo bloco econômico.

Observe-se que, não necessariamente, consideramos que a economia brasileira se encontra com níveis de inflação desprezíveis.

### 7.4.1.1. Economia com moeda estável

A seguir, apresentaremos a seqüência de exemplos ilustrativos das propostas, sendo que, nesta primeira fase, supomos não existirem problemas com o reconhecimento da inflação, ou seja, admitimos um ambiente de economia estável.

## I. AJUSTE PELA VARIAÇÃO CAMBIAL DO CAPITAL INVESTIDO

Neste tópico, procuramos desenvolver exemplos em que possa ser discutido o ajuste na conversão, decorrente da variação do capital inicial investido, bem como sua classificação e apresentação. Estes conceitos estão abordados, em seqüência, nos sub-itens “a” e “b”.

**a. No momento inicial, quando da integralização do capital em 02/01/19X0, o Balanço de abertura em Reais e em MERC0 são coincidentes, pois a paridade MERC0 e REAL é de 1,00.**

Balanço Patrimonial em 02/01/X0  
em MERC0 e em REAIS

| ATIVO |                  | PASSIVO |                  |
|-------|------------------|---------|------------------|
| Caixa | <u>1.000.000</u> | Capital | <u>1.000.000</u> |
| Total | <u>1.000.000</u> | Total   | <u>1.000.000</u> |

b. Continuando com o exemplo do item a, supondo que a empresa não tenha efetuado nenhuma transação, em 31/01/19X0 sua situação patrimonial seria:

Balanco Patrimonial em 31/01/X0 em REAIS (nominais)

| ATIVO |                  | PASSIVO |                  |
|-------|------------------|---------|------------------|
| Caixa | <u>1.000.000</u> | Capital | <u>1.000.000</u> |
| Total | <u>1.000.000</u> | Total   | <u>1.000.000</u> |

Assumindo-se, os seguintes valores abaixo para o MERC0:

| DATA     | VALOR DO MERC0 |
|----------|----------------|
| 02/01/X0 | 1,00 Real      |
| 31/01/X0 | 1,03 Reais     |

Balanco Patrimonial em 31/01/X0 em MERC0

| ATIVO |                   | PASSIVO            |                    |
|-------|-------------------|--------------------|--------------------|
| Caixa | <u>970.873,79</u> | Capital            | 1.000.000,00       |
| Total | <u>970.873,79</u> | Perda na Conversão | <u>(29.126,21)</u> |
|       |                   | Total              | <u>970.873,79</u>  |

Analisando o acontecido, verifica-se que o MERC0 teve uma valorização de 3% em relação ao real; dessa forma, os mesmos R\$ 1.000.000,00 que representavam 1.000.000,00

MERCOS em 02/01/X0, em 31/01/X0 representam apenas 970.873,79 MERCOS; portanto, houve uma perda de 29.126,21 MERCOS nesse período, assim demonstrado:

| REAL      | taxa de conversão | MERCO        |
|-----------|-------------------|--------------|
| 1.000.000 | 1,00              | 1.000.000,00 |
| 1.000.000 | 1,03              | 970.873,79   |
| DIFERENÇA |                   | 29.126,21    |

O Patrimônio Líquido que, em princípio, devido à ausência de resultado, deveria ter-se mantido, sofreu uma diminuição de 29.126,21 MERCOS, conforme demonstrado no quadro anterior.

Essa perda, ocasionada pela variação cambial sobre o Investimento Inicial, não pode ser considerada como definitiva, sendo apenas conjuntural e devendo, portanto, ser ajustada diretamente ao Patrimônio Líquido sem transitar pela Demonstração de Resultados. Somente será considerada como resultado do período quando se tratar de perda definitiva e irreversível, que pode acontecer em duas situações:

- quando houver a efetiva transferência dos recursos aplicados para o país de origem;
- quando for constatado que não existem possibilidades de que a perda/ganho, possa, em períodos subseqüentes, ser compensada ou transformada em ganho/perda, devido às oscilações cambiais.

Supondo que a perda fosse considerada como resultado do período, a Demonstração de Resultados apresentaria:

|                     |             |
|---------------------|-------------|
| Ajuste na Conversão | (29.126,21) |
| Prejuízo            | (29.126,21) |

A empresa não produziu qualquer tipo de resultado, operacional ou não. Ao ser atribuída a perda ao resultado do período, consideramos como definitiva.

Se, no momento seguinte, o MERCOS sofrer uma desvalorização em relação ao REAL, como ficará o Resultado e o Patrimônio da empresa?

Supondo que 1 MERCOS passasse a valer 0,95 Reais, então:

| REAL      | taxa de conversão | MERCOS       | Ganho/Perda.    |
|-----------|-------------------|--------------|-----------------|
| 1.000.000 | 1,00              | 1.000.000,00 |                 |
| 1.000.000 | 1,03              | 970.873,79   | 29.126,21 Perda |
| 1.000.000 | 0,95              | 1.052.631,58 | 81.757,79 Ganho |

Considerando novamente este resultado como sendo do período, temos:

|                     |           |
|---------------------|-----------|
| Ajuste na Conversão | 81.757,79 |
| Lucro               | 81.757,79 |

O lucro de 81.757,79 representa o ganho em MERCOS devido à desvalorização cambial neste período. Pode ser decomposto em 52.631,58 MERCOS de ganho em relação ao capital inicial e 29.126,21 MERCOS de recomposição das perdas no primeiro período.

Dessa forma, o prejuízo apresentado no primeiro período foi compensado com o lucro do segundo.

O lucro acumulado do período foi de 52.631,58 MERCOS. Se, no próximo mês, o MERCOS tiver novamente uma valorização em relação ao REAL, seguramente haverá um prejuízo e diminuição do resultado acumulado. Estas oscilações de resultados em função das variações cambiais prejudicam sobremaneira a avaliação do desempenho efetivo da empresa, além de considerar, como perda ou ganho do período, um resultado que não necessariamente se efetivou.

A segregação entre os resultados obtidos com o desempenho efetivo (operações normais) da empresa e os decorrentes da variação cambial são fundamentais para a adequada avaliação do desempenho da mesma, constituindo-se em dois eventos distintos, sendo que este último, não pode ser atribuído ao resultado do período ao sabor das políticas cambiais.

O mais adequado, neste caso, é diferir o ganho/perda e considerá-lo como resultado, quando de caráter definitivo e irreversível.

Segundo Ijiri<sup>28</sup> “Quando uma empresa multinacional estabelece-se em um determinado país, devemos considerar que os objetivos desta estão associados com a permanência no país escolhido, não somente pelo embasamento do postulado da continuidade das entidades, como também pelo alto custo dessa operação e pela oportunidade, a menos, é claro, que fatores extraordinários venham a ocorrer que conduzam a esta postura. Sendo assim, a contabilidade não deveria evidenciar nos relatórios contábeis perdas ou ganhos que não estejam na iminência de sua realização, como é o caso da perda na conversão das demonstrações financeiras.”

Tal procedimento somente faz sentido se a mesma ao final deste exercício pretende repatriar o investimento realizado, como é o caso de investimento em papéis, ou outras aplicações no exterior. O reconhecimento deste resultado representa uma anomalia, visto que, caso a empresa não pretenda repatriar seu investimento, estará reconhecendo um resultado que não ocorreu ainda, podendo tornar-se efetivo no futuro.

O administrador da filial Brasil não pode ser avaliado pelo resultado obtido, uma vez que não teve influência alguma sobre o mesmo.

Na realidade, a perda ou o ganho na conversão não se deve à ação do gestor da empresa no Brasil, mas sim à decisão de investimento no País.

Dessa forma, com base nas razões descritas acima, somos de opinião que:

### **Proposição número 1**

**Os ganhos ou perdas decorrentes das variações cambiais sobre o capital investido são ajustados diretamente ao Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período. Somente farão parte dele quando considerados definitivos.**

---

<sup>28</sup> Ijiri, Yuji. Op. citada.

**Análise Comparativa entre a situação patrimonial de 02/01 e 31/01, em MERCOS:**

**Balanco Patrimonial em MERCOS**

| <b>ATIVO</b> | <b>02/01X0</b>   | <b>31/01/X0</b>   | <b>PASSIVO</b>     | <b>02/01/X0</b>  | <b>31/01/X0</b>    |
|--------------|------------------|-------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| Caixa        | <u>1.000.000</u> | <u>970.873,79</u> | Capital            | 1.000.000        | 1.000.000          |
| Total        | <u>1.000.000</u> | <u>970.873,79</u> | Perda na Conversão |                  | <u>(29.126,21)</u> |
|              |                  |                   | Total              | <u>1.000.000</u> | <u>970.873,79</u>  |

Investiu-se 1.000.000 MERCOS em 02/01 e temos apenas 970.873,79 MERCOS em 31/01. A perda de 29.126,21 foi decorrente da valorização do MERCOS em relação ao REAL.

Observe que, na apresentação do Balanço Patrimonial, foi mantido o valor do investimento inicial (capital) e, em linha separada, apresentou-se o valor do ajuste. Procedendo-se dessa forma, o valor do investimento inicial não se perde ao longo do tempo, dispondo o usuário da informação contábil de importante dado para análise. Assim, apresentamos nossa segunda proposição:

**Proposição número 2**

No Balanço Patrimonial, o valor do investimento inicial é mantido, sendo demonstrados separadamente os resultados decorrentes dos efeitos das variações cambiais sobre o mesmo.

c. Damos continuidade ao exemplo iniciado em "a", supondo que em 28/02/19X0 a empresa adquira equipamentos no valor de R\$ 400.000,00.

Temos uma nova situação patrimonial:

**Balço Patrimonial em 28/02/X0 em REAL**

| ATIVO        |                         | PASSIVO      |                         |
|--------------|-------------------------|--------------|-------------------------|
| Caixa        | 600.000                 | Capital      | 1.000.000               |
| Imobilizado  | <u>400.000</u>          |              |                         |
| <b>Total</b> | <b><u>1.000.000</u></b> | <b>Total</b> | <b><u>1.000.000</u></b> |

Em MERCOS, temos:

Assumindo os valores abaixo para o MERCOS:

| DATA     | VALOR DO MERCOS |
|----------|-----------------|
| 02/01/X0 | 1,00            |
| 31/01/X0 | 1,03            |
| 28/02/X0 | 1,05            |

Valor do equipamento em:

| REAIS   | MERCOS                      |
|---------|-----------------------------|
| 400.000 | $400.000/1,05 = 380.952,38$ |

**Balço Patrimonial em 28/02/X0 em MERCOS**

| ATIVO        |                          | PASSIVO            |                          |
|--------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|
| Caixa        | 571.428,57               | Capital            | 1.000.000,00             |
| Imobilizado  | <u>380.952,38</u>        | Perda na Conversão | <u>(47.619,05)</u>       |
| <b>Total</b> | <b><u>952.380,95</u></b> | <b>Total</b>       | <b><u>952.380,95</u></b> |

O valor do ajuste pela Perda na Conversão passou para 47.619,05 MERCOS, assim demonstrado:

| REAL             | taxa de conversão | MERCO              |
|------------------|-------------------|--------------------|
| 1.000.000        | 1,05              | 952.380,95         |
| 1.000.000        | 1,00              | 1.000.000,00       |
| <b>DIFERENÇA</b> |                   | <b>(47.619,05)</b> |

Novamente, no mês de fevereiro, tivemos uma valorização do MERCO em relação ao REAL, dessa forma, houve, em relação a janeiro, uma perda adicional de 18.492,84 MERCOS.

| REAL                    | taxa de conversão | MERCO        | Perda Mensal     |
|-------------------------|-------------------|--------------|------------------|
| 1.000.000               | 1,00              | 1.000.000,00 |                  |
| 1.000.000               | 1,03              | 970.873,79   | 29.126,21        |
| 1.000.000               | 1,05              | 952.380,95   | 18.492,84        |
| <b>PERDA no PERÍODO</b> |                   |              | <b>47.619,05</b> |

Observe que a perda de janeiro no valor de 29.126,21 MERCOS representa na realidade a perda no Caixa, pois era o único ativo existente naquele mês. A perda no mês de fevereiro também representa a perda no Caixa, pois o imobilizado foi adquirido somente no último dia do mês.

Não elaboramos Demonstração de Resultados por não ter havido transações nesse período.

## II. CONVERSÃO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Neste tópico, discutiremos os critérios de conversão das Demonstrações de Resultados. Dando continuidade ao nosso exemplo iniciado no item I a, apresentamos as operações do mês de março.

**d. No mês de março, a empresa efetuou as seguintes operações:**

- Compra à vista de mercadorias no valor de R\$ 200.000,00 em 01/03/X0;
- Venda de 50% das mercadorias adquiridas por R\$ 150.000,00 ao longo do mês;
- Despesas no valor de R\$ 20.000,00;
- Depreciação do equipamento considerando a taxa de 10% ao ano.

Assumindo os seguintes valores para o MERCOS, temos:

| DATA         | VALOR DO MERCOS |
|--------------|-----------------|
| 02/01/X0     | 1,00            |
| 31/01/X0     | 1,03            |
| 28/02/X0     | 1,05            |
| 01/03/X0     | 1,05            |
| 31/03/X0     | 1,07            |
| médio /março | 1,06            |

As Demonstrações de Resultados do **mês de março** em REAIS e em MERCOS, podem, assim, serem demonstradas:

|                         | <u>REAIS</u> | <u>MERCOS</u><br>(considerando o MERCOS<br>do final do mês) | <u>MERCOS</u><br>(considerando o MERCOS<br>médio do mês) |
|-------------------------|--------------|---|--|
| Vendas                  | 150.000      | 140.186,92  | 141.509,43   |
| Custo das Vendas        | (100.000)    | (93.457,94)   | (94.339,62)  |
| Lucro Bruto             | 50.000       | 46.728,98   | 47.169,81  |
| Despesas                | (20.000)     | (18.691,59)   | (18.867,92)  |
| Despesas de Depreciação | (3.333)      | (3.114,95)  | (3.144,34)   |
| Lucro                   | 26.667       | 24.922,44   | 25.157,55  |

Se efetuarmos a conversão pelo MERCOS de 31/03/X0, estaremos aceitando que as operações foram realizadas no último dia, o que raramente ocorre. Poderia ser utilizada esta taxa (final do mês) sem qualquer distorção referente à conversão em cada operação, se a paridade

MERCO X REAL se mantivesse absolutamente a mesma durante o mês inteiro, o que, também, dificilmente ocorre, por mais que a economia esteja estabilizada.

A utilização da taxa média considera que a conversão está sendo efetuada a cada transação de maneira aproximada, refletindo melhor o desempenho da empresa em MERCO, pois as operações foram realizadas ao longo do mês.

Quando convertemos as contas pelo MERCO médio do mês, obtemos um resultado de 25.157,55 MERCOS que corresponde a R\$ 26.918,50 (multiplicado pelo valor do MERCO de 31/03/X0, 1,07).

O lucro do mês apurado em reais foi de R\$ 26.667,00 e a diferença entre os lucros pela variação média e a final de R\$251,50 ( 26.918,50 - 26.667,00 ) equivale a 235,12 MERCOS, conforme demonstrado abaixo:

|                         | VARIAÇÃO ENTRE O RESULTADO<br>PELOS MERCOS MÉDIO E FINAL |
|-------------------------|--|
| Vendas                  | 1.322,51   |
| Custo das Vendas        | ( 881,68)  |
| Lucro Bruto             | 440,83   |
| Despesas                | (176,33)   |
| Despesas de Depreciação | ( 29,39)   |
| Total do Ajuste         | 235,12   |

A utilização da taxa média para conversão das contas da Demonstração de Resultados permite a segregação entre o desempenho efetivo da empresa ( suas operações de compra, venda, etc.) da oscilação do câmbio, além do que representa de maneira mais precisa as operações em MERCO, pois, guardadas as considerações, elas estão sendo convertidas uma a uma.

Efetuando-se uma análise comparativa entre a utilização da taxa média ou a do final do mês para a conversão, podemos verificar no quadro das Demonstrações de Resultados acima que, se utilizada a taxa final, considera-se que todas as operações foram realizadas no último dia do mês, o que raramente ocorre, e não estaremos segregando do resultado a parcela referente à variação mensal, pois a mesma estará embutida nas diversas contas.

Existem, evidentemente, situações de extrema sazonalidade, onde a conversão pela taxa média pode trazer significativas distorções, apresentando-se inadequada, devendo ser utilizada uma taxa média ponderada ou, até mesmo, as taxas diárias.

Observe as seguintes contas da Demonstração de Resultados:

### **Custo das Mercadorias Vendidas**

O custo da mercadoria vendida também foi convertido pela taxa média e não pela taxa histórica de formação da mercadoria, conforme preconizado pelo FAS 8 e amplamente utilizado nas conversões das Demonstrações Contábeis. Adotamos a seguinte premissa:

Na data da compra, R\$ 200.000 compravam 190.476,19 MERCOS em mercadorias. Quando efetuada a venda, considerada ao longo do mês, os R\$ 200.000 compravam somente 188.679,25 MERCOS ( $200.000 : 1,06$ ) em mercadorias; portanto como foi vendida a metade desta quantidade, o custo passa a ser de 94.339,62 MERCOS (50% de 188.679,25 MERCOS).

Quando consideramos o custo pela taxa histórica, no nosso caso 95.238,10 MERCOS, reconhecemos a perda do real em relação ao MERCOS na data da venda da mercadoria, ou seja, a diferença entre os 95.238,10 e 94.339,62 MERCOS reconhecidos como custo do período no valor de 898,48 MERCOS, enquanto que, quando o consideramos pela taxa média, este valor de 898,48 MERCOS será diferido, isto é, não será considerado como resultado do período na data da venda, mas sim quando efetivamente comprovada a perda (conceito discutido na página 149).

Essa consideração nos parece mais adequada pois, mais uma vez, nos defrontamos com situações em que a variação cambial pode interferir no resultado do período, sem que haja, no entanto, o seu efetivo ganho ou perda.

### **Despesas de Depreciação**

Novamente, temos uma despesa que pelos critérios do FAS-8 é convertida pela taxa histórica e a convertemos pela taxa média. As razões são semelhantes às apresentadas nas considerações do custo das mercadorias.

Na data de aquisição do imobilizado, a despesa de depreciação mensal correspondia a R\$ 3.333, que equivalem a 3.174,29 MERCOS. Por ocasião do reconhecimento da perda em função do desgaste do imobilizado, estes R\$3.333 correspondem a 3.144,34 MERCOS.

Dessa forma, a diferença das quantidades de MERCOS de 29,95 MERCOS em função da variação cambial deve ser diferida.

### **Proposição número 3**

**As contas da Demonstração de Resultados, incluindo as despesas de depreciação e o custo das mercadorias vendidas devem ser convertidas pela taxa média.**

Quanto à classificação da diferença decorrente da variação do MERCOS médio e final, esta deve obedecer ao mesmo princípio daquele utilizado na conversão sobre o capital inicial, ou seja, a consideração de que esta variação foi ocasionada por variação cambial e que não necessariamente é de caráter definitivo ( ver proposta número 1).

As operações realizadas ao longo do mês de março em reais e convertidas em MERCOS pela taxa média do mês representam mais adequadamente o efetivo desempenho da empresa naquele período, em MERCOS, quando as transações foram feitas. O lucro obtido em MERCOS é diferente daquele obtido em reais, pois os resultados permaneceram em reais e não foram convertidos imediatamente em MERCOS.

A diferença de 235,12 MERCOS, referente à variação da taxa média para a do final do mês do MERCOS, deve ser considerada como um Ajuste de Conversão diretamente ao Patrimônio Líquido, conforme discorrido em parágrafos anteriores.

#### Proposição número 4

A diferença obtida entre a variação do MERCOS médio do mês e o MERCOS do final do mês deve ser considerada como ajuste ao Patrimônio Líquido. Somente fará parte do resultado do período quando esta variação cambial for considerada de caráter definitivo.

### III. CONVERSÃO DAS CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Neste tópico, discutiremos a conversão das contas do balanço, utilizando o exemplo apresentado nos itens “d” e “e”.

Dando seqüência ao exemplo, vejamos como fica a situação patrimonial:

#### Balanço Patrimonial em 31/03/X0 em REAIS

| ATIVO                 |                         | PASSIVO          |                         |
|-----------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|
| Caixa                 | 530.000                 | Capital          | 1.000.000               |
| Estoques              | 100.000                 | Lucro do Período | 26.667                  |
| Imobilizado           | 400.000                 |                  |                         |
| Depreciação Acumulada | (3.333)                 |                  |                         |
| <b>Total</b>          | <b><u>1.026.667</u></b> | <b>Total</b>     | <b><u>1.026.667</u></b> |

## Balço Patrimonial em 31/03/X0 em MERCOS

| ATIVO                 |                   | PASSIVO            |                   |
|-----------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| Caixa                 | 495.327,10        | Capital            | 1.000.000,00      |
| Estoques              | 93.457,94         | Lucro do Período   | 25.157,55         |
| Imobilizado           | 373.831,78        | Perda na Conversão | (65.655,68)       |
| Depreciação Acumulada | (3.114,95)        | Total              | <u>959.501,87</u> |
| Total                 | <u>959.501,87</u> |                    |                   |

Os estoques foram convertidos pela taxa corrente do balanço, assumindo que o valor deles está em moeda local adequadamente mensurada. A diferença entre a paridade do MERCOS e Real, entre a data de aquisição do ativo e a data do balanço, é classificada na conta de Ajuste na Conversão.

Observe, também, que o Imobilizado apresentado no Balço em 31/03/X0 acima é de 373.831,78 MERCOS, diferente dos 380.952,38 apresentados em 28/02/X0, quando da aquisição do mesmo. A diferença dos valores em MERCOS reside no critério de conversão, pois utilizamos a taxa corrente também no caso do imobilizado. Na realidade, utilizamos, para conversão do balanço de 31/03, o valor do MERCOS na data de encerramento do balanço para todas as contas do ativo, independentemente de sua natureza, se monetário ou não-monetário.

Dessa forma, a Perda na Conversão de 65.655,68 MERCOS corresponde:

## a) Capital Inicial:

|                | REAL      | taxa de conversão | MERCOS       |             |
|----------------|-----------|-------------------|--------------|-------------|
| Saldo Inicial  |           |                   |              | 571.428,97  |
| Receitu        | 1.000.000 | 1,07              | 934.579,44   | 143.504,43  |
| Despes         | 1.000.000 | 1,00              | 1.000.000,00 | (78.807,62) |
| Contrib        | DIFERENÇA |                   | (65.420,56)  | (79.476,34) |
| Soma           |           |                   |              | 503.593,89  |
| Perda na Caixa |           |                   |              | (8.267,35)  |
| Saldo final    |           | 1,07              |              | 495.327,10  |

b) Variação do lucro apurado pelo MERCÓ médio de março para o taxa de 31 de março (235,12):

Total da perda:

|                 | MERCÓ     |
|-----------------|-----------|
| Capital Inicial | 65.420,56 |
| Lucro           | 235,12    |
| Total           | 65.655,68 |

Essa perda, na realidade, corresponde a Perda no Caixa, Estoques e Imobilizado, assim demonstrado:

|             | MERCÓ     |
|-------------|-----------|
| Caixa       | 55.886,40 |
| Estoques    | 2.678,63  |
| Imobilizado | 7.090,65  |

**Composição das Perdas**

Caixa

Perdas no mês de março

|                | REAIS   | TAXA | MERCÓ        |
|----------------|---------|------|--------------|
| Saldo Inicial  | 600.000 |      | 571.428,57   |
| Receita        | 150.000 | 1,06 | 141.509,43   |
| Despesa        | 20.000  | 1,06 | (18.867,92)  |
| Compra         | 200.000 | 1,05 | (190.476,19) |
| Soma           |         |      | 503.593,89   |
| Perda no Caixa |         |      | (8.267,35)   |
| Saldo Final    | 530.000 | 1,07 | 495.327,10   |

**Perda total do caixa**

|               |                 |
|---------------|-----------------|
| Até fevereiro | 47.619,05       |
| mês de março  | <u>8.267,35</u> |
| Saldo         | 55.886,40       |

**Estoques**

|               | REAIS   | TAXA | MERCO              |
|---------------|---------|------|--------------------|
| Saldo Inicial | 200.000 | 1,05 | 190.476,19         |
| Baixa         | 100.000 | 1,06 | <u>(94.339,62)</u> |
| Total         |         |      | 96.136,57          |
| Perda         |         |      | <u>(2.678,63)</u>  |
| Saldo Final   | 100.000 | 1,07 | 93.457,94          |

**Imobilizado**

|               | REAIS   | TAXA | MERCO             |
|---------------|---------|------|-------------------|
| Saldo Inicial | 400.000 | 1,05 | 380.952,38        |
| Saldo Final   | 400.000 | 1,07 | <u>373.831,78</u> |
| Perda         |         |      | 7.120,60          |

**Depreciação Acumulada**

|              | REAIS | TAXA | MERCO           |
|--------------|-------|------|-----------------|
| Valor mensal | 3.333 | 1,05 | 3.174,29        |
| Valor mensal | 3.333 | 1,06 | <u>3.144,34</u> |
| Ganho        |       |      | 29,95           |

Outra forma de proceder, no caso dos estoques e imobilizado, é a consideração do seu valor histórico (FAS-8) em quantidades de MERCOS. Assim, ter-se-ia uma nova situação:

**Balço Patrimonial em 31/03/X0 em MERCOS**

| ATIVO                 |                   | PASSIVO             |                   |
|-----------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| Caixa                 | 495.327,10        | Capital             | 1.000.000,00      |
| Estoques              | 95.238,10         | Lucro do Período    | 24.228,81         |
| Imobilizado           | 380.952,38        | Ajuste na Conversão | (55.885,83)       |
| Depreciação Acumulada | (3.174,60)        |                     |                   |
| <b>Total</b>          | <b>968.342,98</b> | <b>Total</b>        | <b>968.342,98</b> |

Os estoques e o imobilizado estão contabilizados pela quantidade de MERCOS obtida, dividindo-se os seus valores originais em reais pela taxa histórica (data de aquisição):

R\$ 100.000 por 1,05 (taxa na data de aquisição)

R\$ 400.000 por 1,05 (taxa na data de aquisição), assim como a depreciação, guardando a proporcionalidade ( 1/12 de 10% de 380.952,38 ), ou seja, um mês de depreciação.

Quando utilizamos esse critério, o valor do Ajuste na Conversão passa a ser 55.885,83 MERCOS, inferior aos 65.655,69 apurados quando da utilização do MERCOS da data do balanço para converter todas as contas do ativo.

O valor do ajuste é composto de:

|   |                  |
|---|------------------|
| Varição Cambial sobre o Capital Inicial | (65.420,57)      |
| Varição Cambial sobre os Estoques       | 1.780,16         |
| Varição Cambial sobre o Imobilizado     | 7.120,60         |
| Varição Cambial sobre o Lucro do mês    | 633,98           |
| <b>Total</b>                            | <b>55.885,83</b> |

Na realidade o que ocorre neste caso, é que a perda sofrida pelo capital inicial é “compensada” pela não perda (ganho) nos estoques e imobilizado. Além disso, parte do efeito da variação cambial já está sendo computada como resultado do período, através do custo e da depreciação

Ao adotarmos esse método, podemos observar que o total do Ativo originalmente encerrado em Reais dividido pelo MERCOS da data do balanço resultou em 959.501,86 MERCOS, diferente dos 968.342,98 obtidos pela soma dos itens do balanço, considerando-se os estoques e o imobilizado convertidos por suas taxas históricas.

Essa diferença de 8.841,12 MERCOS é composta de:

|              |                 |
|--------------|-----------------|
| Estoques     | 1.780,16        |
| Imobilizado  | 7.120,60        |
| Depreciação  | (59,64)         |
| <b>TOTAL</b> | <b>8.841,12</b> |

Ao se considerar os estoques e o imobilizado pelo MERCOS histórico, os valores dos custos das mercadorias vendidas e o da depreciação também deverão obedecer a esse critério. As Demonstrações de Resultados passam, então a ser:

|                         | <u>REAIS</u> | <u>MERCOS</u><br><u>(considerando MERCOS médio do mês)</u> |
|-------------------------|--------------|--|
| Vendas                  | 150.000      | 141.509,43   |
| Custo das Vendas        | (100.000)    | (95.238,10)  |
| Lucro Bruto             | 50.000       | 46.271,33  |
| Despesas                | (20.000)     | (18.867,92)  |
| Despesas de Depreciação | (3.333)      | (3.174,60)   |
| Lucro                   | 26.667       | 24.228,81  |

Observe que, tanto o custo das mercadorias como a despesa de depreciação, neste caso reconhecida na Demonstração de Resultados e calculada pela taxa histórica, é maior do que a

obtida pela taxa corrente. Isto ocorre porque já está sendo considerado como parte integrante do lucro, o efeito da variação cambial entre a data de aquisição e a data do consumo dos ativos

Verifique que, quando utilizamos a taxa histórica para conversão de itens não monetários do balanço, a perda sofrida pelo investimento inicial é “compensada” com a manutenção das quantidades de MERCOS do imobilizado. O que não pode ser considerado quando se trata de conversão, uma vez que o controle dos mesmos é feito em moeda local e não em MERCOS.

Os estoques, quando adquiridos no valor de R\$ 200.000, equivaliam a 190.476,19 MERCOS, mas, na data do balanço, como havia sido vendida a metade, os estoques que representavam R\$ 100.000, equivaliam a apenas 94.339,62 MERCOS e não aos 95.238,10 originalmente obtidos pela taxa histórica. Portanto, não existe razão alguma para que este último seja considerado como correto. Reafirmando o que foi dito no parágrafo anterior, o controle, no caso dos estoques, é realizado em moeda local.

O mesmo acontece com o imobilizado; considerando pelo seu valor histórico em reais, ele sofreu efetivamente uma perda de 7.120,60 MERCOS, desde a data de sua aquisição até 31/03, pois os R\$ 400.000,00 na data do balanço (31/03) equivalem a 373.831,78 MERCOS e não os 380.952,38 MERCOS. Para que se mantivesse o seu valor em MERCOS em 31/03, deveria estar contabilizado por R\$ 415.238,09.

Efetivamente, o capital inicial aplicado sofreu uma perda de 65.420,56 MERCOS.

A melhor forma de apresentação é a do balanço local em moeda local, e conforme cita Eliseu Martins “...linha básica de raciocínio do FAS-52: o resultado da empresa local deve ser reportado como se não houvessem efeitos de disparidade cambial; este vai diretamente ao Patrimônio Líquido e não ao resultado do período. Apenas será lançado ao resultado quando a perda ou ganho forem definitivos (alienação do investimento por parte da investidora, encerramento da empresa, alteração cambial que todos julguem efetivamente sem chance alguma de reversão no futuro previsível, etc.)”<sup>29</sup>.

Dentre as duas alternativas de conversão para o imobilizado apresentadas acima - taxa histórica e taxa corrente - a que melhor reflete o resultado efetivo da empresa é a que considera o imobilizado através da quantidade de MERCOS obtida pela taxa corrente na data do balanço, pois

---

<sup>29</sup> Temática Contábil e Balanços. Boletim IOB 30/95 p. 276

é o valor real desse ativo naquele dia, não o montante de MERCOS auferidos na aquisição ( uma vez que o seu controle é efetuado em reais ).

**Proposição número 5**

**A conversão de todas as contas do Ativo, inclusive as do Ativo Permanente e do Passivo, deve ser efetuada pela taxa corrente do MERCOS na data do balanço.**

**IV. O RESULTADO DE EXERCÍCIO**

Neste tópico discutiremos a conversão do resultado do exercício.

**e. Dando seqüência ao exemplo, suponhamos que, no mês de abril, a empresa efetue as seguintes transações:**

- Compra à vista de mercadorias, no mês, no valor de R\$ 50.000,00;
- Venda à vista, no mês, de todo estoque inicial por R\$ 200.000,00;

4. Despesas no valor de R\$ 25.000,00.

1.2.3. BALANÇO

|                    | 31/03/90 | 31/04/90 | 31/05/90 |
|--------------------|----------|----------|----------|
| Ativo              |          |          |          |
| Ativo Permanente   | 200.000  | 200.000  | 200.000  |
| Ativo Circulante   | 50.000   | 100.000  | 100.000  |
| Ativo Total        | 250.000  | 300.000  | 300.000  |
| Passivo            |          |          |          |
| Passivo Permanente | 100.000  | 100.000  | 100.000  |
| Passivo Circulante | 150.000  | 200.000  | 200.000  |
| Passivo Total      | 250.000  | 300.000  | 300.000  |

O resultado acumulado representa a soma dos meses de março e abril

Valores do MERCO:

| DATA        | VALOR DO MERCO |
|-------------|----------------|
| 02/01/X0    | 1,00           |
| 31/01/X0    | 1,03           |
| 28/02/X0    | 1,05           |
| 31/03/X0    | 1,07           |
| médio/março | 1,06           |
| 30/04/X0    | 1,04           |
| médio/abril | 1,06           |

Observamos mais uma vez, que para efeito de cálculos foram utilizadas todas as casas decimais, podendo ocorrer alguns problemas de arredondamento.

Demonstração de Resultados do mês de abril:

|                         | <u>REAIS</u> | <u>MERCO</u><br>(MERC0 médio do mês) |
|-------------------------|--------------|--------------------------------------|
| Vendas                  | 200.000      | 188.679,25                           |
| Custo das Vendas        | (100.000)    | (94.339,62)                          |
| Lucro Bruto             | 100.000      | 94.339,63                            |
| Despesas                | (25.000)     | (23.584,91)                          |
| Despesas de Depreciação | (3.333)      | (3.144,34)                           |
| Lucro                   | 71.667       | 67.610,38                            |

Analisando-se os Resultados Acumulados:

### 1. EM REAIS

|                         | <u>MARCO</u> | <u>ABRIL</u> | <u>ACUMULADO</u> |
|-------------------------|--------------|--------------|------------------|
| Vendas                  | 150.000      | 200.000      | 350.000          |
| Custo das Vendas        | (100.000)    | (100.000)    | (200.000)        |
| Lucro Bruto             | 50.000       | 100.000      | 150.000          |
| Despesas                | (20.000)     | (25.000)     | (45.000)         |
| Despesas de Depreciação | (3.333)      | (3.333)      | (6.666)          |
| Lucro                   | 26.667       | 71.667       | 98.334           |

O resultado acumulado representa a soma dos meses de março e abril.

## **2. EM MERCOS QUANDO UTILIZAMOS O MERCADO MÉDIO PARA A CONVERSÃO**

|                         | <u>MARÇO</u> | <u>ABRIL</u> | <u>ACUMULADO</u> |
|-------------------------|--------------|--------------|------------------|
| Vendas                  | 141.509,43   | 188.679,25   | 330.188,68       |
| Custo das Vendas        | (94.339,62)  | (94.339,62)  | (188.679,24)     |
| Lucro Bruto             | 47.169,81    | 94.339,63    | 141.509,44       |
| Despesas                | (18.867,92)  | (23.584,91)  | (42.452,83)      |
| Despesas de Depreciação | (3.144,34)   | (3.144,34)   | (6.288,68)       |
| Lucro                   | 25.157,55    | 67.610,38    | 92.767,93        |

Os valores acumulados representam a soma algébrica das contas, inclusive a do lucro.

O resultado obtido pela taxa média do mês contempla a variação cambial mensal, sendo a que mais se aproxima da realidade pois, para obter a conversão perfeita, seria necessária a conversão por taxas diárias, impraticável na maior parte das situações por ser extremamente dispendiosa.

Em relação ao resultado acumulado no período de março e abril, temos duas formas a considerar:

1. Soma algébrica dos resultados mensais em MERCOS, sem nenhum ajuste, sendo, no nosso caso:

|                |           |
|----------------|-----------|
| lucro de março | 25.157,55 |
| lucro de abril | 67.610,38 |
| total          | 92.767,93 |

Apresentando dessa forma o resultado acumulado, não consideramos a variação cambial do lucro do mês de março para abril como integrante do lucro do período; entretanto, esse ajuste é considerado no Patrimônio Líquido, pois decorre da variação cambial posterior ao período do formação do lucro, e ainda não podemos considerá-la como definitiva.

2. Soma algébrica dos resultados mensais em reais:

|                |        |
|----------------|--------|
| lucro de março | 26.667 |
| lucro de abril | 71.667 |
| total          | 98.334 |

Procedendo-se dessa maneira, a variação cambial do lucro do mês de março para abril é considerada como parte integrante do lucro do período.

Nas duas formas estaremos reconhecendo patrimonialmente o efeito da variação cambial do lucro de março para abril; a diferença está em julgá-lo parte integrante do resultado acumulado ou não.

Na realidade, a questão é: qual o lucro a ser considerado?

Em MERCOS: 92.767,93 obtido da soma algébrica dos meses de março e abril ou 94.551,92 resultante da conversão do saldo acumulado em reais pela taxa de 30/04.

Quando efetuamos a conversão das contas de março pelo MERCOS médio desse mês, o seu resultado, o lucro, não foi convertido imediatamente para MERCOS, permanecendo em reais. Dessa forma, o valor de R\$26.667, que era equivalente a 24.922,43 MERCOS em março, correspondia a 25.157,55 MERCOS em 30/04.

Entretanto, é evidente que não se deve alterar o resultado do mês de março em MERCOS em função da variação cambial do mês de abril. O lucro apurado não deve ser mais alterado em virtude de variações cambiais posteriores à data de encerramento do exercício. Os efeitos dessas variações devem ser ajustados diretamente ao Patrimônio Líquido.

Na realidade, se os lucros apurados mensalmente fossem remetidos para a matriz no mês de sua ocorrência, não haveria o resultado posterior decorrente da variação cambial. A decisão de não remessa do lucro de sua realização até o final do ano é gerador de ganho/perda por variação cambial e não decorrente das operações da companhia.

Assim, em relação ao resultado do período, propomos:

## Proposição 6

O Resultado do exercício em MERCOS deve ser a soma dos resultados mensais nessa moeda.

## V. RESUMIDAMENTE TEMOS OS CRITÉRIOS DE CONVERSÃO EM ECONOMIAS COM MOEDAS ESTÁVEIS, SEM INFLAÇÃO

Para resumir os critérios a serem utilizados quando da conversão das Demonstrações Contábeis em economias sem inflação, utilizamos o mesmo exemplo desenvolvido a partir do item I.

Apresentamos a seguir as demonstrações em Reais.

Observe que, na Demonstração de Resultados, não é contemplada a conta de correção monetária de balanços, uma vez que não houve inflação.

### Balanco Patrimonial em REAIS

| ATIVO                 | 31/03/X0         | 30/04/X0         | PASSIVO          | 31/03/X0  | 30/04/X0  |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|-----------|-----------|
| Caixa                 | 530.000          | 655.000          | Capital          | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Estoques              | 100.000          | 50.000           | Lucro do Período | 26.667    | 98.334    |
| Imobilizado           | 400.000          | 400.000          | Total            | 1.026.667 | 1.098.334 |
| Depreciação Acumulada | <u>(3.333)</u>   | <u>(6.666)</u>   |                  |           |           |
| Total                 | <u>1.026.667</u> | <u>1.098.334</u> |                  |           |           |

## Demonstração de Resultados em REAIS

|                         | MARÇO     | ABRIL     | ACUMULADO |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Vendas                  | 150.000   | 200.000   | 350.000   |
| Custo das Vendas        | (100.000) | (100.000) | (200.000) |
| Lucro Bruto             | 50.000    | 100.000   | 150.000   |
| Despesas                | (20.000)  | (25.000)  | (45.000)  |
| Despesas de Depreciação | (3.333)   | (3.333)   | (6.666)   |
| Lucro                   | 26.667    | 71.667    | 98.334    |

Efetuatingo-se a conversão para MERCOS, temos as seguintes demonstrações convertidas:

## Balção Patrimonial MERCOS

| ATIVO                 | 31/03/X0   | 30/04/X0     | PASSIVO            | 31/03/X0     | 30/04/X0     |
|-----------------------|------------|--------------|--------------------|--------------|--------------|
| Caixa                 | 495.327,10 | 629.807,69   |                    |              |              |
| Estoques              | 93.457,94  | 48.076,92    | Capital            | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Imobilizado           | 373.831,78 | 384.615,38   | Lucro do Período   | 25.157,55    | 92.767,93    |
| Depreciação Acumulada | (3.114,96) | (6.409,62)   | Perda na Conversão | (65.655,69)  | (36.677,56)  |
| Total                 | 959.501,86 | 1.056.090,37 | Total              | 959.501,86   | 1.056.090,37 |

## Demonstração de Resultados em MERCOS

|                         | MARÇO       | ABRIL       | ACUMULADO    |
|-------------------------|-------------|-------------|--------------|
| Vendas                  | 141.509,43  | 188.679,25  | 330.188,68   |
| Custo das Vendas        | (94.339,62) | (94.339,62) | (188.679,24) |
| Lucro Bruto             | 47.169,81   | 94.339,63   | 141.509,44   |
| Despesas                | (18.867,92) | (23.584,91) | (42.452,83)  |
| Despesas de Depreciação | (3.144,34)  | (3.144,34)  | (6.288,68)   |
| Lucro                   | 25.157,55   | 67.610,38   | 92.767,93    |

**Procedimentos adotados na conversão:**

Considerando os seguintes valores para o MERC0:

| DATA        | VALOR DO MERC0 |
|-------------|----------------|
| 02/01/X0    | 1,00           |
| 31/01/X0    | 1,03           |
| 28/02/X0    | 1,05           |
| 31/03/X0    | 1,07           |
| médio/março | 1,06           |
| 30/04/X0    | 1,04           |
| médio/abril | 1,06           |

As contas do Balanço Patrimonial foram convertidas pelas seguintes taxas:

a. Em 31/03/X0

| CONTAS                | REAL      | taxa | MERCO      |
|-----------------------|-----------|------|------------|
| Caixa                 | 530.000   | 1,07 | 495.327,10 |
| Estoques              | 100.000   | 1,07 | 93.457,94  |
| Imobilizado           | 400.000   | 1,07 | 373.831,78 |
| Depreciação Acumulada | (3.333)   | 1,07 | (3.114,95) |
| Capital               | 1.000.000 | 1,00 | 1.000.000  |
| Lucro do Período      | 26.667    | 1,07 | 25.175,55  |

b. Em 30/04/19X0

| CONTAS                | REAL      | taxa | MERCO        |
|-----------------------|-----------|------|--------------|
| Caixa                 | 655.000   | 1,04 | 629.807,69   |
| Estoques              | 50.000    | 1,04 | 48.076,92    |
| Imobilizado           | 400.000   | 1,04 | 384.615,38   |
| Depreciação Acumulada | (6.666)   | 1,04 | (6.409,62)   |
| Capital               | 1.000.000 | 1,00 | 1.000.000,00 |
| Lucro Acumulado       | 26.667    | 1,07 | 25.175,55    |
| Lucro do Período      | 71.667    | 1,06 | 67.610,38    |

**Ativo**

- Circulante, Longo Prazo e Permanente: contas convertidas pela taxa de câmbio do dia do encerramento do balanço.

**Passivo**

- Circulante e Longo Prazo: contas convertidas pela taxa de câmbio do dia do encerramento do balanço.
- Patrimônio Líquido: contas convertidas pelas taxas históricas

**As contas da Demonstração de Resultados foram convertidas:****a. Em MARÇO**

|                         | REAL    | taxa | MERCO      |
|-------------------------|---------|------|------------|
| Vendas                  | 150.000 | 1,06 | 141.509,43 |
| Custo das Vendas        | 100.000 | 1,06 | 94.339,62  |
| Despesas                | 20.000  | 1,06 | 18.867,92  |
| Despesas de Depreciação | 3.333   | 1,06 | 3.144,34   |

**b. Em ABRIL**

|                         | REAL    | taxa | MERCO      |
|-------------------------|---------|------|------------|
| Vendas                  | 200.000 | 1,06 | 188.679,25 |
| Custo das Vendas        | 100.000 | 1,06 | 94.339,62  |
| Despesas                | 25.000  | 1,06 | 23.584,91  |
| Despesas de Depreciação | 3.333   | 1,06 | 3.144,34   |

- As contas representativas de operações de vendas, custos, despesas e depreciação são convertidas pela taxa média.

Reconciliação do Patrimônio Líquido

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em MERCOS

|                     | Capital      | Lucro do Período | Ajustes      |
|---------------------|--------------|------------------|--------------|
| Saldo em 31/03/X0   | 1.000.000,00 | 25.157,55        | (65.655,68)  |
| Lucro de Abril      |              | 67.610,38        |              |
| Ajuste do Lucro     |              |                  | 2.019,10(a)  |
| Ajuste ao P.Líquido |              |                  | 26.959,02(b) |
| Saldo em 30/04      | 1.000.000,00 | 92.767,93        | (36.677,56)  |

(a) Este valor de 2.019,10 refere-se à variação cambial do lucro de abril, da média para o final, no valor de 1.300,20 mais a variação cambial do lucro de março para abril de 718,90.

(b) O valor de 26.959,02 refere-se ao ganho com a variação cambial do mês de abril:

Do capital inicial de março para abril.

$$1.000.000,00 : 1,04 = 961.538,46$$

$$1.000.000,00 : 1,07 = \underline{934.579,44}$$

$$\text{Diferença em MERCOS} \quad 26.959,02$$

Observe que as perdas apuradas nos meses de janeiro a março no valor de 65.655,68 MERCOS, foram parcialmente compensados com o ganho do mês de abril. Se a variação cambial oscilar a partir de abril tendo uma desvalorização do MERCOS em relação ao real, a perda acumulada poderá ser revertida, isto é, tornar-se ganho. Essa é a razão da não consideração dos efeitos das variações cambiais como resultados, a não ser que a caracterize como definitiva.

#### 7.4.1.2. Critérios de Conversão em Economias Hiperinflacionárias

Nesta parte do trabalho, onde desenvolvemos os critérios a serem utilizados quando a economia apresenta altas taxas de inflação, utilizamos o mesmo exemplo desenvolvido no item 1, introduzindo a variação da UFIR que procura medir o efeito da inflação brasileira em relação ao REAL.

Lembramos que a variação da UFIR não necessariamente coincide com a cambial do MERCOSUL, como em nosso exemplo, visto que o MERCOSUL, além de refletir as variações do poder aquisitivo da moeda, procura refletir as políticas cambiais adotadas.

Conforme foi citado na parte 7.3 Fundamentos, item 2, deste capítulo (vide página 142), antes de ser efetuada a conversão das Demonstrações Contábeis, é necessário o reconhecimento da inflação nas mesmas, ou seja, as demonstrações devem ser elaboradas em Correção Integral a nível local, antes de ser efetuada a conversão.

Para a elaboração das Demonstrações em Correção Integral, foi utilizado o critério adotado no Brasil. Apresentamos os cálculos para elaboração das mesmas, mas não discutiremos detalhadamente sua metodologia e conceitos, posto que não é nosso objetivo, neste trabalho, a abordagem profunda desse assunto, efetuaremos, porém, alguns comentários quando julgados necessários e pertinentes.

A seguir as demonstrações que nos auxiliarão no desenvolvimento do trabalho:

Reproduzindo as demonstrações em REAIS dos itens anteriores, temos:

#### 1. Demonstrações em unidades de UFIR

A partir das demonstrações em reais normais acima descritas, apresentamos, a seguir, as Demonstrações Contábeis pela Correção Integral, utilizando como indicador a UFIR que, neste período de 4 meses, sofreu uma variação de 115%

**BALANÇO PATRIMONIAL em reais nominais (histórico)**

|                              | 02/01/X0        | 31/01/X0         | 28/02/X0         | 31/03/X0         | 30/04/X0         |
|------------------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>ATIVO</b>                 |                 |                  |                  |                  |                  |
| CAIXA                        | 100.0000        | 1.000.000        | 600.000          | 530.000          | 655.000          |
| ESTOQUES                     |                 |                  |                  | 100.000          | 50.000           |
| IMOBILIZADO                  |                 |                  | 400.000          | 400.000          | 400.000          |
| <u>DEPRECIACAO ACUMULADA</u> |                 |                  |                  | <u>(3.333)</u>   | <u>(6.666)</u>   |
| <b>TOTAL</b>                 | <u>100.0000</u> | <u>1.000.000</u> | <u>1.000.000</u> | <u>1.026.667</u> | <u>1.098.334</u> |
| <b>PASSIVO</b>               |                 |                  |                  |                  |                  |
| CAPITAL                      | 100.0000        | 100.0000         | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| <u>LUCRO DO PERIODO</u>      |                 |                  |                  | <u>26.667</u>    | <u>98.334</u>    |
| <b>TOTAL</b>                 | <u>100.0000</u> | <u>100.0000</u>  | <u>2.000.000</u> | <u>1.026.667</u> | <u>1.098.334</u> |

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS em reais nominais**

|                         | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO          | ABRIL          | ACUMULADO      |
|-------------------------|---------|-----------|----------------|----------------|----------------|
| Vendas                  | 0       | 0         | 150.000        | 200.000        | 350.000        |
| Custo das Vendas        |         |           | (100.000)      | (100.000)      | (200.000)      |
| Lucro Bruto             | 0       | 0         | 50.000         | 100.000        | 150.000        |
| Despesas                |         |           | (20.000)       | (25.000)       | (45.000)       |
| Despesas de Depreciação |         |           | <u>(3.333)</u> | <u>(3.333)</u> | <u>(6.666)</u> |
| Lucro                   | 0       | 0         | <u>26.667</u>  | <u>71.667</u>  | <u>98.334</u>  |

Como as demonstrações estão em moeda nominal, é necessário elaborá-las em Correção Integral.

**I. Demonstrações em quantidades de UFIR:**

A partir das demonstrações em reais nominais acima descritas, apresentamos, a seguir, as Demonstrações Contábeis pela Correção Integral, utilizando como indexador a UFIR que, nesse período de 4 meses, sofreu uma variação de 13%:

a. Balanço Patrimonial

b. Demonstração de Resultados

**a. BALANÇO PATRIMONIAL pela correção integral em ufir:**

Para a obtenção dos valores do Balanço Patrimonial em quantidades de UFIR, adotou-se os seguintes critérios:

- Segregação entre contas monetárias e não monetárias;
- Divisão dos saldos existentes em reais das contas não monetárias pela UFIR, data de sua aquisição;
- Divisão do valor em reais do Capital Social pela UFIR data de sua integralização;
- Divisão dos saldos das contas monetárias em reais pela UFIR da data de encerramento do balanço.

Considerando que a variação da UFIR e do MERCO tenham assumido os seguintes valores em REAIS:

|                 | UFIR | MERCO |
|-----------------|------|-------|
| 02/jan/X0       | 1,00 | 1,00  |
| média/jan/X0    | 1,02 | 1,01  |
| 31/jan/X0       | 1,04 | 1,03  |
| média/fev/X0    | 1,05 | 1,04  |
| 28/fev/X0       | 1,07 | 1,05  |
| 01/03/X0        | 1,07 | 1,05  |
| média/março/X0  | 1,08 | 1,06  |
| 31/mar/X0       | 1,09 | 1,07  |
| média/ abril/X0 | 1,11 | 1,08  |
| 30/abril/X0     | 1,13 | 1,09  |

OBS.: Para os valores do MERCOS foram mantidos os mesmos dos exemplos anteriores (item 7.1.1.) com exceção do mês de abril, em que as taxas médias e final procuraram de alguma forma refletir parcialmente a variação da inflação

O Balanço Patrimonial em UFIR apresenta-se:

**Balanço Patrimonial em UFIR**

|                       | 01/01/X0            | 31/01/X0          | 28/02/X0          | 31/03/X0          | 30/04/X0          |
|-----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| <b>ATIVO</b>          |                     |                   |                   |                   |                   |
| CAIXA                 | 1.000.000,00        | 961.538,46        | 560.747,66        | 486.238,53        | 579.646,02        |
| ESTOQUES              | 0,00                | 0,00              | 0,00              | 93.457,94         | 45.871,56         |
| IMOBILIZADO           | 0,00                | 0,00              | 373.831,78        | 373.831,78        | 373.831,78        |
| DEPRECIACÃO ACUMULADA | 0,00                | 0,00              | 0,00              | (3.114,95)        | (6.229,91)        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.000.000,00</b> | <b>961.538,46</b> | <b>934.579,44</b> | <b>950.413,30</b> | <b>993.119,45</b> |
| <b>PASSIVO</b>        |                     |                   |                   |                   |                   |
| CAPITAL               | 1.000.000,00        | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      |
| LUCRO DO PERÍODO      | 0,00                | (38.461,54)       | (65.420,56)       | (49.586,70)       | (6.880,55)        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.000.000,00</b> | <b>961.538,46</b> | <b>934.579,44</b> | <b>950.413,30</b> | <b>993.119,45</b> |

OBS.: os eventuais problemas de arredondamento foram ocasionados pela utilização de todas as casas decimais nos cálculos.

**b. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS pela correção integral em ufir**

Para a conversão das contas das demonstrações de resultados, utilizou-se:

- Divisão do saldo das contas de receitas e despesas em reais pela UFIR média do mês;
- A obtenção do custo das mercadorias pela conversão do valor das compras pela UFIR, nas datas das aquisições;
- Despesa de depreciação pela UFIR da data de aquisição do imobilizado;
- Ganhos/perdas nos itens monetários calculados de acordo com a variação da UFIR no mês.

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM UFIR

|                            | JAN         | FEV         | MARÇO       | ABRIL       | ACUMULADO    |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Vendas                     |             |             | 138.888,89  | 180.180,18  | 319.069,07   |
| Custo das Vendas           |             |             | (93.457,94) | (93.457,94) | (186.915,89) |
| Lucro Bruto                |             |             | 45.430,94   | 86.722,24   | 132.153,18   |
| Despesas                   |             |             | (18.518,52) | (22.522,52) | (41.041,04)  |
| Despesas de Depreciação    |             |             | (3.114,95)  | (3.114,95)  | (6.229,91)   |
| PERDA NOS ITENS MONETÁRIOS | (38.461,54) | (26.959,02) | (7.963,61)  | (18.378,61) | (91.762,79)  |
| Lucro                      | (38.461,54) | (26.959,02) | 15.833,86   | 42.706,15   | (6.880,55)   |

A seguir apresentamos o detalhamento de algumas contas da Demonstração de Resultados:

#### b.1. CUSTO DAS VENDAS

Para apuração dos custos e estoques em UFIR é necessário o controle das mercadorias ( em UFIR ) a cada transação:

| Mercadorias      | Data  | REAIS     | taxa da UFIR | Quantidade de UFIR |
|------------------|-------|-----------|--------------|--------------------|
| Compra           | 01/03 | 200.000   | 1,07         | 186.915,89         |
| Baixa pela Venda |       | (100.000) | 1,07         | (93.457,94)        |
| Estoque em 31/03 | 31/03 | 100.000   | 1,07         | 93.457,95          |
| Compra           |       | 50.000    | 1,09         | 45.871,56          |
| Baixa pela Venda |       | (100.000) | 1,07         | (93.457,95)        |
| Estoque em 30/04 |       | 50.000    | 1,09         | 45.871,56          |

Observação: na apuração do custo das vendas, utilizou-se o método PEPS ( primeiro que entra, primeiro que sai ), para simplificação dos cálculos.

## b.2. PERDA NO MÊS DE JANEIRO

As perdas apuradas no Caixa são obtidas, comparando-se a movimentação do caixa em REAIS e em UFIR, como demonstrado abaixo::

| Item Monetário | Data  | REAIS     | taxa da UFIR | Quantidade de UFIR |
|----------------|-------|-----------|--------------|--------------------|
| Caixa          | 01/01 | 1.000.000 | 1,00         | 1.000.000,00       |
| Caixa          | 31/01 | 1.000.000 | 1,04         | 961.538,46         |
| Perda          |       |           |              | (38.461,54)        |

## b.3. PERDA NO MÊS DE FEVEREIRO

| Item Monetário                                     | Data  | REAIS     | taxa da UFIR | Quantidade de UFIR |
|--|-------|-----------|--------------|--------------------|
| Caixa  | 31/01 | 1.000.000 | 1,04         | 961.538,46         |
| Compra de Imobilizado                              | 28/02 | (400.000) | 1,07         | (373.831,78)       |
| Caixa Final em REAIS                               | 28/02 | 600.000   |              |                    |
| Saldo pela diferença em UFIR                       |       |           |              | 587.706,68         |
| Saldo Final em Reais, divididos pela UFIR de 28/02 |       | 600.000   | 1,07         | 560.747,66         |
| Perda no Caixa                                     |       |           |              | (26.959,02)        |

Para a saída de caixa referente ao pagamento do imobilizado consideramos a taxa na data da sua transação.

## b.4. PERDA NO MÊS DE MARÇO

| Item Monetário                                   | Data        | REAIS     | taxa da UFIR | Quantidade de UFIR |
|--|-------------|-----------|--------------|--------------------|
| Caixa  | 28/02       | 600.000   | 1,07         | 560.747,66         |
| Vendas à Vista                                   | média/março | 150.000   | 1,08         | 138.888,89         |
| Pagto das Compras                                | 01/03       | (200.000) | 1,07         | (186.915,89)       |
| Pagto das Despesas                               | média/março | (20.000)  | 1,08         | (18.518,52)        |
| Caixa Final em REAIS                             | 31/03       | 530.000   |              |                    |
| Saldo pela diferença em UFIR                     |             |           |              | 494.202,14         |
| Saldo Final em Reais dividido pela UFIR de 31/03 |             | 530.000   | 1,09         | 486.238,53         |
| Perda no Caixa                                   |             |           |              | (7.963,61)         |

Observe que, para o recebimento das vendas assim como para o pagamento das despesas, aceitamos o controle pelas taxas médias, embora o ideal fosse pelas taxas diárias de cada operação. As demais operações são controladas pela taxa na data do evento.

## b.5. PERDA NO MÊS DE ABRIL

| Item Monetário                                   | Data        | REAIS    | taxa da UFIR | Quantidade de UFIR |
|--|-------------|----------|--------------|--------------------|
| Caixa  | 31/03       | 530.000  | 1,09         | 486.238,53         |
| Vendas à Vista                                   | média/abril | 200.000  | 1,11         | 180.180,18         |
| Pagto de Mercadorias                             |             | (50.000) | 1,09         | (45.871,56)        |
| Pagto das Despesas                               | média/abril | (25.000) | 1,11         | (22.522,52)        |
| Caixa Final em REAIS                             | 30/04       | 655.000  |              |                    |
| Saldo pela diferença em UFIR                     |             |          |              | 598.024,63         |
| Saldo Final em Reais dividido pela UFIR de 30/04 |             | 655.000  | 1,13         | 579.646,02         |
| Perda no Caixa                                   |             |          |              | (18.378,61)        |

## II. Demonstrações convertidas para MERC0:

Na conversão das Demonstrações Contábeis para o MERC0, utilizamos as demonstrações elaboradas pela Correção Integral.

Reproduzindo o quadro dos valores assumidos pela UFIR e pelo MERC0 em relação ao real:

|                 | UFIR | MERC0 | UFIR/MERC0 |
|-----------------|------|-------|------------|
| 02/jan/X0       | 1,00 | 1,00  | 1,0000     |
| média/jan/X0    | 1,02 | 1,01  | 1,0099     |
| 31/jan/X0       | 1,04 | 1,03  | 1,0097     |
| média/fev/X0    | 1,05 | 1,04  | 1,0096     |
| 28/fev/X0       | 1,07 | 1,05  | 1,0190     |
| 01/03/X0        | 1,07 | 1,05  | 1,0190     |
| média/março/X0  | 1,08 | 1,06  | 1,0189     |
| 31/mar/X0       | 1,09 | 1,07  | 1,0187     |
| média/ abril/X0 | 1,11 | 1,08  | 1,0278     |
| 30/abril/X0     | 1,13 | 1,09  | 1,0367     |

Observe que foi adicionada uma coluna referente à relação UFIR e MERC0. Esta relação mede a proporção existente entre a UFIR e o MERC0, e será utilizada na conversão direta dos valores de UFIR para MERC0, sem que haja necessidade inicial de transformá-los em reais.

Em função do número de casas decimais utilizado em alguns casos, teremos pequenas divergências de arredondamento. Procuramos utilizar, na maior parte dos saldos, as 4 casas decimais, mas existiram situações em que foram utilizadas todas elas por considerarmos relevante essa forma de proceder.

Contas do passivo também convertidas para taxa nacional data

Contas do Patrimônio Líquido. Foi mantido o valor original do Capital e Lucros Acumulados e criada uma conta de Ajuste Especial, que representa o efeito da variação do MERC0 interestim da variação da UFIR pós

## a. BALANÇO PATRIMONIAL EM MERCÓ

As contas do Ativo e Passivo, como já mencionado anteriormente, foram convertidas com base no balanço pela Correção Integral. Dessa forma, os itens não monetários já contemplam a variação monetária da UFIR, desde a data de sua aquisição até a do balanço.

O critério utilizado é a conversão de todas as contas pela taxa do MERCÓ na data do balanço, exceto a conta capital.

### BALANÇOS EM MERCÓ

| valor do MERCÓ        | 1,00                | 1,03              | 1,05              | 1,07              | 1,09                |
|-----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
|                       | 01/01/X0            | 31/01/X0          | 28/02/X0          | 31/03/X0          | 30/04/X0            |
| <b>ATIVO</b>          |                     |                   |                   |                   |                     |
| CAIXA                 | 1.000.000,00        | 970.873,79        | 571.428,57        | 495.327,10        | 600.917,43          |
| ESTOQUES              |                     |                   |                   | 95.204,82         | 47.554,92           |
| IMOBILIZADO           |                     |                   | 380.952,38        | 380.819,29        | 387.550,37          |
| DEPRECIACÃO ACUMULADA |                     |                   |                   | (3.173,18)        | (6.458,53)          |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.000.000,00</b> | <b>970.873,79</b> | <b>952.380,95</b> | <b>968.178,03</b> | <b>1.029.564,20</b> |
| <b>PASSIVO</b>        |                     |                   |                   |                   |                     |
| CAPITAL               | 1.000.000,00        | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      | 1.000.000,00        |
| LUCRO DO PERÍODO      |                     | (38.842,35)       | (66.060,14)       | (49.927,02)       | (6.033,64)          |
| AJUSTE ESPECIAL       |                     | 9.716,14          | 18.441,09         | 18.105,05         | 35.597,84           |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.000.000,00</b> | <b>970.873,79</b> | <b>952.380,95</b> | <b>968.178,03</b> | <b>1.029.564,20</b> |

Contas do ativo: totalmente convertidas pela taxa na data do Balanço, inclusive o imobilizado e a sua depreciação.

Contas do passivo: também convertidas pela taxa naquela data.

Contas do Patrimônio Líquido: foi mantido o valor original do Capital e Lucros Acumulados e criada uma conta de Ajuste Especial, que representa o efeito da variação do MERCÓ, diferente da variação da UFIR pois:

Capital Inicial: 1.000.000 MERCOS (convertido em 01/01/X0 pela taxa de conversão da época).

Como não houve alteração, ingresso ou diminuição de capital, mantemos o mesmo valor do balanço inicial, embora, se convertêssemos esse mesmo capital corrigido pela UFIR, ou seja o constante nos balanços seguintes, obteríamos valores diferentes. Essas diferenças entre o valor em MERCOS obtido na conversão do Balanço, em 01/01/ X0 e o auferido em 30/04/X0, devem fazer parte da conta de ajuste na conversão e representam a divergência existente entre a variação da UFIR e a do MERCOS.

A adoção da conversão direta, sem nenhuma diferenciação ou qualquer segregação entre os itens monetários e não monetários é a aceitação de que as contas do balanço estão efetivamente em moeda da data Balanço, sendo melhor representativa do seu valor em REAIS, uma vez que foram elaborados em Moeda Constante (vide proposição número 5, página 164).

O efeito da variação entre o MERCOS e o REAL no resultado do período é considerado diretamente no Patrimônio Líquido, em conta de ajuste, e, somente quando for constatado de caráter definitivo, fará parte do resultado do período ( vide proposição número 6, página 168).

### Cálculos para Conversão do Balanço Patrimonial

A seguir detalharemos os cálculos feitos para a conversão das contas em MERCOS.

Efetuamos a conversão diretamente do balanço em quantidade de UFIR.

A reprodução do quadro das variações da UFIR e do MERCOS foi parcial, uma vez excluída do quadro original, a variação média, pois não será utilizada neste tópico.

|             | UFIR | MERCOS | UFIR/MERCOS |
|-------------|------|--------|-------------|
| 02/jan/X0   | 1,00 | 1,00   | 1,0000      |
| 31/jan/X0   | 1,04 | 1,03   | 1,0097      |
| 28/fev/X0   | 1,07 | 1,05   | 1,0190      |
| 01/03/X0    | 1,07 | 1,05   | 1,0190      |
| 31/mar/X0   | 1,09 | 1,07   | 1,0187      |
| 30/abril/X0 | 1,13 | 1,09   | 1,0367      |

**a1. Balanço de 01/01/X0**

A conversão foi feita multiplicando-se as quantidades de UFIR existentes no Balanço pela Correção Integral, pela taxa UFIR/MERCO de 01/01/X0.

|         | UFIR         | taxa | MERCO        |
|---------|--------------|------|--------------|
| CAIXA   | 1.000.000,00 | 1,00 | 1.000.000,00 |
| CAPITAL | 1.000.000,00 | 1,00 | 1.000.000,00 |

**a2. Balanço de 31/01/X0**

Convertendo os saldos com base na quantidade de UFIR, novamente multiplicamo-los pela taxa UFIR/MERCO de 31/01/X0:

|                  | UFIR              | taxa   | MERCO             |
|------------------|-------------------|--------|-------------------|
| CAIXA            | 961.538,46        | 1,0097 | (*)970.873,79     |
| TOTAL DO ATIVO   | 961.538,46        | 1,0097 | 970.873,79        |
| CAPITAL          | 1.000.000,00      | 1,00   | 1.000.000,00      |
| LUCRO DO PERÍODO | (38.461,54)       |        | (38.842,35)       |
| AJUSTE ESPECIAL  |                   |        | 9.716,14          |
| TOTAL            | <u>961.538,46</u> |        | <u>970.873,79</u> |

(\*) Para este cálculo, foram utilizadas todas as casas decimais

Se efetuássemos a conversão a partir dos saldos em reais com poder aquisitivo de janeiro, dividiríamos esses saldos pela taxa do MERCOS em 31 de janeiro, que é de 1,03. Assim, teríamos:

|                  | REAIS               | taxa | MERCO             |
|------------------|---------------------|------|-------------------|
| CAIXA            | 1.000.000           | 1,03 | 970.873,79        |
| TOTAL DO ATIVO   | 1.000.000           | 1,03 | 970.873,79        |
| CAPITAL          | 1.040.000           |      | 1.000.000,00      |
| LUCRO DO PERÍODO | (40.000)            |      | (38.842,35)       |
| AJUSTE ESPECIAL  |                     |      | 9.716,14          |
| TOTAL            | <u>1.000.000,00</u> |      | <u>970.873,79</u> |

Observe que é indiferente a utilização dos valores em UFIR ou em Reais, pois ambos resultam na mesma quantidade de MERCOS.

Nos meses seguintes, utilizaremos apenas os valores em UFIR para a conversão, pela facilidade de cálculo que este método proporciona.

### a3. Balanço em 28/02/X0

A conversão foi feita multiplicando-se o saldo em UFIR pela taxa de conversão UFIR/MERCO em 28/02/X0.

|                  | UFIR              | TAXA(*) | MERCO             |
|------------------|-------------------|---------|-------------------|
| ATIVO            |                   |         |                   |
| CAIXA            | 560.747,66        | 1,0190  | 571.428,57        |
| IMOBILIZADO      | 373.831,78        | 1,0190  | 380.952,38        |
| TOTAL            | <u>934.579,44</u> |         | <u>952.380,95</u> |
| PASSIVO          |                   |         |                   |
| CAPITAL          | 1.000.000         | 1,00    | 1.000.000,00      |
| LUCRO DO PERÍODO | (65.420,56)       |         | (66.060,59)       |
| AJUSTE ESPECIAL  |                   |         | 18.441,54         |
| TOTAL            | <u>934.579,44</u> |         | <u>952.380,95</u> |

(\*)Utilizamos todas as casas decimais.

#### a4. Balanço em 31/03/X0

A conversão foi feita multiplicando-se o saldo em UFIR pela taxa de conversão UFIR/MERCO em 31/03/X0.

|                      | UFIR              | TAXA   | MERCO             |
|----------------------|-------------------|--------|-------------------|
| <b>ATIVO</b>         |                   |        |                   |
| CAIXA                | 486.238,53        | 1,0187 | 495.327,10        |
| ESTOQUES             | 93.457,94         | 1,0187 | 95.204,82         |
| MOBILIZADO           | 373.831,78        | 1,0187 | 380.819,29        |
| DEPRECIÇÃO ACUMULADA | (3.114,95)        | 1,0187 | (3.173,18)        |
| <b>TOTAL</b>         | <b>950.413,30</b> |        | <b>968.178,03</b> |
| <b>PASSIVO</b>       |                   |        |                   |
| CAPITAL              | 1.000.000,00      | 1,00   | 1.000.000,00      |
| LUCRO DO PERÍODO     | (49.586,70)       |        | (49.927,02)       |
| AJUSTE ESPECIAL      |                   |        | 18.105,05         |
| <b>TOTAL</b>         | <b>950.413,30</b> |        | <b>968.178,03</b> |

#### b) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Como a Demonstração de Resultados é elaborada na base de custo e pela Correção Integral, esta conversão pode ser efetuada:

- \* multiplicando os valores da própria demonstração pelo CMC e ajustando pela MCMC, para padronizar o mesmo entre a MCMC e o CMC.

**a5. Balanço de 30/04/X0**

A conversão foi feita multiplicando-se o saldo em UFIR pela taxa de conversão UFIR/MERCO em 30/04/X0.

|                      | UFIR              | TAXA   | MERCO               |
|----------------------|-------------------|--------|---------------------|
| <b>ATIVO</b>         |                   |        |                     |
| CAIXA                | 579.646,02        | 1,0367 | 600.917,43          |
| ESTOQUES             | 45.871,56         | 1,0367 | 47.554,92           |
| IMOBILIZADO          | 373.831,78        | 1,0367 | 387.550,37          |
| DEPRECIÇÃO ACUMULADA | (6.229,91)        | 1,0367 | 6.458,53            |
| <b>TOTAL</b>         | <b>993.119,45</b> |        | <b>1.029.564,20</b> |
| <b>PASSIVO</b>       |                   |        |                     |
| CAPITAL              | 1.000.000,00      | 1,00   | 1.000.000           |
| LUCRO DO PERÍODO     | (49.586,70)       |        | (6.033,64)          |
| AJUSTE ESPECIAL      |                   |        | 35.597,84           |
| <b>TOTAL</b>         | <b>950.413,30</b> |        | <b>1.029.564,20</b> |

Os balanços de todos os meses foram convertidos pela paridade existente entre UFIR e MERCO na data do encerramento de cada um, com exceção da conta de capital, que foi mantida pela paridade quando da sua integralização, conforme proposições de números 2 e 5. O ajuste especial está demonstrado separadamente no patrimônio líquido, proposição de número 4.

**b) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Como a Demonstração de Resultados utilizada na conversão é pela Correção Integral, esta conversão pode ser efetuada:

- extraindo os valores da própria demonstração em UFIR e convertendo para MERCO, pela paridade existente entre a UFIR média e o MERCO médio;

- dividir o valor em REAIS atualizados monetariamente para a data do final de período, pela taxa da UFIR do final do período, assim teremos as contas em quantidades de UFIR e posteriormente efetuar a conversão para o MERCOS pela paridade existente entre o MERCOS médio e a UFIR média.

### Um pequeno exemplo de conversão a partir das demonstrações em Correção Integral

Apresentamos, à parte, um exemplo de conversão partindo dos valores pela correção integral em REAISs atualizados. Mostramos porque a conversão direta em REAIS corrigidos para o MERCOS, utilizando a taxa final (da mesma data utilizada para converter a UFIR em reais), não pode ser efetuada.

Supondo que uma empresa tenha apurado uma receita de R\$ 1.000,00 em valores nominais durante o ano de 19X1 e que a UFIR e o MERCOS tenham assumido os seguintes valores:

|              | UFIR | MERCOS |
|--------------|------|--------|
| Média do Ano | 10   | 20     |
| 31/12/X1     | 15   | 30     |

A conversão da receita efetuada pelas taxas médias resultaria:

|              |    |           |
|--------------|----|-----------|
| R\$ 1.000,00 | 10 | 100 UFIR  |
| R\$ 1.000,00 | 20 | 50 MERCOS |

Dividindo-se o valor nominal da receitas pelas taxas médias temos as quantidades de UFIR e MERCOS da receita do ano.

Caso fosse efetuada a conversão para MERCOS a partir da demonstração em Correção Integral, se partíssemos do seu valor em REAIS atualizados para a moeda de dezembro, teríamos:

|                   |                     |                       |
|-------------------|---------------------|-----------------------|
| <b>Quantidade</b> | <b>taxa da UFIR</b> | <b>Reais em 31/12</b> |
| 100 UFIR          | 15                  | R\$ 1.500,00          |

|                       |                       |                   |
|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| <b>Reais em 31/12</b> | <b>taxa do MERCOS</b> | <b>Quantidade</b> |
| \$ 1.500,00           | 30                    | 50 MERCOS         |

Observe que, ao efetuar a conversão a partir do valor da receita em reais de 31/12, pela taxa do MERCOS também de 31/12, obteve-se as mesmas quantidades de MERCOS das obtidas quando da conversão do valor nominal pela taxa média. Isto ocorreu porque a variação da UFIR e do MERCOS foram iguais

Supondo, agora, que a UFIR e o MERCOS assumisse os seguintes valores:

|              |             |               |
|--------------|-------------|---------------|
|              | <b>UFIR</b> | <b>MERCOS</b> |
| Média do Ano | 10          | 20            |
| 31/12/X1     | 15          | 40            |

A conversão da receita efetuada pelas taxas médias resultariam nas mesmas quantidades, pois elas não foram alteradas :

|                     |    |                  |
|---------------------|----|------------------|
| <b>R\$ 1.000,00</b> | 10 | <b>100 UFIR</b>  |
| <b>R\$ 1.000,00</b> | 20 | <b>50 MERCOS</b> |

Efetuada a conversão para MERCOS, a partir da demonstração em Correção Integral, se partíssemos do seu valor em REAIS atualizados para moeda de dezembro, teríamos:

|            |              |                |
|------------|--------------|----------------|
| Quantidade | taxa da UFIR | Reais em 31/12 |
| 100 UFIR   | 15           | R\$ 1.500,00   |

|                |                |              |
|----------------|----------------|--------------|
| Reais em 31/12 | taxa do MERCOS | Quantidade   |
| R\$ 1.500,00   | 40             | 37,50 MERCOS |

Observe-se que, ao efetuarmos a conversão a partir do valor da receita em REAIS de 31/12, pela taxa do MERCOS também de 31/12, obtivemos 37,50 MERCOS e não os 50 MERCOS equivalentes ao valor adequado da receita em MERCOS.

A diferença de 12,50 MERCOS, entre os 50 e os 37,50, refere-se à variação do MERCOS superior à variação da UFIR nesse período.

Algebricamente, temos:

|   |   |                 |   |            |   |       |
|---|---|-----------------|---|------------|---|-------|
| $\frac{\text{MERCOS final}}{\text{MERCOS médio}}$ | = | $\frac{40}{20}$ | = | <u>2,0</u> | = | 1,333 |
| $\frac{\text{UFIR final}}{\text{UFIR média}}$     |   | $\frac{15}{10}$ |   | 1,5        |   |       |

A variação do MERCOS foi superior à variação da UFIR em 33%: dessa forma, as quantidades obtidas quando dividimos o valor em REAIS (valor de 31/12) pelo MERCOS de 31/12, no deram um resultado 33,33%; menor do que o conseguido quando a variação do MERCOS era coincidente com a variação da UFIR.

Então, para encontrar os 50 MERCOS, basta multiplicar os 37,50 MERCOS por 1,33.

Resumidamente, temos:

- Quando a variação do MERCOS for coincidente com a variação da UFIR ( taxa média e final de período), poderemos obter as quantidades de MERCOS das receitas e despesas, dividindo-se o valor atualizado das mesmas em reais pela taxa do MERCOS do mesmo dia em que estiverem as contas da Demonstração de Resultados.

b) Quando a variação do MERCOS for diferente da variação da UFIR, o que freqüentemente deverá ocorrer, além da divisão do valor em reais corrigidos pela taxa do MERCOS da mesma data, há que se considerar a variação entre as duas taxas.

Existem outras formas, talvez mais simplificadas, de se efetuar a conversão das receitas e despesas; entretanto, gostaríamos de deixar claramente explicitado que a razão pela qual a simples divisão dos valores em reais da Demonstração de Resultados pela taxa de final de período não pode ser utilizada como conversão, pois estaremos acarretando em distorções significativas nos resultados finais apurados, como a não consideração das diferenças de variações entre a taxa de inflação e da moeda global.

Voltando ao nosso exemplo inicial:

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM MERCOS

|                             | JAN         | FEV         | MARÇO       | ABRIL       | ACUMULADO    |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| MEDIO                       | 1,01        | 1,04        | 1,06        | 1,08        | (*)          |
| Vendas                      |             |             | 141.513,89  | 185.189,19  | 326.703,08   |
| Custo das Vendas            |             |             | (95.224,30) | (96.056,07) | (191.280,37) |
| Lucro Bruto                 |             |             | 46.289,59   | 89.133,12   | 135.422,71   |
| Despesas                    |             |             | (18.868,52) | (23.148,65) | (42.017,17)  |
| Despesas de Depreciação     |             |             | (3.173,82)  | (3.201,55)  | (6.375,37)   |
| Perdas nos Itens Monetários | (38.842,35) | (27.218,24) | (8.114,12)  | (18.889,13) | (93.063,84)  |
| Lucro/prejuízo              | (38.842,35) | (27.218,24) | 16.133,13   | 43.893,39   | 6.033,67     |

(\*) As pequenas divergências entre valores decorrem de arredondamentos.

Utilizamos a taxa média para a conversão de todas as contas da Demonstração de Resultados, isto é, admitimos que a conversão é feita ao longo do período.

Observe-se, novamente, que as despesas de depreciação e o custo das mercadorias foram convertidas também pela taxa média e não pela taxa histórica (vide proposição número 3).

O resultado acumulado corresponde exatamente à soma dos resultados mensais (proposição número 6).

### Cálculos para Conversão da Demonstração de Resultados

Reproduzindo, parcialmente, o quadro dos valores assumidos pela UFIR e pelo MERCQ em relação ao Real, temos:

|                 | UFIR | MERCO | UFIR/MERCO |
|-----------------|------|-------|------------|
| média/jan/X0    | 1,02 | 1,01  | 1,0099     |
| média/fev/X0    | 1,05 | 1,04  | 1,0096     |
| média/março/X0  | 1,08 | 1,06  | 1,0189     |
| média/ abril/X0 | 1,11 | 1,08  | 1,0278     |

#### b1. Demonstração de Janeiro

A conversão foi feita multiplicando-se o saldo em UFIR pela taxa UFIR/MERCO média de janeiro. Ou seja, pela paridade média do mês entre a UFIR e o MERCQ.

|                            | UFIR        | TAXA   | MERCO       |
|----------------------------|-------------|--------|-------------|
| PERDA NOS ITENS MONETARIOS | (38.461,54) | 1,0099 | (38.842,35) |
| Lucro/prejuízo             | (38.461,54) |        | (38.842,35) |

#### b2. Demonstração de Fevereiro

A conversão foi feita multiplicando-se o saldo em UFIR pela taxa UFIR/MERCO média de fevereiro.

|                            | UFIR        | TAXA   | MERCO       |
|----------------------------|-------------|--------|-------------|
| PERDA NOS ITENS MONETARIOS | (26.959,02) | 1,0096 | (27.218,24) |
| Lucro/prejuízo             | (26.959,02) |        | (27.218,24) |

### b3. Demonstração de Março

A conversão foi feita multiplicando-se o saldo em UFIR pela taxa UFIR/MERCO média de março.

|                            | UFIR             | TAXA   | MERCO            |
|----------------------------|------------------|--------|------------------|
| Vendas                     | 138.888,89       | 1,0189 | 141.513,89       |
| Custo das Vendas           | (93.457,94)      | 1,0189 | (95.224,30)      |
| Lucro Bruto                | 45.430,94        |        | 46.289,59        |
| Despesas                   | (18.518,52)      | 1,0189 | (18.868,52)      |
| Despesas de Depreciação    | (3.114,95)       | 1,0189 | (3.173,82)       |
| PERDA NOS ITENS MONETARIOS | (7.963,61)       | 1,0189 | (8.114,12)       |
| Lucro                      | <u>15.833,86</u> |        | <u>16.133,13</u> |

Caso fosse utilizada a demonstração em reais, em moeda de 31/03/X0 como base, poderíamos inicialmente converter para UFIR e, em seguida, o procedimento seria idêntico à conversão direta de UFIR para MERCO.

Note-se que os valores constantes da Demonstração de Resultados em REAIS estão com poder aquisitivo de 31/03/X0, ou seja, pela paridade da UFIR x REAL de 1,09. Para que fosse convertida em MERCO, deveria ser usada a taxa da mesma data, isto é, pela paridade MERCO x UFIR de 1,07. Dessa forma, obter-se-ia seu valor em quantidade de MERCOS. Este procedimento

não leva em consideração a variação média da UFIR em relação à variação média do MERC0, ou seja, somente poderia ser utilizado se ela fosse coincidente com a variação média do MERC0, situação de difícil ocorrência ( vide “pequeno exemplo” na pág. 187).

#### b4. Demonstração de Abril

A conversão foi feita multiplicando-se o saldo em UFIR pela taxa UFIR/MERCO média de abril.

|                            | UFIR             | TAXA   | MERCO       |
|----------------------------|------------------|--------|-------------|
| Vendas                     | 180.180,18       | 1,0278 | 185.189,19  |
| Custo das Vendas           | (93.457,94)      | 1,0278 | (96.056,07) |
| Lucro Bruto                | 86.722,24        |        | 89.133,12   |
| Despesas                   | (22.522,52)      | 1,0278 | (23.148,65) |
| Despesas de Depreciação    | (3.114,95)       | 1,0278 | (3.201,55)  |
| PERDA NOS ITENS MONETARIOS | (18.378,61)      | 1,0278 | (18.889,53) |
| Lucro                      | <u>42.706,15</u> |        | 43.893,39   |

Todas as contas da demonstração de resultados foram convertidas pela taxa média, conforme a proposição de número 3.

### c. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Apresentamos as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido a fim de que possa ser identificada sua evolução, principalmente quando se trata do Patrimônio Líquido convertido.

#### c1. Correção Integral em quantidade de UFIR

Inicialmente apresentamos a evolução do Patrimônio Líquido em quantidade de UFIR.

|                          | <b>CAPITAL</b>      | <b>LUCRO</b>       | <b>Patrimônio Líquido</b> |
|--------------------------|---------------------|--------------------|---------------------------|
| <b>Saldo em 01/01/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> |                    | <b>1.000.000,00</b>       |
| Lucro de Janeiro         |                     | (38.461,54)        | (38.461,54)               |
| <b>Saldo em 31/01/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(38.461,54)</b> | <b>961.538,46</b>         |
| Lucro de Fevereiro       |                     | (26.959,02)        | (26.959,02)               |
| <b>Saldo em 28/02/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(65.420,56)</b> | <b>934.579,44</b>         |
| Lucro de Março           |                     | 15.833,86          | 15.833,86                 |
| <b>Saldo em 31/03/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(49.586,70)</b> | <b>950.413,30</b>         |
| Lucro de Abril           |                     | 42.706,15          | 42.706,15                 |
| <b>Saldo em 30/04/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(6.880,55)</b>  | <b>993.119,45</b>         |

As variações da UFIR em relação ao MRCU sobre o Capital e o Lucro de Janeiro

Lucro de Janeiro

2.706,15

O lucro total do mês de março do mês de resultado de lucro líquido

Variação da UFIR em relação ao MRCU sobre o Capital em 04

9.706,15

Variação da UFIR sobre o lucro em relação ao MRCU sobre o Resultado do Mês

7,26

Total no Apêndice Especial

9.713,41

**c.2. Em MERC0**

Apresentamos, abaixo, a evolução do Patrimônio Líquido em quantidade de MERC0.

|                          | <b>CAPITAL</b>      | <b>LUCRO</b>       | <b>AJUSTE ESPECIAL</b> | <b>Patrimônio Líquido</b> |
|--------------------------|---------------------|--------------------|------------------------|---------------------------|
| <b>Saldo em 01/01/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> |                    |                        | <b>1.000.000,00</b>       |
| Resultado de Janeiro     |                     | (38.842,35)        |                        | (38.842,35)               |
| Ajuste Especial          |                     |                    | 9.716,14               | 9.716,14                  |
| <b>Saldo em 31/01/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(38.842,35)</b> | <b>9.716,14</b>        | <b>970.873,79</b>         |
| Resultado de Fevereiro   |                     | (27.218,24)        |                        | (27.218,24)               |
| Ajuste Especial          |                     |                    | 8.724,95               | 8.724,95                  |
| <b>Saldo em 28/02/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(66.060,14)</b> | <b>18.441,09</b>       | <b>952.380,95</b>         |
| Lucro de Março           |                     | 16.133,13          |                        | 16.133,13                 |
| Ajuste Especial          |                     |                    | (336,04)               | (336,04)                  |
| <b>Saldo em 31/03/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(49.927,02)</b> | <b>18.105,05</b>       | <b>968.178,03</b>         |
| Lucro de Abril           |                     | 43.893,39          |                        | 43.893,39                 |
| Ajuste Especial          |                     |                    | 17.492,79              | 17.492,79                 |
| <b>Saldo em 30/04/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(6.033,64)</b>  | <b>35.597,84</b>       | <b>1.029.564,20</b>       |
|                          |                     |                    |                        |                           |

O detalhamento da composição da conta de ajuste está demonstrado a seguir.

**Composição da conta de Ajuste Especial****Mês de Janeiro**

O valor total do ajuste especial do mês de janeiro é composto de:

|  |                 |
|--|-----------------|
| Varição da UFIR em Relação ao MERC0 sobre o Capital Inicial              | 9.708,74        |
| Varição da UFIR média em relação ao MERC0 médio sobre o Resultado do Mês | 7,36            |
| <b>Total do Ajuste Especial</b>  | <b>9.716,14</b> |

Observe-se que o ajuste é composto de duas partes, sendo uma referente ao capital inicial. Os valores foram obtidos, dividindo-se o Capital Social de R\$ 1.040.000,00, existente no Balanço Patrimonial pela Correção Integral em REAIS de 31/01, pela taxa do MERCOS dessa data ( 1,03) resultando 1.009.708,74 MERCOS.

A diferença entre os 1.009.708,74 MERCOS e os 1.000.000,00 MERCOS existentes inicialmente, de 9.708,74, representa um ganho na conversão - o valor do capital inicial atualizado pela variação da UFIR, quando convertido para MERCOS, apresentou uma quantidade de MERCOS maior do que a existente, provocando um ganho.

Analisando o ocorrido, verificamos que a variação da UFIR foi maior do que a variação cambial do MERCOS; portanto, houve um ganho em MERCOS, considerado diretamente no Patrimônio Líquido, na conta de Ajuste Especial.

A outra parcela que compõe o total do ajuste é o efeito da variação da UFIR em relação à variação do MERCOS sobre o resultado do mês. Esse efeito foi obtido multiplicando-se o lucro em quantidades de UFIR 38.461,54 pela taxa final da UFIR, 1,04. O produto dessa multiplicação, dividido pela taxa do MERCOS do final do período, 1,03, resulta na quantidade de MERCOS proporcionada se fosse feita a conversão naquela data. Essa quantidade de MERCOS menos a já existente (apurado pela paridade média das taxas) é o efeito na variação da UFIR em relação ao MERCOS. Resumidamente, de forma algébrica temos:

#### Sobre o Capital Inicial

| <u>Saldo Inicial em UFIR x UFIR final</u> | - | Saldo Inicial em MERCOS    |
|---|---|----------------------------|
| MERCOS final                              |   |                            |
| $\frac{1.000.000,00 \times 1,04}{1,03}$   | - | Saldo Inicial 1.000.000,00 |
| 1.009.708,74                              | - | 1.000.000,00 = 9.708,74    |

### Sobre o Resultado do Mês

|   |   |   |
|---|---|---|
| <u>Saldo do Resultado UFIR x UFIR final</u> | - | Saldo do Resultado MERCOS (apurado pela paridade média) |
| MERCO final                                 |   |   |
| $38.461,54 \times 1,04$                     | - | 38.842,31   |
| 1,03  |   |   |
| 38.834,95                                   | - | 38.842,31 = 7,36  |

### Mês de Fevereiro

O valor total do mês de fevereiro é composto de:

|  |           |
|--|-----------|
| Varição da UFIR em relação ao MERCO sobre o Capital Inicial              | 19.047,62 |
| Varição da UFIR em relação ao MERCO sobre o Resultado Acumulado          | (351,83)  |
| Varição da UFIR média em relação ao MERCO médio sobre o Resultado do Mês | (254,70)  |
| Total do Ajuste Especial   | 18.441,09 |

Observe que, neste mês, além dos efeitos da variação cambial sobre o capital inicial e sobre o resultado do mês, temos ainda a variação cambial sobre o resultado acumulado.

Apresentamos, abaixo, como foram obtidos esses valores, algebricamente:

### Sobre o Capital Inicial:

|   |   |                          |
|---|---|--------------------------|
| <u>Saldo Inicial em UFIR x UFIR final</u> | - | Saldo Inicial em MERCOS  |
| MERCO final                               |   |                          |
| $1.000.000,00 \times 1,07$                | - | 1.000.000,00             |
| 1,05                                      |   |                          |
| 1.019.047,62                              | - | 1.000.000,00 = 19.047,62 |

## Sobre o Resultado Acumulado:

|  |   |                                 |
|--|---|---------------------------------|
| <u>Res. Acumulado em UFIR x UFIR final</u> | - | <u>Res. Acumulado em MERCOS</u> |
| MERCO final                                |   |                                 |
| $\frac{38.461,54 \times 1,07}{1,05}$       | - | 38.842,31                       |
| 39.194,14                                  | - | 38.842,31 = 351,83              |

## Sobre o Resultado do Mês:

|   |   |  |
|---|---|--|
| <u>Saldo do Resultado UFIR x UFIR final</u> | - | <u>Saldo do Resultado MERCOS (apurado pela paridade média)</u> |
| MERCO final                                 |   |  |
| $\frac{26.959,02 \times 1,07}{1,05}$        | - | 27.217,83  |
| 27.472,53                                   | - | 27.217,83 = 254,70   |

Mês de Março

|   |           |
|---|-----------|
| Varição da UFIR em relação ao MERCOS sobre o Capital Inicial              | 18.691,59 |
| Varição da UFIR em relação ao MERCOS sobre o Resultado Acumulado          | (583,23)  |
| Varição da UFIR média em relação ao MERCOS médio sobre o Resultado do Mês | (3,30)    |
| Total do Ajuste Especial  | 18.105,05 |

Não apresentamos os cálculos para os meses de março e abril, pois são semelhantes aos dos meses de janeiro e fevereiro.

Mês de Abril

|   |            |
|---|------------|
| Varição da UFIR em relação ao MERCOS sobre o Capital Inicial              | 36.697,25  |
| Varição da UFIR em relação ao MERCOS sobre o Resultado Acumulado          | (1.479,37) |
| Varição da UFIR média em relação ao MERCOS médio sobre o Resultado do Mês | 379,96     |
| Total do Ajuste Especial  | 35.597,84  |

Observe que, ao procedermos dessa maneira, o resultado decorrente dos efeitos das variações cambiais não afetam o lucro do período efetivo, sendo, inclusive, apresentado separadamente no Balanço Patrimonial.

Para termos uma visualização completa deste exemplo, reproduzimos as demonstrações:

1. Pela Correção Integral em quantidades de UFIR.

**Balanço Patrimonial em UFIR**

|                       | 01/01/X0            | 31/01/X0          | 28/02/X0          | 31/03/X0          | 30/04/X0          |
|-----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| <b>ATIVO</b>          |                     |                   |                   |                   |                   |
| CAIXA                 | 1.000.000,00        | 961.538,46        | 560.747,66        | 486.238,53        | 579.646,02        |
| ESTOQUES              | 0,00                | 0,00              | 0,00              | 93.457,94         | 45.871,56         |
| IMOBILIZADO           | 0,00                | 0,00              | 373.831,78        | 373.831,78        | 373.831,78        |
| DEPRECIACÃO ACUMULADA | 0,00                | 0,00              | 0,00              | (3.114,95)        | (6.229,91)        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.000.000,00</b> | <b>961.538,46</b> | <b>934.579,44</b> | <b>950.413,30</b> | <b>993.119,45</b> |
| <b>PASSIVO</b>        |                     |                   |                   |                   |                   |
| CAPITAL               | 1.000.000,00        | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      |
| LUCRO DO PERÍODO      | 0,00                | (38.461,54)       | (65.420,56)       | (49.586,70)       | (6.880,55)        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.000.000,00</b> | <b>961.538,46</b> | <b>934.579,44</b> | <b>950.413,30</b> | <b>993.119,45</b> |

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM UFIR**

|                            | JAN         | FEV         | MARÇO       | ABRIL       | ACUMULADO    |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Vendas                     |             |             | 138.888,89  | 180.180,18  | 319.069,07   |
| Custo das Vendas           |             |             | (93.457,94) | (93.457,94) | (186.915,89) |
| Lucro Bruto                |             |             | 45.430,94   | 86.722,24   | 132.153,18   |
| Despesas                   |             |             | (18.518,52) | (22.522,52) | (41.041,04)  |
| Despesas de Depreciação    |             |             | (3.114,95)  | (3.114,95)  | (6.229,91)   |
| PERDA NOS ITENS MONETARIOS | (38.461,54) | (26.959,02) | (7.963,61)  | (18.378,61) | (91.762,79)  |
| Lucro/prejuízo             | (38.461,54) | (26.959,02) | 15.833,86   | 42.706,15   | (6.880,55)   |

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM UFIR**

|                          | <b>CAPITAL</b>      | <b>LUCRO</b>       | <b>Patrimônio Líquido</b> |
|--------------------------|---------------------|--------------------|---------------------------|
| <b>Saldo em 01/01/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> |                    | <b>1.000.000,00</b>       |
| Lucro de Janeiro         |                     | (38.461,54)        | (38.461,54)               |
| <b>Saldo em 31/01/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(38.461,54)</b> | <b>961.538,46</b>         |
| Lucro de Fevereiro       |                     | (26.959,02)        | (26.959,02)               |
| <b>Saldo em 28/02/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(65.420,56)</b> | <b>934.579,44</b>         |
| Lucro de Março           |                     | 15.833,86          | 15.833,86                 |
| <b>Saldo em 31/03/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(49.586,70)</b> | <b>950.413,30</b>         |
| Lucro de Abril           |                     | 42.706,15          | 42.706,15                 |
| <b>Saldo em 30/04/X0</b> | <b>1.000.000,00</b> | <b>(6.880,55)</b>  | <b>993.119,45</b>         |

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM MOEDAS

|                                 | JAN         | FEB         | MAR         | ABRIL       | VALOR TOTAL  |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Receitas                        | 100         | 100         | 100         | 100         | 400          |
| Despesas                        | (38.461,54) | (26.959,02) | (15.833,86) | (42.706,15) | (123.960,57) |
| Resultado Líquido               | 61.538,46   | 73.040,98   | 84.166,14   | 57.293,85   | 276.039,43   |
| Resultado antes de Impostos     | 61.538,46   | 73.040,98   | 84.166,14   | 57.293,85   | 276.039,43   |
| Impostos                        | (0,00)      | (0,00)      | (0,00)      | (0,00)      | (0,00)       |
| Resultado Líquido após Impostos | 61.538,46   | 73.040,98   | 84.166,14   | 57.293,85   | 276.039,43   |
| Resultado antes de Impostos     | 61.538,46   | 73.040,98   | 84.166,14   | 57.293,85   | 276.039,43   |
| Impostos                        | (0,00)      | (0,00)      | (0,00)      | (0,00)      | (0,00)       |
| Resultado Líquido após Impostos | 61.538,46   | 73.040,98   | 84.166,14   | 57.293,85   | 276.039,43   |

## 2. Demonstrações em MERCOS

## BALANÇOS EM MERCOS

| valor do MERCOS       | 1,00                | 1,03              | 1,05              | 1,07              | 1,09                |
|-----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
|                       | 01/01/X0            | 31/01/X0          | 28/02/X0          | 31/03/X0          | 30/04/X0            |
| <b>ATIVO</b>          |                     |                   |                   |                   |                     |
| CAIXA                 | 1.000.000,00        | 970.873,79        | 571.428,57        | 495.327,10        | 600.917,43          |
| ESTOQUES              |                     |                   |                   | 95.204,82         | 47.554,92           |
| IMOBILIZADO           |                     |                   | 380.952,38        | 380.819,29        | 387.550,37          |
| DEPRECIACÃO ACUMULADA |                     |                   |                   | (3.173,18)        | (6.458,53)          |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.000.000,00</b> | <b>970.873,79</b> | <b>952.380,95</b> | <b>968.178,03</b> | <b>1.029.564,20</b> |
| <b>PASSIVO</b>        |                     |                   |                   |                   |                     |
| CAPITAL               | 1.000.000,00        | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      | 1.000.000,00      | 1.000.000,00        |
| LUCRO DO PERÍODO      |                     | (38.842,35)       | (66.060,14)       | (49.927,02)       | (6.033,64)          |
| AJUSTE ESPECIAL       |                     | 9.716,14          | 18.441,09         | 18.105,05         | 35.597,84           |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.000.000,00</b> | <b>970.873,79</b> | <b>952.380,95</b> | <b>968.178,03</b> | <b>1.029.564,20</b> |

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM MERCOS

|                             | JAN         | FEV         | MARÇO       | ABRIL       | ACUMULADO    |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| <b>MEDIO</b>                | <b>1,01</b> | <b>1,04</b> | <b>1,06</b> | <b>1,08</b> |              |
| Vendas                      |             | 0,00        | 141.513,89  | 185.189,19  | 326.703,08   |
| Custo das Vendas            |             |             | (95.224,30) | (96.056,07) | (191.280,37) |
| Lucro Bruto                 |             |             | 46.289,59   | 89.133,12   | 135.422,71   |
| Despesas                    |             |             | (18.868,52) | (23.148,65) | (42.017,17)  |
| Despesas de Depreciação     |             |             | (3.173,82)  | (3.201,55)  | (6.375,37)   |
| Perdas nos Itens Monetários | (38.842,35) | (27.218,24) | (8.114,12)  | (18.889,13) | (93.063,84)  |
| Lucro/prejuízo              | (38.842,35) | (27.218,24) | 16.133,13   | 43.893,39   | 6.033,67     |

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM MERCO

|                        | CAPITAL      | LUCRO       | AJUSTE ESPECIAL | Patrimônio Líquido |
|------------------------|--------------|-------------|-----------------|--------------------|
| Saldo em 01/01/X0      | 1.000.000,00 |             |                 | 1.000.000,00       |
| Resultado de Janeiro   |              | (38.842,35) |                 | (38.842,35)        |
| Ajuste Especial        |              |             | 9.716,14        | 9.716,14           |
| Saldo em 31/01/X0      | 1.000.000,00 | (38.842,35) | 9.716,14        | 970.873,79         |
| Resultado de Fevereiro |              | (27.218,24) |                 | (27.218,24)        |
| Ajuste Especial        |              |             | 8.725,40        | 8.725,40           |
| Saldo em 28/02/X0      | 1.000.000,00 | (66.060,14) | 18.441,54       | 952.380,95         |
| Lucro de Março         |              | 16.133,13   |                 | 16.133,13          |
| Ajuste Especial        |              |             | (336,04)        | (336,04)           |
| Saldo em 31/03/X0      | 1.000.000,00 | (49.927,02) | 18.105,50       | 968.178,03         |
| Lucro de Abril         |              | 43.893,39   |                 | 43.893,39          |
| Ajuste Especial        |              |             | 17.492,79       | 17.492,79          |
| Saldo em 30/04/X0      | 1.000.000,00 | (6.033,64)  | 35.597,54       | 1.029.564,20       |

### Em resumo, temos:

- O Balanço Patrimonial convertido para MERC0 pela taxa corrente da data do balanço, com exceção do investimento inicial;
- A Demonstração de Resultados convertida pela taxa média do mês;
- A conta de Ajuste Especial no Patrimônio Líquido refletindo os efeitos da variação cambial sobre o investimento inicial e sobre os resultados mensais.

Analisando os critérios acima mencionados e comparando-os com aqueles utilizados na conversão das Demonstrações Contábeis de países sem inflação, verificamos serem os mesmos, ou seja, o conjunto de parâmetros usados para converter as demonstrações independe do índice inflacionário do país.

Esta constatação nos parece de uma certa forma lógica, uma vez que as demonstrações, quando elaboradas em Correção Integral, eliminam todos os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda; então é como se a conversão fosse feita, baseada em demonstrações elaboradas em moeda forte.

Lembrando, novamente: as demonstrações deverão estar elaboradas pela Correção Integral para depois serem convertidas.

No caso do Brasil, caso a empresa possua contabilidade em UFIR, a conversão direta com base nas quantidades de UFIR ou UMC-Unidade Monetária Contábil, pode ser utilizada totalmente sem produzir quaisquer distorções adicionais.

#### **7.4.2. Resumo dos Critérios Propostos**

A seguir, listamos o conjunto de regras propostas para a elaboração da **Conversão das Demonstrações Contábeis no MERCOSUL**. Estas normas foram detalhadamente discutidas nos itens 7.4.1. e 7.4.2., deste capítulo, e podem ser utilizadas indistintamente em economias com moeda estável ou hiperinflacionárias

- 1º. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações cambiais sobre o capital investido são ajustados diretamente ao Patrimônio Líquido sem transitar pelo resultado do período. Somente farão parte dele, quando consideradas definitivas.
- 2º. No Balanço Patrimonial, o valor do investimento inicial é mantido, sendo demonstrados separadamente os resultados decorrentes dos efeitos das variações cambiais sobre o mesmo.
- 3º. As contas das Demonstrações de Resultados, incluindo as despesas de depreciação e o custo das mercadorias vendidas, devem ser convertidos pela taxa média.

- 4°. A diferença obtida entre a variação do MERCOS médio do mês e o MERCOS do final do mês deve ser considerada como ajuste ao Patrimônio Líquido. Somente fará parte do resultado do período quando esta variação cambial for considerada de caráter definitivo.
- 5°. A conversão de todas as contas do Ativo, inclusive as do Ativo Permanente, deve ser efetuada pela taxa corrente do MERCOS na data do balanço.
- 6°. O resultado do exercício em MERCOS deve ser a soma dos resultados mensais em MERCOS.
- 7°. A conversão nos países com altas taxas de inflação somente poderá ser realizada a partir das Demonstrações Contábeis em Correção Integral.

#### **7.4.3. Considerações Finais**

Inicialmente o FAS-8 dispunha sobre as normas de conversão das demonstrações financeiras, independentemente se a conversão era realizada baseando-se nas demonstrações de países com altas taxas inflacionárias ou não.

Posteriormente, verificou-se a necessidade de segregação e utilização de critérios diferenciados, sendo emitido o FAS-52.

O FAS-52 manteve as regras existentes no FAS-8 para conversão das demonstrações em economias com altas taxas de inflação e criou um novo conjunto de normas para a conversão das demonstrações de países com moeda estável.

No FAS-8, a metodologia principal adotada em relação ao balanço é a segregação dos itens monetários e os não monetários. Os itens não monetários são convertidos por suas taxas históricas, enquanto os monetários por taxas correntes. Na Demonstração de Resultados, as receitas e despesas são convertidas pelas datas de sua formação, sendo aceita a taxa média. As

despesas indexadas em dólar têm tratamento diferenciado, assim como aquelas que se referem a itens não monetários, como a depreciação. Surge ainda a figura do Ganho ou Perdas na Conversão. Esta metodologia ainda está sendo utilizada em economias com altas taxas de inflação.

No FAS-52, quando utilizado em países sem inflação, não se faz a segregação entre os itens não monetários e os monetários do balanço, sendo utilizada a taxa corrente para conversão de todas as contas, com exceção da conta Capital. Na Demonstração de Resultados, as receitas e despesas são convertidas pela taxa média, independentemente da sua natureza. Os ganhos ou perdas decorrentes da variação cambial não são considerados como parte integrante do resultado. Somente são considerados como integrantes do lucro do período quando considerados definitivos.

A metodologia aqui proposta teve seus fundamentos baseados nos conceitos do FAS-52, na conversão das demonstrações em economias com moeda estável, longe de ignorar os problemas relativos a flutuações de moeda nos países do MERCOSUL, mas assumindo que a problemática dos efeitos da inflação nas Demonstrações Contábeis deve ser solucionada a nível local.

A adoção dessa premissa nos permitiu formular um conjunto de regras que podem ser utilizadas indistintamente, tanto em economias com altas taxas de inflação como em economias cuja moeda é considerada estável, sem prejuízo da qualidade das informações que elas podem oferecer aos seus usuários.

As demonstrações convertidas fornecem informações adequadas acerca do desempenho da empresa e apresenta de forma segregada o seu desempenho operacional e os efeitos decorrentes das variações cambiais sobre o resultado do período e do capital investido, facilitando não só a comparabilidade entre as empresas, mas também a avaliação de seus gestores. Tanto em nível operacional como estratégico.

Com relação ao Mercosul, propomos desta forma, após os levantamentos e análises efetuadas concluímos que há ainda necessidade de se avaliar consideravelmente para a completa transparência das demonstrações contábeis das empresas aqui existentes. Com encaminhamento ao

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO**

A Contabilidade nos países do Mercosul está organizada de forma a atender as necessidades de informações dos diversos usuários. Em todos os países a presença do governo nas questões contábeis estão presentes, através de legislação fiscal e societária, havendo maior ou menor influência, dependendo de cada um. As entidades de classe, também estão organizadas em todos os países, com diferentes graus de atuação. Por exemplo, na Argentina os conselhos exercem grande influência nas questões contábeis, inclusive, seus pronunciamentos após aprovação dos contadores, passam a ser aceitos na legislação fiscal e societária.

Existem divergências acentuadas entre os procedimentos contábeis adotados no Brasil, Uruguai e Paraguai e Argentina.

Entre as diferenças encontradas, consideramos que a maior dificuldade em relação a harmonização refere-se, basicamente, a avaliação dos ativos: estoques e imobilizado. Ou seja, a avaliação pelos critérios do custo histórico, histórico corrigido e valores correntes e seus reflexos no resultado.

Esta afirmação está fundamentada na percepção de que os argentinos que adotam preponderantemente a avaliação a valores correntes, filosoficamente aceitam os critérios de mensuração que permitam a manutenção do capital físico, enquanto os demais países que adotam preferencialmente o custo histórico, histórico corrigido, aceitam os critérios de mensuração para manutenção do capital monetário. Portanto, a divergência nessa questão é maior do que uma simples diferença de metodologia.

As demais divergências apuradas nos parece de mais fácil harmonização, pois representam diversidades de formas e critérios.

A solução alternativa enquanto não for possível a harmonização plena, deve ser a evidenciação clara dos critérios utilizados e os efeitos nos resultados.

Em relação aos problemas da paridade das moedas, somos de opinião que a utilização de padrão único de mensuração, ainda que restrito à contabilidade, contribui de forma significativa para a comparabilidade do desempenho das empresas.

O processo de integração dos países para a formação do Mercado Comum do Sul - Mercosul - está exigindo um amplo esforço no sentido de compatibilização e harmonização de políticas, legislações e procedimentos nas diversas áreas, dentre as quais a contabilidade.

A constituição do Mercosul está inserido num processo mais amplo, a nível mundial, que é o da globalização dos mercados nacionais, processo esse, a nosso ver, irreversível.

A aglutinação de mercados regionais através de blocos econômicos é uma tendência mundial, fato que pode ser explicado, além dos motivos econômicos, pela proximidade geográfica e pelos usos e costumes razoavelmente comuns. A criação desses organismos regionais desenvolve sensivelmente o mercado consumidor interno, melhorando sobremaneira o poder de negociação junto aos diversos parceiros comerciais, sejam eles países ou blocos econômicos.

Por outro lado, o mercado de capitais internacional é, sem dúvida nenhuma, uma fonte de financiamento bastante atrativa para as empresas, seja pelo menor custo destes recursos, seja pela limitação da poupança interna, como também pela necessidade de um intenso programa de investimentos que os dois maiores países do Mercosul já estão implementando.

A necessidade de informações econômico-financeiras, com considerável grau de uniformidade, por parte dos usuários, sejam eles credores, investidores ou acionistas, é notória e tende a crescer, como também aumentar vertiginosamente a velocidade requerida para sua disponibilização.

A harmonização completa das informações contábeis em escala global seria, sem dúvida nenhuma, o ideal, e a tendência a longo prazo vai nessa direção. Acreditamos que esse processo se dará inicialmente a nível de blocos, o que deve propiciar uma mais ágil convergência de critérios e padrões contábeis, dada as origens comuns da população local como também a doutrina seguida pelos países membros, que geralmente é comum.

Com relação ao Mercosul, propósito desta obra, após os levantamentos e análises efetuadas, constatamos que há ainda necessidade de se evoluir consideravelmente para a completa transparência das demonstrações contábeis das empresas aqui existentes. Concomitantemente ao

processo de harmonização dos padrões contábeis dos quatro países integrantes, devemos avançar aumentando nosso horizonte para toda a América Latina ou quem sabe todo o continente, e para isso necessitamos ampliar o enfoque, hoje limitado ao Mercosul.

Devemos utilizar a experiência dos países que já passaram por esse processo, aproveitando de forma ampla esses conhecimentos e adaptando-os aos diferentes aspectos eventualmente existentes, objetivando sempre, porém, compatibilizar aos padrões mundiais.

A conversão das demonstrações contábeis das empresas atuantes no Mercosul a um padrão único, conforme nossa proposta, aumentaria significativamente a comparabilidade e o “disclosure” do desempenho das empresas, refletindo de forma mais realística sua posição econômico-financeira.

## 9. BIBLIOGRAFIA

Amigo, Oscar Ribeiro. Los Impuestos Indirectos y los Processos de Integracion Economica. Boletin de Economia. Organo de Graduados en Ciencias Economicas. Buenos Aires, octubre 1992;

Baldwin, Bruce A. and Ingran, Robert W.. Rethinking the Objectives and Content of Elementary Accounting. Journal of Accounting Education, vol. 9, USA, 1991;

Boletim IOB. Temática Contábil.

- Conversão das Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira - Introdução e "FAS-8". Bol.24/95 (1ª Parte)
- Conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira - Introdução e "FAS-8". Bol.25/95 (2ª Parte)
- Conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira - Introdução e "FAS-8". Bol.26/95 (3ª Parte).
- Conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira - Introdução e "FAS-8". Bol.27/95 (4ª e última parte)
- Conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira - Introdução e "FAS-52". Bol.30/95 (2ª Parte).
- Conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira - O "FAS-52". Bol.31/95 (2ª parte).
- Conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira - O "FAS-52". Bol.32/95 (3ª e última parte).

- Análise comparativa dos métodos “FAS-8” e “FAS-52” de conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira. Bol.35/95 (1ª parte).
- Análise comparativa dos métodos “FAS-8” e “FAS-52” de conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira. Bol.36/95 (2ª parte).
- Análise comparativa dos métodos “FAS-8” e “FAS-52” de conversões de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira. Bol.37/95 (3ª e última parte).
- O “Método Brasileiro” de conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira. Bol.42/95 (1ª parte).
- O “Método Brasileiro” de conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira. Bol.43/95 (2ª parte).
- O “Método Brasileiro” de conversão de Demonstrações Contábeis em moeda estrangeira. Bol.44/95 (3ª e última parte).

Brito, Ney Roberto Ottoni de. Gestão de Investimentos. Coleção Coppead de Administração. Editora Atlas, São Paulo, 1989;

C.E.I. - Centro da Economia Internacional - El Mecado Comun del Sur, Buenos Aires, 1992;

Carvalho, Marcelo. A integração econômica Brasil-Argentina: os termos do desejável e os limites possíveis. São Paulo 1991. Dissertação de Mestrado em Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo;

Casagrande, Humberto Neto. Abertura do Capital de Empresas no Brasil. Editora Atlas, São Paulo, 1985;

Casella, Carlos Luis Garcia. Corrientes Doctrinarias Actuales en Contabilidad - Relacion con las Normas Contables Comparadas. Trabalho apresentado no Ciclo de Conferências, organizado pelo Instituto de Investigaciones Contables. Buenos Aires; 1992;

- Casey, Douglas. "Strategic Investing" New York, USA. Simon & Schuster 1985;
- Chan, K. C. & Seow, G. S..Journal of Accounting and Economics, 21. 1996;
- Choi, Frederick D. S. Choi & Mueller, Gerhard G.. International Accounting. Second Edition. Prentice Hall - Inc. USA;
- Comparative International Accounting Educacional Standards. Center for International Education and Research in Accounting. Department of Accountancy. 1991 USA;
- Compilacion de leyes impositivas. Segunda Edicion, Janeiro - Fevereiro de 1992. Asuncion, Paraguai;
- Consejo Profesional de Ciencias Economicas de la Capital Federal. Esto es el Consejo. Buenos Aires, CPCECF, 1987;
- Contribuciones 2/92, Publicación Trimestral de la Konrad - Adenauer - Stiftung A.C. Centro Interdisciplinar de Estudios sobre el Desarrollo Latino Americano Ciedla. abril-junho de 1992;
- Coopers & Lybrand e Harteneck Lopes Y Cia.. La Harmonizacion de Políticas en el Mercosur. Buenos Aires, setiembre, 1992;
- Decreto - Ley 5103/45 . Del ejercicio profesional;
- Decreto 103/91. Presentación de estados contables. Montevideo, Uruguay;
- Denker, J. - "International State Planning". Accountancy nº 104/24 novembro 1989;

- Doupnik, Timothy S.. Evidence of International Harmonization of Financial Reporting. The International Journal of Accounting Education and Research. Urbana, 23, 1987;
- El Diario del Instituto Argentino de Mercado de Capitales. Buenos Aires, outubro de 1992;
- Equipe de Professores da FEA/USP - Contabilidade Introdutória, São Paulo, Editora Atlas;
- Ernest & Young. Sinopses and Disclosure - Check-list, International Accountig Standards. New York, 1992;
- Fachin, Odília. Fundamentos de Metodologia. Editora Atlas, São Paulo, 1993;
- Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas. Centro de Estudios Cientificos y Tecnicos (CECYT). Buenos Aires, 1993;
- Financial Accounting Standards Board - FASB. Current Text, General Standards as of June, 1988, USA;
- Fipecafi, Arthur Andersen. Normas e Práticas Contábeis no Brasil. Ed. Atlas. São Paulo, 1990;
- Fipecafi; Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. Ed. Atlas. São Paulo, 1990;
- Garcia, Sérgio e Mattera, Miguel. Principios y Normas Contables en la Argentina, Libreria Editorial Teses, Buenos Aires, 1984;
- Gazeta Mercantil de 19/09/1992. Reações às Novas regras de Balanço. São Paulo;
- Gray, S. J.. International Accounting Research "The Global Challenge".The Journal of Accounting, vol 24 number 411989. Springer International, EUA;

- Héctor Alimonda. *Una Agenda Democrática Frente al Mercosur*; Ed. Un. Nacional de Tucumán, Tucumán, 1990;
- Hendriksen, Eldon S.. *Accounting Theory*. USA, Edição Espanhola, UTENA, 1971;
- Holzer, Peter H.. *International/ Accounting*. Harper & Row. Publishers, New York, 1984; EUA;
- IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores. *Princípios Contábeis - Normas e Procedimentos de Auditoria*. São Paulo; Atlas, 1988;
- Ijiri, Yuji. *Theory of Accounting. Measurement*, Flórida, AAA, 1975;
- Instituto Argentino de Mercado de Capitales - *Su empresa puede cotizar en Bolsa*. Buenos Aires, julio, 1992;
- International Accounting Standards*. Burgess Science Press. United Kingdom, 1994;
- Iudícibus, Sérgio de. *Aspectos da Avaliação de Estoques a Preços Correntes*. São Paulo FEA/USP, 1968;
- Iudícibus, Sérgio de. *Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis*. São Paulo, FEA/USP;
- Iudícibus, Sérgio de. *Harmonização dos Princípios Fundamentais da Contabilidade*. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, jul-set/1992;
- Iudícibus, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo. Editora Atlas, 1980;
- Johnson, Harry G. & Swoboda, Alexander K. Editora George Allen & Unwin Ltd. London, England 1973;

- Kerlinger, Fred N.. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais - Um Tratamento Conceitual. Editora EDUSP, São Paulo, 1979;
- L. Sirc. Introdução às Finanças Internacionais. Zahar Editores. Glasgow, Escócia 1978;
- Larrimbe, Miguel; Barsantini, Jorge & Seijas, Alicia. Las Normas Contables en El Uruguay. Fundacion de Cultura Universitária. Segunda Edição, Montevideo, julho 1992;
- Ley 16.060- Sociedades Comerciales. F. C. U. 1ª edição. Montevideo, 1992;
- Ley 20488 - Del ejercicio profesional - Argentina;
- Lisboa, Nahor Placido. Uma Contribuição ao Estudo da Harmonização de Normas Contábeis. Dissertação apresentada à FEA-USP. São Paulo 1995;
- Martins, Eliseu & Hirashima, Taiki. Harmonização Internacional dos Princípios e Normas Contábeis, incluindo grupo de trabalho da ONU e funções do IFAC, IASC E AIC;
- Martins, Eliseu. Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras. 2ª Edição, São Paulo, Editora Atlas;
- Martins, Eliseu. Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível. Tese de Doutorado, São Paulo, FEA/USP, 1972;
- Martins, Eliseu. Globalização de Mercados e Harmonização das Práticas Contábeis; Revista Brasileira de Contabilidade. Janeiro à março de 1992;
- Mason, Richard O. e Swanson, E. Burton. Measurement for Management Decision, Phillipine: Addison-Wesley Publishing CO, 1981;

- Miller, Martin A.. **Comprehensive GAAP GUIDE. Student Edition, HBJ;**
- Ministério das Relações Exteriores. **Mercosul: Origem, Legislação, Textos Básicos. Brasília, MRE, 1992;**
- Monobe, Massanori: **Contribuição à Mensuração e Contabilização do Goodwill não adquirido. Tese de Doutorado. São Paulo. FEA/USP, 1987;**
- Most, Kenneth S.. **Accounting Theory. Columbus, Ohio, USA. Editora Grid;**
- Newton, Enrique Fowler. **Nuevas Normas Contables 1984-1992. Ed. Macchi. Buenos Aires, 1992;**
- Newton, Enrique Fowler. **Questiones Contables Fundamentales. Ed. Macchi. Buenos Aires, 1992;**
- Nobes, Cristopher and Parker, Robert. **Comparative International Accounting. Printed in Geat at Universit Press. Cambridge, England;**
- Normas e Padrões de Contabilidade e Auditoria - Um estudo comparativo de diversos países. CVM - Comissão de Valores Mobiliários;**
- Normas y disposiciones relativas al ejercicio profesional. Colegio de Contadores y Economistas del Uruguay. Julho de 1994;**
- Normas, Registros y Estados Contables. Cr. R. Villarmarzo y Asoc. Ernest & Young Internatinal. Montevideo, Uruguay**
- Novedades Fiscales - Buenos Aires, 11 de setiembre de 1995;**

Orellana, Antonio. Contabilidad Internacional: Hacia un futuro mercado comun Argentino, Brasileiro, Uruguayo. Trabalho apresentado em las XI Jornadas Universitárias Contables J.V.C. promovido pelo Instituto de Investigaciones Contables. Tucuman, Argentina, 1989;

Peña, Felix. La cumple de las leñas y o futuro del mercosur;

Peña, Felix. La cumple de las leñas y o futuro del mercosur;

Pohlmann, Marcelo Coletto. Considerações sobre a Harmonização de Normas Contábeis no âmbito do Mercosul. FEA-USP setembro de 1993.

Pohlmann, Marcelo Coletto. Considerações sobre a Harmonização de Normas Contábeis no âmbito do Mercosul. FEA-USP setembro de 1993.

Portfield, T.S. James. Decisões de Investimentos e Custo de Capital, Editora Atlas, São Paulo, 1976;

Portfield, T.S. James. Decisões de Investimentos e Custo de Capital, Editora Atlas, São Paulo, 1976;

Pronunciamientos sobre normas de contabilidad N°1. Emitido por el Colegio de Contadores del Paraguay,1983;

Pronunciamientos sobre normas de contabilidad N°1. Emitido por el Colegio de Contadores del Paraguay,1983;

Pronunciamientos sobre normas de contabilidad N°2. Emitido por el Colegio de Contadores del Paraguay,1983;

Pronunciamientos sobre normas de contabilidad N°2. Emitido por el Colegio de Contadores del Paraguay,1983;

Pronunciamientos sobre normas de contabilidad N°3. Emetido por el Colegio de Contadores del Paraguay,1984;

Pronunciamientos sobre normas de contabilidad N°3. Emetido por el Colegio de Contadores del Paraguay,1984;

Pronunciamiento sobre normas de contabilidad N°4. Emitido por el Colegio de Contadoores del Paraguay,1984;

Pronunciamiento sobre normas de contabilidad N°4. Emitido por el Colegio de Contadoores del Paraguay,1984;

Pronunciamiento sobre normas de contabilidad N°5. Emitido por el Colegio de Contadores del Paraguay,1984;

Pronunciamiento sobre normas de contabilidad N°5. Emitido por el Colegio de Contadores del Paraguay,1984;

Radebaugh, Lee H. & Gray, Sidney J. Internacionl Accounting and Multinational Enterprises. Third Edition. John Wiley & Songs, Inc. USA;

Reforma contable del sistema financiero. Colegio de Contadores del Paraguay. Asunción - Paraguay, 1 à 3 de dezembro de 1993

Reig, Enrique J.. Imposto a las Ganacias, Ediciones Macchi, Buenos Aires, 1991;

Reforma contable del sistema financiero. Colegio de Contadores del Paraguay. Asunción - Paraguay 1 à 3 de dezembro de 1992;

Resolución Técnica N°4, Consolidacion de Estados Contables.

Resolución Técnica N°5, Valuacion de Inversiones en sociedades controladas y vinculadas.

Resolución Técnica N°6, Estados Contables en moneda constante

Revista do Instituto de Estudos Avançados. Coleção Documentos, série A Integração Regional e o Mercosul. São Paulo, outubro de 1992;

Santiso, Horacio L.& Luppi, Hugo Alberto & Allemand, Alberto Adolfo. Estados Contables en Moneda Contante. Ediciones Macchi. Buenos Aires, 1988;

Santisto, Horácio L.& Passalacqua, Enrique V.. Consolidacion. Ediciones Macchi, 3ª Edição. Buenos Aires, 1991;

Seminário Internacional sobre Realidades y Perspectivas del Mercosur, realizado em Buenos Aires. 1992;

Silva, Aristides. Economia Internacional - Uma introdução. Editora Atlas, São Paulo, 1987;

Simonsen Associados. Mercosul - O desafio do marketing de integração. Editora McGraw - Hill do Brasil. 1992;

Sirc, L. Comércio Internacional - Fluxo de Bens e Divisão da Produção entre as Nações. Universidade de Glasgow. Tradução para o português, Donaldson M. Garschagen. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1973;

Survey of International Accounting Practices. Arthur Andersen & CO., Coopers & Lybrand, Delloite & Touche, Ernest Young, KPMG, Peat Marwick and Price Waterhouse;

Tesch, Walter. Os trabalhos e o Mercosul;

Viegas, Juan Carlos. Los organismos profesionales internacionales y las normas contables. Trabalho apresentado na VII Jornadas Profissionais de Contabilidad y de Auditoria. Colegio de Graduados en Ciencias Economicas promovido pelo Instituto de Investigaciones Contables. Buenos Aires, Argentina, novembro de 1991;

Villarmazo, Ricardo; Montone, Luis; Peruzzo, Juan Luis; Rodríguez, Rubén Darío e Temesio, Daniel. Informes de Contador Publico. Ed. Tallers Gráficos Barreiros y Ramos. Montevideo, Uruguai, dez/1991;

Walter, Augusto Milton. Investimentos Relevantes e Equivalência Patrimonial. Editora Saraiva. São Paulo, 1982.

## 10. ANEXOS

Anexamos, a título de ilustração, as cópias das demonstrações publicadas, referenciadas no capítulo 5, item 5.12., deste trabalho.

Anexo 1 - Demonstrações da Argentina

Anexo 2 - Demonstrações do Brasil

Anexo 3 - Demonstrações do Paraguai

Anexo 4 - Demonstrações do Uruguai

## **10.1. Anexo 1 - Demonstrações da Argentina**

## ALPARGATAS S.A.I.C.

Memoria y Balance General al 31/12/95 correspondiente al ejercicio económico N° 111

### A nuestros accionistas:

Sobre fines de 1994 nos planteamos para el año 95 el desafío de implementar exitosamente el crecimiento regional de la Compañía, a partir de los programas operativos y las alianzas desarrolladas en los últimos cuatro años.

Como mencionáramos en otras oportunidades, este programa debía llevarnos a un significativo crecimiento de la facturación y a una recuperación en los niveles de rentabilidad. A su vez, la proyectada emisión de capital de nuestra subsidiaria de Calzado debía permitirnos alcanzar el objetivo de fortalecer substancialmente la estructura de capitalización de la Compañía.

Ante el cambio de escenario producido como consecuencia de la crisis del sistema financiero argentino la empresa se planteó dos objetivos:

- lograr el fortalecimiento del equilibrio económico-financiero
- avanzar simultáneamente en el desarrollo de las estrategias de mediano plazo.

En materia financiera, el proyecto de incrementar el capital de Calzados debió ser postergado ante este escenario adverso, y debimos desarrollar un programa alternativo, que incluyó planes de acción tanto operativos como financieros.

Desde la operación, la posición financiera fue mejorada por el hecho de haberse logrado un resultado económico superavitario, y por la muy fuerte generación de fondos obtenida en el Ejercicio. Esta decisión de privilegiar la generación de fondos nos permitió atender en forma exitosa todas nuestras obligaciones, así como reducir en forma significativa el monto de endeudamiento de la Compañía.

Este esfuerzo fue particularmente intenso dado el disímil comportamiento de los mercados

en que operamos, que afectó la facturación global, los índices de eficiencia - tanto respecto a los costos directos y los costos fijos- y el manejo del capital de trabajo.

En efecto, si bien la empresa muestra un crecimiento del 5% de su facturación, el mismo fue logrado mediante el incremento del 322 % de las ventas de calzado en los mercados regionales, fenómeno que fue compensado parcialmente por la caída de las ventas del mercado interno de calzado del 22%, y por una reducción de las entregas textiles del 14%.

Este panorama disímil obligó a efectuar suspensiones periódicas en la actividad de varias de nuestras plantas, así como a subutilizar las capacidades instaladas de las mismas, proceso que produjo significativas pérdidas de eficiencia frente a las metas planteadas al inicio del año.

No obstante lo antedicho, el monitoreo constante de nuestro flujo de fondos permitió alcanzar una importante generación de giro, que fue incrementada por el adecuado control de nuestros créditos e inventarios, que muestran mejoras significativas en su rotación. Este equilibrio en el manejo del capital de trabajo implicó una compatibilización de los esfuerzos de la Compañía junto con los de clientes y proveedores.

Por otra parte, en materia financiera se trabajó durante el año en la estructuración de un programa alternativo con los objetivos de mejorar la liquidez y fortalecer la estructura de capitalización de la Compañía. Para el primero de los objetivos se lanzó una operación con la Corporación Financiera Internacional (CFI) y la Unión de Bancos Suizos (UBS) con el fin de reemplazar pasivos de corto plazo por una estructura eficiente de mediano plazo. A su vez hemos mantenido el objetivo de fortalecer la estructura patrimonial mediante la incorporación de capital y la venta de activos y/o unidades de negocios no estratégicos.

Con respecto a la transacción de la CFI/UBS, la misma se encuentra prácticamente cerrada, habiéndose logrado un éxito muy significativo con la sindicación de aproximadamente U\$S 100 millones con un grupo de bancos internacionales de primera línea. La operación también prevé un tramo de hasta U\$S 40 millones para la financiación del programa de inversiones del negocio textil de los próximos dos años.

Por su parte, el éxito obtenido en esta transacción nos ha permitido lanzar el programa de fortalecimiento patrimonial, con el objetivo de obtener una sensible reducción en los pasivos totales de la Compañía durante el presente año.

Como se mencionó al inicio de esta memoria, la dimensión del éxito de la gestión llevada adelante durante 1995 deba estar medida fundamentalmente por el avance en la implementación de nuestro programa estratégico.

En este aspecto, nos sentimos muy satisfechos por los avances logrados. Debemos comenzar por resaltar el lanzamiento de las dos empresas de Calzados y Tejidos como unidades independientes. Si bien estas empresas han operado con resultados disjuntos, ambas han logrado importantes avances en sus respectivos mercados según se detalla en los informes respectivos. Este lanzamiento exigió una profunda reorganización administrativa para lograr la descentralización de todas las funciones, de forma tal de incrementar la calidad de las decisiones y la productividad de los recursos.

Uno de los más importantes logros corporativos del año ha sido la fuerte diversificación de los ingresos, producto del crecimiento de las exportaciones (+60% sobre 1994), y de las ventas en otros países. Es así como la facturación en otros países ascendió al 45% de las ventas totales en 1995 frente a sólo el 18% de las mismas para 1994, lo que reafirma nuestro objetivo de constituirnos en una empresa líder en la región.

Dentro de la empresa de Calzados, se lograron los siguientes avances:

• la consolidación regional de nuestras marcas, fundamentalmente Topper,

• el exitoso ingreso al mercado brasileño,

• los avances en materia de aumento de la productividad y mejora de la calidad de producto.

En el crecimiento de la marca Topper es hoy donde se concentran gran parte de los esfuerzos de la Compañía, no sólo por su facturación sino también por su rentabilidad y potencial de crecimiento. Es por ello que durante el 95 se dedicaron esfuerzos para continuar mejorando su línea de productos, llegando a una posición competitiva excelente en cuanto a la relación precio-valor de la misma.

En cuanto a distribución lanzamos las acciones para convertirla en una marca regional con lanzamientos en Perú, Colombia y Centroamérica, así como los reintentamos en los mercados existentes de Chile, R.O. del Uruguay, Paraguay y Bolivia.

Nuestro ingreso al Brasil para relanzar la marca Nike fue sin dudas uno de los eventos más exitosos de los últimos años. No sólo repositamos la marca, transformándola en la líder de imagen y recordación, sino que, también, alcanzamos un volumen record en la historia de la misma, siendo el Brasil el tercer mercado consumidor del mundo de calzado Nike.

Este significativo éxito fue posible por el equipo profesional que la empresa asignó, el cual no sólo cubrió las actividades comerciales sino que, también, estableció la base operativa en materia de recursos humanos, sistemas, contabilidad, control de riesgo, entre otros, y cuyo balance permitió un excelente resultado económico y financiero.

El posicionamiento estratégico de la empresa se vio asimismo fortalecido por el crecimiento de su logística. En efecto, Alpargatas considera que una de las áreas donde debemos competir es en la de ofrecer los servicios más competitivos del mercado. Durante el año mejoramos la calidad de nuestros servicios tanto en la confiabilidad de entregas de productos de calidad internacional como en el acortamiento de los plazos de entrega a nuestros clientes.

En este sentido, ratificamos la convicción que la fabricación regional otorga ventajas difíciles de superar en esta materia. Mas aún, nuestra capacidad de respuesta al sistema comercial disminuye el riesgo y, por ende, el costo de nuestros clientes, lo que compensa con creces las distorsiones que generan las prácticas desleales del comercio.

Es importante resaltar que el Gobierno Nacional ha tomado conciencia de estas ventajas, adecuando las reglas de comercio de acuerdo a lo permitido por la Organización Mundial de Comercio, favoreciendo la operación de las empresas estructuradas en la región, como la nuestra.

La empresa textil también logró mejoras significativas, a pesar de su resultado económico negativo.

La fluida complementación obtenida con Greenwood Mills ha permitido poner en marcha un ambicioso programa de mejoras de procesos y procedimientos que va esta arrojando importantes resultados en materia de calidad de producto y de índices de productividad. Además el establecimiento de un profundo benchmarking con sus plantas permite monitorear adecuadamente el progreso alcanzado en nuestras operaciones.

Por otra parte, se implementó un detallado reordenamiento y simplificación de tareas que permitió mitigar la fuerte alza de costos provocada por el aumento del precio del algodón principal insumo de este negocio. El mismo alcanzó un nivel record durante el año, siendo un 25% superior al promedio del costo del año 1994. Dicho reordenamiento coadyuvó también para enfrentar adecuadamente las nocivas prácticas de guerra de precios con los que operaron nuestros competidores regionales más importantes.

La caída de demanda del mercado interno pudo ser parcialmente compensada con un importante aumento de las exportaciones, las que crecieron un 30% sobre 1994, concretándose así uno de los objetivos estratégicos de la empresa.

Como consecuencia de esta estrategia, y complementada con una agresiva política de disminución de capital de trabajo, la Empresa generó fondos a nivel operativo que complementándose con paradas esporádicas de las plantas permitió un razonable manejo financiero y produjo niveles de pérdidas inferiores a las registradas por otras empresas de este sector industrial.

La empresa también asignó importantes esfuerzos y recursos a mejorar su capacidad logística, tanto para sus productos industriales (telas), como terminados (productos del hogar).

Sobre fines del ejercicio se concretó una alianza estratégica con Lockheed Greene Engineering, una de las empresas más importantes del rubro de ingeniería, en Estados Unidos de Norteamérica, materializada por medio de la adquisición por parte de dicha firma del 50% del paquete accionario de Altécruca S.A. Esta asociación permitirá el crecimiento de Altécruca en el mercado Argentino así como en el resto del Mercosur y en Chile.

En este contexto, es importante destacar la labor llevada adelante por el personal de la Compañía, que respondió con esfuerzo y dedicación a las complejidades planteadas por el entorno, en especial durante el segundo semestre en el cual se redujeron temporariamente las remuneraciones del personal jerarquizado.

Si bien nos gustaría decir que estos importantes avances para repositonar a Alpargatas son fácilmente medibles, creemos que los números económico-financieros no hablan por sí solos, y reclamamos ciertas aclaraciones:

La facturación total de la Compañía ascendió a \$ 417.7 millones para el año, registrándose un resultado neto favorable de \$ 1.6 millones.

La facturación alcanzada representa un incremento del 5% respecto a los \$ 397.8 millones correspondientes a 1994. El total de ventas desagregado por mercados, muestra una facturación total en el mercado interno de \$ 233.8 millones, que denotan una caída en las ventas domésticas (netas del cambio en la operatoria de Nike en Argentina) del 22.6%. Esta reducción se explica principalmente por los niveles recesivos del mercado interno durante 1995, sin que ello implique una pérdida en la participación de mercado de nuestras principales líneas de productos.

Por el contrario nuestras ventas en los mercados externos alcanzaron los \$ 183.4 millones en 1995, que comparados con los \$ 72.1 de 1994 marcan un crecimiento del 168% (\$ 121.3 millones).

El negocio de calzado fue el más dinámico de la empresa, mostrando un crecimiento del 16% con respecto al año anterior, con una facturación de \$ 274.1 millones. Ello fue posible por el lanzamiento de las operaciones en Brasil, que más que compensaron la caída del mercado interno, producto del marco recesivo y de la canalización de las ventas de los productos Nike a través de nuestro Joint Venture con Nike Internacional, las cuales no se consolidan líneas por líneas en los estados financieros.

El negocio textil, por el contrario, muestra una facturación (neta de las ventas a empresas del grupo) de \$ 128.1 millones, que representa una disminución del 14.3% respecto a las ventas de 1994.

En el rubro textil a la memoria bruta, se finalizó el año 1995 con \$ 122.1 millones que

comparados con los \$ 119.7 de 1994, representan un incremento del 2.0%. El margen bruto sin embargo sufrió una disminución de un punto porcentual al pasar de 30.1% en 1994 a 29.2% en 1995.

Los factores que afectaron los márgenes de rentabilidad, se encuentran fundamentalmente en los volúmenes de ventas de productos destinados al mercado doméstico, y en los costos de fabricación, siendo sus principales componentes:

- el aumento del precio del algodón, que representó \$ 8.4 millones de mayor costo;
- la eliminación en la reducción de las cargas sociales, que significó \$ 3.7 millones de mayor costo;
- las mencionadas pérdidas de eficiencias operativas a causa de las caídas en el nivel de actividad, que afectaron los costos directos y gastos fijos del ejercicio;
- el incremento en los precios internacionales de ciertas commodities, principalmente productos químicos, producido hacia fines de 1994 y principios de 1995.

En lo atinente a los Gastos de Comercialización, se observa un incremento de \$ 10.1 millones que representa el 19.8% respecto a los de 1994, y se encuentra justificado por mayores royalties de los productos comercializados en Brasil y un mayor costo en la distribución y comunicación publicitaria en este mismo mercado. En cuanto a los gastos comerciales del mercado interno, su comportamiento no acompañó totalmente la caída de ventas domésticas.

Los Gastos de Administración fueron un 3.6% inferiores a 1994 (\$1.3 millones) debido a la consolidación de eficiencias y ahorros que permitieron incluso absorber los costos de las nuevas estructuras administrativas localizadas en el exterior.

Como consecuencia de lo antedicho, el resultado operativo de la empresa ascendió a \$ 26.6 millones mostrando una reducción de \$ 6.4 millones con respecto al año anterior.

La carga financiera y los resultados por tenencia ascendieron a \$ 18.6 millones en el acumulado del año, lo que determina un peor resultado financiero de \$ 9.3 millones respecto al de 1994. Este crecimiento se debió a la mayor presión financiera que llevó a un incremento del costo, incidido además por la eliminación del ajuste por inflación a partir del 1 de setiembre de 1995 que determinó una distorsión medición comparativa respecto a la del año 1994.

El rubro de otros ingresos y egresos refleja principalmente ciertos costos no recuperados por plantas inactivas, y compara favorablemente con el ejercicio anterior debido al resultado positivo obtenido por la venta del 50% del paquete de Altécruca, los beneficios de la participación en Nike Argentina, y por no registrar la carga de las amortizaciones de gastos diferidos como consecuencia del cambio contable que se explica en los próximos párrafos.

La generación de giro de la empresa resultó positiva en \$ 22.6 millones. A esta debe sumarse la generación de capital de trabajo de \$ 41.0 millones para explicar la fuerte generación de fondos de las operaciones de \$ 63.6 millones.

En congruencia con los objetivos corporativos de reforzar la estructura de capitalización de la empresa, estos orígenes de fondos fueron principalmente aplicados a la cancelación de deudas bancarias y financieras. La reducción total de las mismas alcanzó durante el año los \$ 77.4 millones.

Cabe destacar que en el marco de la estabilidad monetaria alcanzada por nuestro país, el Poder Ejecutivo Nacional ha derogado a partir del primero de setiembre de 1995 la metodología de ajuste por inflación de los estados contables, lo cual en términos de la medición contable de los costos financieros soportados por la Sociedad provocó, en comparación con ejercicios precedentes, el ya mencionado incremento por ese concepto en las cuentas de resultados.

En línea con la globalización de la economía, las alianzas estratégicas celebradas con socios del exterior, y la decisión oficial de eliminar el ajuste por inflación, la Sociedad ha decidido acercar los criterios contables a los vigentes en el orden internacional, en línea con los criterios estadounidenses (U.S. GAAP), discontinuando la práctica de diferir los gastos por indemnizaciones al personal y otros gastos de reorganización, así como ciertos gastos pagados por adelantado, eliminando consecuentemente las amortizaciones de dichos conceptos.

Mirando hacia adelante, creemos que la crisis del año 95 ha fortalecido a la empresa y, por ende, permite augurar un buen resultado a mediano plazo.

En efecto, el haber sorteado la crisis financiera, manteniendo la implementación de sus planes estratégicos y financieros, la posicionan en un lugar de privilegio frente a sus competidores.

Ambas subsidiarias poseen equipos altamente profesionales y motivados y que fueron puestos a prueba en las peores circunstancias. La reorganización corporativa fue, asimismo complementada con la unificación de la empresa regional de Calzados, supervisada a partir del presente año por Martín Alfonso Dos Anjos - responsable del lanzamiento de nuestras operaciones en Brasil. Por su parte en la empresa textil, Greenwood forma parte de un Comité Ejecutivo que supervisa sus operaciones de la misma, habiendo asumido Marcelo Orfila la Gerencia General.

Confiamos que el nivel de actividad de los distintos mercados será más elevado y, seguramente, menos volátil, lo cual debiera beneficiarnos, no sólo por el uso de las capacidades instaladas sino también por la menor generación de ineficiencias. Es así que luego de un primer trimestre en el cual el nivel de actividad se mantendrá seguramente por debajo del de 1995, esperamos que a partir del segundo trimestre se empiece a manifestar una recuperación en los niveles de ventas que afectaran positivamente los resultados de la compañía.

En este contexto, Topper y nuestras líneas de calzados informales se deberían ver beneficiadas, lo que pensamos reforzar con fuertes apoyos comunicacionales en forma local y regional.

El negocio textil se verá asimismo favorecido por la disminución de costos por caída del precio del algodón y por mayores eficiencias. Esperamos que la nueva organización comercial de este negocio será una herramienta clave para el crecimiento de las ventas de jeanswear y de hogar y limpieza.

En síntesis, nos proponemos en 1996 no sólo recuperar el camino no recorrido en el 95, sino potenciar nuestros resultados por nuestra fortaleza estratégica, hoy mejorada con un sólido programa financiero y en un contexto más favorable para nuestros mercados.

## NEGOCIOS DE CALZADO

ALPARGATAS CALZADOS S.A. concluyó su primer ejercicio como empresa independiente luego de la reorganización societaria materializada mediante la aprobación de los accionistas en la Asamblea celebrada el 29 de diciembre de 1994.

La concreción de la transferencia del fondo de comercio del negocio de calzado por parte de ALPARGATAS S.A.I.C. a ALPARGATAS CALZADOS S.A. a partir del 1 de enero de 1995 permitió profundizar la focalización en los negocios de calzado.

Esta reorganización resultó clave para continuar con el proceso de transformación que la consolidara como una empresa regional de clase mundial.

Ampliando lo comentado anteriormente, los principales logros estratégicos alcanzados durante 1995 fueron:

- consolidación de la relación de ALPARGATAS CALZADOS S.A. con NIKE INT. NACIONAL a través del auspicio primer año de funcionamiento de NIKE ARGENTINA S.A. joint venture conformado entre ambas empresas para la comercialización y distribución de calzados;

• concreción del exitoso ingreso al mercado brasileño a través de la subsidiaria FOOTLINE LT DA, licenciataria de la marca NIKE, alcanzando niveles record de venta en ese país;

• regionalización de TOPPER mediante el ingreso al mercado de Perú, importantes mejoras del volumen en Chile y avanzados acuerdos para ingresar en los mercados de Colombia y Venezuela, manteniendo una fuerte presencia en Uruguay, Paraguay y Bolivia;

• regionalización del negocio informal mediante la contratación de un distribuidor exclusivo en Uruguay y la puesta en funcionamiento de ALPHABRAS LTDA., empresa creada para comercializar y distribuir los productos en Brasil;

• modificación del esquema de distribución del mercado interno, mediante la inauguración del nuevo CENTRO UNICO DE DISTRIBUCION.

Como consecuencia de los hechos anteriormente enumerados, la facturación consolidada de ALPARGATAS CALZADOS S.A. alcanzó la suma de \$ 287.8 millones, que representa un incremento del 16% respecto al año anterior.

Este nivel de ventas se logró mediante comportamientos desiguales entre el mercado local y del exterior, mientras que la facturación del mercado interno disminuyó un 22% respecto al año anterior, las exportaciones crecieron en un 96% en 1995.

La retracción del mercado interno es claramente explicable debido a la recesión económica sufrida por el país durante 1995, como consecuencia de la crisis financiera latinoamericana. A

pasar de lo cual y tomando ventaja de esta situación es que una mejor performance permitió una ligera ganancia de market share.

Además, la Compañía debió llevar adelante sus operaciones en un contexto bancario de marcada liquidez, que obligó a la empresa a disponer de los importantes fondos generados por la operación para una cancelación de deuda bancaria superior a la prevista, lo que representó un obstáculo adicional para mejorar las ventas del mercado interno.

Por otro lado, compensando la evolución del mercado local y acorde al objetivo prioritario de regionalización, se produjo el fuerte crecimiento de las exportaciones impulsadas fundamentalmente por Brasil y Chile.

La conjunción de estos dos efectos han permitido generar una ganancia a nivel de resultado bruto de \$ 102.2 millones, lo que representa un crecimiento del 13% respecto del año anterior.

La ganancia a nivel de resultado operativo de \$ 32.4 millones que representa un auspicio del 12% sobre ventas, fue logrado mediante la reducción de los gastos de estructura, así como la eficiencia de los procesos administrativos.

Como consecuencia de ello y de la incidencia de la carga financiera, ALPARGATAS CALZADOS S.A. alcanzó en su primer año de gestión, un resultado positivo de \$ 17.5 millones.

Estos resultados conjuntamente con una agresiva política de reducción de costos de trabajo, han permitido una disminución importante del nivel de endeudamiento de la Compañía.

## TOPPER

Las consecuencias de los fenómenos que caracterizaron el año 1995 pueden verse a través de un enfoque a nivel microeconómico: la dificultad de crédito, especialmente para las PYMES, generó una caída en las ventas de TOPPER en el mercado interno del 19% con respecto al año 1994.

La adecuación de los stocks de los comerciantes al nuevo nivel de actividad, hizo que sus compras a las empresas comercializadoras cayeran en este mercado en algo más del 20%.

En este rubro, la mayor porción de clientes pueden ser considerados como Mediana Empresa, por lo cual, se vieron envueltos en dificultades financieras, interrupciones en la cadena de pagos, etc. Tomando ventaja ante estas circunstancias, TOPPER obtuvo un incremento del 15% de market share llegando a adelantarse durante el año, de un 32% del mercado.

El rubro de Indumentaria Deportiva, no fue una excepción. Los clientes, frente a la retracción general de la demanda, optaron por disminuir sus stocks, liquidando productos de temporadas anteriores y minimizando sus compras de la nueva colección. TOPPER había planificado un agresivo crecimiento para 1995, pero acomodándose a la situación, decidió postergarlo para 1996. Aun así, se observó en leve crecimiento (4%) en la entrega de prendas sobre 1994.

A nivel exportaciones, Chile fue uno de los mercados líderes. El precio promedio creció en 23% respecto del '94 a través de la mejora del mix de productos. Se logró aumentar la venta de calzado de cuero, lo cual mejoró los márgenes de ganancia. En el marco de los objetivos de regionalización, los logros fueron importantes. Uno de ellos, fue el inicio de actividades en Perú, a través de la contratación de un distribuidor exclusivo a fines de año. Por otro lado, las tratativas para el ingreso a nuevos mercados siguen adelante. En este aspecto, el objetivo y desafío para el año '96 es la consolidación de TOPPER como marca regional con presencia en casi todos los países de Latinoamérica.

La Comunicación significó una parte importante de este año de TOPPER. Por un lado la estrategia publicitaria con el cambio de agencia hacia una de corte netamente creativo, permitió modernizar la marca y aumentar la recordación. La promoción, otro de los pilares de la comunicación, actuó como soporte de este cambio de imagen, a través de importantes contrastaciones. Racing y Rambort permitieron a la marca afianzarse más en el ámbito deportivo desde los avisos publicitarios. A su vez, el auspicio por 3° año consecutivo del TOPPER South American Open (único torneo sudamericano del ATP), consolidó la marca como líder del tenis. Otro de los eventos que cabe mencionar, fue el "Desafío Topper Terrano", única carrera "deada de la naturaleza", para el público. Se realizó en el mes de febrero en San Martín de los Andes, con gran concurrencia y perfilándose como un clásico del Running.

Por último, a través del departamento de Puntos de Venta, se renovó la imagen TOPPER en los locales de la mayoría de los clientes. El desarrollo de nuevo material POP permitió renovar vidrieras e interiores y, gracias al efecto cascada, tener presencia hasta en el más pequeño cliente, lo cual reforzó las ventas.

## INFORMAL

El mercado de Calzado Informal de la Argentina se desarrolló durante el año 1995 en un contexto de caída de consumo y reducciones de compras de los distribuidores mayoristas para bajar inventarios.

En este contexto el volumen de facturación en el mercado interno fue un 25% menor que en 1994, manteniendo la participación de mercado en el 30% para el mercado infantil y el 29% en el mercado de adultos.

Las actividades relevantes que permitieron mantener la participación de mercado en este contexto fueron:

- fuerte reducción de stocks de discontinuados;
- programa de mejora de la calidad de la Planta Catamarca durante el 2° semestre del año, con resultados satisfactorios;
- fuerte reducción de gastos de estructura;
- recuperación de márgenes durante el 2° semestre vía reducción de costos.

Guiados por los principales impulsores estratégicos, se logró implementar controles de calidad, mejorar el servicio de entrega y eficientizar la atención de clientes.

La fuerte recesión sufrida en el mercado local implicó tomar la decisión de concentrar esfuerzos en el negocio del Calzado Informal por lo que durante el 2° semestre se inició la búsqueda para licenciar los negocios de Bull Calzados y Pampero Infantil Indumentaria. Ambos licenciatarios comenzaron las operaciones durante el 1° trimestre del año 1996.

Si bien los efectos negativos que se vivieron en la Argentina en el mercado interno también afectaron al desenvolvimiento de los mercados de Uruguay y Paraguay, las exportaciones desde la Argentina a estos países crecieron un 7%, mientras que las exportaciones de Uruguay hacia Paraguay y Brasil lo hicieron en un 55%.

Cumpliendo la estrategia de regionalización del negocio durante el 1° semestre de 1995, se dio estructura a ALPHABRAS LTD., subsidiaria con sede en San Paulo, creada como base para el desarrollo del mercado brasileño, para lo cual se diseñaron y desarrollaron modelos específicos de calzados para niños con la licencia de sneakers y calzados para fútbol de salón con nuestra marca Fearless.

Otro hecho saliente fue la reorganización del negocio Informal en Uruguay que comenzó en el mes de setiembre pasado, con el objetivo de lograr una cadena de distribución más corta y eficiente.

## NIKE

La estrategia fundamental de la marca durante 1995 tuvo dos características bien diferenciadas según sea el mercado de destino del producto.

En Argentina, a través de NIKE ARGENTINA S.A., sociedad que no consolida en el balance, se logró el mantenimiento de NIKE como marca líder en el mercado para los segmentos de alta poder adquisitivo en lo referente a innovación y calidad.

En Brasil, a través de FOOTLINE LTD, se concentraron los esfuerzos en el reposicionamiento de la marca, ya que fue 1995, el primer año en el cual, mediante la licencia exclusiva, se pudo implementar nuestra estrategia de crecimiento.

Como se menciona anteriormente, FOOTLINE LTD. Logró no solamente transformar la marca NIKE en líder de imagen y recordación, sino también en volumen record de ventas.

El avance de la marca en ambos mercados se produjo fundamentalmente desde las mejoras de calidad, supervisada directamente por NIKE INTERNACIONAL, y cumplimiento de entregas, garantizadas por Planta Tucumán, proveedora del 55% de los productos para Brasil y del 60% de los productos para Argentina.

Por otro lado, las entregas en curva completa desde planta les permitió a ambas empresas garantizar la excelencia en el servicio a clientes.

Sin embargo, el eje central de la propuesta pasó, sin lugar a dudas, por una muy agresiva política comunicacional tanto en la estrategia publicitaria como en la promoción.

Estas acciones le permitieron a NIKE ARGENTINA S.A. alcanzar durante 1995 una factu-

ración de \$ 66.3 millones, mientras tanto, FOOTLINE LTDA. superó todos los records históricos de ventas de Nike en Brasil y superó las expectativas facturando \$ 123.8 millones, convirtiéndose por sí sola en el 46.2% de la facturación de ALPARGATAS CALZADOS S.A.

## AREA INDUSTRIAL

Durante el transcurso del año 1995 se lograron sensibles mejoras de calidad en las plantas de Tucumán, Florencio Varela y Santa Rosa.

También se logró contrarrestar las importantes subas de precios de las materias primas mediante reducciones de costos en todas las tecnologías.

En Planta Catamarca se realizó un nuevo lay out de planta, que permite agrupar las tareas de involucrado y de empaque arrojando mejoras en la productividad de la mano de obra.

Como consecuencia de la disminución de la demanda interna, fue necesario establecer en esta planta diversos niveles de actividad productiva a lo largo del año, no obstante lo cual se mantuvieron las buenas relaciones con el personal.

En las plantas en general se continuó trabajando con la tecnología Kaizen, lográndose importantes avances en calidad y proceso.

Tanto el ausentismo como la rotación se consolidaron en este respecto de años anteriores.

Durante el 2° semestre del año se comenzaron importantes programas de reducciones de costos, alcanzándose resultados satisfactorios en Catamarca, Florencio Varela, Santa Rosa y Tucumán.

En el último trimestre se inició la implementación de las mejoras de productividad de mano de obra de Florencio Varela (finalizada), Tucumán (finaliza en marzo '96) y Santa Rosa (finaliza en abril '96). Durante el 2° trimestre del año 1996 se iniciaron estos procesos en Catamarca, San Luis y Córdoba. Estos cambios de procesos y ritmos de trabajo están permitiendo aumentos de productividad de mano de obra superiores al 20%.

## CENTRO UNICO DE DISTRIBUCION

En marzo de 1995, ALPARGATAS CALZADOS S.A., inauguró el Centro de Distribución. Se cambió así el sistema de distribución, permitiendo dar a los clientes un mejor servicio, a la vez que se lograron reducir los costos por eliminación de estructuras, eficiencia de operación y optimización de fletes.

Poseibilita también el manejo del tráfico con un routing adaptado a las necesidades empresariales, que a la vez permite ofrecer servicios adicionales para satisfacer las necesidades de la red (Telemarketing con entrega 48hs., Servicios de Reclamos de Distribución, etc.).

El Centro puede almacenar hasta 900.000 pares siendo su capacidad de despacho de 46.000 pares con posibilidades de ampliación a 80.000 pares. Situado estratégicamente en Barracas, cerca de la red de autopistas, permite una comunicación rápida y de bajo costo. Su superficie cubierta es de 12.000 metros cuadrados lo que lo hace apto para distribución polivalente.

## PERSPECTIVAS

Las perspectivas macroeconómicas para 1996 indican el inicio de una etapa de crecimiento moderado, en franca contraposición con el decrecimiento de la actividad producida durante 1995.

Las acciones adoptadas durante el presente ejercicio en lo referente a:

- reorganización societaria
- regionalización de nuestras marcas
- eficiencia industrial
- austeridad de gastos
- satisfacción de nuestros clientes
- política de comunicación

se han traducido en un muy buen resultado para 1995, lo cual sumado a un repunte moderado de la demanda en Argentina esperada para 1996 y a una suavización de las condiciones del mercado brasileño, permiten ser altamente optimistas en cuanto a los resultados de la Compañía de calzados para el próximo ejercicio, en un marco de mantenimiento y mejoramiento de los logros alcanzados.

## NEGOCIO TEXTIL

ALPARGATAS TEXTIL S.A. ex TEJIDOS ARGENTINOS S.A. desarrolló sus actividades este año bajo su nueva estructura societaria. Como decíamos en nuestra Memoria anterior, por el acuerdo entre la Empresa controlante —ALPARGATAS S.A.I.C.— y GREENWOOD MILLS INC. de EE.UU., se concretó la transferencia a nuestra Empresa del fondo de comercio del negocio textil en cabeza de ALPARGATAS S.A.I.C., con efecto al 1° de enero de 1995.

La efectivización de esta operación obligó a la Empresa a adecuar su estructura organizativa-funcional a su nuevo status societario, configurado por la efectiva separación operativa de su controlante y la nueva conformación de su capital social.

Es decir, este es el primer Ejercicio Económico de ALPARGATAS TEXTIL S.A. en el que opera como empresa independiente. También significa la concreción real del programa de alianza estratégica que en el área textil esta empujando el grupo controlante, cuyo objetivo básico está dirigido a convertir a esta Empresa en una líder textil, tanto para el mercado doméstico y regional como para el de exportación.

La facturación del año 1995 alcanzó la suma de \$ 132.7 millones (que incluye ventas netas a empresas del grupo Alpargatas por 6.6 millones) que significó con respecto al año anterior una disminución del 10%. Cabe consignar el distinto comportamiento de la facturación si la analizamos por el mercado de destino. La facturación en el mercado interno concluyó con una caída del 18% respecto al año anterior, mientras que las exportaciones representaron un incremento del 30%. Este esfuerzo en desarrollar mercados externos, uno de los objetivos estratégicos de la Empresa, tuvo sus frutos en el presente Ejercicio, logrando compensar en importante medida la menor demanda en el mercado interno. Es política prioritaria de la Sociedad el incremento de las exportaciones.

Esta baja en la facturación fue consecuencia primordialmente de una fuerte retracción del mercado interno, motivada por la recesión económica, generada por la crisis financiera que afectó al país.

En la reseña por líneas de producto que se describe más adelante, se evalúa el comportamiento que durante el Ejercicio 1995 tuvieron cada uno de ellas.

La Sociedad también experimentó un fuerte incremento en sus costos fabriles, motivado casi exclusivamente por el importante aumento en el precio de nuestro principal insumo —el algodón— que alcanzó en promedio anual respecto al año 1994 al 25%.

Estos hechos determinaron una ganancia a nivel de resultado bruto de \$ 14.2 millones, representando un 10.7% sobre la facturación.

A pesar de los ingentes esfuerzos realizados para eficientizar los procesos administrativos y fabriles y alcanzar significativas rebajas en los niveles de gastos de estructura, la Empresa no pudo contrarrestar la pérdida que a nivel de resultado operativo muestra el Ejercicio y que asciende a \$ 8.0 millones, que por la incidencia básicamente de la carga financiera lleva a que el resultado del período alcance una pérdida de \$ 12.5 millones.

Este resultado ocasionó una aplicación a nivel de generación de giro. Si bien fue compensada totalmente a nivel de generación operativa por una agresiva política de disminución de capital de trabajo.

## JEANSWEAR

El mercado de Jeanswear atravesó graves dificultades durante 1995. A la fuerte retracción en las compras de jeans —más del 25%— se sumó la astringencia financiera y la consiguiente dificultad de recuperar los créditos por ventas.

En esta escenario, que se precipitó al comienzo del año, se prestó especial atención a la exposición crediticia y se accionó para tratar de bajar los costos, fuertemente impactados por la suba record en el precio del algodón.

La principal medida para bajar los costos fue concentrar las líneas de productos, lo que a su vez permitió mejoras en la calidad. Además se restringieron los gastos comerciales, reorientando los recursos hacia las actividades prioritarias.

En grandes rasgos, se detectaron las siguientes tendencias:

- una mayor penetración de las telas color en detrimento del denim;
- una intensificación de la competencia, principalmente brasileña;
- un mercado muy sensible al precio.

Esto llevó a un deterioro en el volumen de ventas del mercado interno respecto al año an-

terior, del orden del 30% y en la facturación del 26%, producto de una leve mejora en los precios.

Las perspectivas para el corriente año obligan a ser moderadamente optimistas. El mercado local va a mejorar en forma paulatina, tanto en el nivel de consumo como en la recuperación de la industria y la distribución. Se prevé una marcada disminución en el precio del algodón. También tendrán su efecto los acontecimientos en la región. Consolidaremos una posición de liderazgo en los principales clientes, los cuales se vieron afectados por la conjuntura durante 1995.

Además, la estrategia de focalización en productos diferenciados de calidad internacional permitirá participar más fuertemente en el segmento de mayor valor agregado.

**WORKWEAR**

Durante el presente Ejercicio el mercado de ropa de trabajo se redujo en un 20% comparado con el año anterior.

**ALPARGATAS TEXTIL S.A.** focalizó sus recursos de la marca PAMPERO para incrementar su participación en el segmento marcado de algodón, logrando crecer del 31% al 40% con respecto a 1994.

Las perspectivas y objetivos para el próximo año son las de consolidarse en el segmento marcado con PAMPERO y el ingreso al mercado de ropa de trabajo en Brasil siendo los puntos relevantes del plan de acción los siguientes:

- Lanzamiento de productos de saargas algodón/polyester
- atención personalizada, con propuestas de diseño y servicio post-venta
- mejorar la cobertura geográfica de nuestra distribución, principalmente en el sur del país y en el Gran Buenos Aires, e ingresar a las grandes cadenas
- posicionar la marca Pampero como la mejor en calidad de prendas para uso intensivo, reforzando el concepto de colección.
- continuar con la participación en las más importantes ferias agrícola-industriales del país y del Mercosur.

Este año se empezará a incursionar en el mercado brasilero, adecuando los productos, estrategia de distribución y precios a los requerimientos del mismo.

El volumen de ventas en el mercado interno respecto del ejercicio anterior muestra un descenso del 14%.

**HOGAR**

Durante 1995 la recesión económica provocó una disminución del mercado de Hogar del orden del 25%, y una transferencia de la decisión de compra de productos de alto precio hacia los más económicos. Esto se vio reflejado en una reducción en las ventas de la marca PALETTE y un incremento en el volumen de HORIZONS. Durante 1994 los cambios en la cadena de distribución impulsaron la concentración de la oferta en los hipermercados, quienes previendo para el año 1995 una perspectiva favorable, se sobreabastecieron con mercadería de origen paquistaní, hindú y con discontinuados de Estados Unidos. La concentración de la oferta, junto con el poder de compra de las grandes cadenas, impulsó la baja de los precios, agravada por los elevados stocks y el altísimo costo financiero. Ante la recesión del mercado interno, se priorizaron las exportaciones, principalmente a Brasil (30% de la producción de Cubrecamas) y en una menor escala, toallas y robes a Chile y Uruguay.

Se ha mantenido la presencia en las mentes de los consumidores con acciones promocionales en los puntos de venta y con la participación en ferias nacionales como Expohogar y Utilitama.

Resumiendo, comparado con el año anterior, el volumen decreció un 15 %.

**LIMPIEZA**

Este mercado decreció un 20%, manteniendo MEDIA NARANJA su market share del 50% en trapos textiles, aunque el volumen fue un 15% inferior que 1994.

La retracción al consumo y el riesgo crediticio de los mayoristas fueron las causas principales de la mencionada disminución en el volumen de ventas.

**EXPORTACIONES**

De acuerdo con los objetivos estratégicos propuestos para 1995, las exportaciones textiles crecieron fuertemente alcanzando US\$ 43.5 millones.

No sólo para compensar la baja de ventas en el mercado local, sino a fin de consolidar la presencia en el exterior y en especial en el Mercosur, se han desarrollado con éxito los planes de acción que llevaron a un incremento del 30% en las ventas al exterior con respecto al año anterior.

Durante 1995 se ha conformado la estructura comercial y logística en Brasil a fin de fortalecer la presencia en dicho país.

Se han incorporado a la oferta nuevos productos con características de calidad y diseño diferenciales. También se ha consolidado nuestra presencia en mercados donde tradicionalmente operamos, Mercosur, Europa y Estados Unidos; y desarrollado nuevos mercados como Turquía y Polonia.

Con la incorporación de nuevos productos, la estructura comercial consolidada para aprovechar las oportunidades que nos brinda el Mercosur y el potencial de las exportaciones, las perspectivas siguen siendo favorables para el nuevo ejercicio en curso.

**PERSPECTIVAS**

La transformación organizacional-operativa implementada durante el año 1995 deberá servir de base al lanzamiento de una "Nueva Empresa". Se ha avanzado duramente tratando de asegurar la operación dentro de una realidad macroeconómica receptiva y sobre todo abierta y competitiva.

Esperamos una mejor perspectiva para 1996 pues entendemos que la actividad económica ha iniciado un período de crecimiento, que sin lugar a duda traerá aparejado un esperado y necesario incremento en la demanda interna.

Si la respuesta de la Empresa al duro año 1995 ha sido:

- optimizar los niveles de eficiencia industrial
  - buscar la satisfacción de las necesidades de nuestros clientes en productos, calidad y servicios
  - desarrollar agresivamente los mercados externos
  - reducir significativamente los gastos estructurales
  - operar con una estructura organizativa capacitada y eficiente
- mas las acciones a implementar durante el año 1996, debemos concluir que las condiciones tanto externas como internas se conjugan para sostener que se logrará revertir, con esfuerzo, coherencia y austeridad, los poco satisfactorios resultados del presente Ejercicio de nuestra Empresa Textil.

**OTRAS INVERSIONES EN SOCIEDADES CONTROLADAS O CON INFLUENCIA SIGNIFICATIVA**

**ALTECNICA S.A.**  
El hecho más destacado de 1995 resultó la concreción del acuerdo con la firma de ingeniería estadounidense Lockwood Greene Engineers, una de las empresas más importantes del rubro en América del Norte.

Esta asociación en los negocios de ingeniería y dirección de obras se materializó mediante la adquisición por parte de Lockwood Greene del 50% del paquete accionario de Altecnic, culminando de esta forma un acercamiento entre ambas empresas (comenzado hace ya varios años) como parte de nuestra estrategia de crecimiento en las áreas de ingeniería y de búsqueda de apoyo tecnológico de primer nivel mundial. La actividad como empresa de construcción pasó a una nueva Sociedad denominada Altec S.A., cuya constitución se informó oportunamente.

Estamos convencidos de que la asociación con Lockwood Greene (efectuado no solamente para el mercado argentino sino también para el resto del Mercosur y Chile) permitirá un fuerte crecimiento tanto en la cantidad de trabajos a realizar como en la calidad de los servicios que podemos ofrecer a nuestros clientes.

Desde el punto de vista operativo la política de la Sociedad durante el año 1995 fue similar a la practicada el año anterior: concentrándonos los esfuerzos en ingeniería, área en la que podemos ser líderes, y salvo excepciones o trabajos ya contratados con anterioridad no se

gestaron nuevos trabajos como contratistas de construcción.

La Sociedad realizó importantes trabajos para clientes obtenidos en 1994 tales como YPF (Ingeniería y Construcción de Estaciones de Servicio con nueva imagen), Procter and Gamble (Planta de Iabon en polvo), Wal Mart (varios supermercados), ByK Luprandi (Nueva planta de Hepataginas) y se realizaron además trabajos muy interesantes para clientes nuevos: Fernex (Nueva planta de chocolates), Mapfre (Taller Escuela en Pilar), C&A (Tiendas y Centros de Distribución), Nollino Río de la Plata, Shell, Sullair, etc.

De esta forma el sector ingeniería creció una vez más respecto al año anterior dejando un razonable margen de contribución, si se tiene en cuenta las especiales condiciones del mercado (altamente competitivo).

En cuanto a construcciones se participo en una UTE para realizar una ampliación de Aluplata (Crown Corn & Seal) y se terminaron las obras de efluentes de Koemmera y Quilmes Cuyo. En este último caso durante el transcurso de la obra se produjeron una serie de problemas económicos y financieros, que fueron afrontados por la Sociedad a fin de no causar inconvenientes al cliente y mantener intacto nuestro prestigio. Estos gastos se tradujeron en pérdidas del sector construcciones durante el año.

Las perspectivas para el próximo año son buenas. Si bien la situación del mercado continúa siendo difícil y no son muchas las inversiones en este momento, se considera que el número de clientes actuales y potenciales permite asegurar un volumen de trabajo razonable para el año 1996.

**ALPESCA S.A.-EXPORPESCA S.A. y PESCANAR S.A.**

El ejercicio finalizado el 31 de Diciembre de 1995 mostró la consolidación del equilibrio económico y financiero del negocio, coronando así los esfuerzos realizados en los años anteriores.

Cabe destacar que este equilibrio se alcanzó pese a que durante el presente año se decretó una veda total para la pesca de langostino, lo que representó para la Compañía, una pérdida de facturación de US\$ 3.8 millones, que a nivel de utilidad final significó una caída del orden de los US\$ 1.5 millones. Ello fue compensado por un alto nivel de eficiencia en la flota y plantas, las que alcanzaron una producción record para Puerto Madryn de 11000 Tn/año de Merluza Congelada.

En 1995 se puso en marcha la pesca de la merluza negra a través del proyecto Patagonian Pride, empresa constituida entre Alpescas y capitales chilenos, cuyos resultados fueron satisfactorios pese a que la puesta en marcha demoró más de lo previsto. En el año Alpescas se desprendió de los inmuebles de la antigua planta Casabel en Mar del Plata y del negocio de Conservería.

Las perspectivas para el futuro de Alpescas son promisorias dada que durante 1996 se levantará la veda del langostino. Habiéndose ingresado al proyecto de charrón de calamar con 4 ouques, Patagonian Pride trabajará a pleno (salvo problemas políticos internacionales) y se seguirán las mejoras de eficiencia en planta y flota en busca de baja de costos y aumento de producción.

**ALPARGATAS ANSTALT**

Este establecimiento continuó prestando apoyo a la operación financiera de la Sociedad, siendo además titular de la participación en la subsidiaria del Uruguay.

**S.A. FABRICA URUGUAYA DE ALPARGATAS**

Durante el ejercicio los esfuerzos encaminados a poner en equilibrio la actividad industrial textil de esta Compañía no dieron los resultados esperados; los cambios en los métodos de trabajo implementados en el primer semestre no alcanzaron las metas de calidad y volumen de producción, agravándose la situación con el incremento en el costo del algodón y los problemas comerciales que afectaron a la región por las guerras de precios comentadas anteriormente. En ese contexto, al que se agrega una pesada carga de estructura de gastos y activos, se decidió suspender la producción de la planta textil de Montevideo en el mes de julio, encontrándose bajo análisis las alternativas para su futuro.

La actividad industrial en la planta de Dolores (Departamento de Soriano), encargada de la fabricación para toda la región del tradicional calzado "alpargata", se ha desarrollado con resultado satisfactorio.

Asimismo, ha resultado satisfactoria la actividad comercial en el Uruguay vinculada con la comercialización del calzado Topper y las líneas de calzado informal, como así también la comercialización de telas en dicho mercado. Estas actividades han sido implicadas en sus procesos con el fin de permitir una rentabilidad razonable.

**OTRAS SOCIEDADES CONTROLADAS O VINCULADAS**

En el Anexo C de los Estados Contables se brinda información complementaria sobre capitales, resultados y patrimonio neto para el resto de las sociedades controladas y vinculadas, que se han desenvuelto normalmente durante el ejercicio.

**RELACIONES CON SOCIEDADES DEL ART.33-LEY 19.560**

Las relaciones con las sociedades controladas y vinculadas se mantuvieron en el ejercicio dentro del giro normal de los negocios habituales.

Las variaciones operadas en los créditos y deudas con dichas entidades se exponen en las notas a los estados contables. No se produjeron en el ejercicio variaciones significativas en las participaciones sociales.

**RESULTADOS ACUMULADOS AL CIERRE DEL EJERCICIO**

A raíz del acercamiento de los enteros contables aplicados por la Sociedad a pautas internacionales, según se explica en nota 2.8 a los Estados Contables al 31 de Diciembre de 1995, y tal como surge del Estado de Evolución del Patrimonio Neto, se ha registrado un Ajuste de Ejercicios Anteriores que ha llevado el monto final del rubro Resultados no Asignados a una pérdida de \$ 54.714.050.

El Directorio considera conveniente proponer a la Asamblea de Accionistas, la absorción de dicho importe por \$ 10.487.969 contra Reserva Legal \$ 43.587.087 contra Ajuste Integral del Capital Acciones Ordinarias y \$ 638.994 contra Ajuste Integral del Capital Acciones Preferidas.

Por no registrar saldo al cierre del ejercicio la cuenta Resultados no Asignados, en función a la absorción mencionada en el párrafo anterior, la Asamblea de Accionistas que tratará los presentes Estados Contables no podrá distribuir los dividendos preferentes correspondientes al ejercicio 1995, por lo que se trasladará al próximo ejercicio un dividendo acumulativo impago de US\$ 3.516.530.

**HONORARIOS DE DIRECTORIO Y CONSEJO DE VIGILANCIA**

El Directorio propone a la asamblea los siguientes montos, en relación al Ejercicio 1995:

|  |           |
|--|-----------|
| Para Honorarios del Directorio:            | \$ 80.000 |
| Para Honorarios del Consejo de Vigilancia: | \$ 32.000 |

Tales montos han sido estimados en los Estados Contables, en cumplimiento de la Resolución General N° 195 de la Comisión Nacional de Valores, Anexo 1, Punto 7, y se exponen en el Anexo H de dichos Estados Contables.

**REORGANIZACION EMPRESARIA**

Como consecuencia de las resoluciones de la Asamblea General Extraordinaria del 29 de Diciembre de 1994 de esta sociedad, y las de igual fecha de Tejidos Argentinos S.A. y de Calzar S.A. (que cambiaron sus denominaciones por las de Alpargatas Textil S.A. y Alpargatas Calzados S.A.) se fue informando acerca del cumplimiento del objetivo de la reorganización: consolidar en las dos mencionadas subsidiarias el negocio textil y el de calzado, respectivamente, los cuales venían siendo operados por Alpargatas S.A.I.C. Las aludidas asambleas aprobaron las transferencias de los dos fondos de comercio, bajo el mecanismo de la reorganización empresarial, previsto en las normas tributarias, informándonos asimismo de las razones y de los efectos previos de la operación.

Tras las asambleas se fueron dando los pasos necesarios para cumplimentar las decisiones empresariales, de acuerdo a las disposiciones vigentes.

Finalmente la Inspección General de Justicia de la Capital Federal, aprobó la inscripción en el Registro Público de Comercio de los dos contratos de transferencia de fondos de comercio. Las inscripciones quedaron hechas en ambos casos el 31 de enero de 1996.

#### RESEÑA INFORMATIVA

En cumplimiento de la Resolución General N° 195, de la Comisión Nacional de Valores, el Directorio ha preparado la aludida Reseña por el Ejercicio 1995, en texto que se tiene como integrante de los Estados Contables de Alporgatas S.A.I.C. al 31 de diciembre de 1995.

#### EMISION DE OBLIGACIONES NEGOCIABLES

La Asamblea Ordinaria celebrada el 1 de Marzo de 1994 autorizó la creación de un Programa Global para la emisión y recompra de obligaciones negociables por hasta US\$ 150.000.000 en circulación. En ejercicio de las facultades delegadas por dicha Asamblea, el Directorio aprobó los términos y condiciones del Programa Global y de las obligaciones negociables a emitir en el marco del mismo. El Directorio proyecta proponer a la próxima Asamblea que se celebre, la prórroga por un plazo de dos años, de la autorización dada por la Asamblea celebrada el 1 de Marzo de 1994.

En fines de Septiembre de 1994 el Programa Global fue aprobado por la Comisión Nacional de Valores. Se han emitido siete series, por un importe total de US\$ 192.500.000, de las cuales se encuentran en circulación US\$ 40.000.000, correspondientes a la Cuarta Serie, que vencerá en el mes de Octubre de 1996. Las restantes series emitidas, han sido totalmente amortizadas.

En cuanto al Eurobono emitido en Noviembre de 1993, también como obligación negociable, su importe en circulación asciende a US\$ 51.000.000 y su vencimiento se producirá en Noviembre de 1996.

#### EL PERSONAL

La reorganización societaria ya descripta en otra parte de esta memoria, obligó a un profundo trabajo de redefinición de funciones, de selección y capacitación de los nuevos ocupantes de esos puestos y de eficientización de las nuevas estructuras. Al descentralizar las funciones y pasar a los negocios, también fue necesaria la formalización de políticas, sistemas y normas para garantizar el cumplimiento de las mismas.

Por otra parte, en Brasil finalizó el proceso de incorporación de personal, contando ese emprendimiento con una dotación de más de cien personas, que conforman un eficiente grupo operativo de trabajo. Allí se ha continuado con los planes de capacitación ya iniciados el año pasado y se han comenzado los procesos de evaluación y seguimiento del desempeño del personal.

En este período se han añanzado en la República Oriental del Uruguay las tareas encaminadas a la simplificación y rentabilidad industrial, a la vez que al fortalecimiento de nuestros productos en el mercado.

Igualmente, el año 1995 permitió consolidar la presencia de la empresa en el vecino país de Chile.

Esta nueva dimensión regional de la Sociedad, ha requerido que en todos los cuadros se este trabajando en los valores y la cultura organizacional que exigen estos tiempos y estos horizontes geográficos.

Con respecto a las Relaciones Laborales, las compañías han mantenido un clima de respeto y cooperación en relación con su personal.

Depemos agregar que, como consecuencia de los desafíos del año pasado, tal como se indica en otra parte de esta memoria, se aceleró la implementación de los programas de mejora de productividad, que permitieron obtener importantes logros en materia de calidad, flexibilidad y costos en las plantas del grupo.

Quisieramos reconocer el esfuerzo de todo nuestro personal para continuar con el proceso de descentralización, eficientización y regionalización que nos habíamos propuesto, en un contexto externo de alta exigencia.

#### DIRECTORIO

En la Asamblea que tratará la presente Memoria concluirá el período de tres ejercicios por el cual fueron designados, en la Asamblea del 28 de Abril de 1993, como Directores Titulares, los Señores Patricio Zavallia Lagos, Guillermo Andrés Gotelli y Carlos Daniel Tramutola.

Concluirá asimismo el período de tres ejercicios por el cual la misma Asamblea eligió, como Director Suplente, al Señor Juan Cristóbal Roberts.

Corresponde que la Asamblea Ordinaria de Abril próximo determine el número de Directores Titulares que integrarán el Directorio hasta la primera Asamblea Ordinaria anual siguiente, entre un mínimo de ocho y un máximo de quince. Del mismo modo deberá proceder respecto de los Directores Suplentes, determinando en este caso su número entre ocho o nueve.

La Asamblea deberá efectuar las designaciones que correspondan, según los números de Directores Titulares y Suplentes que haya fijado. Tanto los Directores Titulares como los Suplentes son reelegibles.

Patricio Zavallia Lagos  
Presidente

Av. Regimiento de Patricios 1142 - Buenos Aires  
Actividad principal de la Sociedad: Comercialización y producción de: calzados deportivos y para uso informal y "casual", y artículos textiles para el vestir y el hogar; desunados al mercado interno y a la exportación.

Fecha de inscripción en el Registro Público de Comercio:

Del estatuto social: 24 de abril de 1885.

De la última modificación: 5 de julio de 1994

Fecha de vencimiento del Estatuto Social: 31 de diciembre de 2078

Información sobre entes controlados: Ver Anexo C

#### COMPOSICION DEL CAPITAL

| Tipo                                   | V/N<br>c/u | Acciones     |             | Suscripto<br>\$ | Integrado<br>\$ |
|--|------------|--------------|-------------|-----------------|-----------------|
|  |            | Votos<br>c/u | Cantidad    |                 |                 |
| Ordinarias<br>en circulación           | \$ 1       | 1            | 268.480.628 | 268.480.628     | 268.480.628     |
| Prefeitas<br>Serie A<br>en circulación | \$ 1       | —            | 3.521.485   | 3.521.485       | 3.521.485       |
| Serie B<br>en circulación              | \$ 1       | —            | 6.801.993   | 6.801.993       | 6.801.993       |
| Serie D<br>en circulación              | \$ 1       | —            | 6.158.727   | 6.158.727       | 6.158.727       |
|  |            |              | 16.482.205  | 16.482.205      |                 |

#### EVOLUCION DEL CAPITAL

| Acciones ordinarias                               |  | Acciones en<br>circulación<br>\$ |             |
|---|--|----------------------------------|-------------|
| al 31 de diciembre de 1990                        |  | 23.784.144                       |             |
| Fecha de<br>asamblea que<br>decidió la<br>emisión | Fecha de<br>inscripción en el<br>Registro Público<br>de Comercio | Forma de<br>colocación           |             |
| 17.04.91  | 02.08.91   | (2)                              | 6.000.000   |
| 17.04.91  | 18.09.91   | (1)                              | 148.920.719 |

|     | Fecha de<br>asamblea que<br>decidió la<br>emisión | Fecha de<br>inscripción en el<br>Registro Público<br>de Comercio | Forma de<br>colocación |                    |
|-----|---|--|------------------------|--------------------|
|     | 01.04.92  | 08.07.92   | —                      | 10.001             |
| (3) | 29.04.92  | 24.07.92   | (1)                    | 89.357.477         |
|     | 01.07.92  | 29.04.93   | —                      | 270.935            |
| (3) | 01.07.92  | 29.04.93   | (1)                    | 136.467            |
|     | 01.10.92  | 29.04.93   | —                      | 310                |
| (3) | 01.10.92  | 29.04.93   | (1)                    | 155                |
|     | 01.04.93  | 11.06.93   | —                      | 119                |
| (3) | 01.07.93  | 11.09.93   | —                      | 622                |
| (3) | 01.07.93  | 04.11.93   | —                      | 394                |
| (3) | 01.10.93  | 18.08.94   | —                      | 196                |
|     |   |  |                        | <u>268.480.628</u> |

- 1) Capitalización ajuste integral del capital social
- 2) Suscripción
- 3) Reunión de Directorio que declaró el aumento de capital por conversión de obligaciones negociables. Era emisión aprobada por Asamblea de fecha 10.10.91.

#### Acciones preferidas

| Fecha de<br>asamblea que<br>decidió<br>la emisión | Fecha de<br>inscripción<br>en el Registro<br>Público de<br>Comercio | Serie A |                  |     | Serie B          |     |                  | Serie D |                  |  |
|---|---|---------|------------------|-----|------------------|-----|------------------|---------|------------------|--|
|   |   | \$      |                  |     | \$               |     |                  | \$      |                  |  |
| 04.09.83  | 04.03.91  | (1)     | 10.683           | (1) | 12.377           | (1) | 25.010           | (1)     | 25.010           |  |
| 26.04.89  | 09.11.89  |         | —                | (2) | 591              | (2) | 770              | (2)     | 770              |  |
| 26.04.90  | 18.09.90  | (2)     | 380.593          | (2) | 742.809          | (2) | 869.136          | (2)     | 869.136          |  |
| 17.04.91  | 18.09.91  | (2)     | 1.956.381        | (2) | 3.778.885        | (2) | 3.410.902        | (2)     | 3.410.902        |  |
| 29.04.92  | 24.07.92  | (2)     | 1.173.828        | (2) | 2.267.331        | (2) | 2.052.909        | (2)     | 2.052.909        |  |
|   |   |         | <u>3.521.485</u> |     | <u>6.801.993</u> |     | <u>6.158.727</u> |         | <u>6.158.727</u> |  |

- (1) Forma de colocación: suscripción.
- (2) Capitalización ajuste integral del capital social.

#### ESTADO DE SITUACION PATRIMONIAL

|  | 31.12.95<br>\$     | 31.12.94<br>\$     |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>ACTIVO</b>  |                    |                    |
| <b>ACTIVO CORRIENTE</b>                                  |                    |                    |
| Caja y bancos  | 1.344.455          | 17.335.415         |
| Inversiones (Anexo C)                                    | —                  | 1.048.200          |
| Créditos por ventas (Nota 3.1)                           | 1.942.378          | 61.477.701         |
| Otros créditos (Nota 3.2)                                | 73.085.665         | 102.362.500        |
| Bienes de cambio (Nota 3.3)                              | 1.039.704          | 121.120.335        |
| <b>Total del activo corriente</b>                        | <u>77.412.202</u>  | <u>303.344.151</u> |
| <b>ACTIVO NO CORRIENTE</b>                               |                    |                    |
| Otros créditos (Nota 3.2)                                | 6.318.704          | 30.086.516         |
| Inversiones (Anexo C y D)                                | 271.386.382        | 187.038.515        |
| Bienes de uso (Anexo A)                                  | 32.306.830         | 345.920.970        |
| <b>Total del activo no corriente</b>                     | <u>310.011.916</u> | <u>563.046.001</u> |
| <b>Total del activo</b>                                  | <u>387.424.118</u> | <u>866.390.152</u> |
| <b>PASIVO</b>  |                    |                    |
| <b>PASIVO CORRIENTE</b>                                  |                    |                    |
| Cuentas por pagar (Nota 3.4)                             | 123.383            | 63.320.674         |
| Préstamos (Nota 3.5)                                     | 2.379.521          | 185.320.299        |
| Remuneraciones y deudas sociales                         | 321.143            | 4.824.141          |
| Deudas fiscales  | 906.522            | 2.028.327          |
| Otros pasivos (Nota 3.6)                                 | 2.076.882          | 10.438.085         |
| <b>Total del pasivo corriente</b>                        | <u>5.807.451</u>   | <u>270.929.526</u> |
| <b>PASIVO NO CORRIENTE</b>                               |                    |                    |
| Cuentas por pagar  | —                  | 2.940.710          |
| Préstamos (Nota 3.6)                                     | 4.294.740          | 218.482.046        |
| Deudas fiscales  | —                  | 1.201.069          |
| Otros pasivos (Nota 4.10)                                | 25.000.000         | 18.503.011         |
| Provisiones (Anexo E)                                    | 200.000            | 209.640            |
| <b>Total del pasivo no corriente</b>                     | <u>29.494.740</u>  | <u>241.436.476</u> |
| <b>Total del pasivo</b>                                  | <u>35.302.191</u>  | <u>512.366.002</u> |
| <b>PATRIMONIO NETO</b><br>(según estado correspondiente) | <u>352.121.927</u> | <u>354.024.150</u> |
| <b>Total</b>   | <u>387.424.118</u> | <u>866.390.152</u> |

Ver Nota 1 a los estados contables.  
Las Notas 1, 2 a 2.9, 3 a 3.6 y 4 a 4.13 y los Anexos A, C, D, E, F, G y H, forman parte de los presentes estados contables.

Consejo de Vigilancia  
Arturo Edbrooke  
Presidente

PRICE WATERHOUSE & CO.  
(Socio)  
C.P.C.E.C.F. T° 1 F° 1 RAPU  
Dr. Alberto E. Fandiño  
Contador Público (UBA) T° LX F° 242  
C.P.C.E. Capital Federal

Patricio Zavallia Lagos  
Presidente

#### ESTADO DE RESULTADOS

|                                       | 31.12.95<br>\$   | 31.12.94<br>\$     |
|---------------------------------------|------------------|--------------------|
| Ventas netas de bienes y servicios    | 21.591.158       | 371.382.606        |
| Costo de bienes y servicios (Anexo F) | - 16.142.728     | - 260.036.534      |
| <b>Ganancia bruta</b>                 | <u>5.448.432</u> | <u>111.316.072</u> |
| Gastos de comercializ. (Anexo H)      | - 137.095        | - 42.982.916       |
| Gastos de administración (Anexo H)    | - 3.357.477      | - 33.190.126       |

|  | 31.12.95    | 31.12.94     | 31.12.95  | 31.12.94  |
|--|-------------|--------------|---|-----------|
| Resultado operativo                    | 1.963.860   | 35.143.030   | Impuesto a las ganancias  | -         |
| Resultado de inversiones permanentes   | 2.731.954   | - 3.534.869  | Resultado del ejercicio   | 1.642.848 |
| Otros ingresos y egresos (Anexo H)     | 1.333.582   | - 17.659.163 | (1) Ver Nota 1 a los estados contables. Las notas 1, 2 a 2.9, 3 a 3.6 y 4 a 4.13 y los Anexos A, C, D, E, F, G, y H, forman parte de los presentes estados contables. | - 862.417 |
| Resultados financieros y por tenencias | - 4.378.548 | - 10.223.709 | PRICE WATERHOUSE & CO.<br>(Socio)<br>C.P.C.E.C.F. T° 1 F° 1 RAPU<br>Dr. Alberto E. Fandino<br>Contador Publico (UBA) T° LX F° 242<br>C.P.C.E. Capital Federal         | 2.873.172 |
| Generados por activos (Anexo H)        | - 1.639.741 | 8.186.619    | Consejo de Vigilancia Arturo Edbrooke   |           |
| Generados por pasivos (Anexo h)        | - 2.736.807 | - 15.410.328 | Patricio Zavallia Lagos<br>Presidente   |           |

## ESTADO DE EVOLUCION DEL PATRIMONIO NETO

| Rubros  | Capital social      |                     | Capital Ajuste integral del capital social |                     | Aportes no capitalizados          |  | \$ Sub-total |
|---|---------------------|---------------------|--|---------------------|-----------------------------------|--|--------------|
|   | Acciones ordinarias | Acciones preferidas | Acciones ordinarias                        | Acciones preferidas | Primas de emision acc. ordinarias | Primas s/ de integracion acc. preferidas |              |
| Saldo al comienzo del ejercicio   | 268.480.628         | 16.482.205          | 43.587.087                                 | 6.766.160           | 42.903.671                        | 18.128.257                               | 396.348.008  |
| Ajuste de ejercicios anteriores   | -                   | -                   | -  | -                   | -                                 | -  | -            |
| - De Alpargatas SAIC  | -                   | -                   | -  | -                   | -                                 | -  | -            |
| - De sociedades controladas   | -                   | -                   | -  | -                   | -                                 | -  | -            |
| Saldo al comienzo del ejercicio corregidos  | 268.480.628         | 16.482.205          | 43.587.087                                 | 6.766.160           | 42.903.671                        | 18.128.257                               | 396.348.008  |
| Aumentos de capital por conversiones de obligaciones negociables, 3ra. emision, efectuadas en el ejercicio                              | -                   | -                   | -  | -                   | -                                 | -  | -            |
| Destinado por Asamblea de Accionistas de fecha 27 de abril de 1995:   | -                   | -                   | -  | -                   | -                                 | -  | -            |
| Reserva legal   | -                   | -                   | -  | -                   | -                                 | -  | -            |
| Dividendo en efectivo de acciones preferidas  | -                   | -                   | -  | -                   | -                                 | -  | -            |
| Ganancia segun estado de resultados del ejercicio   | -                   | -                   | -  | -                   | -                                 | -  | -            |
| Saldo al cierre del ejercicio   | 268.480.628         | 16.482.205          | 43.587.087                                 | 6.766.160           | 42.903.671                        | 18.128.257                               | 396.348.008  |
| Propuesta de absorcion de pérdidas acumuladas a ser considerada por la Asamblea General que sera convocada para el mes de abril de 1996 | -                   | -                   | - 43.587.087                               | - 638.994           | -                                 | -  | - 44.226.081 |
| Saldo finales luego de la absorcion   | 268.480.628         | 16.482.205          | -  | 6.127.166           | 42.903.671                        | 18.128.257                               | 352.121.927  |
| Saldo al cierre del ejercicio anterior  | 268.480.628         | 16.482.205          | 43.587.087                                 | 6.766.160           | 42.903.671                        | 18.128.257                               | 396.348.008  |

| Rubros  | Subtotal     | Resultados                         |                         | Total del Patrimonio neto |             |
|---|--------------|------------------------------------|-------------------------|---------------------------|-------------|
|   |              | Ganancias reservadas Reserva legal | Resultados no asignados | 31.12.95                  | 31.12.94    |
| Saldo al comienzo del ejercicio   | 396.348.008  | 10.151.688                         | 11.124.514              | 417.624.210               | 355.046.148 |
| Ajuste de ejercicios anteriores   | -            | -                                  | -                       | -                         | -           |
| - De Alpargatas SAIC  | -            | -                                  | - 41.825.509            | - 41.825.509              | -           |
| - De sociedades controladas   | -            | -                                  | - 21.774.551            | - 21.774.551              | -           |
| Saldo al comienzo del ejercicio corregidos  | 396.348.008  | 10.151.688                         | - 52.476.546            | 354.024.160               | 355.046.148 |
| Aumentos de capital por conversiones de obligaciones negociables, 3ra. emision, efectuadas en el ejercicio                              | -            | -                                  | -                       | -                         | 410         |
| Destinado por Asamblea de Accionistas de fecha 27 de abril de 1995:   | -            | -                                  | -                       | -                         | -           |
| Reserva legal   | -            | 336.281                            | - 336.281               | -                         | -           |
| Dividendo en efectivo de Acciones Preferidas  | -            | -                                  | - 3.545.071             | - 3.545.071               | - 3.894.580 |
| Ganancia segun estado de resultados del ejercicio   | -            | -                                  | 1.642.848               | 1.642.848                 | 2.873.172   |
| Saldo al cierre del ejercicio   | 396.348.008  | 10.487.969                         | - 54.714.050            | 352.121.927               | 354.024.160 |
| Propuesta de absorcion de pérdidas acumuladas a ser considerada por la Asamblea General que sera convocada para el mes de abril de 1996 | - 44.226.081 | - 10.487.969                       | 54.714.050              | -                         | -           |
| Saldo finales luego de la absorcion   | 352.121.927  | -                                  | -                       | 352.121.927               | -           |
| Saldo al cierre del ejercicio anterior  | 396.348.008  | 10.151.688                         | - 52.476.546            | -                         | 354.024.150 |

Las Notas 1, 2 a 2.9, 3 a 3.6 y 4 a 4.13 y los Anexos A, C, D, E, F, G y H forman parte de los presentes estados contables.

Patricio Zavallia Lagos  
PresidenteConsejo de Vigilancia  
Arturo Edbrooke  
PresidentePRICE WATERHOUSE & CO.  
(Socio)C.P.C.E.C.F. T° 1 F° 1 RAPU  
Dr. Alberto E. Fandino  
Contador Publico (UBA) T° LX F° 242  
C.P.C.E. Capital Federal

## ESTADO DE ORIGEN Y APLICACION DE FONDOS

(En Pesos)

|   | 31-12-95     | 31-12-94     |
|---|--------------|--------------|
| <b>VARIACION DE LOS FONDOS</b>                            |              | (1)          |
| (Disponibilidades e Inversiones Transitorias)             |              |              |
| Fondos al inicio del ejercicio                            | 18.383.615   | 3.364.109    |
| Variación de los fondos                                   | - 17.039.160 | 15.019.506   |
| Fondos al cierre del ejercicio                            | 1.344.455    | 18.383.615   |
| <b>CAUSAS DE VARIACION DE LOS FONDOS</b>                  |              |              |
| <b>ORIGENES DE FONDOS</b>                                 |              |              |
| Ganancia ordinaria  | 1.642.848    | 2.873.172    |
| Partidas que no representan movimientos de fondos:        |              |              |
| Amortizaciones  | 2.291.820    | 20.696.173   |
| Resultado de inversiones a valor patrimonial proporcional | - 2.731.954  | - 5.918.270  |
| Otros   | -            | - 12.063     |
| Fondos generados en las operaciones                       | 1.202.714    | 17.641.012   |
| Aportes de capital  | -            | 410          |
| Disminución (Aumento) de créditos                         | 112.579.970  | - 49.445.866 |
| Disminución (Aumento) de bienes de cambio                 | 120.080.631  | - 15.150.858 |
| Disminución (Aumento) de bienes de uso                    | 311.322.320  | - 23.638.935 |
|   | 643.982.921  | - 88.235.249 |
| Total orígenes de fondos                                  | 646.185.636  | - 70.594.237 |

## APLICACIONES DE FONDOS

|  |              |              |
|--|--------------|--------------|
| Aumento de inversiones no corrientes       | 81.616.913   | 1.861.743    |
| Disminución (Aumento) de cuentas por pagar | 71.138.001   | - 7.772.210  |
| Disminución (Aumento) de préstamos         | 397.128.084  | - 70.972.760 |
| Disminución (Aumento) de otros pasivos     | 8.797.726    | - 12.625.096 |
| Dividendo acciones preferidas              | 3.545.071    | 3.894.580    |
| Total de aplicaciones de fondos            | 562.224.795  | - 85.613.743 |
| Variación de los fondos                    | - 17.039.160 | 15.019.506   |

(1) Ver Nota 1 a los estados contables.

Las Notas 1, 2 a 2.9, 3 a 3.6 y 4 a 4.13 y los Anexos A, C, D, E, F, G, y H, forman parte de los presentes estados contables.

Patricio Zavallia Lagos  
PresidenteConsejo de Vigilancia  
Arturo Edbrooke  
Presidente

## NOTAS A LOS ESTADOS CONTABLES

## 1. PRESENTACION DE LOS ESTADOS CONTABLES

Los estados contables se presentan a doble columna incluyendo los correspondientes al ejercicio anterior, actualizados por el índice de precios mayoristas —nival general— hasta el 31 de agosto de 1996 de acuerdo con lo indicado en Nota 2.7. Las cifras relativas al ejercicio anterior han sido modificadas en sus efectos de significación, en funcion al cambio de criterio contable mencionado en Nota 2.8.

Como consecuencia del proceso de reorganización empresarial que se describe en la Nota 4, 7, los estados contables de Alpargatas S.A.I.C. presentados a doble columna no permiten realizar una correcta comparación. Por ello, y a los efectos de realizar un correcto análisis comparativo de los activos, pasivos, resultados y orígenes y aplicaciones de fondos, se deberán considerar los Estados Contables Consolidados de Alpargatas S.A.I.C. al 31 de diciembre de 1995.

## 2. BASES UTILIZADAS PARA LA PREPARACION DE LOS ESTADOS CONTABLES

Los estados contables han sido preparados de acuerdo con las normas contables y las Resoluciones de la Comisión Nacional de Valores vigentes.

En consecuencia, los principales rubros de los estados contables han quedado valorizados según se detalla a continuación:

2.1. Ruoros en moneda extranjera: han sido valuados a los tipos de cambio vigentes al cierre del ejercicio.

2.2. Inversiones corrientes: a su valor neto de realización.

2.3. Bienes de cambio: a su valor corriente de costo (costo de reposición o reproducción) o valor neto de realización, el que fuera menor.

2.4. Inversiones no corrientes:

2.4.1. Sociedades controladas: a su valor patrimonial proporcional. Los estados contables utilizados para la valuación patrimonial proporcional han sido elaborados con los mismos criterios contables de la Sociedad controlante. Asimismo, para las inversiones en sociedades radicadas en el exterior se han convertido dichos estados contables a pesos por el tipo de cambio vigente al cierre del ejercicio.

2.4.2. Sociedades en las cuales se ejerce influencia significativa en sus decisiones: acciones ordinarias: a su valor patrimonial; acciones preferidas: a su costo ajustado o valor técnico de rescate, el menor.

2.4.3. Aportes irrevocables a cuenta de futuras suscripciones de capital: a su costo ajustado.

2.5. Bienes de uso: a su costo ajustado neto de amortizaciones acumuladas. Los bienes existentes al 31 de diciembre de 1985 han sido ajustados partiendo de los valores registrados a esa fecha, que habían sido obtenidos actualizando por índices específicos de precios los valores resultantes del revalúo técnico practicado el 30 de junio de 1981 y los precios de compra de las altas posteriores.

El cómputo de las amortizaciones es efectuado, principalmente, de acuerdo con criterios técnicos, calculados sobre los valores de los bienes determinados según se ha detallado anteriormente.

El valor de los bienes de uso, considerados en su conjunto, no supera su valor de utilización económica.

2.6. Otros activos y pasivos monetarios en pesos: a su valor nominal, considerando los resultados financieros devengados, que incluyen en el caso de ser significativos el reconocimiento de los componentes financieros implícitos.

2.7. Consideración de los efectos de la inflación: las informaciones contables consideran los efectos de la inflación, de acuerdo con las normas de la Resolución Técnica N° 6 de la Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas, hasta el 31 de agosto de 1995. A partir de esa fecha y de acuerdo con la Resolución N° 272 de la Comisión Nacional de Valores que instrumenta lo establecido por el Decreto N° 31695 del Poder Ejecutivo Nacional, se ha discontinuado la reexpresión de las informaciones contables.

2.8. Cambio de criterio contable: en el marco de los cambios en el contexto macroeconómico producidos en los últimos años, principalmente la estabilidad monetaria y el proceso de globalización de nuestra economía, la vigencia del Decreto N° 31695 del Poder Ejecutivo Nacional y la Resolución N° 272 de la Comisión Nacional de Valores (que eliminaron el ajuste por inflación), y las alianzas estratégicas concretadas con socios del exterior, la Sociedad consideró conveniente adecuar sus criterios contables a los aplicados internacionalmente. Para ello, ha decidido discontinuar el diferimiento de ciertas erogaciones (principalmente indemnizaciones al personal y otros gastos de reorganización, así como ciertos gastos pagados por adelantado), las cuales a partir del presente ejercicio son cargadas a pérdida.

Los saldos al comienzo del ejercicio correspondientes a la totalidad del rubro Activos Intangibles por \$ 30.065.858 y parcialmente del rubro Gastos Pagados por Adelantado (Otros Créditos) por \$ 11.769.651 han sido imputados a la cuenta Ajuste de Ejercicios Anteriores que se expone en el Estado de Evolución del Patrimonio Neto.

Asimismo, este criterio, en cumplimiento de las normas vigentes, ha sido aplicado en la totalidad de las compañías controladas, arrojando en este caso un Ajuste de Ejercicios Anteriores por \$ 21.774.561 que de igual manera se expone en el Estado de Evolución del Patrimonio Neto con la consecuente disminución del saldo de Inversiones no Corrientes de Alpargatas S.A.I.C.

2.9. Indemnizaciones por despido: las indemnizaciones por despido son cargadas a resultados en el momento de su pago.

## 3. COMPOSICION DE LOS RUBROS DEL ESTADO DE SITUACION PATRIMONIAL

### 3.1. Créditos por ventas

|                                   | 31/12/95  | 31/12/94   |
|-----------------------------------|-----------|------------|
|                                   | \$        | \$         |
| Comunes                           | 2.469.090 | 61.216.425 |
| En gestión judicial               | —         | 7.987.807  |
|                                   | 2.469.090 | 69.184.232 |
| Menos: Provisión para incobrables | 526.712   | 7.706.531  |
|                                   | 1.942.378 | 61.477.701 |

### 3.2. Otros créditos

#### CORRIENTES

|                                  |            |             |
|----------------------------------|------------|-------------|
| Sociedades Art. 33 Ley N° 19.550 | 42.547.777 | 58.178.824  |
| Créditos fiscales                | 19.172.041 | 16.678.252  |
| Gastos pagados por adelantado    | 1.148.928  | 14.401.375  |
| Otros                            | 10.218.919 | 13.104.049  |
|                                  | 73.085.665 | 102.362.500 |

#### NO CORRIENTES

|                               |           |            |
|-------------------------------|-----------|------------|
| Créditos fiscales             | 4.496.890 | 6.441.138  |
| Gastos pagados por adelantado | —         | 16.490.150 |
| Otros                         | 1.822.814 | 9.155.228  |
|                               | 6.318.704 | 30.086.516 |

### 3.3. Bienes de cambio

|                                |           |             |
|--------------------------------|-----------|-------------|
| Productos terminados           | —         | 39.242.865  |
| Productos en proceso           | 654.047   | 44.773.020  |
| Materiales primas y materiales | 359.704   | 25.384.935  |
| Bienes en tránsito             | 23.953    | 11.717.815  |
|                                | 1.037.704 | 121.120.335 |

### 3.4. Cuentas por pagar

|                                       |         |            |
|---------------------------------------|---------|------------|
| Deudas con Proveedores                | 123.383 | 46.765.968 |
| Deudas por anticipos de exportaciones | —       | 21.664.706 |
|                                       | 123.383 | 68.320.674 |

### 3.5. Préstamos

#### CORRIENTES

|                     |           |             |
|---------------------|-----------|-------------|
| Préstamos bancarios | 2.379.521 | 128.359.932 |
|---------------------|-----------|-------------|

|                             | 31/12/95  | 31/12/94    |
|-----------------------------|-----------|-------------|
|                             | \$        | \$          |
| Otros préstamos financieros | —         | 12.880.158  |
| Obligaciones negociables    | —         | 44.080.212  |
|                             | 2.379.521 | 185.320.299 |

#### NO CORRIENTES

|                             |           |             |
|-----------------------------|-----------|-------------|
| Préstamos bancarios         | —         | 80.816.220  |
| Otros préstamos financieros | 4.294.740 | 4.827.602   |
| Obligaciones negociables    | —         | 133.038.224 |
|                             | 4.294.740 | 219.482.046 |

### 3.6. Otros pasivos

#### CORRIENTES

|                                  |           |            |
|----------------------------------|-----------|------------|
| Sociedades Art. 33 Ley N° 19.550 | 1.302.925 | 4.577.106  |
| Provisión para gastos            | 92.010    | 4.726.229  |
| Otros                            | 681.947   | 1.134.760  |
|                                  | 2.076.882 | 10.438.095 |

## 4. INFORMACIONES COMPLEMENTARIAS

4.1. Restricciones a las disposiciones de activos: al 31 de diciembre de 1995 existen deudas de la Sociedad y subsidiarias por un valor de \$ 6.653.648 con garantía sobre activos del grupo económico (principalmente bienes de uso) con un valor de libros de \$ 7.807.137.

4.2. Restricciones para el pago de dividendos: Como consecuencia de préstamos obtenidos, la Sociedad se ha comprometido a no distribuir dividendos en efectivo a las acciones ordinarias:

4.2.1. Que excedan el 30% promedio anual de las ganancias netas de los dos últimos ejercicios.

4.2.2. Que excedan el monto mayor de:

- la ganancia neta del ejercicio anterior.

- el 50% de las ganancias netas acumuladas desde el 1 de enero de 1992 menos los dividendos distribuidos en ese período.

4.5. Emisión de Obligaciones Negociables: Con fecha 20 de setiembre de 1994 se suscribieron los documentos constitutivos de un Programa Global de Eurobonos a mediano plazo por un monto de hasta US\$ 150.000.000 que fuera aprobado por la Asamblea Ordinaria celebrada el 1 de marzo de 1994. En el marco de dicho programa se colocaron siete series por un monto total de US\$ 192.000.000, estando vigentes a la fecha de los presentes estados contables una serie por un monto de US\$ 40.000.000.

Los fondos obtenidos han sido aplicados en su totalidad a la refinanciación de pasivos.

Este programa tiene la característica de permitir la emisión y recompra de series sucesivas sin superar en ningún momento el monto total del programa durante el plazo de cinco años y las series emitidas durante dicho plazo pueden tener una fecha de vencimiento posterior al mismo.

4.6. Acciones preferidas: la Sociedad ha emitido acciones preferidas por un equivalente a US\$ 37.234.088 de integración original.

Todas las series tienen derecho a percibir un dividendo anual, acumulativo y preferente, del 7,5% para la serie "A" y del 10% para las series "B" y "D". Además, tienen derecho a un dividendo adicional condicionado a que las ganancias netas del ejercicio sean superiores al 12,5% del patrimonio neto. Los dividendos correspondientes a las acciones de la serie "A" y "B" se integran además con una suma igual a la fuere necesaria para afrontar cualquier impuesto argentino al que estuvieren sometidos accionistas del exterior.

Las acciones serán total o parcialmente rescatables por su cambio en dólares, a opción de la Sociedad, a partir de los 18 años de realizada la última emisión de acciones preferidas dispuesta por la Asamblea de Accionistas del 4 de agosto de 1988. La valuación total de dicho capital preferido (incluyendo su ajuste integral y las primas de integración) representa aproximadamente el monto aportado en moneda extranjera convertido al tipo de cambio vigente al cierre del período.

4.7. Transferencia parcial de los Fondos de Comercio a las subsidiarias de calzado y tejidos: Con fecha 1 de enero de 1995, se dio efecto a la reorganización empresarial que fuera aprobada por la Asamblea General Extraordinaria celebrada el 29 de diciembre de 1994 por medio de la cual se transfirieron los fondos de comercio que operaba Alpargatas S.A.I.C. por sí en los negocios textiles y del calzado a las dos principales subsidiarias dentro de esos negocios, Alpargatas Textil Sociedad Anónima y Alpargatas Calzados Sociedad Anónima, respectivamente.

Esta transferencia que fuera realizada sobre la base de los valores contables de los bienes, derechos y obligaciones afectados a estas operaciones, tuvo por objetivo la concentración de los negocios textiles y del calzado de la Compañía en las dos subsidiarias anteriormente mencionadas, para lograr una mayor especialización en los mercados en que operan, así como para facilitar la concreción de potenciales alianzas estratégicas.

Como consecuencia de esta reorganización, la composición de los activos, pasivos y resultados de Alpargatas S.A.I.C. al 31 de diciembre de 1995 es considerablemente diferente a la que se observaba hasta el cierre de ejercicio al 31 de diciembre de 1994, pero los Estados Contables Consolidados no sufren ningún tipo de variación en su composición, excepto por la participación minoritaria en la subsidiaria Alpargatas Textil S.A. de acuerdo con lo expuesto en Nota 4.8.

Asimismo, las sociedades continuadoras de las operaciones textiles y de calzado se han comprometido a absorber los costos financieros que soportaba Alpargatas S.A.I.C. en proporción a los activos y pasivos transferidos, así como también se han constituido en codeudoras de la mayoría de los pasivos bancarios y financieros consolidados, todo lo cual se refleja en los estados patrimoniales y de resultados de las respectivas compañías y en las notas a los estados contables.

4.8. Asociación con Greenwood Mills Inc.: La Asamblea General Extraordinaria celebrada el 29 de diciembre de 1994 resolvió aprobar la firma de un acuerdo final con la compañía Greenwood Mills por el cual ésta adquiere el 20% del capital de la subsidiaria textil Alpargatas Textil S.A. con una opción a crecer hasta el 30%. El precio de US\$ 18.000.000 acordado para esta operación ingresó el 30 de diciembre de 1994, y equivale al 20% de una estructura de capital ordinario de US\$ 90.000.000 establecida para la Sociedad que concentró el negocio textil.

4.9. Asociación con Lockwood Greene: con fecha 26 de enero de 1996, se instrumentó la asociación entre Alpargatas S.A.I.C. y Lockwood Greene International Inc., al concretarse el cierre del Contrato de Compra de Acciones y Joint Venture celebrado el día 14 de diciembre de 1995 entre Alpargatas S.A.I.C., Altecnic S.A. y Lockwood Greene. Mediante el contrato aludido, Lockwood Greene ha comprado a Alpargatas S.A.I.C. el 50% del paquete accionario de Altecnic S.A., subsidiaria de Alpargatas S.A.I.C. dedicada al negocio de ingeniería y construcciones. La nueva empresa (Altecnic Lockwood Greene S.A.) concentrará sus esfuerzos en las actividades de ingeniería tanto en la Argentina como en los demás países del Mercosur (Brasil, Uruguay y Paraguay) y en Chile.

4.10. Operaciones con Santander Investment Limited y Santander Merchant S.A.: con fecha 26 de julio de 1995, la Sociedad ha celebrado con el Santander Investment Bank Limited un contrato de Servicios, Asesoría, Colocación y Underwriting de Acciones para la identificación y selección de un socio estratégico de nivel mundial para su negocio de calzados.

En tanto esas gestiones de identificación y selección se concretan, Santander ha accedido a efectuar un underwriting en firme sobre el 20% de Alpargatas Calzados S.A. por un monto de US\$ 25.000.000 que han sido acreditados en la fecha de celebración del contrato. Dicho monto corresponde al valor mínimo de las acciones por lo que todo excedente que se obtenga en la venta definitiva resultante de la negociación particular que se encare oportunamente corresponderá a Alpargatas S.A.I.C. Mientras se realice el proceso de identificación y selección del socio estratégico hasta su venta definitiva, los derechos económicos y políticos correspondientes a dicho 20% continuarán correspondiendo a Alpargatas S.A.I.C.

Alpargatas S.A.I.C. tendrá también la opción de dar por cancelado el contrato de underwriting en cuestión devolviendo el monto adelantado más un costo financiero. Si al cabo de un año Alpargatas S.A.I.C. no hubiera aceptado ninguno de los candidatos que presente Santander, este podrá iniciar un proceso de venta a terceros, o si entendiera que las condiciones de mercado no son las más adecuadas, podrá dar por terminado el contrato, en cuyo caso Alpargatas S.A.I.C. restituirá los fondos adelantados y recibirá las acciones en cuestión.

El monto de \$ 25.000.000, adelantado por Santander Investment Bank Limited por el contrato de underwriting mencionado anteriormente, se expone en el rubro Otros pasivos no Corrientes de estos estados contables.

Además, en la misma fecha se ha accedido a una línea de financiación comercial de Santander Merchant S.A. por US\$ 16.000.000 que permita anticipar cobranzas de clientes de las sociedades del grupo, por un plazo de un año con un esquema de reposición de facturas.

4.11. Tasas de interés y pautas de actualización de saldos no corrientes. Las cuentas a cobrar no corrientes no se actualizan a partir de la vigencia de la Ley N° 23.928. Las deudas no corrientes incluyen principalmente saldos actualizados por la variación de la cotización del dólar estadounidense. Estas obligaciones devengan un interés promedio de aproximadamente el 8% anual sobre saldos.

4.12. Saldos con Sociedades Art. 33 - Ley N° 19.550

|                           | Posición neta   |             |
|---------------------------|-----------------|-------------|
|                           | Activo (Pasivo) |             |
|                           | 31/12/95        | 31/12/94    |
|                           | \$              | \$          |
| * Alpargatas Analtit      | 20.865.901      | 20.584.266  |
| Alpeca S.A.               | 3.891.603       | 19.691.323  |
| Altecna S.A.              | —               | - 133.779   |
| Altec S.A.                | 2.162.278       | —           |
| Calzado Catamarca S.A.    | 1.452.207       | - 2.324.256 |
| Alpargatas Calzados S.A.  | 593.151         | - 1.133.640 |
| Confeciones Textiles S.A. | 1.070           | - 604.968   |
| * Duinoli S.A.            | 99.102          | 887.759     |
| * Exportex Analtit        | - 1.293.886     | 3.982.496   |

|                                      | Posición neta   |           |
|--------------------------------------|-----------------|-----------|
|                                      | Activo (Pasivo) |           |
|                                      | 31/12/95        | 31/12/94  |
|                                      | \$              | \$        |
| Master Garments S.A.                 | 784.424         | 1.239.134 |
| Pescanar S.A.                        | - 9.039         | 605       |
| * S.A. Fábrica Lruyuga de Alpargatas | 452.732         | 2.100.439 |
| Alpargatas Textil S.A.               | 12.245.409      | 706.493   |
| Textil Catamarca S.A.                | —               | - 380.463 |
| NIKE Argentina S.A.                  | —               | 1.883.516 |
| * Ardent S.A.                        | —               | 3.336.421 |
| * Footline Ltd.                      | —               | 3.766.349 |

\* Corresponden a saldos en moneda extranjera.

| 4.13. Cuentas de Orden   | Posición neta   |            |
|--|-----------------|------------|
|  | Activo (Pasivo) |            |
|  | 31/12/95        | 31/12/94   |
|  | \$              | \$         |
| Avales a Sociedades Art. 33 de la Ley N° 19.550                          | 36.077.412      | 27.849.875 |
| Avales a terceros  | 363.013         | 1.519.890  |
| Deposito en garantía del Directorio y miembros del Consejo de Vigilancia | 18.000          | 18.870     |

Asimismo, y de acuerdo con lo indicado en el último párrafo de la Nota 4.6, se informa que Alpargatas S.A.I.C. es codeudora de préstamos por \$ 319.226.155, consignados en los estados contables de Alpargatas Calzados S.A. (\$ 223.222.952) y Alpargatas Textil S.A. (\$ 96.003.203).

PRICE WATERHOUSE & CO.

|                                       |                       |                        |
|---------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| (Socio)                               |                       |                        |
| C.P.C.E.C.F. T Y I F N° 1 R.A.P.U.    | Consejo de Vigilancia | Patricio Zavalia Lagos |
| Dr. Alberto E. Fandiño                | Sr. Arturo Edbrooke   | Presidente             |
| Contador Público (UBA) T L X - N° 242 | Presidente            | Presidente             |

ANEXO A - BIENES DE USO (EN \$)

| Cuenta principal                | Valores al comienzo del ejercicio | Aumentos (netos de transferencias) | Disminuciones (I)  | Valores al cierre del ejercicio |
|---------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|--------------------|---------------------------------|
| Terrenos y edificios            | 187.792.459                       | 11.848.080                         | 155.014.261        | 44.626.278                      |
| Muebles y útiles                | 19.052.586                        | 1.784.172                          | 16.023.314         | 4.813.444                       |
| Maquinarias e instalaciones     | 381.637.859                       | 79.275                             | 369.740.012        | 11.977.122                      |
| Vehículos                       | 7.715.319                         | 156.615                            | 5.985.794          | 1.886.160                       |
| Construcciones y obras en curso | 30.287.230                        | - 12.818.148                       | 16.555.808         | 916.274                         |
| Maquinarias en tránsito         | 331.927                           | —                                  | 331.927            | —                               |
| <b>Totales año actual</b>       | <b>626.817.400</b>                | <b>1.052.994</b>                   | <b>563.651.116</b> | <b>64.219.278</b>               |
| <b>Totales año anterior</b>     | <b>621.892.012</b>                | <b>24.513.554</b>                  | <b>19.588.166</b>  | <b>626.817.400</b>              |

(I) Incluye bajas por transferencia de fondo de comercio (ver nota 4.7) de \$ 559.918.053 en valores de origen y \$ 247.950.148 en amortizaciones acumuladas al inicio.

| Cuenta principal                | Amortizaciones (EN \$) |                    |                   | Neto resultante    |                    |
|---------------------------------|------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
|                                 | Acumuladas al inicio   | Disminuciones (I)  | Del ejercicio     | al 31.12.95        | al 31.12.94        |
| Terrenos y edificios            | 80.977.181             | 62.143.000         | 1.011.986         | 19.846.167         | 24.780.111         |
| Muebles y útiles                | 10.015.729             | 8.669.609          | 629.855           | 1.978.975          | 2.837.469          |
| Maquinarias e instalaciones     | 186.588.719            | 177.500.152        | 341.972           | 9.430.539          | 2.646.883          |
| Vehículos                       | 3.314.801              | 2.963.041          | 308.007           | 659.767            | 1.226.393          |
| Construcciones y obras en curso | —                      | —                  | —                 | —                  | 916.274            |
| Maquinarias en tránsito         | —                      | —                  | —                 | —                  | 331.927            |
| <b>Totales año actual</b>       | <b>280.896.430</b>     | <b>251.276.802</b> | <b>2.291.820</b>  | <b>31.912.448</b>  | <b>32.306.830</b>  |
| <b>Totales año anterior</b>     | <b>278.911.804</b>     | <b>18.713.547</b>  | <b>20.698.173</b> | <b>280.896.430</b> | <b>345.920.970</b> |

ANEXO C - INVERSIONES, ACCIONES, DEBENTURES Y OTROS TITULOS EMITIDOS EN SERIE, PARTICIPACIONES EN OTRAS SOCIEDADES (EN \$)

| Denominación y características               | Valor nominal | Cantidad   | Valor de cotización | Valor de costo ajustado | Valor patrimonial proporcional | Valor registrado   |                    |
|--|---------------|------------|---------------------|-------------------------|--------------------------------|--------------------|--------------------|
|  |               |            |                     |                         |                                | al 31.12.95        | al 31.12.94        |
| <b>INVERSIONES CORRIENTES</b>                |               |            |                     |                         |                                |                    |                    |
| Plazo fijo                                   | —             | —          | —                   | —                       | —                              | —                  | 1.048.200          |
| <b>Total inversiones corrientes</b>          |               |            |                     |                         |                                |                    | <b>1.048.200</b>   |
| <b>INVERSIONES NO CORRIENTES</b>             |               |            |                     |                         |                                |                    |                    |
| Sociedades art. 33 Ley N° 19.550             |               |            |                     |                         |                                |                    |                    |
| Controladas                                  |               |            |                     |                         |                                |                    |                    |
| Alpargatas Analtit                           | —             | —          | —                   | 75.867.615              | 13.018.529                     | 13.018.529         | 16.165.801         |
| Altecna S.A.                                 | 1.00          | 816.330    | —                   | 2.188.349               | 816.379                        | 816.379            | 2.663.970          |
| Altec Constructora S.A.                      | 1.00          | 11.880     | —                   | 11.880                  | 11.880                         | 11.880             | —                  |
| Alpargatas Calzados S.A.                     | 1.00          | 1.247.046  | —                   | 56.559.812              | 75.282.152                     | 75.282.152         | 45.916.005         |
| Alpargatas Textil S.A.                       | 1.00          | 72.000.000 | —                   | 76.273.807              | 65.440.479                     | 65.440.479         | 1.158.604          |
| Alpargatas Textil S.A. - Acciones preferidas | 1.00          | 30.000.000 | —                   | 31.446.000              | —                              | 31.446.000         | —                  |
|  |               |            |                     | <b>242.347.463</b>      | <b>154.539.419</b>             | <b>185.985.419</b> | <b>64.893.080</b>  |
| Sociedades art. 33 Ley N° 19.550             |               |            |                     |                         |                                |                    |                    |
| A costo ajustado                             |               |            |                     |                         |                                |                    |                    |
| Calzado Catamarca S.A.                       | 1.00          | 1.160      | —                   | 258.086                 | 258.066                        | 258.066            | 41.554.120         |
| Confeciones Textiles S.A.                    | 1.00          | 100        | —                   | 55                      | 55                             | 55                 | 4.192.213          |
| Textil Catamarca S.A.                        | 1.00          | 100        | —                   | 159                     | 159                            | 159                | 2.832.067          |
|  |               |            |                     | <b>258.300</b>          | <b>258.300</b>                 | <b>258.300</b>     | <b>48.578.400</b>  |
| Vinculadas (unif. significativa)             |               |            |                     |                         |                                |                    |                    |
| Exportex S.A.                                | 1.00          | 3.471.705  | —                   | 11.659.890              | 1.391.091                      | 1.391.091          | 1.257.489          |
| Pescanar S.A.                                | 1.00          | 4.336      | —                   | 2.602.486               | 74                             | 74                 | 4.545              |
| Alpeca S.A. - Acciones preferidas            | 1.00          | 16.000.000 | —                   | 17.723.151              | —                              | 17.723.151         | 17.723.151         |
| Nike Argentina S.A.                          | —             | —          | —                   | —                       | —                              | —                  | 6.163              |
|  |               |            |                     | <b>31.985.527</b>       | <b>1.391.165</b>               | <b>19.114.316</b>  | <b>18.991.348</b>  |
| <b>Total inversiones no corrientes</b>       |               |            |                     | <b>274.591.290</b>      | <b>156.168.884</b>             | <b>205.358.035</b> | <b>132.462.828</b> |

| Denominación y características de los valores - emisor | Actividad principal | Fecha    | Información sobre el emisor Último estado contable |             |                 |                             |
|--|---------------------|----------|--|-------------|-----------------|-----------------------------|
|  |                     |          | Capital social                                     | Resultados  | Patrimonio neto | Porcentaje de participación |
| <b>INVERSIONES NO CORRIENTES</b>                       |                     |          |  |             |                 |                             |
| Sociedades Art. 33 Ley n° 19.550                       |                     |          |  |             |                 |                             |
| Controladas  |                     |          |  |             |                 |                             |
| Alpargatas Analtit                                     | Inversiones         | 31.12.95 | 2.380.139  | - 4.214.611 | 13.018.529      | 100,00                      |

| Denominación y características de los valores - amócor | Actividad principal       | Fecha    | Información sobre el amócor<br>Último estado contable |              |                 | Porcentaje de participación |
|--|---------------------------|----------|---|--------------|-----------------|-----------------------------|
|  |                           |          | Capital social  | Resultados   | Patrimonio neto |                             |
| Alténica S.A.  | Arquitectura e ingeniería | 31.12.95 | 816.598   | - 601.131    | 816.398         | 99,99                       |
| Altec Constructora S.A.                                | Construcción              | 31.12.95 | 12.000  | —            | 12.000          | 99,00                       |
| Alpargatas Calzados S.A.                               | Fabricación de calzado    | 31.12.95 | 1.250.000   | 17.466.629   | 76.361.517      | 99,76                       |
| Alpargatas Textil S.A.                                 | Textil                    | 31.12.95 | 90.000.000  | - 12.620.017 | 126.425.392     | 80,00                       |
| Vinculadas (Infl. significativa)                       |                           |          |   |              |                 |                             |
| Exporsca S.A. (1)                                      | Pesca                     | 31.12.95 | 6.807.265   | 260.507      | 23.196.764      | 61,00                       |
| Pescanar S.A. (1)                                      | Inversiones               | 31.12.95 | 7.815   | 318          | 10.754          | 56,48                       |

(1) Los estatutos sociales de estas sociedades establecen la elección de directores por clase, y en consecuencia Alpargatas SAJC no puede prevalecer en la toma de decisiones en los respectivos Directorios.

#### ANEXO D - OTRAS INVERSIONES

| Cuenta principal y características                                | ANEXO D - OTRAS INVERSIONES<br>(En \$) |                  | Cuenta principal y características | ANEXO D - OTRAS INVERSIONES<br>(En \$) |  | Porcentaje de participación |
|---|--|------------------|------------------------------------|--|--|-----------------------------|
|   | Al 31/12/95<br>Valor de costo ajustado | Valor registrado |                                    | Al 31/12/94<br>Valor registrado        | Al 31/12/95<br>Valor de costo ajustado |                             |
| Inversiones no corrientes   |  |                  | Pescanar S.A.                      | 10.621                                 | 10.621                                 | 6,076                       |
| Aportes irrevocables a cuenta de futuras suscripciones de capital |  |                  | Alpesca S.A.                       | 32.370.799                             | 32.370.799                             | 32,370,799                  |
| Alpargatas Textil S.A.  | 13.178.793                             | 13.178.793       | Exporsca S.A.                      | 20.468.134                             | 20.468.134                             | 20,468,134                  |
|   |  |                  | Nike Argentina S.A.                | —                                      | —                                      | 1,730,878                   |
|   |  |                  | Total inversiones no corrientes    | 66.028.347                             | 66.028.347                             | 64,576,687                  |

#### ANEXO E - PREVISIONES

| RUBROS   | Saldos al comienzo del ejercicio |   |   | (1)<br>Disminuciones del ejercicio | Saldos al cierre del ejercicio |             |
|--|----------------------------------|---|---|------------------------------------|--------------------------------|-------------|
|  | 7.706.531                        | — | — |                                    | al 31/12/96                    | al 31/12/94 |
| Deducidas del activo:<br>para incobrables                | 7.706.531                        | — | — | 7.179.819                          | 526.712                        | 7.706.531   |
|  | 7.706.531                        | — | — | 7.179.819                          | 526.712                        | 7.706.531   |
| Incluidas en el pasivo:<br>para contingencias de juicios | 209.640                          | — | — | (2) 9.640                          | 200.000                        | 209.640     |
|  | 209.640                          | — | — | 9.640                              | 200.000                        | 209.640     |

#### NOTAS:

(1) Incluye bajas con transferencia de fondo de comercio (ver Nota 4.7.) de \$ 5.539.526.

(2) Corrección por inflación.

#### ANEXO F COSTO DE BIENES Y SERVICIOS VENDIDOS

| Existencia inicial  | ANEXO F<br>COSTO DE BIENES Y SERVICIOS VENDIDOS<br>(En Pesos) |               | Costos según Anexo H   | ANEXO F<br>COSTO DE BIENES Y SERVICIOS VENDIDOS |             |
|---|---|---------------|--|---|-------------|
|   | Al 31-12-95   | Al 31-12-94   |  | Al 31-12-95                                     | Al 31-12-94 |
| Productos terminados  | 39.242.665  | —             | 12.901.088   | 16.263.337                                      |             |
| Productos en proceso  | 44.773.020  | —             | —  | —   |             |
| Materias primas y materiales  | 25.386.935  | 109.402.250   | Menos:<br>Pérdida por tenencia de bienes de cambio (Anexo H) | 8.857   | 16.244.480  |
| Por transferencia de fondo de comercio de fecha 1-1-95                                | —   | - 108.488.623 | Menos:<br>Existencia final                                   | —   | —           |
|   |   | 913.997       | Productos terminados   | 656.047   | —           |
| Más:<br>Compras del ejercicio de mercaderías de reventa, materias primas y materiales | 3.382.249   | —             | Productos en proceso   | —   | —           |
|   |   |               | Materias primas y materiales                                 | 369.704   | 1.015.751   |
|   |   |               | Costo de bienes y servicios vendidos                         | —   | 16.142.728  |
|   |   |               |  |   | 260.036.534 |

#### ANEXO G - ACTIVOS Y PASIVOS EN MONEDA EXTRANJERA

| Clase y monto de la moneda extranjera | ANEXO G - ACTIVOS Y PASIVOS EN MONEDA EXTRANJERA |                              | Monto en moneda argentina \$ | ANEXO G - ACTIVOS Y PASIVOS EN MONEDA EXTRANJERA |                              |
|---------------------------------------|--|------------------------------|------------------------------|--|------------------------------|
|                                       | Al 31/12/95<br>Cambio vigente para 100 m.        | Monto en moneda argentina \$ |                              | Al 31/12/94                                      | Monto en moneda argentina \$ |
| <b>ACTIVO</b>                         |  |                              |                              |  |                              |
| <b>ACTIVO CORRIENTE</b>               |  |                              |                              |  |                              |
| Caja y Bancos                         |  |                              |                              |  |                              |
| Caja                                  | Dls. 5.962,00                                    | 100,0000                     | 5.592                        | Dls. 26.668,02                                   | 26.878                       |
| Bancos                                | Dls. 634.918,00                                  | 100,0000                     | 634.918                      | Dls. 198.870,14                                  | 208.247                      |
|                                       | Fa. Sa. 1.830,00                                 | 86,5226                      | 1.583                        | Fa. Sa. 2.076,10                                 | 1.659                        |
|                                       |  |                              | 636.501                      |  | 209.906                      |
| Créditos por ventas                   | Dls. 2.116.484,00                                | 100,0000                     | 2.116.484                    | Dls. 7.179.864,28                                | 7.518.407                    |
| Otros créditos                        |  |                              |                              |  |                              |
| Sociedades art. 33 Ley N° 19.550      | Dls. 21.417.633,00                               | 100,0000                     | 21.417.633                   | Dls. 33.097.160,16                               | 34.657.761                   |
| Créditos fiscales                     | Dls. 9.364.481,00                                | 100,0000                     | 9.364.481                    | Dls. 13.451.429,03                               | 14.085.689                   |
| Gastos pagados por adelantado         | Dls. 368.307,00                                  | 100,0000                     | 368.307                      | Dls. —   | —                            |
| Otros                                 | Dls. 628.685,00                                  | 100,0000                     | 628.685                      | Dls. 387.737,12                                  | 406.019                      |
|                                       |  |                              | 31.779.106                   |  | 49.149.459                   |
| Total activos corrientes              |  |                              | 34.537.683                   |  | 56.904.650                   |
| <b>ACTIVOS NO CORRIENTES</b>          |  |                              |                              |  |                              |
| Inversiones                           |  |                              |                              |  |                              |
| Sociedades art. 33 Ley N° 19.550      | Dls. 13.018.629,00                               | 100,0000                     | 13.018.629                   | Dls. 14.482.619,42                               | 15.166.501                   |
| Total activos no corrientes           |  |                              | 13.018.629                   |  | 15.166.501                   |
| <b>TOTAL</b>                          |  |                              | 47.556.212                   |  | 72.070.151                   |
| <b>PASIVO</b>                         |  |                              |                              |  |                              |
| <b>PASIVOS CORRIENTES</b>             |  |                              |                              |  |                              |
| Cuentas por pagar                     |  |                              |                              |  |                              |
| Deudas con proveedoras                | Dls. 12.604,00                                   | 100,0000                     | 12.604                       | Dls. 679.329,58                                  | 712.074                      |
|                                       |  |                              | —                            | Dm. 16.717.198,62                                | 11.328.363                   |
|                                       |  |                              | 12.604                       |  | 12.040.427                   |
| Deuda por anticipos de exportaciones  |  |                              | —                            | Dls. 20.573.083,00                               | 21.664.706                   |
|                                       |  |                              | 12.604                       |  | 33.606.133                   |

|                                  | Clase y monto de la moneda extranjera | Al 31/12/95<br>Cambio vigente para 100 m. | Monto en moneda argentina \$ | Clase y monto de la moneda extranjera | Al 31/12/94 | Monto en moneda argentina \$ |
|----------------------------------|---------------------------------------|---|------------------------------|---------------------------------------|-------------|------------------------------|
| <b>Préstamos</b>                 |                                       |   |                              |                                       |             |                              |
| Préstamos bancarios              | Dls. 517.179,00                       | 100,0000                                  | 517.179                      | Dls. 120.704.102,00                   |             | 128.622.040                  |
| Obligaciones negociables         | —                                     | —   | —                            | Dls. 42.063.246,00                    |             | 44.080.212                   |
| Otros préstamos financieros      | Dls. 189.338,00                       | 100,0000                                  | 189.338                      | Dls. 12.287.879,00                    |             | 12.880.166                   |
|                                  |                                       |   | <u>706.517</u>               |                                       |             | <u>183.482.408</u>           |
| <b>Otros pasivos</b>             |                                       |   |                              |                                       |             |                              |
| Sociedades Art. 33 ley 19.550    | Dls. 1.293.796,00                     | 100,0000                                  | 1.293.796                    | Dls. —                                |             | —                            |
| Otras                            | —                                     | —   | —                            | Dls. 127.704,09                       |             | 133.859                      |
|                                  |                                       |   | <u>1.293.796</u>             |                                       |             | <u>133.859</u>               |
| <b>Total pasivos corrientes</b>  |                                       |   | <u>2.012.917</u>             |                                       |             | <u>217.221.400</u>           |
| <b>PASIVOS NO CORRIENTES</b>     |                                       |   |                              |                                       |             |                              |
| Cuentas por pagar                | —                                     | —   | —                            | Dls. 2.808.488,00                     |             | 2.343.843                    |
|                                  |                                       |   | —                            |                                       |             | —                            |
| <b>Préstamos</b>                 |                                       |   |                              |                                       |             |                              |
| Préstamos bancarios              | —                                     | —   | —                            | Dls. 72.686.192,00                    |             | 76.188.618                   |
| Obligaciones negociables         | —                                     | —   | —                            | Dls. 128.920.849,00                   |             | 133.038.224                  |
| Otros préstamos financieros      | Dls. 4.294.740,00                     | 100,0000                                  | 4.294.740                    | Dls. 4.414.808,00                     |             | 4.827.802                    |
|                                  |                                       |   | <u>4.294.740</u>             |                                       |             | <u>213.854.444</u>           |
| <b>Total pasivo no corriente</b> |                                       |   | <u>4.294.740</u>             |                                       |             | <u>218.196.287</u>           |
| <b>TOTAL</b>                     |                                       |   | <u>6.307.657</u>             |                                       |             | <u>433.418.887</u>           |

ANEXO H - DETALLE E IMPUTACION DE PARTIDAS DE GASTOS, RESULTADOS FINANCIEROS Y POR TENENCIA, Y OTROS INGRESOS Y EGRESOS

|   | Costo de bienes de cambio y servicios prestados | Gastos de comercialización | Gastos de administración | Otros ingresos y egresos | Resultados financieros y por tenencia generados |                  | Total             |                    |
|---|---|----------------------------|--------------------------|--------------------------|---|------------------|-------------------|--------------------|
|   |   |                            |                          |                          | por activos                                     | por pasivos      |                   |                    |
| Retribucion a los directores y Consejo de Vigilancia        | —   | —                          | 112.000                  | —                        | —   | —                | 31.12,85          | 31.12,84           |
| Honorarios y retribuciones por servicios                    | 1.744.462                                       | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 112.000           | 348.002            |
| Sueldos y jornales  | 3.451.581                                       | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 1.744.462         | 12.153.033         |
| Contribuciones sociales                                     | 1.158.942                                       | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 3.451.581         | 68.293.917         |
| Amortizaciones de bienes de uso                             | 2.291.820                                       | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 1.158.942         | 24.647.500         |
| Provision para inobrables                                   | —   | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 2.291.820         | 20.698.173         |
| Indemnizaciones y otros gastos relacionados con el personal | 1.573.913                                       | —                          | 2.917.580                | —                        | —   | —                | —                 | 2.499.712          |
| Gastos de automotores                                       | 66.060  | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 4.491.493         | 10.769.124         |
| Fuerza motriz y vapor                                       | 562.940   | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 66.060            | 1.723.532          |
| Papelaria, fotocopias y comunicaciones                      | 311.405   | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 562.940           | 7.817.364          |
| Viáticos y movilidad  | 411.237   | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 311.405           | 1.263.565          |
| Transportes - fletes y acarreos                             | 328.032   | 137.095                    | —                        | —                        | —   | —                | 411.237           | 4.338.031          |
| Consumo de gas y combustibles                               | 23.154  | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 463.127           | 9.583.601          |
| Gastos de materiales y repuestos                            | 474.588   | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 23.154            | 2.103.760          |
| Varios  | 469.681   | —                          | 327.897                  | 77.200                   | —   | —                | 474.588           | 5.844.650          |
| Impuestos, tasas y contribuciones                           | 45.383  | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 864.678           | 11.070.586         |
| Intereses a proveedores y otras deudas                      | —   | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 45.383            | 3.827.706          |
| Intereses y gastos con bancos e instituciones financieras   | —   | —                          | —                        | —                        | —   | —                | —                 | 470.047            |
| Resultado por tenencia de bienes de cambio                  | —   | —                          | —                        | —                        | 8.857   | 2.724.036        | 2.724.036         | 39.783.693         |
| Ingresos financieros  | —   | —                          | —                        | —                        | —   | —                | 8.857             | 1.658.549          |
| Diferencias de cambio                                       | —   | —                          | —                        | —                        | 525.811   | 294.385          | —                 | - 10.136.832       |
| Resultado por exposición a la inflación                     | —   | —                          | —                        | —                        | 1.106.073                                       | - 281.614        | 820.196           | - 18.022.342       |
| Resultado por venta bienes de uso                           | —   | —                          | —                        | - 1.038.794              | —   | —                | 823.459           | 1.890.176          |
| Resultado por venta de acciones                             | —   | —                          | —                        | - 1.514.000              | —   | —                | - 1.038.794       | 652.990            |
| Gastos relacionados con alianzas estratégicas               | —   | —                          | —                        | 1.142.012                | —   | —                | - 1.514.000       | —                  |
| <b>Totales</b>  | <u>12.901.086</u>                               | <u>137.095</u>             | <u>3.357.477</u>         | <u>- 1.333.592</u>       | <u>1.639.741</u>                                | <u>2.736.807</u> | <u>18.296.614</u> | <u>200.335.733</u> |

Consejo de Vigilancia  
Arturo Edbrooke  
Síndico

PRICE WATERHOUSE & CO.  
(Socio)  
C.P.C.F.C.F. T° 1 F° 1 RAPU  
Dr. Alberto E. Fandino  
Contador Público (UBA) T° LX F° 348  
C.P.C.E. Capital Federal

Patricio Zavalia Lagos  
Presidente

INFORME DEL AUDITOR

Buenos Aires, 6 de marzo de 1996  
A los señores Miembros del Consejo de Vigilancia de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial

Hemos efectuado un examen de auditoría de los estados de situación patrimonial de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial al 31 de diciembre de 1995 y 1994 y de los correspondientes estados de resultados, de evolución del patrimonio neto y de origen y aplicación de fondos por los ejercicios terminados en esas fechas, y de las notas y anexos que los complementan. Además, hemos examinado los estados contables consolidados de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial con sus sociedades controladas por los ejercicios terminados el 31 de diciembre de 1995 y 1994, los que se presentan como información complementaria. La preparación de los mencionados estados contables es responsabilidad de la Sociedad. Nuestra responsabilidad consiste en expresar una opinión sobre los estados contables, en base a la auditoría que efectuamos.

Nuestros exámenes fueron practicados de acuerdo con normas de auditoría. Tales normas requieren que planifiquemos y realicemos nuestro trabajo con el objeto de obtener un razonable grado de seguridad de que los estados contables están exentos de errores significativos. Una auditoría comprende el examen, en base a pruebas selectivas, de evidencias que respaldan los importes y las informaciones expuestas en los estados contables. Una auditoría también comprende una evaluación de las normas contables aplicadas y de las estimaciones significativas hechas por la Sociedad, así como una evaluación de la presentación general de los estados contables. Consideramos que las auditorías efectuadas constituyen una base razonable para fundamentar nuestra opinión.

En nuestra opinión:

a) los estados contables de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial reflejan razonablemente, en todos sus aspectos significativos, su situación patrimonial al 31 de diciembre de 1995 y 1994 y los resultados de sus operaciones, las variaciones en su patrimonio neto y el origen y aplicación de fondos por los ejercicios terminados en esas fechas, de acuerdo con normas contables profesionales.

b) los estados contables consolidados de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial con sus sociedades controladas reflejan razonablemente, en todos sus aspectos significativos, su situación patrimonial consolidada al 31 de diciembre de 1995 y 1994 y los resultados consolidados de sus operaciones y el origen y aplicación de fondos consolidados por los ejercicios terminados en esas fechas, de acuerdo con normas contables profesionales.

Según se menciona en Nota 2.8 durante el presente ejercicio la Sociedad cambió de criterio

de valuación de sus Activos Intangibles y Gastos Pagados por Adelantado (Otros Créditos), cambio con el que concordamos, por lo que se han modificado los saldos al 31 de diciembre de 1994 a fin de exponer la información contable sobre bases uniformes. En cumplimiento de disposiciones vigentes informamos que:

a) los estados de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial y sus estados consolidados se encuentran asentados en el libro "Inventarios y Balances" y cumplen con lo dispuesto en la Ley de Sociedades Comerciales y en las resoluciones pertinentes de la Comisión Nacional de Valores;

b) los estados de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial surgen de registros contables llevados en sus aspectos formales de conformidad con normas legales;

c) como parte de nuestro examen, cuyo alcance se menciona en el segundo párrafo, hemos revisado la información adicional a las notas de los estados contables y la reseña informativa requeridas por la Bolsa de Comercio de Buenos Aires y la Comisión Nacional de Valores, sobre las cuales, en lo que es materia de nuestra competencia, no tenemos observaciones que formular;

d) al 31 de diciembre de 1995 la deuda devengada a favor de la Administración Nacional de la Seguridad Social que surge de los registros contables ascendía a \$ 65.686,08, no existiendo a dicha fecha deuda exigible por ese organismo.

PRICE WATERHOUSE & CO.  
(Socio)  
C.P.C.F.C.F. T° 1 F° 1 RAPU  
Dr. Alberto E. Fandino  
Contador Público (UBA) T° LX F° 242  
C.P.C.E. Capital Federal

INFORME DEL CONSEJO DE VIGILANCIA

Buenos Aires, 6 de Marzo de 1996

A los Señores Accionistas de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial  
Presente

De nuestra consideración:

De acuerdo con las disposiciones de la Ley 19.550 el Consejo de Vigilancia ha examinado

la Memoria del Directorio por el ejercicio cerrado el 31 de Diciembre de 1995. La Reseña Informativa del Directorio correspondiente a dicho período, el Inventario al 31 de Diciembre de 1995, el Balance General de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial al 31 de Diciembre de 1995 y 1994, los correspondientes Estados de Resultados y de Origen y Aplicación de Fondos por los ejercicios terminados en esas fechas, el Estado de Evolución del Patrimonio Neto por el ejercicio terminado el 31 de Diciembre de 1995, y las notas y anexos que los complementan. Además ha examinado los Estados Contables Consolidados de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial con sus sociedades controladas por los ejercicios terminados el 31 de Diciembre de 1995 y 1994 expuestos como "Información Contable Complementaria". La información complementaria y aclaratoria requerida por la Bolsa de Comercio de Buenos Aires y el informe de la firma auditora Price Waterhouse & Co. correspondiente a los citados estados contables. Teniendo en cuenta dicha documentación que ha sido preparada de conformidad con las normas de aplicación y el mencionado Informe, se estima que la misma refleja razonablemente la situación patrimonial y financiera de la Sociedad al 31 de Diciembre de 1995 y 1994, los resultados de sus operaciones y de origen y aplicación de fondos por los ejercicios terminados en esas fechas y las variaciones en su patrimonio neto por el ejercicio terminado el 31 de Diciembre de 1995 y la situación patrimonial y financiera consolidada, los resultados de sus operaciones y el origen y aplicación de Fondos consolidados por los ejercicios terminados el 31 de Diciembre de 1995 y 1994. Asimismo el Consejo ha analizado la Memoria preparada por el Directorio estimando que se ajusta a las normas aplicables y que refleja lo acontecido en la Sociedad, así como la Reseña Informativa. Por cuanto antecede, este Consejo de Vigilancia aconseja a los Señores Accionistas prestar su aprobación a los documentos que presenta el Directorio, a saber: Memoria, Reseña Informativa, Inventario, Balance General de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial al 31 de Diciembre de 1995 y 1994, Estados de Resultados y de Origen y Aplicación de Fondos por los ejercicios terminados en esas fechas, Estado de Evolución del Patrimonio Neto por el ejercicio finalizado el 31 de Diciembre de 1995, Estados Contables Consolidados con sus sociedades controladas expuestos como "Información Contable Complementaria", Notas, Anexos que los complementan e información adicional requerida por la Bolsa de Comercio de Buenos Aires, sobre los cuales no tiene ninguna observación que formular. El Consejo hace saber por otra parte, que ha ejercido en la medida correspondiente las atribuciones que le confiere la Ley y el Estatuto. En tal sentido y en otros actos, ha participado regularmente de las reuniones del Directorio y del Comité Ejecutivo, y ha solicitado y obtenido de los Señores Directores y de la firma auditora, informaciones relativas a su cometido.

Horacio Beccar Varela  
Consejero

**ACTA DE LA REUNION DEL CONSEJO DE VIGILANCIA DE "ALPARGATAS SOCIEDAD ANONIMA INDUSTRIAL Y COMERCIAL" CORRESPONDIENTE AL 6 DE MARZO DE 1996**

En la ciudad de Buenos Aires, a los 6 días del mes de Marzo de 1996, se reúnen en Cerrito 140, Piso 16°, Capital Federal, el Consejo de Vigilancia de Alpargatas Sociedad Anónima Industrial y Comercial. Asisten los Consejeros Titulares Señores Emilio Van Peborgh y Juan Pedro Thibaud y el Consejero Suplente Dr. Horacio Beccar Varela, quien lo hace en reemplazo del Presidente, Sr. Arturo Edbrooke, quien ha comunicado con anterioridad su imposibilidad de asistir a esta reunión por motivos personales.

En reemplazo del Sr. Presidente, preside la reunión el Sr. Emilio Van Peborgh, quien toma la palabra y expresa que como es de conocimiento de los Consejeros, se ha llamado a reunión para considerar la información sobre la gestión social correspondiente al ejercicio cerrado el 31 de Diciembre de 1995, acerca de la cual se había distribuido con antelación la documentación preparada por el Directorio y por la firma auditora Price Waterhouse & Co.

Considerado todo lo cual y teniendo presente la documentación y la información recibidas, el Consejo de Vigilancia decide por unanimidad:

- 1) Tomar formal conocimiento del Informe de la firma auditora; que se transcribe:

**INFORME DEL AUDITOR**  
Se adjunta por separado

Con ello, a la vez, tomase nota de que el socio de la firma auditora que suscribe el Informe, actúa como Contador Público Nacional certificado, según el artículo 57 inciso a) de la Resolución 110 de la Comisión Nacional de Valores.

2) Aprobar el siguiente Informe para la Asamblea, conforme a los arts. 281, inc. e) y 283, de la Ley 19.550, en relación al ejercicio cerrado el 31 de Diciembre de 1995 y a la documentación recibida.

**INFORME DEL CONSEJO DE VIGILANCIA**  
Se adjunta por separado

3. Autorizar formalmente a los Sres. E. Van Peborgh, J.P. Thibaud y Horacio Beccar Varela, para que uno cualquiera de ellos suscriba el Informe en representación del Consejo y para firmar toda otra documentación que deba ser presentada al organismo de contralor y/o a la Bolsa de Comercio de Buenos Aires.

4. Poner el informe en conocimiento del Directorio de la Sociedad.

Se levanta la sesión, previa lectura y ratificación de la presente acta.

J. P. Thibaud                      Emilio Van Peborgh                      Horacio Beccar Varela  
Consejero                                      Consejero                                      Consejero

**ESTADO DE SITUACION PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

|                                      | 31.12.95<br>\$     | 31.12.94<br>\$     |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>ACTIVO</b>                        |                    |                    |
| <b>ACTIVO CORRIENTE</b>              |                    |                    |
| Caja y bancos                        | 5.569.135          | 17.973.120         |
| Inversiones                          | 2.608.326          | 2.793.088          |
| Créditos por ventas                  | 78.528.584         | 94.011.716         |
| Otros créditos                       | 93.012.435         | 82.359.372         |
| Bienes de cambio                     | 166.709.767        | 163.271.325        |
| <b>Total del activo corriente</b>    | <b>336.418.250</b> | <b>360.408.621</b> |
| <b>ACTIVO NO CORRIENTE</b>           |                    |                    |
| Otros créditos                       | 37.883.180         | 37.559.106         |
| Inversiones                          | 101.104.554        | 101.717.838        |
| Bienes de uso                        | 401.166.939        | 410.028.631        |
| <b>Total del activo no corriente</b> | <b>540.164.673</b> | <b>549.305.575</b> |
| <b>Total del activo</b>              | <b>876.572.923</b> | <b>909.714.196</b> |
| <b>PASIVO</b>                        |                    |                    |
| <b>PASIVO CORRIENTE</b>              |                    |                    |
| Cuentas por pagar                    | 103.630.733        | 82.423.659         |
| Prestamos                            | 188.049.377        | 210.295.914        |
| Remuneraciones y deudas sociales     | 5.416.730          | 7.166.275          |
| Deudas fiscales                      | 7.516.960          | 4.016.551          |
| Otros pasivos                        | 12.178.167         | 7.598.565          |
| <b>Total del pasivo corriente</b>    | <b>316.791.967</b> | <b>311.506.964</b> |
| <b>PASIVO NO CORRIENTE</b>           |                    |                    |
| Cuentas por pagar                    | 406.786            | 2.940.710          |
| Prestamos                            | 164.768.171        | 219.866.860        |
| Deudas fiscales                      | —                  | 1.201.069          |
| Otros pasivos                        | 25.000.000         | 18.603.012         |

|   | 31.12.95<br>\$     | 31.12.94<br>\$     |
|---|--------------------|--------------------|
| Provisiones                                   | 236.521            | 240.203            |
| <b>Total del pasivo no corriente</b>          | <b>190.400.478</b> | <b>242.880.864</b> |
| <b>Total del pasivo</b>                       | <b>507.192.445</b> | <b>554.366.816</b> |
| Participación de terceros en soc. controladas | 17.258.561         | 1.333.228          |
| <b>Patrimonio Neto</b>                        | <b>352.121.927</b> | <b>354.024.160</b> |
| <b>Total</b>                                  | <b>876.572.923</b> | <b>909.714.196</b> |

Las notas 1, 2 a 2.2, 3 a 3.9, 4 y 5 forman parte de los presentes estados contables consolidados.

**ESTADO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS**

|  | 31.12.95<br>\$     | 31.12.94<br>\$     |
|--|--------------------|--------------------|
| Ventas netas de mercad.                                    | —                  | 417.668.300        |
| Productos textiles   | 126.098.338        | —                  |
| Calzado e indumentaria deportiva                           | 274.101.254        | —                  |
| Arquitectura e ingeniería                                  | 17.468.708         | —                  |
| Costo de mercad. vendidas                                  | —                  | - 295.608.812      |
| Productos textiles   | - 109.838.676      | —                  |
| Calzado e indument. deportiva                              | - 170.418.818      | —                  |
| Arquitectura e ingen.                                      | - 15.351.318       | —                  |
| <b>Ganancia bruta</b>                                      | <b>122.059.488</b> | <b>119.666.323</b> |
| Productos textiles   | 16.259.662         | —                  |
| Calzado e indument. deportiva                              | 103.682.436        | —                  |
| Arquitectura e ingen.                                      | 2.117.390          | —                  |
| Gastos de comercializ.                                     | —                  | - 60.891.663       |
| Gastos de Administrac.                                     | —                  | - 34.554.346       |
| <b>Resultado Operativo</b>                                 | <b>26.613.479</b>  | <b>33.002.824</b>  |
| Resultado de inver. permanentes                            | —                  | 774.513            |
| Otros ingresos y egresos                                   | —                  | - 3.219.072        |
| Resultados financ. y por tenencia                          | —                  | - 18.634.232       |
| Generados por activos                                      | 12.064.429         | —                  |
| Generados por pasivos                                      | - 30.698.661       | —                  |
| <b>Resultado del ejerc. antes de imp. y part. minorit.</b> | <b>5.534.688</b>   | <b>3.603.017</b>   |
| Impuesto a las ganancias                                   | —                  | - 6.733.388        |
| Partic. de 3ros. en soc. controladas                       | —                  | 2.841.648          |
| <b>Resultado del ejercicio</b>                             | <b>1.642.848</b>   | <b>2.873.172</b>   |

Las Notas 1, 2 a 2.2, 3 a 3.9, 4 y 5 forman parte de los presentes estados contables consolidados.

**ESTADO DE ORIGEN Y APLICACION DE FONDOS CONSOLIDADO**

|   | 31.12.95<br>\$      | 31.12.94<br>\$      |
|---|---------------------|---------------------|
| <b>VARIACION DE LOS FONDOS</b><br>(Disponibilidades e Inversiones Transitorias) |                     |                     |
| Fondos al inicio del ejercicio  | 20.766.208          | 4.100.251           |
| Variación de los fondos   | - 12.598.744        | 16.665.957          |
| <b>Fondos al cierre del ejercicio</b>   | <b>8.167.464</b>    | <b>20.766.208</b>   |
| <b>CAUSAS DE VARIACION DE LOS FONDOS</b><br><b>ORIGENES DE FONDOS</b>           |                     |                     |
| Ganancia ordinaria  | 1.642.848           | 2.873.172           |
| Partidas que no representan movimientos de fondos                               | —                   | —                   |
| Depreciaciones  | 20.494.878          | 26.083.337          |
| Resultado de inversiones a valor patrimonial propor.                            | - 774.513           | 728.720             |
| Otros   | —                   | - 975.964           |
| <b>Fondos generados en las operaciones</b>                                      | <b>21.363.213</b>   | <b>28.709.265</b>   |
| <b>Aportes de capital</b>   | <b>—</b>            | <b>410</b>          |
| Disminución de inversiones no corrientes  | 1.387.797           | 7.059.609           |
| Aumento de otros pasivos  | 11.622.703          | 11.360.686          |
| Aumento de cuentas por pagar  | 18.667.150          | 13.360.946          |
| Aumento de intereses minoritarios   | 15.925.323          | 72.253              |
| Disminución (aumento) de bienes de cambio                                       | 6.561.558           | - 21.704.871        |
| Disminución (aumento) de créditos   | 4.506.995           | - 54.845.791        |
| <b>Total orígenes de fondos</b>   | <b>79.933.739</b>   | <b>- 15.987.493</b> |
| <b>APLICACIONES DE FONDOS</b>   |                     |                     |
| Aumento de bienes de uso  | 11.633.186          | 26.661.098          |
| Dividendo acciones preferidas   | 3.545.071           | 3.894.580           |
| Disminución (aumento) de préstamos  | 77.364.226          | - 63.209.128        |
| <b>Total de aplicaciones de fondos</b>  | <b>92.532.483</b>   | <b>- 32.653.450</b> |
| <b>Variación de los fondos</b>  | <b>- 12.598.744</b> | <b>16.665.957</b>   |

Las notas 1, 2 a 2.2, 3 a 3.9, 4 y 5 forman parte de los presentes estados contables consolidados.

Consejo de Vigilancia  
Arturo Edbrooke

PRICE WATERHOUSE & CO.

C.P.C.E.C.F. T° 1 F° 1 R.A.P.U.  
Dr. Alberto E. Fandiño Soco  
Contador Público UBA T° LX F° 242  
C.P.C.E. Capital Federal

**NOTAS A LOS ESTADOS CONTABLES CONSOLIDADOS**

**1. PRESENTACION DE LOS ESTADOS CONTABLES CONSOLIDADOS**

Los estados contables consolidados se presentan a doble columna en forma comparativa con los correspondientes a igual periodo del ejercicio anterior, actualizados por el índice de precios mayoristas —general—. Las cifras relativas al ejercicio anterior han sido modificadas en sus efectos de significación en función al cambio de criterio contable mencionado en la Nota 3.8.

**2. BASES DE CONSOLIDACION**

La consolidación de los estados contables ha sido efectuada de acuerdo con las normas contables y las Resoluciones de la Comisión Nacional de Valores vigentes. Las inversiones de Alpargatas S.A.I.C. en sociedades controladas y vinculadas han sido tratadas como se detalla a continuación (Valores entre paréntesis indican el porcentaje de tenencia y de votos poseídos directa o indirectamente al 31 de diciembre de 1995):

2.1. Sociedades consolidadas línea por línea.

|                                       | % en Alpargatas |            |
|---------------------------------------|-----------------|------------|
| <b>Alpargatas Anual</b>               | (100,00 %)      | (100,00 %) |
| Controlante de:                       |                 |            |
| - Exportex Anual                      | (100,00 %)      | (100,00 %) |
| - S.A. Fabrica Uruguaya de Alpargatas | (93,25 %)       | (93,25 %)  |
| Controlante de:                       |                 |            |
| - Duinol S.A.                         | (100,00 %)      | (93,25 %)  |
| - Avila S.A.                          | (100,00 %)      | (93,25 %)  |
| - Janka S.A.                          | (100,00 %)      | (93,25 %)  |
| <b>Alémica S.A.</b>                   | (100,00 %)      | (100,00 %) |
| <b>Alpargatas Calzados S.A.</b>       | (100,00 %)      | (100,00 %) |
| Controlante de:                       |                 |            |
| - Calzado Catamarca S.A.              | (100,00 %)      | (100,00 %) |
| - Confecciones Textiles S.A.          | (100,00 %)      | (100,00 %) |
| - Ardent S.A.                         | (100,00 %)      | (100,00 %) |
| Controlante de:                       |                 |            |
| - Footline Ltda.                      | (99,00 %)       | (99,00 %)  |
| - Alphabras Ltda.                     | (99,00 %)       | (99,00 %)  |
| <b>Tejidos Argentinos S.A.</b>        | (80,00 %)       | (80,00 %)  |
| Controlante de:                       |                 |            |
| - Textil Catamarca S.A.               | (99,99 %)       | (80,00 %)  |
| - Ridley S.A.                         | (100,00 %)      | (80,00 %)  |
| Controlante de:                       |                 |            |
| - Albratex Ltda.                      | (99,00 %)       | (80,00 %)  |

2.2 Sociedades consolidadas en una sola línea (por su valor patrimonial proporcional):

|   |           |           |
|---|-----------|-----------|
| <b>En Alpargatas S.A.I.C.</b>               |           |           |
| - Exportex S.A. (*)                         | (61,00 %) | (61,00 %) |
| - Pescanar S.A. (*)                         | (55,48 %) | (55,48 %) |
| Controlante de:                             |           |           |
| - Alpescan S.A. (*)                         | (91,93 %) | (61,00 %) |
| <b>En Alpargatas Calzados S.A.</b>          |           |           |
| - Nike Argentina S.A.                       | (49,00 %) | (49,00 %) |
| - Master Garments S.A. (en liquidación) (*) | (60,00 %) | (50,00 %) |

(\*) Los estatutos de estas sociedades establecen la elección de directores por clase y, en consecuencia, no se puede prevalecer en la toma de decisiones en los respectivos Directorios.

Los estados contables consolidados han sido preparados sobre la base de los balances al 31 de diciembre de 1995 y estados de resultados y de origen y aplicación de fondos por el periodo terminado en esa fecha. Se incluyen acciones preferidas de la sociedad controlante en poder de subsidiarias en "Inversiones no corrientes", a su valor técnico de rescate.

Los estados contables emitidos en otras moneda han sido convertidos a los tipos de cambio vigentes al cierre del periodo.

**3. BASES UTILIZADAS PARA LA PREPARACION DE LOS ESTADOS CONTABLES CONSOLIDADOS**

Los estados contables consolidados han sido preparados de acuerdo con las normas contables y las Resoluciones de la Comisión Nacional de Valores vigentes.

En consecuencia, los principales rubros de los estados contables consolidados han quedado valorizados según se detalla a continuación:

3.1. Rubros en moneda extranjera: han sido valuados a los tipos de cambio vigentes al cierre del ejercicio.

3.2. Inversiones corrientes: a su valor neto de realización.

3.3. Bienes de cambio: a su valor corriente de costo (costo de reposición o reproducción) o valor neto de realización, el que fuera menor.

3.4. Inversiones no corrientes:

3.4.1. Sociedades en las cuales se ejerce influencia significativa en sus decisiones: acciones ordinarias: a su valor patrimonial proporcional; acciones preferidas: a su costo ajustado o valor técnico de rescate, el menor.

3.4.2. Aportes irrevocables a cuenta de futuras suscripciones de capital: a su costo ajustado.

3.5. Bienes de uso: a su costo ajustado neto de amortizaciones acumuladas. Los bienes existentes al 31 de diciembre de 1985 han sido ajustados partiendo de los valores registrados a esa fecha, que habían sido obtenidos actualizando por índices específicos de precios los valores resultantes del revalúo técnico efectuado al 30 de junio de 1981 y los precios de compra de las altas posteriores.

El cómputo de las amortizaciones es efectuado, principalmente, de acuerdo con criterios técnicos, calculados sobre los valores de los bienes determinados según se ha detallado anteriormente.

El valor de los bienes de uso, considerados en su conjunto, no supera su valor de utilización económica.

3.6. Otros activos y pasivos monetarios en pesos: a su valor nominal, considerando los resultados financieros devengados, que incluyen en el caso de ser significativos el reconocimiento de los componentes financieros implícitos.

3.7. Consideración de los efectos de la inflación: las informaciones contables consideran los efectos de la inflación, de acuerdo con las normas de la Resolución Técnica N° 6 de la Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas, hasta el 31 de agosto de 1995. A partir de esa fecha y de acuerdo con la resolución N° 272 de la Comisión Nacional de Valores que instrumenta lo establecido por el Decreto N° 316/95 del Poder Ejecutivo Nacional, se ha discontinuado la reexpresión de las informaciones contables.

3.8. Cambio de criterio contable: en el marco de los cambios en el contexto macroeconómico producido en los últimos años, principalmente la estabilidad monetaria y el proceso de globalización de nuestra economía, la vigencia del decreto N° 316/95 del Poder Ejecutivo Nacional y la resolución N° 272 de la Comisión Nacional de Valores (que eliminaron el ajuste por inflación), y las alianzas estratégicas concertadas con socios del exterior, la Sociedad considero conveniente acercar sus criterios contables a los aplicados internacionalmente. Para ello, ha decidido discontinuar el diferimiento de ciertas erogaciones (principalmente indemnizaciones al personal y otros gastos de reorganización, así como ciertos gastos pagados por adelantado), los cuales a partir del presente ejercicio son cargados a pérdida.

Los saldos al comienzo del ejercicio correspondientes a la totalidad del rubro Activos Intangibles por \$ 42.862.890 y parcialmente del rubro Gastos Pagados por Adelantado (Otros Créditos) por \$ 21.635.283, menos el efecto en la Participación minoritaria de \$ 898.113, han sido imputados a la cuenta Ajuste de Ejercicios Anteriores.

3.9. Indemnizaciones por despido: las indemnizaciones por despido son cargadas a resultados en el momento de su pago.

**4. Informaciones complementarias:**

Ver Notas 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 4.8, 4.9, 4.10, 4.11 y 4.12 de los estados contables no consolidados.

|   | 31/12/94 \$ | 31/12/94 \$ |
|---|-------------|-------------|
| Avoles a Sociedades Art. 33 de la Ley N° 19.550 | 8.427.100   | 7.342.045   |
| Avoles a terceros                               | 366.018     | 1.519.890   |

Por Consejo de Vigilancia  
Arturo Edbrooke  
Presidente

Patricio Zavala Lagos  
Presidente

PRICE WATERHOUSE & CO.  
P.C.E. C.F. T° I - F° I R.A.P.U.  
Dr. Alberto E. Fandiño (Socios)  
Contador Público (U.B.A.) T° LX - F° 242  
C.P.C.E. Capital Federal

**INFORMACION ADICIONAL A LAS NOTAS A LOS ESTADOS CONTABLES REQUERIDA POR EL ART. 48 DEL REGLAMENTO DE LA BOLSA DE COMERCIO DE BUENOS AIRES**

**1) REGIMENES JURIDICOS ESPECIFICOS Y SIGNIFICATIVOS**

A la fecha de los presentes estados contables, no existen regimenes juridicos especificos y significativos que impliquen decaimientos o renacimientos contingentes de beneficios previstos por dichas disposiciones.

**2) MODIFICACIONES SIGNIFICATIVAS EN LAS ACTIVIDADES DE LA SOCIEDAD**

No existen.

**3) CLASIFICACION DE LOS SALDOS DE CREDITOS Y DEUDAS**

**A) CREDITOS**

**A.1) VENCIDOS**

|                     |                  |
|---------------------|------------------|
| * De 0 a 90 días    | 0                |
| * De 90 a 180 días  | 0                |
| * De 180 a 270 días | 0                |
| * De 270 a 360 días | 0                |
| * Mas de 360 días   | 2.469.090        |
|                     | <u>2.469.090</u> |

**A.2) A VENCER**

|                     |                   |
|---------------------|-------------------|
| * De 0 a 90 días    | 3.154.730         |
| * De 90 a 180 días  | 3.701.658         |
| * De 180 a 270 días | 8.346.410         |
| * De 270 a 360 días | 8.946.410         |
| * Mas de 360 días   | 12.709.384        |
|                     | <u>36.866.591</u> |

**A.3) SIN PLAZO ESTABLECIDO A LA VISTA**

|  |                   |
|--|-------------------|
|  | <u>42.547.778</u> |
|--|-------------------|

**B) DEUDAS**

**B.1) VENCIDAS**

No existen.

**B.2) A VENCER**

|                      |                   |
|----------------------|-------------------|
| * De 0 a 90 días     | 1.237.700         |
| * De 90 a 180 días   | 1.686.347         |
| * De 180 a 270 días  | 1.227.218         |
| * De 270 a 360 días  | 463.261           |
| * De mas de 360 días | 29.294.740        |
|                      | <u>33.799.266</u> |

**B.3) SIN PLAZO ESTABLECIDO A LA VISTA**

|  |                  |
|--|------------------|
|  | <u>1.302.925</u> |
|--|------------------|

**4) CLASIFICACION DE CREDITOS Y DEUDAS DE MANERA QUE PERMITA CONOCER EL EFECTO FINANCIERO**

|                 | \$ Mon. Nac. | \$ Mon. Ext. |
|-----------------|--------------|--------------|
| <b>CREDITOS</b> | 49.017.573   | 33.895.590   |
| <b>DEUDAS</b>   | 28.794.534   | 6.307.657    |

B) Los saldos de deudas en moneda nacional poseen generalmente una cláusula de ajuste establecida en función a la variación del dólar estadounidense.

C) Los saldos de créditos y deuda que devenguen intereses se corresponden básicamente con las operaciones en moneda nacional y de acuerdo a las condiciones de venta pactadas en cada operación.

**5) SOCIEDADES ART. 33 LEY 19550**

Ver Nota 4.12 y Anexo C a los estados contables.

Dada la naturaleza de los créditos y deudas con sociedades del grupo, los mismos no tienen establecido un plazo a la vista.

**6) CREDITOS POR VENTAS O PRESTAMOS CONTRA DIRECTORES Y MIEMBROS DEL CONSEJO DE VIGILANCIA**

No existen.

**7) INVENTARIO FISICO DE BIENES DE CAMBIO**

Se realizan inventarios periodicos en forma rotativa de los productos terminados, materias primas, materiales y mercadería de reventa a fin de cubrir a lo largo del año un nivel de control sobre las existencias de los distintos tipos de bienes de la compañía.

No existen bienes de inmovilización significativa que requieran ser provisionados.

**8) VALORES CORRIENTES**

**8.A) BIENES DE CAMBIO**

Las fuentes para calcular valores corrientes de los bienes de cambio fueron:

\* Para materias primas y materiales, se han determinado considerando las facturas, órdenes de compra o precios de listas de los proveedores, correspondientes al mes de cierre del periodo.

\* Para el caso de respuestos incluidos en materiales se consideró la última factura de compra, ajustada por inflación en caso de corresponder.

\* Para productos terminados y en proceso, se han determinado adicionando al costo de las materias primas y materiales, la mano de obra y gastos de fabricación a los valores del último mes del periodo.

**8.D) BIENES DE USO**

Ver nota 2.5 a los estados contables.

**9) BIENES DE USO**

No existe reserva por revalúo técnico.

**10) BIENES DE USO OBSOLETOS**

No existen bienes de uso obsoletos con valores residuales significativos.

**11) PARTICIPACION EN OTRAS SOCIEDADES**

La sociedad no posee inversiones corrientes y no corrientes que excedan los límites del art.

31 de la ley 19.550.

**12) VALORES RECUPERABLES**

El valor recuperable de los bienes de cambio se calcula a partir del valor neto de realización. En el caso de los bienes de uso, se considera su valor de utilización económica

**13) SEGUROS**

| Descripción                          | Riesgo                            | Suma asegurada      | Valor contable |
|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------|----------------|
| Edificios                            | Incendio                          | 20.720.000          | 24.780.111     |
| Maquinarias, equipos e instalaciones | Incendio                          | 6.750.000           | 6.384.052      |
| Dinero y/o valores                   | Robo-Todo riesgo                  | 274.000             |                |
| Automotores                          | Responsabilidad Civil uso p       | 3.000.000           |                |
|                                      | Responsabilidad Civil uso co      | 10.000.000          |                |
|                                      | Robo total                        | Valor de reposición |                |
| Personas                             | Seguro de vida obligatorio        | 4.320 personas      |                |
| Terceros                             | Responsabilidad Civil comprensiva | 1.500.000           |                |

**14) PREVISIONES**

No existen provisiones cuyos saldos superen el 2% del patrimonio neto.

**15) SITUACIONES CONTINGENTES**

Ver nota 4.4 a los estados contables.

**16) ADELANTOS IRREVOCABLES A CUENTA DE FUTURAS SUSCRIPCIONES**

No existen.

**17) DIVIDENDOS ACUMULATIVOS IMPAGOS DE ACCIONES PREFERIDAS**

No existen.

**18) RESTRICCIONES A LA DISTRIBUCION DE LOS RESULTADOS NO ASIGNADOS**

Ver notas 4.2 y 4.3 a los estados contables.

PRICE WATERHOUSE & Co.  
(Socio)  
C.P.C.E.C.F. T° 1 - F° 1 R.A.P.U.  
Dr. Alberto E. Faundino  
Contador Publico (UBA) T° LX - F° 242  
C.P.C.E. Capital Federal

**RESEÑA INFORMATIVA**  
(Información sobre bases consolidadas)

**1) Actividades de la Sociedad**

Los estados contables de Alpargatas S.A.I.C. al 31 de diciembre de 1995 que arrojan una utilidad neta de \$ 1.642.848, se caracterizan por:

- 1. El crecimiento de la facturación, a pesar de la fuerte recesión del mercado interno;
  - 2. Una fuerte generación de fondos que permita continuar con nuestro agresivo programa de reducción de pasivos.
- La facturación total ascendió a \$ 103,4 millones en el trimestre (12,7% superior al 4to. trimestre de 1994), lo que lleva a una cifra de \$ 417,7 millones para el año, que representa un incremento del 6% respecto a los \$ 397,8 millones alcanzados en 1994.

El total de ventas desagregado por mercados, muestra una facturación total en el mercado interno de \$ 233,8 millones, que comparados con los \$ 325,7 logrados durante 1994 demuestran una caída en las ventas domésticas de \$ 91,9 millones lo que representa el 28,2%, que se explica principalmente por los niveles recesivos del mercado interno durante 1995, (aún que ello implique una pérdida en la participación de mercado de nuestras principales líneas de productos) y por la canalización de las ventas de los productos Nike en Argentina a través de nuestro Joint Venture con Nike International, las cuales no se consolidan líneas por línea en estos estados financieros. Normalizado por el efecto del cambio en la operatividad de Nike en Argentina, las ventas domésticas muestran una retracción del 18,2%.

Por el contrario nuestras ventas en los mercados externos alcanzaron los \$ 193,4 millones en 1995, que comparados con los \$ 72,1 de 1994 marcan un crecimiento del 168% (\$ 121,3 millones).

Nuestra mayor presencia en los mercados externos se explica por el exitoso ingreso al mercado brasileño (principalmente en las líneas de calzado) y por el crecimiento de nuestras exportaciones a los países europeos y EEUU (principalmente en las líneas de artículos textiles).

Esta distinta composición de las ventas en función a los mercados que abastecemos, determino que en el año 1995 el 46% del total de nuestras ventas se canalizaron en los mercados del exterior, siendo solo el 18% en 1994.

El negocio de calzado fue el más dinámico de la empresa, ya que con \$ 77,2 millones de ventas en el trimestre, muestra un crecimiento del 38,8% contra el mismo trimestre del año anterior, finalizando el año con un nivel de ventas de \$ 274,1 millones que representa un crecimiento del 16,3% respecto a 1994. Este crecimiento fue posible por el lanzamiento de nuestras operaciones en Brasil, que más que compensaron la caída del mercado interno, producto del marco recesivo y de la canalización de las ventas de los productos Nike a través de nuestro Joint Venture con Nike International, las cuales no se consolidan líneas por línea en estos estados financieros.

El negocio textil, por el contrario, muestra una facturación de \$ 23,1 en el 4to. trimestre (27% menos que los \$ 31,6 millones del 4to. trimestre de 1994) y \$ 126,1 millones en el acumulado, finalizando el año con un 14,3% de disminución de las ventas respecto a los \$ 147,1 de 1994.

En lo que respecta a la ganancia bruta, finalizamos el año 1995 con \$ 122,1 millones que comparados con los \$ 119,7 de 1994, representan un incremento del 2% (\$ 2,4 millones). El margen bruto sin embargo sufrió una disminución de un punto porcentual al pasar del 30,1% en 1994 a 29,2% en 1995.

Los principales factores que afectaron los márgenes de rentabilidad, los encontramos fundamentalmente en los volúmenes de ventas de productos destinados al mercado doméstico, y en los costos de fabricación, siendo sus principales componentes:

- El precio del Algodón (principal insumo en nuestra industria textil) estuvo en promedio un 26% por encima del promedio de 1994, lo que representó \$ 8,4 millones de mayor costo;
- La eliminación en la reducción de las cargas sociales instaurada a partir del mes de marzo de 1995 y reatituida parcialmente a partir del mes de setiembre de 1995 significó \$ 3,7 millones de mayor costo;
- Las ineficiencias operativas que afectaron los costos directos y gastos fijos del ejercicio por caídas en el nivel de actividad;
- El incremento en los precios internacionales de ciertos commodities, principalmente productos químicos, producido hacia fines de 1994 y principios de 1995.

En lo atinente a los Gastos de Comercialización, se observa un incremento de \$ 10,1 millones que representa el 19,8% respecto a los de 1994, y se encuentra justificados por mayores royalties de los productos comercializados en Brasil y un mayor costo en la distribución y comunicación publicitaria en este mismo mercado. En cuanto a los gastos comerciales del mercado interno, su comportamiento no acompañó totalmente la caída de ventas domésticas.

Los Gastos de Administración fueron un 3,6% inferiores a 1994 (\$ 1,3 millones) debido a la consolidación de eficiencias y ahorros que permitieron incluir absorber los costos de las nuevas estructuras administrativas localizadas en el exterior.

En efecto, tanto la ganancia bruta como la incidencia de los gastos comerciales y administrativos, muestran la siguiente evolución:

**GANANCIA BRUTA**

|                               | 1995 | 1994 |
|-------------------------------|------|------|
| Acumulado                     | 122  | 120  |
| Trimestre                     | 31   | 28   |
| <b>GASTOS COMERCIALES</b>     |      |      |
| Acumulado                     | -61  | -51  |
| Trimestre                     | -16  | -13  |
| <b>GASTOS ADMINISTRATIVOS</b> |      |      |
| Acumulado                     | -35  | -34  |
| Trimestre                     | -9   | -9   |

Como consecuencia de lo antedicho, el resultado operativo de la empresa ascendió a \$ 9,4 millones en el trimestre y \$ 26,6 millones en el acumulado, una mejora del \$ 4,1 millones para el trimestre y un deterioro de \$ 6,4 millones en el año.

La carga financiera y los resultados por tenencia ascendieron a \$ 11,5 millones en el trimestre y \$ 18,6 millones en el acumulado del año, lo que determina un peor resultado financiero \$ 10,3 millones respecto al de 1994. Este crecimiento al mayor costo como consecuencia del incremento de las tasas de interés, incidido además por la eliminación del ajuste por inflación a partir del 1 de setiembre de 1995, que determino una diamétrica medición comparativa respecto a la del año 1994.

El rubro de otros ingresos y egresos refleja principalmente ciertos costos no recuperados por inactividad de plantas industriales, y compara favorablemente con el ejercicio anterior debido al resultado positivo obtenido por la venta del 50% del paquete accionario de Alténica S.A., los beneficios de la participación en Nike Argentina S.A., y por el menor impacto de gastos de reorganización.

Además, el resultado del ejercicio absorbe una carga impositiva de \$ 6,7 millones, originada principalmente por nuestras operaciones en el exterior.

La generación de giro de la empresa resulto positiva en \$ 22,6 millones. A esta debe sumarse la generación de capital de trabajo de \$ 41,0 millones para explicar la fuerte generación de fondos de las operaciones de \$ 63,6 millones.

En congruencia con los objetivos corporativos de reforzar la estructura de capitalización de la empresa, estos orígenes de fondos fueron principalmente aplicados a la cancelación de deudas bancarias y financieras. La reducción total de las mismas alcanzó durante el año los \$ 77,4 millones.

Creemos que esta reducción muestra el éxito de nuestra estrategia financiera en un periodo fuertemente favorable para la reformulación de la estructura de capitalización de la compañía, aun antes de implementar el programa de reestructuración financiera que se está llevando a cabo con el IFC y UBS.

**2) Estructura patrimonial comparativa**

|                           | 31/12/95       | 31/12/94       | 31/12/93       | 31/12/92       | 31/12/91       |  |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--|
|                           | miles de \$    |                | miles de \$    |                | miles de \$    |  |
| Activo Corriente          | 336.418        | 360.409        | 287.800        | 281.621        | 284.678        |  |
| Activo No Corriente       | 540.155        | 549.305        | 595.517        | 538.206        | 496.938        |  |
| <b>Total</b>              | <b>876.573</b> | <b>909.714</b> | <b>883.317</b> | <b>819.827</b> | <b>781.616</b> |  |
| Pasivo Corriente          | 316.792        | 311.506        | 232.360        | 221.484        | 222.190        |  |
| Pasivo No Corriente       | 190.400        | 242.851        | 234.046        | 176.864        | 153.397        |  |
| Sub-total                 | 507.192        | 554.357        | 466.396        | 398.346        | 375.587        |  |
| Participación minoritaria | 17.259         | 1.333          | 2.117          | 2.168          | 2.127          |  |
| Patrimonio Neto           | 352.122        | 354.024        | 414.804        | 419.311        | 403.902        |  |
| <b>Total</b>              | <b>876.573</b> | <b>909.714</b> | <b>883.317</b> | <b>819.827</b> | <b>781.616</b> |  |

**3) Estructura de resultados comparativa**

|                           | 31/12/95     | 31/12/94     | 31/12/93     | 31/12/92      | 31/12/91       |  |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|----------------|--|
|                           | miles de \$  |              | miles de \$  |               | miles de \$    |  |
| Resultado operativo       | 26.613       | 33.003       | 32.183       | 51.179        | 51.713         |  |
| Resultado financiero      | -18.634      | -8.353       | -7.435       | -18.106       | -49.296        |  |
| Otros ingresos y egresos  | -2.445       | -21.047      | -14.455      | -12.259       | -16.479        |  |
| Resultado ordinario       | 5.534        | 3.603        | 10.293       | 20.814        | -14.161        |  |
| Impuestos                 | -6.733       | -970         | -3.656       | -4.033        | -4.965         |  |
| Participación minoritaria | 2.842        | 240          | 92           | -6            | -168           |  |
| <b>Resultado Neto</b>     | <b>1.643</b> | <b>2.873</b> | <b>6.730</b> | <b>16.775</b> | <b>-19.294</b> |  |

**4) Datos estadísticos**

|   | 1995 |       | 1994 |       | 1993 |       | 1992 |       | 1991 |       |
|---|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|
|   | T    | A     | T    | A     | T    | A     | T    | A     | T    | A     |
| Indicador de nivel de Actividad:                  |      |       |      |       |      |       |      |       |      |       |
| Consumo de energía eléctrica (en millones de KWH) | 26,4 | 113,3 | 30,4 | 124,3 | 32,2 | 112,6 | 26,0 | 116,3 | 34,7 | 119,4 |
| T: Trimestre<br>A: Acumulado                      |      |       |      |       |      |       |      |       |      |       |

**5) Índices**

|                    | 31/12/95 | 31/12/94 | 31/12/93 | 31/12/92 | 31/12/91 |
|--------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Liquidez Corriente | 1,06     | 1,16     | 1,24     | 1,27     | 1,28     |
| Endeudamiento      | 1,44     | 1,57     | 1,12     | 0,95     | 0,93     |

**6) Perspectivas futuras:**

Mirando hacia adelante, creemos que la crisis del año 1995 ha fortalecido a la empresa y, por ende, permite augurar un buen resultado a mediano plazo. En efecto, al haber sorteado la crisis financiera, manteniendo la implementación de sus planes estratégicos y financieros, la posicionan en un lugar de privilegio frente a sus competidores.

Confiamos que el nivel de actividad de los distintos mercados será más elevado y, seguramente, menos volátil, lo cual deberá beneficiarnos no sólo por el uso de las capacidades instaladas sino también por la menor generación de ineficiencias. Es así que luego de un primer trimestre en el cual el nivel de actividad se mantendrá seguramente por debajo del de 1996, esperamos que a partir del segundo trimestre se empiece a manifestar una recuperación en los niveles de ventas que afectaron positivamente los resultados de la Compañía.

En síntesis, nos proponemos en 1996 no sólo recuperar el camino no recorrido en el '95, sino potenciar nuestros resultados por nuestra fortaleza estratégica, hoy mejorada con un sólido programa financiero y en un contexto más favorable para nuestros mercados.

Patricio Zavaglia Lagos  
Presidente

**ACTA DE DIRECTORIO**

En Buenos Aires, a los seis días del mes de marzo de 1996, en la sede social, y siendo las 17.00 horas, se reúne el Directorio de "ALPARGATAS S.A.I.C.". Asisten los Directores Titulares Sres. Patricio Zavaglia Lagos (Presidente), Guillermo A. Gotelli (Secretario), Carlos D. Tramutola, Jorge Acero, Gonzalo Aguilar, Pedro Lella y Alan R. Clutterbuck. Especialmente invitados, asisten los Directores Suplentes, Sres. Juan José González, Pablo J. M. Silveira, Atilio A. Figueras, Anselmo A. Riva, José M. Fernández Alara y Martín A. Don Aznar. Tam-

bién concurre el Sr. Marcelo Orfila. Por el Consejo de Vigilancia asiste el Consejero Titular, Sr. Juan P. A. Thibaud. Por la firma auditora concurren los Dres. Oscar Remudo y Alberto Fandiño. Los Directores ausentes tienen excusada su inasistencia:

**Asamblea y Ejercicio Económico N° 111, iniciado el 1° de enero de 1995:** El Presidente se refiere a las presentaciones que han de efectuarse a la Comisión Nacional de Valores y a la Bolsa de Comercio de Buenos Aires, y a la Asamblea a convocar en cumplimiento de las disposiciones legales y estatutarias, a fin de considerar el Ejercicio N° 111, cerrado el 31 de diciembre de 1995. Agrega el Presidente que los Directores, el Consejo de Vigilancia y la firma auditora externa han recibido con anterioridad los proyectos de Memoria, y de los antecedentes contables requeridos por las normas de la Comisión Nacional de Valores y el Reglamento de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires, inclusive la Reseña Informativa correspondiente al ejercicio, como así también el Informe del Auditor dirigido al Consejo de Vigilancia.

Tras considerar en general estos antecedentes, se pasa a tratarlos en particular.

**Estados Contables y demás antecedentes aludidos e Informe de la firma auditora:** El Presidente, el Director Secretario y el Dr. Atilio A. Figueiras se refieren a los mismos, y a los estados contables de las sociedades del art. 33 de la ley 19.550.

El Dr. Oscar Remudo comenta el Informe y señala que los estados demuestran razonablemente la situación patrimonial y financiera de la Empresa y los resultados de sus operaciones, sin contener observación alguna.

Por unanimidad se aprueban los Estados Contables y demás Anexos y se lo hace saber al Consejo de Vigilancia. Inclúyese en ello la aprobación del Inventario tal como éste se transcribe en el libro respectivo.

Apruébase asimismo la Reseña Informativa (Resolución N° 195 de la Comisión Nacional de Valores), y la Información requerida por el Art. 68 del Reglamento de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires.

Los textos aprobados, en su versión final, son pasados a los pertinentes libros, a los cuales se hace remisión.

Se toma nota del Informe de la firma auditora, que se transcribe en el Libro Inventario,

Memoria del Ejercicio 1995: Se aprueba por unanimidad el texto previamente circulado. Se refiere al mismo el Lic. Alan R. Clutterbuck. El texto aprobado es del siguiente tenor:

(SE ADJUNTA POR SEPARADO)

A su vez el texto de la Reseña Informativa aprobada, es el siguiente:

(SE ADJUNTA POR SEPARADO)

**Informe del Consejo de Vigilancia en relación al Ejercicio 1995:** El Sr. Arturo Edbrooke, Presidente del Consejo de Vigilancia —quien se retiró momentáneamente de la reunión para sesionar con dicho Consejo— confirma la oportuna recepción de toda la documentación preparada en relación a la Asamblea que ha de considerar el Ejercicio 1995, inclusive el Informe del Auditor. Agrega que partiendo de tales antecedentes, y de lo ya tratado en esta reunión de Directorio, y de lo decidido en la reunión del Consejo de Vigilancia, éste se ha expedido según el Informe del cual hace entrega al Directorio, y que se pasa al respectivo libro contable. El Directorio toma nota.

**Convocatoria a Asamblea General:** Se decide diferir para una próxima reunión, la aprobación de la Convocatoria.

**Cierre:** No habiendo otros asuntos que tratar, y siendo las 18,50 horas, se levanta la reunión y la presente acta, que es aprobada por unanimidad.

Patricio Zavalía Lagos  
Presidente

**CIADEA**

SOCIEDAD ANONIMA

Balances Trimestral al 30 de junio de 1994  
Correspondiente al Ejercicio Económico Nº 44  
(2º trimestre)  
Maipú 311 - Buenos Aires

Actividad Principal de la Sociedad: Fabricación y comercialización de vehículos automotores.  
Fecha de inscripción en la Inspección General de Justicia: 11 de marzo de 1955. Fecha de Anulación del contrato social: 11 de marzo 2054.

Sociedad contratante (art. 33 Ley Nº 19.550): Compagnie Financiere pour l'Amérique Latine (COFAL) (nota 20)

Sociedades controladas (art. 33 Ley Nº 19.550): Anexo I

Composición del capital

Acciones en circulación

Autorizada a realizar oferta pública, suscripta e integrado

|   | 1994          | 1993          |
|---|---------------|---------------|
| Ordinarias de vía 0,01 y un voto por acción | 75.000.000,00 | 21.548.950,70 |

| ACTIVO                               | 1994               | 1993               |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>ACTIVO CORRIENTE</b>              |                    |                    |
| Caja y bancos                        | 7.137.083          | 18.258.288         |
| Inversiones (nota 2a)                | 134.976.788        | 149.803.441        |
| Créditos por ventas (nota 3)         | 156.385.956        | 99.147.945         |
| Otros créditos (nota 4a)             | 58.300.659         | 31.830.241         |
| Bienes de cambio (nota 5)            | 178.762.831        | 187.879.719        |
| <b>Total del Activo Corriente</b>    | <b>536.563.317</b> | <b>467.019.634</b> |
| <b>ACTIVO NO CORRIENTE</b>           |                    |                    |
| Otros créditos (nota 4b)             | 30.282.680         | 4.504.949          |
| Inversiones (nota 2b)                | 122.461.206        | 93.176.688         |
| Bienes de uso (nota 6)               | 139.449.538        | 88.482.263         |
| Activos intangibles                  | 367.899            | 644.656            |
| <b>Total del Activo no Corriente</b> | <b>292.561.323</b> | <b>186.808.556</b> |
| <b>Total del Activo</b>              | <b>828.094.540</b> | <b>653.828.190</b> |

**PASIVO**

**PASIVO CORRIENTE**

|   |                    |                    |
|---|--------------------|--------------------|
| Cuentas por pagar (nota 7a)   | 119.969.843        | 96.288.917         |
| Préstamos (nota 8a)   | 27.597.183         | 62.664.714         |
| Remuneraciones y cargas sociales  | 22.780.662         | 28.338.813         |
| Cargas fiscales   | 38.684.233         | 15.629.393         |
| Anticipos de clientes (incluye 1994: 141.731.391, 1993: 87.380.436 recibidos a través de Soc. art. 33 Ley 19.550 Anexo III) | 151.530.178        | 88.692.600         |
| Otros pasivos   | 472.970            | 338.110            |
| Provisiones (nota 9a)   | 21.403.965         | 13.925.564         |
| <b>Total del Pasivo Corriente</b>   | <b>382.428.634</b> | <b>304.846.111</b> |

**PASIVO NO CORRIENTE**

|                                      |                    |                    |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Cuentas por pagar (nota 7b)          | 4.438.444          | 120.101            |
| Préstamos (nota 8b)                  | 74.833.886         | 72.388.653         |
| Provisiones (nota 9b)                | 116.771.458        | 106.887.469        |
| <b>Total del Pasivo no Corriente</b> | <b>196.143.788</b> | <b>179.374.223</b> |
| <b>Total del Pasivo</b>              | <b>578.572.422</b> | <b>484.220.334</b> |

**PATRIMONIO NETO**

|   |                    |                    |
|---|--------------------|--------------------|
| (Según estados respectivos)                   | 249.521.921        | 169.807.856        |
| <b>Total del Pasivo y del Patrimonio Neto</b> | <b>828.094.540</b> | <b>653.828.190</b> |

**ESTADOS DE RESULTADOS**

|   | 1994               | 1993               | 1994 | 1993 |
|---|--------------------|--------------------|------|------|
| Ventas  | 709.180.942        | 618.810.580        |      |      |
| Impuestos sobre los ingresos brutos (incluye tasa de comercio e industria)          | - 10.723.862       | - 10.016.616       |      |      |
| <b>Ventas netas</b>   | <b>698.457.080</b> | <b>608.793.964</b> |      |      |
| Costo de las mercaderías vendidas (nota 14)   | - 584.706.385      | - 528.910.999      |      |      |
| Ganancia bruta  | 113.750.695        | 79.882.965         |      |      |
| Gastos (nota 18)  |                    |                    |      |      |
| de comercialización   | - 11.384.453       | - 13.016.768       |      |      |
| de administración   | - 21.837.618       | - 19.828.968       |      |      |
| de ingeniería   | - 2.193.187        | - 2.086.111        |      |      |
| <b>Subtotal - Ganancia</b>  | <b>78.606.437</b>  | <b>44.973.098</b>  |      |      |
| Participación en los resultados de Sociedades art. 33 Ley Nº 19.550                 | 19.588.070         | 7.219.587          |      |      |
| Otros ingresos (nota 15a)   | 13.937.591         | 5.368.221          |      |      |
| Otros egresos (nota 15b)  | - 47.689.352       | - 5.171.991        |      |      |
| Resultados financieros y por tenencia:  |                    |                    |      |      |
| Resultados por activos  |                    |                    |      |      |
| Intereses   | 13.796.728         | 10.128.108         |      |      |
| Resultado por exposición a la inflación   | - 3.440.905        | - 1.943.323        |      |      |
| <b>Subtotal - Ganancia</b>  | <b>110.917.623</b> | <b>66.576.200</b>  |      |      |
| Diferencia de cambio  | - 6.628.012        | 2.488.979          |      |      |
| Resultado por tenencia de bienes de cambio  | - 4.004.140        | - 8.784.989        |      |      |
| Generados por pasivos   |                    |                    |      |      |
| Gastos financieros  | - 7.219.048        | - 6.496.578        |      |      |
| Resultado por exposición a la inflación   | 7.254.856          | 2.082.108          |      |      |
| Diferencia de cambio  | 3.787.204          | 2.408.133          |      |      |
| Resultado por tenencia - deuda con suscriptores de planes de ahorro                 | 6.404.303          | 6.780.115          |      |      |
| <b>Subtotal - Ganancia</b>  | <b>75.373.532</b>  | <b>55.082.177</b>  |      |      |
| Impuesto a las ganancias  | - 21.988.452       | - 10.903.474       |      |      |
| <b>Ganancia ordinaria del período</b>   | <b>53.407.080</b>  | <b>44.188.703</b>  |      |      |
| Resultados extraordinarios  |                    |                    |      |      |
| Indemnización por despido   | - 2.560.404        | - 4.788.064        |      |      |
| Participación en los resultados extraordinarios de Sociedades art. 33 Ley Nº 19.550 | 48.754             | 28.921             |      |      |
| <b>Pérdida extraordinaria del período</b>   | <b>- 2.511.650</b> | <b>- 4.759.143</b> |      |      |
| <b>Ganancia neta del período</b>  | <b>50.895.430</b>  | <b>39.429.560</b>  |      |      |

**ESTADO DE EVOLUCION DEL PATRIMONIO NETO**

| Rubros   | Aportes de los accionistas |                                     | Aportes no capitalizados<br>Primas de emisión | Ganancias reservadas<br>Reserva legal | Resultados no asignados | Total patrimonio neto |
|--|----------------------------|-------------------------------------|---|---------------------------------------|-------------------------|-----------------------|
|  | Capital social             | Ajustes integral del capital social |   |                                       |                         |                       |
| Saldo al comienzo del ejercicio                                    | 75.000.000                 | 2.179.806                           | 1.408.729                                     | 11.716.737                            | 134.967.508             | 229.267.870           |
| Resolución de la Asamblea General Ordinaria del 8 de abril de 1994 |                            |                                     |   |                                       |                         |                       |
| - Dividendo en especie   |                            |                                     |   |                                       | -30.641.379             | -30.641.379           |

| Rubros                             | Capital social | Ajuste integral del capital social | Aportes no capitalizados Primas de emisión | Ganancias reservadas Reserva legal | Resultados no asignados | Total patrimonio neto |
|------------------------------------|----------------|------------------------------------|--|------------------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Ganancia neta del período .....    | —              | —                                  | —  | —                                  | 50.905.430              | 50.905.430            |
| Saldos al cierre del período ..... | 75.000.000     | 2.179.906                          | 1.403.729                                  | 15.716.727                         | 155.221.559             | 249.521.921           |

La información se expresa en moneda de cierre, excepto en aquellas cuentas que por razones legales deben exponerse a sus valores nominales y sus respectivas cuentas complementarias de ajuste.  
Las notas 1 a 22 y anexos I a III, forman parte integrante de este estado.

| Rubros   | Aportes de los accionistas |                                    |  |                                    |                         | Total patrimonio neto |
|--|----------------------------|------------------------------------|--|------------------------------------|-------------------------|-----------------------|
|  | Capital social             | Ajuste integral del capital social | Aportes no capitalizados Primas de emisión | Ganancias reservadas Reserva legal | Resultados no asignados |                       |
| Saldos al comienzo del ejercicio .....                               | 21.548.951                 | 23.758.813                         | 33.275.871                                 | 15.177.893                         | 87.126.780              | 160.887.308           |
| Resolución de la Asamblea General Ordinaria del 29 de abril de 1993: |                            |                                    |  |                                    |                         |                       |
| - Reserva legal .....  | —                          | —                                  | —  | 538.834                            | -538.834                | —                     |
| - Dividendo en efectivo .....  | —                          | —                                  | —  | —                                  | -30.697.012             | -30.697.012           |
| Ganancia neta del período .....                                      | —                          | —                                  | —  | —                                  | 39.417.560              | 39.417.560            |
| Saldos al cierre del período .....                                   | 21.548.951                 | 23.758.813                         | 33.275.871                                 | 15.716.727                         | 75.307.494              | 169.607.858           |

La información se expresa en moneda de cierre, excepto en aquellas cuentas que por razones legales deben exponerse a sus valores nominales y sus respectivas cuentas complementarias de ajuste.

Hugo Alberto Lappi  
Por Comisión Fiscalizadora

DELOITTE & Co.  
Alberto A. Allemand (socio)  
Contador Público (U.B.A.)  
C.P.C.E. de la Cap. Fed.  
Tomo 103 - Folio 223

Manuel Antelo  
Presidente

ESTADOS DE ORIGEN Y APLICACION DE FONDOS

|  | 1994         | 1993         | 1994 | 1993 |
|--|--------------|--------------|------|------|
| Variación de los fondos  |              |              |      |      |
| Fondos al inicio del ejercicio .....   | 160.360.802  | 39.389.205   |      |      |
| (Aumento) - Aumento neto de los fondos en el período .....                           | -18.236.931  | 128.702.824  |      |      |
| Fondos al cierre del período .....   | 142.123.871  | 168.092.029  |      |      |
| Causas de la variación de los fondos   |              |              |      |      |
| Ganancia ordinaria del período .....   | 53.407.080   | 44.188.703   |      |      |
| Más: Partidas que no significan aplicación de fondos                                 |              |              |      |      |
| Nota 17a) .....  | 214.896.208  | 245.484.167  |      |      |
| Menos: Partidas que no significan origen de fondos                                   |              |              |      |      |
| Nota 17 b) .....   | -137.572.572 | -110.662.088 |      |      |
| Garantía de créditos existentes al inicio del ejercicio .....                        | 92.840.002   | 109.182.911  |      |      |
| Riesgo de deudas existentes al inicio del ejercicio .....                            | -184.547.764 | -135.227.514 |      |      |
| Fondos (aplicados a) generados por las operaciones financieras .....                 | 39.022.954   | 163.008.179  |      |      |
| Pérdida extraordinaria del período .....   | -2.501.650   | -4.771.143   |      |      |
| Menos: Partidas que no significan origen de fondos (nota 17c) .....                  | -48.754      | -25.921      |      |      |
| Fondos aplicados a las operaciones extraordinarias .....                             | -2.550.404   | -4.798.064   |      |      |
| Fondos generados por las operaciones .....   | 36.472.550   | 148.208.115  |      |      |
| Otros Orígenes de Fondos   |              |              |      |      |
| Anticipo de clientes .....   | 56.167.712   | 38.812.451   |      |      |
| Préstamos bancarios .....  | 19.918.105   | 6.783.789    |      |      |
| Préstamos de Sociedad Art. 33 Ley Nº 19.550 .....                                    |              | 3.773.046    |      |      |
| Préstamos cobrados .....   | 1.016.849    | 673.878      |      |      |
| Garantía de créditos por venta de acciones de sociedades Art. 33 Ley Nº 19.550 ..... | 4.272.273    | 4.468.005    |      |      |
| Total de otros orígenes de fondos .....  | 81.374.939   | 54.478.969   |      |      |
| Total de orígenes de fondos .....  | 117.847.489  | 202.687.084  |      |      |
| Aplicaciones de Fondos   |              |              |      |      |
| Aplicación de bienes de uso .....  | -42.648.937  | -20.498.955  |      |      |
| Préstamos pagados .....  | -30.641.379  | -30.697.012  |      |      |
| Anticipo de otros créditos .....   | -43.084.878  | -2.008.198   |      |      |
| Anticipo de anticipos a proveedores .....  | -6.328.180   | -1.647.251   |      |      |

|   | 1994         | 1993        |
|---|--------------|-------------|
| Incremento neto de aportes (irrevocables a Sociedades Art. 33 Ley Nº 19.550 ..... | —            | -9.935.173  |
| Utilización de previsiones del pasivo corriente y no corriente .....              | -13.371.236  | -9.197.961  |
| Total de otras aplicaciones de fondos .....                                       | -136.084.420 | -73.984.560 |
| (Disminución) - Aumento neto de los fondos en el período .....                    | -18.236.931  | 128.702.824 |

Hugo Alberto Lappi  
Por Comisión Fiscalizadora

DELOITTE & CO.  
Alberto A. Allemand (Socio)  
Contador Público U.B.A.  
C.P.C.E. de la Cap. Fed.  
Tomo 103 - Folio 223

Manuel Antelo  
Presidente

NOTAS A LOS ESTADOS CONTABLES

1. Bases de contabilización y principales criterios de valuación

Los estados contables han sido preparados de acuerdo con las disposiciones de la Resolución General Nº 195 de la Comisión Nacional de Valores.

De acuerdo con las disposiciones de la mencionada Resolución, los estados contables han sido ajustados para considerar los efectos de las variaciones en el poder adquisitivo de la moneda, en base a los lineamientos establecidos en la Resolución Técnica Nº 8 de la Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas, adoptada por la Resolución Nº 136/84 del Consejo Profesional de Ciencias Económicas de la Capital Federal. En cumplimiento de la Resolución General Nº 196 mencionada y a los fines de una adecuada comparabilidad, los estados contables correspondientes al período de seis meses terminado el 30 de junio de 1993 han sido reexpresados en moneda de junio de 1994.

Los principales criterios empleados en la preparación de los estados contables son:

- a) Coeficientes utilizados  
Se utilizaron los coeficientes basados en el "Índice de precios al por mayor - nivel general" publicados por el Instituto Nacional de Estadística y Censos, cuya variación en el período de seis meses terminado el 30 de junio de 1994 fue del 2,25% y en el período de seis meses terminado el 30 de junio de 1993 del 2,07%.
- b) Rubros monetarios  
Caja y bancos, créditos, colocaciones financieras, deudas y previsiones en pesos se expresan a sus valores nominales deduciendo, en caso de corresponder, los componentes financieros implícitos no devengados.
- c) Activos y pasivos en moneda extranjera  
Se han actualizado a los tipos de cambio aplicables o cotizaciones vigentes al cierre de cada período.
- d) Bienes de cambio y costo de ventas  
Los bienes de cambio han sido valuados a la fecha de cierre de cada período a su costo de reposición, contemplando, en el caso de vehículos terminados y en curso de termina-

con los valores vigentes al cierre del periodo del costo de la mano de obra y de los gastos de fabricación.

Los valores así determinados, no superan en su conjunto, su valor recuperable.

El costo de ventas ha sido calculado computando el costo de los bienes de cambio vendidos en cada mes, según lo arriba mencionado, y reconvertido a moneda de cierre de cada periodo por la variación de los índices indicados en a).

e) Inversiones

• Títulos públicos: se han actualizado al cierre de cada periodo de acuerdo con las cotizaciones vigentes a esas fechas deduciendo los correspondientes gastos de venta.

• Acciones Sociedades art. 23 Ley N° 19.550:

Sociedades controladas

A su valor patrimonial proporcional determinado sobre estados contables preparados en moneda constante, a fechas coincidentes con los de la sociedad controlante.

Sociedades vinculadas

A su costo ajustado con el límite de su valor recuperable o, cuando correspondiera, a su valor patrimonial proporcional, determinado sobre estados contables preparados en moneda constante, a fecha coincidente con los de CIADRA S.A.

f) Bienes de uso

El costo original de los bienes fue reexpresado de acuerdo con las variaciones de los índices indicados en a), computando el consiguiente efecto en las amortizaciones, las que se calcularon aplicando el método de la línea recta. En el caso de Herramientas especiales durante 1993 las alícuotas de amortización se adecuaron en función de decisiones de extensión de la vida útil de algunos modelos de vehículos que se había previsto discontinuar en 1994 para los cuales tales herramientas son específicas (las extensiones varían entre dos y tres años según los modelos).

Los valores así determinados no superan, en su conjunto, su valor recuperable.

g) Activos intangibles

A su valor de costo reexpresado en moneda constante de acuerdo con las variaciones de los índices indicados en a). Corresponden al valor lleva originado por la adquisición de la sociedad chilena Industria Automotriz Francoamericana S.A.

h) Deudas en empresas en dinero

Están expuestas al valor de los activos

necesarios para satisfacer la obligación. Corresponden a los anuncios de clientes directos y de los grupos de ahorro administrados por Plan Rombo S.A. de Ahorro para Fines Determinados.

i) Préstamo - Sociedad art. 23 Ley N° 19.550

Corresponde a un préstamo otorgado por la sociedad controlante (anexo III). Según comunicación recibida de la sociedad controlante este préstamo se mantendrá hasta que la Sociedad renuncie sobre su capitalización, razón por la cual ha sido clasificado como no corriente.

j) Patrimonio neto

• Capital social: se ajustó aplicando a los importes históricos los coeficientes indicados en a), en función de las respectivas fechas de suscripción.

• Ajuste integral del capital social: corresponde al exceso del valor ajustado del capital con respecto a su valor nominal.

En el rubro Ajuste integral del capital social no hubo en los últimos cinco ejercicios otras imputaciones que no surjeran de la reexpresión de las suscripciones en moneda constante o de capitalizaciones resueltas por Asambleas de Accionistas, o por la absorción de las pérdidas finales de los ejercicios 1990 y 1991.

• Primas de emisión: se ajustaron aplicando los coeficientes indicados en a), en función de las respectivas fechas de origen.

• Reserva legal: se ajustaron los saldos al inicio de cada ejercicio por los coeficientes indicados en a).

• Resultados no ajustados: los saldos al inicio de cada ejercicio se ajustaron aplicando los coeficientes indicados en a).

k) Cuentas de resultados

Las cuentas de resultados de cada periodo se reexpresaron en moneda de cierre aplicando a los saldos mensuales, netos de componentes financieros imputados cuando correspondiera, los coeficientes mencionados en a), en función de su fecha de origen, excepto:

• Costo de mercaderías vendidas: se determinó en función de los indicado en el apartado d) de esta nota.

• Cargos por otros activos enajenados (amortizaciones de bienes de uso y de servicios intangibles, otorgamiento de gastos pagados por adelantado y costo de venta de bienes de uso): se determinaron en función de los valores de los activos reexpresados en moneda de cierre de cada periodo.

• Participación en los resultados de Sociedades art. 23 Ley N° 19.550: se computó en base al método del valor patrimonial proporcional.

El movimiento de la provisión para devaluación de inversiones fue el siguiente:

|                                   | 1994    | 1993     |
|-----------------------------------|---------|----------|
| - Saldo al comienzo del ejercicio | 392.932 | 532.389  |
| - Anuncio (1)                     |         | 392.389  |
| - Denuciación - Utilizaciones     |         | - 41.987 |
| - Saldo al cierre del periodo     | 392.932 | 882.348  |

(1) Cargo a otros egresos (nota 15 b)

3. Créditos por Ventas

El detalle de los créditos por ventas es el siguiente:

|  | 1994        | 1993        |
|--|-------------|-------------|
| Comunes                                      | 95.726.363  | 66.442.268  |
| Reservas por exportaciones                   | - 6.932.173 | 3.630.022   |
| Sociedades art. 23 Ley N° 19.550 (anexo III) | 59.039.725  | 28.466.887  |
| Subtotal                                     | 161.896.262 | 100.428.177 |
| Provisión para deudores incobrables          | - 5.312.206 | - 1.280.227 |
| Total  | 156.586.956 | 99.147.944  |

El movimiento de la provisión para deudores incobrables fue el siguiente:

|  | 1994      | 1993      |
|--|-----------|-----------|
| Saldo al comienzo del ejercicio  | 3.015.775 | 996.844   |
| Aumento cargo a gastos de comercialización (nota 15)   | 2.362.842 | 308.097   |
| Imputado a resultados financieros generados por activos resultando por exposición a la inflación | - 68.311  | - 21.714  |
| Saldo al cierre del periodo  | 5.312.206 | 1.280.227 |

4. Otros Créditos

El detalle de los otros créditos es el siguiente:

|   | 1994       | 1993        |
|---|------------|-------------|
| a) Corrientes   |            |             |
| Cargos varios a recuperar   | 2.124.819  | 6.833.978   |
| Sociedades art. 23 Ley N° 19.550 (anexo III)                                | 8.816.141  | 286.289     |
| Saldo preductorio por venta de acciones de Sociedades art. 23 Ley N° 19.550 | 2.042.227  | 7.030.864   |
| Gastos pagados por adelantado   | 7.382.941  | 1.791.477   |
| Anticipo a proveedores de servicios   |            | 1.340.572   |
| Contribución Solidaria Ley N° 23.740  | 284.223    | 428.128     |
| Ajuste a su pasador Decreto N° 136/84 B.I.C.E.                              |            | 592.322     |
| Documentos a cobrar   | 90.186     | 601.298     |
| Bonos de crédito de circumstancia   | 62.921     | 592.830     |
| Saldo a favor impositivos   | 3.378.685  | 9.374.298   |
| Amortización diferida (nota 6)  | 1.315.820  | 1.022.078   |
| Ahorro obligatorio Leyes N° 23.266 y 23.645                                 | 889.000    | 608.482     |
| Comerciantes  | 27.007.330 |             |
| Diversos  | 5.486.210  | 3.498.408   |
| Subtotal  | 59.177.983 | 33.997.763  |
| Provisión para deudores incobrables   | - 877.824  | - 2.087.620 |
| Total   | 58.300.159 | 31.910.143  |

El movimiento de la provisión para deudores incobrables fue el siguiente:

|   | 1994     | 1993      |
|---|----------|-----------|
| Saldo al comienzo del ejercicio   | 897.048  | 908.628   |
| Aumento - cargo a gastos de comercialización  |          | 1.180.877 |
| Imputado a resultados financieros generados por activos - resultado por exposición a la inflación | - 19.724 | - 22.788  |
| Saldo al cierre del periodo   | 877.324  | 2.087.620 |

b) No Corrientes

|   | 1994       | 1993      |
|---|------------|-----------|
| Comerciantes  | 22.805.127 |           |
| Saldo preductorio por venta de acciones de Sociedades art. 23 Ley N° 19.550 | 1.693.968  | 2.034.968 |
| Sociedades art. 23 Ley N° 19.550 (anexo III)                                | 3.962.340  |           |
| Documentos a cobrar   |            | 2.186.819 |
| Contribución Solidaria Ley N° 23.740  | 286.149    | 286.149   |
| Diversos  | 1.644.078  |           |
| Total   | 30.391.662 | 4.408.036 |

2. Inversiones

El detalle de las inversiones es el siguiente:

|  | 1994        | 1993        |
|--|-------------|-------------|
| a) Corrientes  |             |             |
| Colocación 6 meses   | 124.806.639 | 144.284.312 |
| Títulos Públicos   |             |             |
| Bonos Externos   |             |             |
| Bono 1984  | 2.864.212   | 5.548.129   |
| Bono 1985  | 2.940.687   |             |
| Préstamo Financiero - Sociedades art. 23 Ley N° 19.550 (anexo III) | 4.274.360   |             |
| Total  | 134.978.788 | 149.802.441 |

b) No Corrientes

|  | 1994        | 1993       |
|--|-------------|------------|
| Acciones y partes inv. en soc. art. 23 Ley N° 19.550 | 123.264.188 | 84.088.988 |
| Provisión para devaluación de inversiones            | - 282.932   | - 583.348  |
| Total  | 122.981.256 | 83.505.640 |

## 8. Bienes de cambio

El detalle de los bienes de cambio es el siguiente:

|   | 1994                      | 1993                      |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Vehículos terminados.....                                   | 22.931.109                | 29.368.986                |
| Productos en curso de producción.....                       | 4.403.436                 | 18.448.725                |
| Materias primas.....  | 130.090.221               | 100.609.716               |
| Repuestos y accesorios.....                                 | 18.089.274                | 13.414.377                |
| Materiales diversos.....                                    | 8.874.513                 | 10.830.779                |
|   | <u>184.388.553</u>        | <u>172.667.582</u>        |
| Anticipos a proveedores.....                                | 221.412                   | 306.679                   |
|   | <u>184.609.965</u>        | <u>172.974.261</u>        |
| Provisión para mermas y desvalorización de inventarios..... | - 5.847.134               | - 4.994.542               |
| <b>Total.....</b>   | <b><u>178.762.831</u></b> | <b><u>167.979.719</u></b> |

El movimiento de la provisión para mermas y desvalorización de inventarios fue el siguiente:

|   | 1994             | 1993             |
|---|------------------|------------------|
| Saldos al comienzo del ejercicio.....   | 1.567.047        | 3.758.707        |
| Aumento — cargo al costo de bienes de cambio (nota 18).....                                 | 5.764.551        | 1.543.929        |
| Utilización — absorción del material obsoleto y baja de vehículos de servicio y prueba..... | - 1.484.464      | - 308.094        |
| Saldos al cierre del ejercicio.....   | <u>5.847.134</u> | <u>4.994.542</u> |

## 6. Bienes de Uso

El detalle de los bienes de uso es el siguiente:

| Cuenta principal                             | 1994<br>Neto<br>Resistente | 1993<br>Neto<br>Resistente |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Terrenos.....                                | 2.601.139                  | 2.601.139                  |
| Edificios, caminos y vías férreas.....       | 18.267.796                 | 14.408.006                 |
| Máquinas y equipos varios.....               | 23.839.967                 | 22.103.702                 |
| Automotores de uso interno y aeronaves.....  | 11.534.041                 | 5.394.250                  |
| Equipos e instalaciones modificables.....    | 3.594.929                  | 1.919.808                  |
| Muebles y máquinas de oficina.....           | 1.941.487                  | 2.078.468                  |
| Herramientas especiales.....                 | 31.093.002                 | 23.439.348                 |
| Bienes de uso en construcción o montaje..... | 40.470.199                 | 16.484.544                 |
| Anticipos a proveedores.....                 | 6.116.778                  |                            |
| <b>Total.....</b>                            | <b><u>139.449.538</u></b>  | <b><u>88.482.263</u></b>   |

La evolución del rubro fue la siguiente:

| Cuenta principal                               | 1994               | 1993               |
|--|--------------------|--------------------|
| Valor de origen al comienzo del ejercicio..... | 543.084.194        | 598.194.201        |
| Aumentos.....                                  | 42.648.937         | 20.488.965         |
| Disminuciones.....                             | - 4.336.822        | - 36.388.044       |
| Valor de origen al cierre del período.....     | <u>581.408.309</u> | <u>582.308.122</u> |

## 9. Provisiones

a) El movimiento de las provisiones corrientes es el siguiente:

| Rubros                                       | 1994                                  |                          |                            | Saldo al<br>cierre del<br>período |
|--|---------------------------------------|--------------------------|----------------------------|-----------------------------------|
|  | Saldo al<br>comienzo del<br>ejercicio | Aumentos                 | Disminuciones              |                                   |
| Para reclamos por accidentes de trabajo..... | 3.782.412                             | 2.564.103 (1)            | - 2.084.228 (2)            | 4.262.287                         |
| Para garantía de fábrica.....                | 6.914.146                             | 5.127.454 (3)            | - 3.990.111 (2)            | 8.051.489                         |
| Para plan de pensiones.....                  | 1.084.540                             |                          |                            | 1.084.540                         |
| Para contingencias varias.....               | 7.433.512                             | 7.889.034 (1)            | - 7.298.897 (2)            | 8.025.649                         |
| <b>Totales.....</b>                          | <b><u>19.194.610</u></b>              | <b><u>15.580.591</u></b> | <b><u>- 13.371.236</u></b> | <b><u>21.408.965</u></b>          |

(1) Transferido de no corriente.

(2) Utilización de acuerdo con la naturaleza específica de la cuenta.

(3) Cargo al costo de bienes de cambio (nota 18).

| Rubros                                       | 1993                                  |           |               | Saldo al<br>cierre del<br>período |
|--|---------------------------------------|-----------|---------------|-----------------------------------|
|  | Saldo al<br>comienzo del<br>ejercicio | Aumentos  | Disminuciones |                                   |
| Para reclamos por accidentes de trabajo..... | 1.928.409                             | 1.507.948 | - 1.594.543   | 1.841.814                         |
| Para garantía de fábrica.....                | 5.843.478                             | 4.751.843 | - 4.878.088   | 5.717.233                         |

|   | 1994                      | 1993                     |
|---|---------------------------|--------------------------|
| Amortización acumulada al comienzo del ejercicio..... | 424.309.255               | 506.027.021              |
| Disminuciones.....                                    | - 1.181.555               | - 29.136.592             |
| Amortización del período (1).....                     | <u>14.945.844</u>         | <u>17.935.430</u>        |
| Amortización acumulada al cierre del período.....     | 448.073.544               | 493.825.859              |
| Anticipo a proveedores.....                           | 6.116.778                 |                          |
| <b>Neto Resultante.....</b>                           | <b><u>139.449.535</u></b> | <b><u>88.482.263</u></b> |

(1) El destino de la amortización es 1994: 13.630.029 a gastos (nota 18); 1.315.820 a amortización diferida (nota 4).

1993: 18.913.355 a gastos; 1.022.075 a amortización diferida (nota 4).

## 7. Cuentas por pagar

El detalle de las cuentas por pagar es el siguiente:

|   | 1994                      | 1993                     |
|---|---------------------------|--------------------------|
| a) Corrientes   |                           |                          |
| Comerciales (incluyendo las derivadas del retorno de la moneda automotriz — nota 11)..... | 70.623.294                | 49.466.046               |
| Sociedades art. 23 Ley Nº 19.550 (anexo III).....   | 49.336.249                | 45.810.869               |
| <b>Total.....</b>   | <b><u>119.969.543</u></b> | <b><u>95.276.917</u></b> |

## b) No Corrientes

Comerciales..... 4.438.444 120.101

## 8. Préstamos

El detalle de los préstamos es el siguiente:

|   | 1994                     | 1993                     |
|---|--------------------------|--------------------------|
| a) Corrientes   |                          |                          |
| Adiantos en cuenta corriente.....                     | 1.672.273                | 5.688.452                |
| Financiación de operaciones de comercio exterior..... | 18.248.832               | 51.562.303               |
| Crédito documentario por importaciones.....           | 2.003.339                | 1.949.012                |
| Biceldos art. 33 Ley Nº 19.550 (anexo III).....       | 8.675.739                | 2.454.947                |
| <b>Total.....</b>                                     | <b><u>27.597.183</u></b> | <b><u>62.654.714</u></b> |

## b) No Corrientes

Sociedades art. 33 Ley Nº 19.550 (anexo III)..... 72.392.879 72.368.653

Crédito documentario por importaciones..... 2.541.207

**Total..... 74.933.886 72.368.653**

| Rubros                          | Saldo al comienzo del ejercicio | 1994              |                    | Saldo al cierre del periodo |
|---------------------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|-----------------------------|
|                                 |                                 | Aumentos          | Disminuciones      |                             |
| Para plan de pensiones .....    | 1.399.362                       | 161.624           | - 179.583          | 1.381.403                   |
| Para contingencias varias ..... | 3.065.478                       | 2.468.883         | - 2.544.850        | 2.989.511                   |
| <b>Totales .....</b>            | <b>12.233.727</b>               | <b>10.889.798</b> | <b>- 9.197.961</b> | <b>13.928.564</b>           |

b) El movimiento de las provisiones no corrientes es el siguiente:

| Rubros  | Saldo al comienzo del ejercicio | 1994              |                     | Saldo al cierre del periodo |
|---|---------------------------------|-------------------|---------------------|-----------------------------|
|   |                                 | Aumentos          | Disminuciones       |                             |
| Para reclamos por accidentes de trabajo ..... | 6.893.643                       | 1.826.312 (1)     | - 2.564.103 (2)     | 6.155.852                   |
| Para plan de pensiones .....                  | 9.580.864                       |                   |                     | 9.580.864                   |
| Para contingencias varias .....               | 66.898.281                      | 42.528.592 (1)    | - 7.889.034 (2)     | 101.538.839                 |
| <b>Totales .....</b>                          | <b>82.872.688</b>               | <b>44.354.904</b> | <b>- 10.453.137</b> | <b>116.774.455</b>          |

(1) Cargo a otros egresos (nota 15b).

(2) Transferido a corriente.

| Rubros  | Saldo al comienzo del ejercicio | 1993             |                    | Saldo al cierre del periodo |
|---|---------------------------------|------------------|--------------------|-----------------------------|
|   |                                 | Aumentos         | Disminuciones      |                             |
| Para reclamos por accidentes de trabajo ..... | 8.470.853                       | 2.384.785        | - 3.507.948        | 7.347.690                   |
| Para plan de pensiones .....                  | 12.594.251                      |                  | - 161.624          | 12.432.627                  |
| Para contingencias varias .....               | 87.919.233                      | 1.677.102        | - 2.468.883        | 87.127.452                  |
| <b>Totales .....</b>                          | <b>108.984.037</b>              | <b>4.041.887</b> | <b>- 6.138.455</b> | <b>106.887.469</b>          |

#### 10. Activos y Pasivos contingentes

La Secretaría de Industria de la Nación inició en 1989 una demanda reclamando el cobro de la tasa establecida por el Decreto N° 8.655/68, no abonada por la Sociedad desde 1979, por entender que la mencionada norma está tácitamente derogada.

Durante el año 1990 se dictó sentencia condenando a la Sociedad a abonar los montos correspondientes hasta diciembre de 1987. El total devanado al 30 de junio de 1994 asciende a aproximadamente 8.800.000 en moneda de esa fecha. Esta sentencia fue apelada y en segunda instancia el fallo fue favorable a CIADEA S.A.

Durante el segundo trimestre del año 1991, el Estado Nacional interpuso el correspondiente recurso de inaplicabilidad de Ley.

Con fecha 10 de marzo de 1994 la Cámara de Apelaciones en fallo plenario dispuso que corresponde el pago de la mencionada tasa. El 7 de abril de 1994, la Sociedad interpuso el correspondiente recurso extraordinario ante la Corte Suprema. Por razones de estricta prudencia y sin que esta decisión signifique resignar derechos de la Sociedad, al cierre de ambos períodos el monto del reclamo se mantiene provisionado.

Otros reclamos, principalmente de orden laboral y algunas contingencias de sociedades controladas, se encuentran también provisionadas en función de las probabilidades de materialización o de resolución adversa para la Sociedad, en razón de que serán absorbidas por la sociedad controlante.

Desde el año 1990, la Dirección General Impositiva realizó inspecciones, en la Sociedad, relativas a la abstracción del impuesto al Valor Agregado y de impuestos internos en las facturas de vehículos vendidos a través de pines de aborro, hasta enero de 1990 y diciembre de 1989 respectivamente. En lo esencial la Dirección General Impositiva objetó que dichos impuestos hayan sido liquidados en base a los precios efectivamente facturados y percibidos por la Sociedad y sostiene que dicha liquidación debió efectuarse en base al precio de lista de los vehículos al

momento de su entrega, que en períodos de alta inflación, era normalmente más elevado.

En diciembre de 1991 la Dirección General Impositiva presentó a la Sociedad una determinación de reducción del crédito fiscal de 1984. Adicionalmente, durante el ejercicio 1992 la misma Dirección presentó una determinación de oficio referida al impuesto al valor agregado por los períodos 1985 y diciembre de 1986 a noviembre de 1987, e impuestos internos por el período noviembre de 1986 - octubre de 1987. En diciembre de 1993 la Dirección General Impositiva presentó una determinación de oficio referida al impuesto al valor agregado por los períodos 1985 y diciembre de 1986 a noviembre de 1987, e impuestos internos por el período noviembre de 1987 a octubre de 1988 y en el mes de junio de 1994 la Dirección General Impositiva inició el reclamo del impuesto al valor agregado por el período diciembre de 1988 a enero de 1990 e impuestos internos de noviembre de 1988 a diciembre de 1989 cuya determinación de oficio se espera será presentada antes del cierre del corriente ejercicio. El valor actualizado de los capitales reclamados por la Dirección asciende aproximadamente a 75.700.000.

La Sociedad considera que dichos reclamos no son procedentes y ha presentado los correspondientes descargos ante la Dirección General Impositiva y recursos ante el Tribunal Fiscal de la Nación, estimando que le asisten argumentos jurídicos que posibilitan una resolución favorable.

No obstante lo indicado, por razones de estricta prudencia, y sin que esta decisión signifique resumir derechos de la Sociedad, se ha provisionado al cierre del período el monto antes indicado.

En cuanto al criterio de constabilización descrito en párrafos anteriores, la Comisión Nacional de Valores hizo llegar a la Sociedad una nota recibida con fecha 18 de octubre de 1993, en la que comunica que en el expediente caratulado "Servel Argentina S.A. s/reclamos impositivos" el Directorio del Organismo había resuelto hacer saber a las sociedades sujetas a su control que "deberán provisionar

capital e intereses de los reclamos impositivos formulados por la Dirección General Impositiva". Con fecha 28 de octubre de 1993 se solicitó a la Comisión la reconsideración de dicho criterio. Dicho organismo dictó posteriormente una resolución de no innovar. Por ese motivo la Sociedad ha continuado aplicando el criterio de provisionar el valor actualizado de los montos de impuestos reclamados, sin otorgamiento de intereses.

d) Con fecha 14 de febrero de 1994, la Sociedad reiteró ante la Secretaría de Comercio una presentación efectuada el 2 de agosto de 1993, en el expediente Ex-Secretaría de Industria y Comercio 615622, reclamando el cobro de importes adeudados en concepto de Anulo Compensador Decreto N° 826/85 S.I.-C.E. correspondiente al año 1989, que totalizan aproximadamente U\$S 40.270.000 y para los que se ha efectuado una propuesta transaccional en la que la empresa aceptaría percibir el 40% del monto reclamado en Bonos de Consolidación en dólares estadounidenses.

Los montos reclamados no se han contabilizados en los estados contables.

e) Crédito fiscal por aproximadamente \$ 60.646 correspondiente al 20% del monto actualizado de los queorantos impositivos orinados con anterioridad al 31 de diciembre de 1990 (ver nota 16).

Ante el Juzgado Federal N° 1 de la Ciudad de Córdoba se tramita una causa, iniciada durante el transcurso del corriente período por denuncia de la Administración Nacional de Aduanas, en la que según referencias obtenidas, se estarían investigando infracciones al art. 864, inc. b) del Código Aduanero en relación con exportaciones realizadas por la Sociedad.

La Sociedad aún no ha sido notificada de cargo alguno y sostiene no haber cometido tales infracciones.

#### 11. Régimen de la industria automotriz

Con fecha 29 de junio de 1992, la Sociedad presentó ante la Secretaría de Industria el plan de inversiones, proyección de impor-

taciones y exportaciones y modelos a producir, según lo requerido por el Decreto N° 2677/91.

Con fecha 4 de noviembre de 1992 mediante publicación en el Boletín Oficial la mencionada Secretaría aprobó los planes de reconversión presentados.

Según lo establecido en el Decreto antes mencionado la Sociedad debió compensar durante el período 1 de enero de 1992 hasta el 31 de diciembre de 1994 el total de sus importaciones, con exportaciones y un porcentaje de sus inversiones en activo fijo.

Sin embargo, los niveles de demanda del mercado interno y la plena capacidad de producción alcanzada imposibilitaron derivar al mercado externo las cantidades necesarias para cumplir con la compensación antes mencionada.

En los años 1992 y 1993 la Sociedad mantuvo constituida una provisión para hacer frente a la pérdida que se estimaba se produciría al realizar las exportaciones necesarias para nivelar la relación antes dicha.

Durante el corriente período el Poder Ejecutivo emitió el Decreto N° 683/94 y con posterioridad el N° 1179/94 que modificó varios aspectos del anterior. Estos decretos establecen el procedimiento a seguir para calcular el importe que las terminales deberán ingresar en concepto de derechos de importación, en caso de no haber cumplido con el balance comercial dispuesto por el artículo 8º del Decreto N° 2677/91.

En base a la información de que dispone la Sociedad a la fecha de preparación de estos estados contables, tenemos en consideración el contenido de las normas antes mencionadas, se ha estimado provisionalmente \$ 24.436.996 el importe a que se refiere el párrafo anterior, el que ha sido incluido en el rubro deudas del pasivo corriente.

#### 12. Plan de pensiones

El Directorio de la Sociedad aprobó al cierre del ejercicio cerrado el 31 de diciembre de 1991 la formalización de un plan complementario de jubilaciones y pensiones para el personal superior, y por dicha razón se constituyó una provisión para ese efecto determinada en base a un estudio actuarial efectuado por un profesional independiente.

La constitución de la provisión se efectuó en 1991 contemplando todos los derechos devengados por los beneficiarios del plan hasta el cierre de dicho ejercicio. Al 30 de junio de 1994 se procedió a contabilizar el importe determinado por el estudio actuarial efectuado al 31 de diciembre de 1993, ya que durante el trimestre no se produjeron modificaciones en las remuneraciones ni en la nómina de beneficiarios.

-Por capitalización parcial de los Aportes no capitalizados  
"Prima de Emisión" ..... 31.902.098.60  
Capital Social al 30 de junio de 1994 ..... 75.000.000.000

(1) Capitalizaciones aprobadas por la Asamblea Ordinaria y Extraordinaria de Accionistas del 16 de setiembre de 1993, autorizadas por la Comisión Nacional de Valores el 23 de diciembre de 1993 y por la Bolsa de Comercio de Buenos Aires, el 30 de diciembre de 1993.

La asamblea de accionistas celebrada el 31 de julio de 1992 resolvió aumentar el capital social en un importe de hasta un valor nominal de 6.000.000, a ser ofrecido en suscripción a los tenedores de acciones ordinarias, delegando en el Directorio la facultad de efectuar las correspondientes emisiones, en la época y condiciones que considere más convenientes, fijando en oportunidad de cada colocación, la correspondiente prima de emisión. A la fecha de aprobación de estos estados contables, aún no se había materializado ninguna emisión y dado que han transcurrido más de dos años desde la decisión este aumento ha quedado sin efecto.

### 13. Capital social

Según surge del Acta de la Asamblea Ordinaria y Extraordinaria de Accionistas celebrada el 16 de setiembre de 1993 el capital social asciende a 75.000.000 y se encuentra totalmente suscrito e integrado al 30 de junio de 1994 y fue inscripto en el Registro Público de Comercio con fecha 21 de febrero de 1994.

La evolución del capital social durante los últimos tres ejercicios fue la siguiente:

Capital Social  
(en pesos)

Cap. social al 31/12/1990 ..... 21.548.950,70  
Emisión posterior (1)  
-Por capitaliz. parcial de la cuenta "Ajuste Integral del Cap. Social" ..... 21.548.950,70

### 14. Costo de las Mercaderías vendidas

El costo de las mercaderías vendidas es el siguiente:

|   | 1994          | 1993          |
|---|---------------|---------------|
| Existencias al inicio del ejercicio       | 187.441.183   | 189.342.844   |
| Compras del período                       | 469.664.423   | 402.171.743   |
| Gastos (nota 18)                          | 115.993.472   | 118.721.293   |
|   | 773.099.078   | 710.235.880   |
| Resultado por tenencia                    | - 4.004.140   | - 8.758.999   |
|   | 769.094.938   | 701.476.881   |
| Existencias al final del período (nota 5) | - 184.888.853 | - 172.567.582 |
| Total                                     | 584.206.385   | 528.910.999   |

### 15. Otros ingresos y egresos

El detalle de los otros ingresos y egresos es el siguiente:

|  | 1994       | 1993       |
|--|------------|------------|
| a) Otros Ingresos:   |            |            |
| Resultado proveniente de operaciones con sociedades art. 33 Ley Nº 19.550 (anexo II) | 4.818.761  | 4.714.381  |
| Resultado por venta de bienes de uso   | 861.805    | 220.226    |
| Recupero de reembolsos por exportaciones   | 6.828.619  | 300.448    |
| Servicios y reintegros de gastos   | 1.448.616  | 153.169    |
| Diversos   | 13.937.591 | 8.368.221  |
| Total  | 23.899.392 | 13.756.445 |

### b) Otros Egresos:

|   |              |             |
|---|--------------|-------------|
| Provisión para desvalorización de inversiones     | -            | - 392.886   |
| Provisión para reclamos por accidentes de trabajo | - 1.826.312  | - 2.264.785 |
| Derivados del régimen automotriz (nota 11)        | - 2.482.903  | -           |
| Provisión para contingencias varias               | - 42.625.592 | - 1.677.102 |
| Diversos  | - 884.846    | - 737.219   |
| Total   | - 47.820.653 | - 5.171.992 |

### 16. Impuesto a las ganancias

Al 30 de junio de 1994, por aplicación de la Ley Nº 24.073, la Sociedad posee un crédito fiscal de aproximadamente 60.640.000 correspondiente al 20% del monto actualizado de los quebrantos impositivos originados con anterioridad al 31 de diciembre de 1990. Al 30 de abril de 1993 la Sociedad efectuó la presentación de la información requerida por la Dirección General Impositiva a efectos del reconocimiento de este crédito. Oportuna-

mente, y previa conformidad de ese Organismo, dicho crédito fiscal será cancelado por el Estado Nacional mediante la entrega de los Bonos de Cancelación de Deudas instituidos por la Ley Nº 23.982.

Adicionalmente muchas de sus subsidiarias también poseen créditos fiscales por este concepto, por lo que la Sociedad verá acrecentado el valor de estas inversiones, una vez que las sociedades remitan estos créditos, en aproximadamente 7.960.000.

### 17. Estado de origen y aplicación de fondos

#### a) Partidas que no significan aplicación de fondos

|  | 1994        | 1993        |
|--|-------------|-------------|
| Costo de venta de acciones de Sociedades art. 33 Ley Nº 19.550 | -           | 4.933.336   |
| Amortización de activos intangibles                            | 137.940     | 163.652     |
| Resultado financiero generado por activos                      | 2.308.471   | 2.274.268   |
| Variación en existencias de bienes de cambio                   | 1.668.007   | 16.774.962  |
| Amortización de bienes de uso                                  | 13.630.029  | 16.913.356  |
| Valor residual de las bajas de bienes de uso                   | 3.188.267   | 7.248.452   |
| Compras y gastos no pagados                                    | 136.489.743 | 184.939.325 |
| Aumento de provisiones neto de recuperos                       | 57.606.761  | 12.216.818  |
| Total  | 214.896.208 | 245.454.187 |

#### b) Partidas que no significan origen de fondos

|   | 1994          | 1993          |
|---|---------------|---------------|
| Venta de acciones de Sociedades art. 33 Ley 19.550 no cobradas      | -             | - 2.932.397   |
| Ventas no cobradas  | - 107.777.387 | - 94.647.644  |
| Resultados financieros generados por pasivos                        | - 10.207.115  | - 5.762.480   |
| Participación en los resultados de Sociedades art. 33 Ley Nº 19.550 | - 19.688.070  | - 7.219.567   |
| Total   | - 137.672.572 | - 110.562.088 |

#### c) Partidas que no significan origen de fondos

|   | 1994     | 1993     |
|---|----------|----------|
| Participación en los resultados extraordinarios de Sociedades art. 33 Ley Nº 19.550 | - 48.764 | - 28.921 |

### 18. Información requerida por el Art. 64 Inc. b) de la Ley Nº 19.550 -

El detalle de los costos de los bienes de cambio y bienes de uso y de los gastos de comercialización, administración y de ingeniería es el siguiente:

| Rubros                                       | Total      | Costo bienes de cambio | Costo bienes de uso | Gastos de comercialización | Gastos de administración | Gastos de ingeniería |
|--|------------|------------------------|---------------------|----------------------------|--------------------------|----------------------|
| Redistribuciones de Directores               | 1.129.700  |                        |                     |                            | 1.129.700                |                      |
| Saludos y jornales                           | 40.009.823 | 33.264.301             | 289.812             | 1.709.723                  | 3.971.964                | 813.833              |
| Contribuciones sociales                      | 26.189.280 | 21.683.979             | 144.071             | 998.808                    | 2.828.273                | 537.129              |
| Honorarios por servicios profesionales       | 6.163.681  | 39.622                 |                     |                            |                          |                      |
| Servicios contratados y de mantenimiento     | 9.897.424  | 9.069.179              | 70.481              | 41.873                     | 447.046                  | 78.846               |
| Herramientas y elementos de producción       | 6.501.070  | 6.501.070              |                     |                            |                          |                      |
| Combustible y electricidad                   | 3.441.436  | 3.208.646              | 19.832              | 22.076                     | 88.999                   | 108.455              |
| Gastos de estudio e investigación            | 368.951    | 6.627                  | 4.478               | 38.130                     | 17.810                   | 299.806              |
| Regalías y honorarios por servicios técnicos |            |                        |                     |                            |                          |                      |
| Sec. art. 33 Ley Nº 19.550 (Anexo II)        | 11.394.814 | 11.394.814             |                     | 3.387.429                  |                          |                      |
| Gastos de publicidad y promoción             | 3.387.429  |                        |                     |                            |                          |                      |
| Gastos de despacho a pieles                  | 2.808.385  | 2.808.385              |                     |                            |                          |                      |
| Impresión, tasas y contribuciones            | 2.427.835  |                        |                     | 371.828                    | 2.427.835                |                      |
| Amortizaciones de bienes de uso              | 13.630.029 | 12.388.519             |                     |                            | 863.587                  | 119.923              |
| Amortizaciones de activos intangibles        | 137.940    |                        |                     |                            | 137.940                  |                      |
| Alquileres                                   | 2.248.446  | 211.719                |                     | 88.303                     | 1.974.877                | 2.768                |
| Comunicaciones                               | 1.479.500  | 270.616                |                     | 208.367                    | 927.517                  | 78.088               |

| Rubros   | Total              | Costo bienes de cambio | Costo bienes de uso | Gastos de comercialización | Gastos de administración | Gastos de inventarios |
|--|--------------------|------------------------|---------------------|----------------------------|--------------------------|-----------------------|
| Seguros y suministros de oficina                       | 1.802.820          | 1.388.807              |                     | 2.139                      | 114.874                  |                       |
| Provisión para deudores incobrables                    | 2.382.842          |                        |                     | 2.382.842                  |                          |                       |
| Provisión para garantía de fábricas                    | 5.127.464          | 5.127.464              |                     |                            |                          |                       |
| Provisión para mermas y desvalorización de inventarios | 5.764.551          | 5.764.551              |                     |                            |                          |                       |
| Diversos   | 8.830.214          | 2.891.285              |                     | 1.679.516                  | 1.099.484                | 159.929               |
| <b>Totales al 30 de junio de 1994</b>                  | <b>151.601.404</b> | <b>118.993.472</b>     | <b>492.674</b>      | <b>11.384.483</b>          | <b>21.537.618</b>        | <b>2.193.187</b>      |
| <b>Totales al 30 de junio de 1993</b>                  | <b>154.094.629</b> | <b>118.721.293</b>     | <b>463.469</b>      | <b>13.018.768</b>          | <b>19.826.988</b>        | <b>2.066.111</b>      |

**19. Avalos otorgados**

La Sociedad se ha constituido solidariamente responsable por aproximadamente 395.000.000 por las obligaciones contraídas por su controlada Plan Rombo S.A. de Ahorro para Fines Determinados con los suscriptores de los planes de ahorro destinados a la compra de vehículos de su propia producción.

**20. Sociedad controlante - artículo 33 Ley Nº 19.550**

Durante el ejercicio finalizado el 31 de diciembre de 1992, la Régie Nationale des Usines Renault transfirió la totalidad de sus tenencias accionarias en CIADEA S.A. a una sociedad luxemburguesa denominada Compagnie Financière pour L'Amérique Latine

(COFAL) uno de cuyos accionistas es la Régie Nationale des Usines Renault.

Por esta razón y por existir una relación comercial especial con esta última dado el tipo de vehículos que comercializa la Sociedad, la Régie Nationale des Usines Renault ha sido considerada como sociedad vinculada a efectos de la preparación de estos estados contables.

**21. Cambio de la denominación de la sociedad**

La Asamblea Ordinaria y Extraordinaria de Accionistas celebrada el 16 de setiembre de 1993 aprobó el cambio de la denominación de la Sociedad por el de CIADEA S.A. Este cambio en la denominación de la Sociedad fue

inscripto en el Registro Público de Comercio el día 10 de diciembre de 1993.

**22. Acuerdos con general motores**

Con fecha 14 de julio de 1993 se suscribió el acta constitutiva de General Motors de Argentina S.A. entre General Motors Corporation (Detroit, U.S.A.) y CIADEA S.A., sociedades que participan en el 80 y 20% respectivamente del capital de esta nueva sociedad.

Por esta razón, la Sociedad ha concretado acuerdos con General Motors de Argentina S.A. referidos, entre otros aspectos al alquiler del espacio donde se asentará la nueva sociedad y al establecimiento de las bases para la prestación de los servicios de pintura

y almacenaje.

Los aportes irrevocables a esta nueva Sociedad suman \$ 2.504.845, reexpresados moneda de cierre del período.

Hugo Alberto Luppi  
Por Comisión Fiscalizadora

Mannuel Antelo  
Presidente

DELOITTE & Co.  
Alberto A. Allamand  
(Socio)  
Contador Público U.E.A.  
C.P.C.E. de la Cap. Fed.  
Tº 103 Fº 223

ANEXO T

INVERSIONES SOCIEDADES CONTROLADAS

| Razón social  | Estados contables |                | Fecha de aprobación Directorio | Alcance  | Auditoría | Tipo de informe   |
|---|-------------------|----------------|--------------------------------|----------|-----------|-------------------|
|   | Fecha de cierre   | período        |                                |          |           |                   |
| Automotores Candiano CONCIV S.A.                      | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 25/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Capillitas S.A.                                       | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 29/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Centro Automotores S.A.                               | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 29/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Centro del Norte S.A.C.I. y F.                        | 30/06/94          | 1er. Trimestre | 29/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Centro Posadas S.A.                                   | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 29/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Centro Rio Cuarto S.A.C.I. y F.                       | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 29/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Centro S.A.   | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 29/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Courtago S.A.   | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 29/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Inmuebles y Acciones S.A.                             | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 02/08/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Industria Automotriz Francomecánica S.A. (Chile)      | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 02/08/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Industria de Conjuntos Mecánicos Amnagua S.A. (Chile) | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 22/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Metaltúrgica Tandil S.A.                              | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 03/08/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Plan Rombo S.A. de Ahorro Para Fines Determinados     | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 06/08/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |
| Rombo Durazo S.A. de Ahorro Para Fines Determinados   | 30/06/94          | 2do. Trimestre | 25/07/94                       | Limitado |           | Sin observaciones |

Nota: Durante el corriente trimestre se constituyeron las siguientes sociedades: Detroit Motors S.A., Grandes Marcas S.A., Nebraska Automotores S.A., Misión Motors S.A. y Daytona Motors S.A.

Al cierre del corriente trimestre estas sociedades no habían iniciado aún su operatoria comercial. A esa fecha el capital social de cada una de estas Sociedades asciende a \$ 12.000,-- habiendo sido el 25 %.

ANEXO T\*

OPERACIONES CON SOCIEDADES ART. 33 LEY Nº 19.550

| Sociedades  | Ventas             | Servicios recibidos y alquileres | Regalías por servicios técnicos | Servicios prestados y otros ingresos | Intereses actualizados (valor nom.) |
|---|--------------------|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Controlante</b>                                    |                    |                                  |                                 |                                      |                                     |
| Compagnie Financière pour l'Amérique Latine           |                    |                                  |                                 |                                      | - 3.176.83                          |
| <b>Controladas</b>                                    |                    |                                  |                                 |                                      |                                     |
| Capillitas S.A.                                       | 10.436.680         |                                  |                                 |                                      | 182.46                              |
| Centro Automotores S.A.                               | 55.738.254         |                                  |                                 |                                      | 52.02                               |
| Centro del Norte S.A.C.I. y F.                        | 6.404.863          |                                  |                                 |                                      | 108.30                              |
| Centro Posadas S.A.                                   | 4.982.680          |                                  |                                 |                                      | 850.69                              |
| Centro S.A.   | 17.861.984         |                                  |                                 |                                      |                                     |
| Courtago S.A.   |                    | - 148.966                        |                                 |                                      |                                     |
| Industria Automotriz Francomecánica S.A. (Chile)      | 107.088            |                                  |                                 |                                      |                                     |
| Industria de Conjuntos Mecánicos Amnagua S.A. (Chile) | 8.077.678          |                                  |                                 |                                      |                                     |
| Metaltúrgica Tandil S.A.                              |                    |                                  |                                 | 89.088                               |                                     |
| Plan Rombo S.A. de Ahorro para Fines Determinados     |                    |                                  |                                 | 4.776.655                            | 1.197                               |
| <b>Subtotal</b>                                       | <b>132.549.145</b> | <b>- 148.966</b>                 |                                 | <b>4.815.761</b>                     | <b>- 860</b>                        |

| Sociedades                         | Ventas      | Servicios recibidos y alquileres | Regalías por servicios técnicos | Servicios prestados y otros ingresos | Intereses actuados (valor nom.) |
|------------------------------------|-------------|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|
| Vinculadas                         |             |                                  |                                 |                                      |                                 |
| Matriciada al S.A.                 |             | - 2.037.484                      |                                 |                                      |                                 |
| Régie Nationale des Unions Renault | 482.941     |                                  | - 11.394.814                    |                                      |                                 |
| Total 199                          | 134.012.126 | - 2.181.440                      | - 11.394.814                    | 4.815.751                            | - 840.406                       |
| Total 1993                         | 131.313.648 | 61.853                           | - 10.877.482                    | 4.714.381                            | 3.268.080                       |

ANEXO II:

| Sociedad  | Baldo Neto    | Activos corrientes               |                     |                         | Activos no corrientes |                   | Pasivos corrientes    |             | Pasivos no corrientes |
|---|---------------|----------------------------------|---------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|-------------|-----------------------|
|   |               | Inversiones Préstamos Financiero | Deudores por ventas | Otros Créditos Diversos | Créditos Diversos     | Cuentas por pagar | Anticipos de clientes | Préstamos   | Préstamos             |
| <b>Controlante</b>                                      |               |                                  |                     |                         |                       |                   |                       |             |                       |
| Compagnie Financiere pour l'Amérique Latine             | - 73.794.065  | 4.274.350                        | -                   | -                       | -                     | -                 | -                     | - 6.878.739 | - 72.392.679          |
| <b>Controladas</b>                                      |               |                                  |                     |                         |                       |                   |                       |             |                       |
| Automotores Candiamo - CONCIVI S.A.                     | - 649.372     | -                                | -                   | -                       | -                     | - 649.372         | -                     | -           | -                     |
| Capillitas S.A.   | 3.786.757     | -                                | 2.483.832           | 1.302.925               | -                     | -                 | -                     | -           | -                     |
| Centro Automotores S.A.                                 | 38.383.140    | -                                | 35.970.052          | 3.279.516               | 568.491               | - 4.429.929       | -                     | -           | -                     |
| Centro del Norte S.A.C.I. y F.                          | 1.573.008     | -                                | 1.333.475           | 621.577                 | 176.296               | - 288.840         | -                     | -           | -                     |
| Centro Posadas S.A.                                     | - 211.382     | -                                | 868.008             | -                       | -                     | - 1.079.368       | -                     | -           | -                     |
| Centro Río Cuarto S.A.C.I. y F.                         | - 64.864      | -                                | -                   | -                       | -                     | - 64.864          | -                     | -           | -                     |
| Centro S.A.   | 12.889.992    | -                                | 7.651.639           | 1.998.000               | 3.212.463             | -                 | -                     | -           | -                     |
| Cormasa S.A.  | - 2.682.600   | -                                | -                   | -                       | -                     | - 2.682.600       | -                     | -           | -                     |
| Courtage S.A.   | - 2.568.985   | -                                | 2.891               | -                       | -                     | - 2.569.876       | -                     | -           | -                     |
| Industria Automotriz francoperuana S.A. (Chile)         | - 11.857      | -                                | 54.899              | -                       | -                     | - 66.456          | -                     | -           | -                     |
| Industrias de Conjuntos Mecánicos Aconagua S.A. (Chile) | - 3.048.980   | -                                | 9.168.648           | -                       | -                     | - 12.212.628      | -                     | -           | -                     |
| Metaldrupa Tandil S.A.                                  | 577.880       | -                                | 88.114              | 1.318.123               | -                     | - 826.357         | -                     | -           | -                     |
| Detroit Motors S.A.                                     | - 8.985       | -                                | -                   | -                       | -                     | - 8.985           | -                     | -           | -                     |
| Grandes Marcas S.A.                                     | - 8.985       | -                                | -                   | -                       | -                     | - 8.985           | -                     | -           | -                     |
| Nebraska Automotores S.A.                               | - 8.985       | -                                | -                   | -                       | -                     | - 8.985           | -                     | -           | -                     |
| Mision Motors S.A.                                      | - 8.985       | -                                | -                   | -                       | -                     | - 8.985           | -                     | -           | -                     |
| Daytona Motors S.A.                                     | - 8.985       | -                                | -                   | -                       | -                     | - 8.985           | -                     | -           | -                     |
| Plan Rombo S.A. de Ahorro para Fines Determinados       | - 141.731.891 | -                                | -                   | -                       | -                     | - 141.731.891     | -                     | -           | -                     |
| <b>Subtotal</b>   | - 170.820.627 | 4.274.350                        | 57.621.166          | 8.818.141               | 3.962.240             | - 24.884.615      | - 141.731.891         | - 6.878.739 | - 72.392.679          |
| <b>Vinculadas</b>                                       |               |                                  |                     |                         |                       |                   |                       |             |                       |
| Matriciada Austral S.A.                                 | - 2.716.986   | -                                | -                   | -                       | -                     | - 2.716.986       | -                     | -           | -                     |
| Régie Nationale des Unions Renault                      | 20.318.088    | -                                | 1.418.860           | -                       | -                     | - 21.734.648      | -                     | -           | -                     |
| <b>Total 1994</b>                                       | - 193.363.601 | 4.274.350                        | 59.039.726          | 8.818.141               | 3.962.240             | - 49.394.249      | - 141.731.891         | - 6.878.739 | - 72.392.679          |
| <b>Total 1993</b>                                       | - 179.270.763 | -                                | 28.455.887          | 288.285                 | -                     | - 45.810.869      | - 87.380.436          | - 2.464.947 | - 72.368.663          |

DELOITTE & CO.

Hugo Alberto Luppi  
Por Comisión Fiscalizadora

Alberto A. Allamand (Socio)  
Contador Público U.B.A.  
C.P.C.E. de la Cap. Fed.  
Tomo 103 - Folio 223

Manuel Ambro  
Presidente

INFORME DE LOS AUDITORES  
(Revisión limitada)

A los señores Presidente y Directores de CIADEA S.A.  
Maipú 311  
Buenos Aires

1. Identificación de los estados contables objeto de la revisión

Hemos efectuado una revisión limitada de los balances de CIADEA S.A. al 30 de junio de 1994 y 1993, de los correspondientes estados de resultados, de evolución del patrimonio neto y de origen y aplicación de fondos con sus notas 1 a 22 y los anexos I a III, correspondientes a los períodos de seis meses terminados en esas fechas.

Asimismo, nuestra revisión incluyó los balances consolidados de la Sociedad y sus sociedades controladas (las que se indican en la nota 2 de la información contable complementaria) al 30 de junio de 1994 y 1993 y los correspondientes estados de resultados y de origen y aplicación de fondos consolidados,

con sus notas 1 a 11, correspondientes a los períodos de seis meses terminados en esas fechas.

Nuestra revisión incluyó la Reseña Informativa y la información adicional, requerida por el artículo N° 68 del Reglamento de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires al 30 de junio de 1994.

Los estados citados y demás documentos detallados en este párrafo constituyen una información preparada y emitida por el Directorio de la Sociedad, en ejercicio de sus funciones exclusivas.

2. Alcance del trabajo

Nuestra revisión fue realizada de acuerdo con las normas de auditoría vigentes para la revisión limitada de estados contables correspondientes a períodos intermedios establecidas por la Resolución Técnica N° 7 de la Federación Argentina de Contadores Profesionales de Ciencias Económicas y no incluyen todos los procedimientos necesarios para expresar una opinión sobre:

a) la situación patrimonial y financiera de la Sociedad, sobre el resultado de sus operaciones, sobre la evolución de su patrimonio neto y sobre el origen y aplicación de sus fondos;

b) la situación patrimonial y financiera consolidada de la Sociedad, los resultados consolidados de sus operaciones y el origen y aplicación de sus fondos consolidados y

c) la demás documentación que acompaña a los estados contables.

3. Manifestación de los auditores

En base a la labor realizada, según lo señalado en el capítulo 2 de este informe y al informe actuarial mencionado en la nota 12, estamos en condiciones de informar que:

a) los estados contables al 30 de junio de 1994 y 1993 contemplan todos los hechos y circunstancias que son de nuestra competencia;

b) los estados contables consolidados al 30 de junio de 1994 y 1993 han sido preparados de acuerdo con las bases de consolidación descritas en la nota 1 e dichos estados, las que siguen los lineamientos de la Resolución Técnica N° 4 de la Federación Argentina de Contadores Profesionales de Ciencias Económicas;

c) nuestra opinión sobre los estados contables emitidos al 31 de diciembre de 1993 está sujeta a los cambios efectos finales de las cuestiones indicadas en las notas 10 c) y 11 de los estados bases y 3 b) y 4 de los estados consolidados;

d) no tenemos otras observaciones que formular sobre tales estados contables; y

e) con respecto a la Reseña Informativa y a la información adicional requerida por el artículo N° 68 del Reglamento de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires, no tenemos observaciones que formular en lo relativo a materias de nuestra competencia.

**4. Información especial requerida por disposiciones vigentes (período de seis meses terminado el 30 de junio de 1994)**

a) Las cifras de los estados contables, a los que se refiere el primer párrafo del capítulo 1 de este informe concuerdan con los registros contables de los libros rubricados de la Sociedad, los que, según nuestro criterio, han sido llevados de conformidad con las disposiciones legales vigentes y sus anotaciones concuerdan con las de los auxiliares respectivos.

b) Los estados contables se encuentran asentados en el libro Inventario y Balances.

c) Los estados contables se exponen de acuerdo con lo dispuesto en la Ley Nº 19.550 y la Resolución General Nº 195 de la Comisión Nacional de Valores.

d) Según surge de los registros contables, el pasivo devengado al 30 de junio de 1994 a favor de la Administración Nacional de la Seguridad Social en concepto de aportes y retenciones al régimen previsional, asciende a pesos 2.876.825,66, no existiendo deudas exigibles a esa fecha.

Buenos Aires, 8 de agosto de 1994

**DELOITTE & CO.**  
(Registro de Asociaciones de Profesionales Universitarios - Tomo 1, Folio 3)

**Alberto A. Allemand (Socio)**  
Contador Público UBA  
C.P.C.E. de la Cap.Fed.  
Tº 103 - Nº 223

**INFORME DE LA COMISION FISCALIZADORA**

A los señores Accionistas de CIADEA S.A.

De acuerdo con lo dispuesto por las normas vigentes sobre documentación contable de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires, hemos recibido los balances de CIADEA S.A. al 30 de junio de 1994 y 1993, los correspondientes estados de resultados, de evolución del patrimonio neto y de origen y aplicación de fondos por los períodos de seis meses terminados en esas fechas, con sus notas 1 a 22 y anexos I a III y la información contable complementaria (balances consolidados al 30 de junio de 1994 y 1993, estados de resultados y de origen y aplicación de fondos consolidados con sus notas 1 a 11 por los períodos de seis meses terminados en esas fechas).

Hemos efectuado una revisión de los documentos antes citados y obtenidos todas las explicaciones y aclaraciones que consideramos necesarias. Nuestra opinión al 31 de diciembre de 1993 estaba sujeta a la resolución final de los temas a que se refieren las notas 10 c) y 11 de los estados básicos (3 b) y 4 de los estados consolidados). No tenemos otras observaciones que formular sobre los referidos estados contables.

Manifestamos asimismo, que durante el período hemos realizado, en cuanto correspondía, las tareas previstas en el artículo 294 de la Ley Nº 19.550.

Buenos Aires, 8 de agosto de 1994.

**Hugo Alberto Lappi**  
Por Comisión Fiscalizadora

**ACTA DE LA COMISION FISCALIZADORA**

En la ciudad de Buenos Aires, a los 8 días del mes de agosto de 1994, se reúnen en las oficinas de Barriento 824 Capital los miembros de la Comisión Fiscalizadora de CIADEA Sociedad Anónima Señores Hugo Alberto Lappi, Pedro de Elizalde y Enrique César Abramovich.

Toma la palabra el señor Hugo Alberto Lappi, quien manifiesta que, como es de conocimiento de los restantes miembros por haber trabajado en forma conjunta, se ha dado término a las tareas de revisión preceptadas por los incisos 1 y 2 del artículo 294 de la Ley Nº 19.550, de los estados contables correspondientes al período de seis meses finalizado el 30 de junio de 1994.

Continúa diciendo que estos estados contables fueron oportunamente sometidos por el Directorio a la consideración de esta Comisión Fiscalizadora.

Además, agrega el señor Hugo Alberto Lappi que, analizados dichos estados contables como así también el informe presentado por los auditores Señores Deloitte & Co.; se resuelve suscribir dicha documentación y emitir el siguiente informe:

**(SE ADJUNTA POR SEPARADO)**

Dicho informe fue aprobado por unanimidad y se resolvió autorizar al Sr. Hugo Alberto Lappi para que, en representación de esta Comisión Fiscalizadora, firme el referido informe, los estados contables retroactivos y cualquier otra documentación para satisfacer los requisitos legales o administrativos, en la que sea necesaria la intervención de esta Comisión.

No habiendo más asuntos a tratar, se levanta la sesión.

**Hugo Alberto Lappi**  
Síndico

**Pedro de Elizalde**  
Síndico

**Enrique C. Abramovich**  
Síndico

**INFORMACION ADICIONAL A LAS NOTAS A LOS ESTADOS CONTABLES REQUERIDA POR EL ARTICULO Nº 66 DEL REGLAMENTO DE LA BOLSA DE COMERCIO DE BUENOS AIRES**

**Cuestiones generales sobre la actividad de la sociedad:**

1. Regímenes jurídicos específicos y significativos que impliquen documentos o reconocimientos contingentes de beneficios previstos por dichas disposiciones:

Ver nota 11.

2. Modificaciones significativas en las actividades de la sociedad u otras circunstancias similares ocurridas durante los períodos comprendidos por los estados contables que afecten su comparabilidad con los presentados en períodos anteriores, o que podrían afectar la con los que habrá de presentarse en períodos futuros:

No existen.

b) Sin plazo establecido

c) A vencer

|                     | Baldos deudores    | Baldos acreedores  |
|---------------------|--------------------|--------------------|
| Dentro de 3 meses   | 161.283.943        | 361.024.889        |
| Entre 3 y 6 meses   | 2.801.940          |                    |
| Entre 6 y 12 meses  | 7.548.721          |                    |
| Entre 12 y 24 meses | 30.252.580         | 79.372.230         |
| <b>Total</b>        | <b>244.939.195</b> | <b>440.397.199</b> |

(1) Neto de provisión para incobrables.

**4 - Clasificación de los créditos y deudas**

a) Cuentas en moneda nacional y en moneda extranjera

|                                 | Baldos deudores    | Baldos acreedores  |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| 1) En moneda nacional           | 14.822.814         | 279.283.568        |
| 2) En moneda extranjera:        |                    |                    |
| • Dólares estadounidenses       | 228.579.253        | 189.989.903        |
| • Francos suizos                | 1.774.207          | 1.295.989          |
| • Marcos Alemanes               |                    | 64.383             |
| • Coronas Suecas                |                    | 28.203             |
| • Pesetas                       |                    | 478.139            |
| 3) En títulos públicos (Bocrex) | 62.921             |                    |
|                                 | <b>244.939.195</b> | <b>440.397.199</b> |

b) Saldos sujetos a cláusulas de ajuste y los que no lo están

|                                  | Baldos deudores    | Baldos acreedores  |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|
| 1) Sujetos a cláusulas de ajuste | 62.921             | 141.731.382        |
| 2) Sin cláusula de ajuste        | 244.876.274        | 298.665.817        |
|                                  | <b>244.939.195</b> | <b>440.397.199</b> |

c) Saldos que devengan intereses y los que no lo hacen

|                          |                    |                    |
|--------------------------|--------------------|--------------------|
| 1) Devengan intereses    | 62.465.321         | 108.989.513        |
| 2) No devengan intereses | 182.473.874        | 333.427.686        |
|                          | <b>244.939.195</b> | <b>440.397.199</b> |

5

a) Detalle del porcentaje de participación en Sociedades art. 33 de la Ley Nº 19.550 en el capital y en el total de los votos: Ver nota 2 a los estados contables consolidados.

b) Saldos deudores con Sociedades art. 33 de la Ley Nº 19.550:

Estos créditos son sin plazo establecido a la vista, en moneda nacional, con excepción de \$ 19.213.082.- y no devengan intereses a excepción de los montos indicados en los rubros créditos diversos (sociedades controladas) del activo corriente y no corriente e inversiones (préstamo financiero) del activo corriente.

c) Saldos acreedores en Sociedades art. 33 de la Ley Nº 19.550.

Estas deudas son sin plazo establecido a la vista y no devengan intereses con excepción de la deuda con la Sociedad controlante.

Estos saldos son en moneda nacional con excepción de 78.068.418.- con la Sociedad controlante, 21.734.648.- con la Regie Nationale Des Usines Renault que son en moneda extranjera (dólares estadounidenses y francos franceses), 12.212.628 con Industrias de Conjuntos Mecánicos Anconagua S.A. y 68.456 con Industria Automotriz Francoamericana S.A. que son en dólares estadounidenses y 141.731.391 con Plan Bombo S.A. que están expresados al valor de los activos necesarios para satisfacer la obligación. (ver anexo III).

6. Créditos por ventas o préstamos entre directores, síndicos, miembros del consejo de vigilancia y sus parientes hasta el segundo grado inclusive:

No existen.

**7. Inventario físico de los bienes de cambio:**

La Sociedad lleva registros permanentes de inventarios, verificados periódicamente mediante recuentos físicos.

Estos recuentos, en lo referente a materiales para la producción de vehículos se realizan en forma rotativa durante el curso del ejercicio.

En lo referente al resto de los bienes de cambio se practica un inventario físico una vez al año.

No existen bienes deteriorados, averiados, fuera de uso o de inmovilización significativa sobre los que no se hayan efectuado las provisiones que correspondan.

**Valores Corrientes:**

8. Fuentes de los datos empleados para calcular los valores corrientes utilizados para valorar los bienes de cambio:

Los datos empleados para establecer los valores corrientes de los bienes de cambio han sido principalmente los precios de compra; en el caso de vehículos terminados y en curso de terminación se han contemplado los valores vigentes al cierre del período del costo de mano de obra y de los gastos de fabricación.

**Bienes de Uso:**

9. Desagregación de la reserva por reserva técnica cuando parte de ella hubiera sido reducida previamente para absorber pérdidas:

No aplicable.

10. Valor de bienes de uso sin valor contable:

No existen.

**3. Clasificación de los saldos de créditos y deudas:**

|                         | Baldos deudores | Baldos acreedores |
|-------------------------|-----------------|-------------------|
| a) De plazo vencido (1) |                 |                   |
| Dentro de los últimos   |                 |                   |
| 3 meses                 | 42.739.778      |                   |
| Entre 3 y 6 meses       | 62.580          |                   |
| Entre 6 y 12 meses      |                 |                   |
| De más de 1 año         | 267.556         |                   |

Participaciones en otras sociedades:  
 11. Participación en otras sociedades en exceso de lo admitido por el art. 31 de la Ley Nº 19.550:  
 No excede los límites del art. 31 de la Ley Nº 19.550.  
 Valores recuperables:  
 12. Criterios seguidos para determinar los

valores recuperables significativos de bienes de cambio y bienes de uso, empleados como límites para sus respectivas valuaciones contables:  
 El criterio seguido para determinar el valor recuperable de los bienes de cambio ha sido básicamente el de valor neto de realización y en el caso de los bienes de uso el de utilización económica.

13. Conceptos asegurados:

| Descripción   | Riesgo cubierto   | Suma asegurada (en U\$S) | Valor Contable |
|---|---|--------------------------|----------------|
| Automóviles y aeronaves - Bienes de Uso             | Responsabilidad civil incendio y robo total                       | U\$S 19.418.815          | 11.524.041     |
| Dinero, valores, contenido general objetos diversos | Robo, incendio y otros  | U\$S 1.882.101           | 518.549        |
| Equipos de procesamiento de datos y transmisión     | Seguro técnico  | U\$S 6.028.109           | 1.308.795      |
| Edificios   | Incendio (huracán, vendaval, ciclón, tornado, terremoto, granizo) | U\$S 262.413.304         | 18.287.796     |
| Maquinarias, contenido general                      | Incendio (idem anterior)  | U\$S 406.498.750         | 54.922.989     |

| Descripción | Riesgo cubierto          | Suma asegurada   | Valor contable |
|-------------|--------------------------|------------------|----------------|
| Mercaderías | Incendio (idem anterior) | U\$S 160.103.284 | 184.388.583    |

Se consideran suficientemente cubiertos los riesgos corrientes con los seguros contratados

Contingencias positivas y negativas:

14. Previsiones cuyos importes superen el dos por ciento (2%) del patrimonio:

1) No se ha constituido provisión para la Ley Nº 20.744. Cabe aclarar que dentro de la provisión para contingencias se contempla el monto de ciertas indemnizaciones por despido de probable materialización.

2) No se han constituido partidas que no respondan a riesgos ciertos que en su conjunto superen el 2% del patrimonio neto de la Sociedad.

3) En el caso de la provisión para garantías de fábrica, se han tenido en cuenta los costos estimados a incurrir por este concepto sobre la base del parque automotor que se encuentra en período de garantía.

4) Según criterio del Directorio se han constituido en este rubro las partidas necesarias para hacer frente a todos los riesgos previos (ver notas 9 y 10 a los estados contables).

15. Situaciones contingentes a la fecha de los estados contables no contabilizadas:

Ver nota 10 y 11 a los estados contables.

16. Adelantos irrevocables a cuenta de futuras suscripciones:

No existen.

17. Dividendos acumulativos impagos de acciones preferidas:

No existen.

18. Condiciones, circunstancias o planes para la cesación de restricciones a la distribución de resultados no asignados:

No existen.

Buenos Aires, 8 de agosto de 1994

Manuel Antonio  
 Presidente

DELOITTE & Co.  
 Alberto A. Allerman (Socio)  
 Contador Público U.B.A.  
 C.P.C.E. de la Cap. Fed.  
 Tomo 103 - Folio 223

BALANCE CONSOLIDADO

|                                      | 1994               | 1993               |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>ACTIVO</b>                        |                    |                    |
| <b>ACTIVO CORRIENTE</b>              |                    |                    |
| Caja y bancos                        | 14.917.655         | 23.576.893         |
| Inversiones                          | 148.469.513        | 155.816.167        |
| Créditos por ventas                  | 140.923.637        | 101.982.421        |
| Otros créditos                       | 187.387.400        | 97.346.218         |
| Bienes de cambio                     | 241.691.409        | 212.205.167        |
| Activos intangibles                  | 608.938            | 701.782            |
| <b>Total del Activo Corriente</b>    | <b>703.978.552</b> | <b>591.608.638</b> |
| <b>ACTIVO NO CORRIENTE</b>           |                    |                    |
| Créditos por ventas                  | 998.893            | 8.733              |
| Otros créditos                       | 79.887.991         | 52.652.011         |
| Inversiones                          | 16.783.710         | 13.766.994         |
| Bienes de cambio                     | 784.228            | 874.296            |
| Bienes de uso                        | 174.924.385        | 113.344.300        |
| Activos intangibles                  | 4.517.240          | 644.656            |
| Otros activos                        | 4.203              | 4.270              |
| <b>Total del Activo No Corriente</b> | <b>277.868.150</b> | <b>181.294.260</b> |
| <b>Total del Activo</b>              | <b>981.846.702</b> | <b>772.902.898</b> |

|   | 1994               | 1993               |
|---|--------------------|--------------------|
| <b>PASIVO</b>                                       |                    |                    |
| <b>PASIVO CORRIENTE</b>                             |                    |                    |
| Cuentas por pagar                                   | 208.600.235        | 159.989.596        |
| Préstamos   | 33.425.830         | 81.454.589         |
| Remuneraciones y cargas sociales                    | 31.439.947         | 33.232.814         |
| Cargas fiscales                                     | 47.017.171         | 23.568.902         |
| Anticipo de clientes                                | 156.206.490        | 84.988.201         |
| Pasivos Concursales                                 | 1.082.610          | —                  |
| Otros pasivos                                       | 2.111.528          | 1.594.302          |
| Provisiones   | 22.409.978         | 14.779.532         |
| <b>Total del Pasivo Corriente</b>                   | <b>502.183.789</b> | <b>399.507.816</b> |
| <b>PASIVO NO CORRIENTE</b>                          |                    |                    |
| Cuentas por pagar                                   | 4.438.444          | 120.100            |
| Préstamos - Sociedad art. 33 Ley Nº 19.550          | 74.964.300         | 72.366.653         |
| Préstamos   | —                  | 1.303.227          |
| Cargas sociales                                     | 129.344            | —                  |
| Cargas fiscales                                     | 50.170             | —                  |
| Pasivos concursales                                 | 2.281.579          | 307.010            |
| Provisiones   | 128.600.001        | 118.981.436        |
| <b>Total del Pasivo No Corriente</b>                | <b>210.443.838</b> | <b>190.668.427</b> |
| <b>TOTAL DEL PASIVO</b>                             | <b>712.627.627</b> | <b>589.566.343</b> |
| Participación de terceros en Sociedades Controladas | 18.158.276         | 12.419.821         |
| Participación de terceros en Capital Preferido      | 1.308.878          | 1.308.878          |
| <b>Total Participaciones de terceros</b>            | <b>19.467.154</b>  | <b>13.728.699</b>  |
| <b>Subtotal</b>                                     | <b>732.124.781</b> | <b>603.296.041</b> |
| <b>Patrimonio Neto</b>                              | <b>249.721.921</b> | <b>169.607.856</b> |
| <b>Total del Pasivo y del Patrimonio Neto</b>       | <b>981.846.702</b> | <b>772.902.898</b> |

ESTADOS DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

|                                   | 1994               | 1993               |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
| Ventas netas                      | 848.214.233        | 723.828.047        |
| Costo de las mercaderías vendidas | - 646.663.367      | - 571.530.683      |
| <b>Ganancia Bruta</b>             | <b>201.550.866</b> | <b>152.297.364</b> |
| <b>Gastos</b>                     |                    |                    |
| de comercialización               | - 54.017.279       | - 63.162.496       |
| de administración                 | - 40.594.281       | - 34.782.704       |
| de ingeniería                     | - 2.368.313        | - 2.271.584        |
| <b>Subtotal - Ganancia</b>        | <b>104.579.989</b> | <b>81.879.781</b>  |

|   | 1994              | 1993              |
|---|-------------------|-------------------|
| Participación en los resultados de Sociedades art. 33 Ley Nº 19.550 | 1.781.395         | 614.607           |
| Otros ingresos  | 20.878.383        | 13.988.578        |
| Otros egresos   | - 53.175.364      | - 8.231.924       |
| <b>Resultados financieros y por tenencia:</b>                       |                   |                   |
| Ganancias por activos   | - 5.701.908       | - 4.271.887       |
| Ganancias por pasivos   | 16.413.516        | 5.707.450         |
| <b>Subtotal - Ganancia</b>  | <b>84.744.719</b> | <b>88.588.800</b> |

|   | 1994        | 1993        |
|---|-------------|-------------|
| Impuesto a las ganancias y sobre los activos        | -28.243.968 | -13.936.513 |
| Participación de terceros en sociedades controladas | -3.093.870  | -430.386    |
| Ganancia ordinaria del período                      | 53.407.080  | 44.188.703  |
| Resultados extraordinarios                          | -2.485.111  | -4.748.278  |
| Participación de terceros en sociedades controladas | -48.839     | -28.865     |
| Pérdida extraordinaria del período                  | -2.501.650  | -4.771.143  |
| Ganancia neta del período                           | 50.906.430  | 39.417.560  |

|  |             |             |
|--|-------------|-------------|
| Cobranzas de créditos por ventas de Sociedades art. 33 Ley Nº 19.550 | 4.272.273   | 4.488.000   |
| Total de otros orígenes de fondos                                    | 87.327.100  | 75.788.117  |
| Total de orígenes de fondos  | 129.828.696 | 212.599.831 |

**Aplicaciones de Fondos**

|   |               |              |
|---|---------------|--------------|
| Adquisición de bienes de uso  | - 45.928.803  | - 25.116.188 |
| Adquisición de activos intangibles  | - 310.254     | - 1.168.324  |
| Aumento de otros créditos   | - 43.069.653  | - 241.248    |
| Adquisición de inversiones no corrientes  | - 14.975      | - 1.018.965  |
| Aumento de anticipos a proveedores  | - 6.338.191   | - 1.647.231  |
| Incremento de aportes irrevocables a Sociedades art. 33 Ley Nº 19.550                   |               | - 10.749.442 |
| Dividendos pagados  | - 30.641.379  | - 30.697.012 |
| Utilización de provisiones del pasivo corriente y no corriente                          | - 16.030.528  | - 15.736.532 |
| Participación de terceros en dividendos distribuidos por sociedad art. 33 Ley Nº 19.550 | - 332.220     | - 68         |
| Total de aplicaciones de fondos   | - 142.668.002 | - 86.372.024 |
| (Disminución) Aumento neto de los fondos del período                                    | - 12.837.316  | 126.227.807  |

**ESTADOS DE ORIGEN Y APLICACION DE FONDOS CONSOLIDADOS**

|  | 1994         | 1993        |
|--|--------------|-------------|
| Variación de los Fondos                              |              |             |
| Fondos al inicio del ejercicio                       | 176.224.484  | 83.166.453  |
| (Disminución) Aumento neto de los fondos del período | - 12.837.316 | 126.227.807 |
| Fondos al cierre del período                         | 163.387.168  | 179.393.060 |

**Causas de la Variación de los Fondos**

|   |               |               |
|---|---------------|---------------|
| Ganancia ordinaria del período                          | 53.407.080    | 44.188.703    |
| Más: Partidas que no significan aplicación de fondos    | 326.452.175   | 287.490.533   |
| Menos: Partidas que no significan origen de fondos      | - 108.968.879 | - 141.073.947 |
| Cobranza de créditos existentes al inicio del ejercicio | 102.097.254   | 111.266.572   |
| Pago de deudas existentes al inicio del ejercicio       | - 328.030.933 | - 160.282.069 |
| Fondos generados por las operaciones ordinarias         | 44.966.697    | 141.878.792   |
| Pérdida extraordinaria del período                      | - 2.501.650   | - 4.771.143   |
| Más: Partidas que no significan origen de fondos        | 48.839        | 28.865        |
| Fondos aplicados a las operaciones extraordinarias      | - 2.485.111   | - 4.748.278   |
| Fondos generados por las operaciones                    | 42.501.586    | 136.832.514   |

**Otros Orígenes de Fondos**

|   |            |            |
|---|------------|------------|
| Venta de inversiones no corrientes                                | 886.335    |            |
| Cobranzas de otros créditos                                       |            | 58.337     |
| Préstamos recibidos   | 25.289.931 | 22.936.454 |
| Aumento de la participación de terceros en sociedades controladas |            | 5.049.146  |
| Préstamos de Sociedad art. 33 Ley Nº 19.550                       |            | 3.773.046  |
| Dividendos cobrados   | 710.849    | 673.678    |
| Aumento de anticipos de clientes                                  | 56.187.712 | 38.812.451 |

Hugo Alberto Leppi  
Por Comisión Fiscalizadora

DELOITTE & CO.  
Alberto A. Allierand (Socio)  
Contador Público U.B.A.  
C.P.C.E. de la Cap. Fed.  
Tomos 103 - Folio 223

Mansel Antelo  
Presidente

**NOTAS A LOS ESTADOS CONTABLES CONSOLIDADOS**

**1 - Bases de consolidación**

Los balances consolidados de CIADEA S.A. con sus sociedades controladas al 30 de junio de 1994 y 1993, y los correspondientes estados de resultados y de origen y aplicación de fondos consolidados por los períodos de seis meses terminados en esas fechas (no exponen los estados de evolución del patrimonio neto por ser los de la sociedad controlante), se prepararon de acuerdo con los lineamientos de la Resolución Técnica Nº 4 de la Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas, que básicamente consisten en la acumulación de los importes de los rubros iguales y la eliminación de saldos y

resultados entre la sociedad controlante y sus controladas (las que se detallan en la nota 2). Los criterios contables aplicados por las sociedades consolidadas son similares a los descritos en las notas a los estados contables de CIADEA S.A., no existiendo diferencias que produzcan efectos significativos.

**2 - Sociedades objeto de la consolidación**

a) Los estados contables de CIADEA S.A. al 30 de junio de 1994 y 1993, se consolidaron con los estados contables de las sociedades controladas que se indican en el apartado b).

b) El detalle de los estados contables que se utilizaron para la consolidación, y los porcentajes de tenencia de capital y de votos son los siguientes:

| Sociedad  | Porcentaje de participación en el capital y en los votos | 1994<br>Estados Contables utilizados para consolidación | Porcentaje de participación en el capital y en los votos | 1993<br>Estados Contables utilizados para consolidación |
|---|--|---|--|---|
| <b>Controladas directamente</b>                         |  |   |  |   |
| Automotores Candiano-Conciv S.A.                        | 99.99  | 30/06/94  | 99.99  | 30/06/93  |
| Capillitas S.A.   | 81.00  | 30/06/94  | 81.00  | 30/06/93  |
| Centromotor S.A. (1)                                    |  |   | 99.99  | 30/06/93  |
| Centro Automotores S.A.                                 | 90.15  | 30/06/94  | 99.99  | 30/06/93  |
| Centro del Norte S.A.C.I. y F.                          | 81.00  | 30/06/94  | 81.00  | 30/06/93  |
| Centro Oeste S.A. (1)                                   |  |   | 99.99  | 30/06/93  |
| Centro Posadas S.A.                                     | 81.00  | 30/06/94  | 51.00  | 30/06/93  |
| Centro Río Cuarto S.A.C.I. y F.                         | 99.99  | 20/06/94  | 99.99  | 30/06/93  |
| Centro S.A.   | 59.99  | 30/06/94  | 69.99  | 30/06/93  |
| Industria Automotriz Francomecánica S.A. (Chile)        | 81.00  | 30/06/94  | 81.00  | 30/06/93  |
| Industria de Conjuntos Mecánicos Aconcagua S.A. (Chile) | 96.90  | 30/06/94  | 96.90  | 30/06/93  |
| Industria Latinoamericana de Accesorios S.A. (2)        |  |   | 99.99  | 30/06/93  |
| Inmuebles y Acciones S.A.                               | 99.99  | 30/06/94  | 99.99  | 30/06/93  |
| Metabryca Tandil S.A.                                   | 74.90  | 30/06/94  | 74.90  | 30/06/93  |
| Plan Rombo S.A. de Ahorro para Fines Determinados       | 99.89  | 30/06/94  | 99.89  | 30/06/93  |
| Rombo Automotor S.A. (1)                                |  |   | 99.99  | 30/06/93  |
| Rombo Litoral S.A. (1)                                  |  |   | 97.80  | 30/06/93  |
| Centro Mar S.A. (ex Sumax S.A.) (2)                     |  |   | 99.45  | 30/06/93  |
| <b>Controladas indirectamente</b>                       |  |   |  |   |
| Baires Motors S.A. (1)                                  |  |   | 99.99  | 30/06/93  |
| Cormasa S.A. (3)  | 58.33  | 30/06/94  |  |   |
| Polmet S.A. (1)   |  |   | 99.99  | 30/06/93  |
| Santander S.A. (3)                                      | 98.93  | 31/06/94  | 98.93  | 31/06/93  |

(1) Fusiónadas en 1993 con Centro Automotores S.A.  
 (2) Fusiónadas el 31 de Marzo de 1994 con Centro Automotores S.A.  
 (3) Se detalla el porcentaje de tenencia de la sociedad controlante Metabryca Tandil S.A.

Los estados de resultados consolidados de CIADEA S.A. y sus sociedades controladas, al 30 de junio de 1994 y 1993, incluyen las operaciones de las sociedades controladas considerando período de igual duración.

En cuanto a las sociedades del exterior los respectivos saldos en moneda extranjera fueron convertidos en pesos al tipo de cambio de cierre de cada período.

c) No se han consolidado al 30 de junio de 1994 y 1993 los estados contables de Courage S.A., sociedad en la que se participa en un

99,90% del capital y los votos, por desarrollar esta actividad no homogénea con la de la sociedad controlante.

Se han consolidado los estados contables de Plan Rombo S.A. de Ahorro para Fines Determinados, por considerarse a esta Sociedad como uno de los canales de comercialización.

d) No se han consolidado al 30 de junio de 1994 y 1993, por no tener actividad o ser poco significativas, los importes de los respectivos estados contables de las siguientes sociedades:

40.270.000 y para lo que se ha efectuado una propuesta transaccional en la que la empresa accipitaria percibir el 40% del monto reclamado en Buenos Aires en dólares estadounidenses.

Los montos reclamados no se han contabilizado en los estados contables.

d) Crédito fiscal por aproximadamente \$ 68.600.000.- correspondientes al 20% del monto actualizado de los quebrantos impositivos originados con anterioridad al 31 de diciembre de 1990 (Ver nota 6).

e) Ante el Juzgado Federal Nº 1 de la Ciudad de Córdoba se tramita una causa, iniciada durante el transcurso del corriente período por denuncia de la Administración Nacional de Aduanas, en la que según referencias obtenidas, se estaría investigando infracciones al Art. 864, inc. b) del Código Aduanero en relación con exportaciones realizadas por la Sociedad controlante.

La Sociedad controlante aún no ha sido notificada de cargo alguno y entiendo no haber cometido tales infracciones.

**4. Régimen de la industria automotriz**

Con fecha 29 de junio de 1992, la Sociedad controlante presentó ante la Secretaría de Industria el plan de inversiones, proyección de importaciones y exportaciones y modelos a producir, según lo requerido por el Decreto Nº 2677/91.

Con fecha 4 de noviembre de 1992 mediante publicación en el Boletín Oficial la mencionada Secretaría aprobó los planes de reconversión presentados.

Según lo establecido en el Decreto antes mencionado la Sociedad controlante debía compensar durante el período 1 de enero de 1992 hasta el 31 de diciembre de 1994 el total de sus importaciones con exportaciones y un porcentaje de sus inversiones en activo fijo.

Sin embargo, los niveles de demanda del mercado interno y la plena capacidad de producción alcanzada imposibilitaron derivar al mercado externo las cantidades necesarias para cumplir con la compensación antes mencionada.

En los años 1992 y 1993 la Sociedad controlante mantuvo construida una provisión para hacer frente a la pérdida que se estimaba se produciría al realizar las exportaciones necesarias para nivelar la relación antes dicha.

Durante el corriente período el Poder Ejecutivo emitió el Decreto Nº 683/94 y con posterioridad el Nº 1179/94 que modificó varios aspectos del anterior. Estos Decretos establecen el procedimiento a seguir para calcular el importe que las terminales deberán ingresar en concepto de derechos de exportación, en caso de no haber cumplido con el balance comercial dispuesto por el artículo 8º del Decreto Nº 2677/91.

En base a la información de que dispone la Sociedad controlante a la fecha de preparación de estos estados contables, teniendo en consideración el contenido de las normas antes mencionadas, se ha estimado provisoriamente en 24.436.996 el importe a que se refiere el párrafo anterior, el que ha sido incluido en el rubro deudas del pasivo corriente.

**5. Plan de pensiones**

El Directorio de la Sociedad controlante aprobó al cierre del ejercicio corrido al 31 de diciembre de 1991 la formalización de un plan complementario de jubilaciones y pensiones para el personal superior, y por dicha razón se constituyó una provisión para ese efecto determinada en base a un estudio actuarial efectuado por un profesional independiente.

La constitución de la provisión se efectuó en 1991 contemplando todos los derechos devengados por los beneficiarios del plan hasta el cierre de dicho ejercicio. Al 30 de junio de 1994 se procedió a contabilizar el importe determinado por el estudio actuarial efectuado

al 31 de diciembre de 1993, ya que durante el semestre no se produjeron modificaciones en las remuneraciones ni en la suma de beneficiarios.

**6. Impuesto a las ganancias y sobre los activos**

Se ha presentado bajo este nombre el cargo a resultados por el impuesto a las ganancias sobre los activos, según el caso particular de cada una de las sociedades consolidadas, dado el tratamiento complementario que existe entre ambos impuestos.

Al 30 de junio de 1994 por aplicación de la Ley Nº 24.073, la sociedad controlante y sus controladas poseen créditos fiscales por aproximadamente 68.600.000 correspondientes al 20% del monto actualizado de los quebrantos impositivos originados con anterioridad al 31 de diciembre de 1990. Al 30 de abril de 1993 se han efectuado las presentaciones de la información requerida por la Dirección General Impositiva a efectos del reconocimiento de estos créditos. Oportunamente, y previa conformidad de ese organismo, dichos créditos fiscales serán cancelados por el Estado Nacional mediante la entrega de los Bonos de Cancelación de Deudas instituidos por la Ley Nº 23.892.

**7. Avales otorgados**

La sociedad controlante se ha constituido solidariamente responsable por aproximadamente 395.000.000 por las obligaciones contraídas por su controlada Plan Rombo S.A. de Ahorro para Fines Determinados con los suscriptores de los planes de ahorro desahucados a la compra de vehículos de su propia producción.

**8. Administración de planes de ahorro**

Plan Rombo S.A. de Ahorro para Fines Determinados administra 2.170 grupos de ahorristas al 30 de junio de 1994 (1.425 en 1993).

Tales grupos incluyen cuentas por cobrar con garantía prendaria a los suscriptores que hubiesen resultado adjudicatarios, principalmente el saldo de precio de compra de automotores por un importe total de 395.573.853 y adelantos netos efectuados a CIADEA S.A. para la adquisición de automotores por 279.037.227. (F) total de ambos conceptos para 1993 era de 353.510.533).

Como contrapartida, los mencionados grupos adeudan los ahorros acumulados de los suscriptores no adjudicatarios que se aplicarán en el futuro a la compra de rodados y los haberes netos actualizados correspondientes a aquellos suscriptores que han renunciado a sus planes o han sido rescindidos por falta de pago de sus cuotas. Estos conceptos representaban 666.789.287 a los que debe adicionarse un importe pendiente de concesionarios por 7.821.793. (F) total de ambos conceptos para 1993 era de 353.510.533).

De acuerdo con la mecánica de los planes, las cuotas son actualizables según las variaciones de los precios de los vehículos.

**9. Sociedad controlante — Artículo 33 Ley Nº 19650**

Durante el ejercicio anterior, la Régie Nationale des Usines Renault transfirió la totalidad de sus tenencias accionarias en la sociedad controlante CIADEA S.A. a una sociedad luxemburguesa denominada Compagnie Financière pour l'Amérique Latine (COFAL), uno de cuyos accionistas es la Régie Nationale des Usines Renault.

Por esta razón y por existir una relación comercial especial con esta última dado el tipo de vehículos que comercializa la Sociedad controlante, la Régie Nationale des Usines Renault ha sido considerada como sociedad vinculada a efectos de la preparación de estos estados contables.

**10. Cambio de la denominación de la sociedad controlante**

La Asamblea Ordinaria y Extraordinaria de Accionistas celebrada el 18 de noviembre

| 1994  | 1993  |
|---|---|
| Rombo Ahorro S.A. de Ahorro para Fines Determinados | Renoplan S.A. (1)                                   |
| Detroit Motors S.A.                                 | Rombo Ahorro S.A. de Ahorro para Fines Determinados |
| Grandes Marcas S.A.                                 | Centro Autopartes S.A.C.I.F. e I (1)                |
| Nebraska Automotores S.A.                           | Automotores Mediterráneos S.A. (2)                  |
| Misión Motors S.A.                                  | Losange S.A. (2)                                    |
| Daytona Motors S.A.                                 | Motorval S.A.C.I. y F. (2)                          |
|   | Rombo Austral S.A.C.I. y F. (2)                     |
|   | Rombo Florida S.A.C.I. y F. (2)                     |
|   | Propideal S.A. (2)                                  |
|   | Rombo Sur S.A.C.I. y F. (2)                         |

- (1) Fusionadas el 31 de marzo de 1994 con Centro Automotores S.A.
- (2) Fusionadas en 1993 con Centro Autopartes S.A.C.I.F. e I.

**3. Activos y pasivos contingentes**

a) La Secretaría de Industria de la Nación inició en 1989 una demanda contra la Sociedad controlante, reclamando el cobro de la tasa establecida por el Decreto Nº 8.655/68, no sancionada por ella desde 1979, por entender que la mencionada norma está tácitamente derogada.

Durante el año 1990 se dictó sentencia, condenando a la Sociedad controlante a abonar los montos correspondientes hasta diciembre de 1987. El total devengado al 30 de junio de 1994 asciende a aproximadamente 8.800.000.- en moneda de esa fecha. Esta sentencia fue apelada y en segunda instancia el fallo fue favorable a CIADEA S.A.

Durante el segundo trimestre del año 1991, el Estado Nacional interpuso el correspondiente recurso de inaplicabilidad de Ley.

Con fecha 10 de marzo de 1994 la Cámara de Apelaciones en fallo plenario dispuso que corresponde el pago de la mencionada tasa por parte de la Sociedad controlante quien interpuso con fecha 7 de abril de 1994 el correspondiente recurso extraordinario ante la Corte Suprema. Por razones de estricta prudencia y sin que esta decisión signifique resignar derechos de la Sociedad controlante, al cierre de ambos períodos el monto del reclamo se mantiene provisionado.

b) Desde el año 1990, la Dirección General Impositiva realizó inspecciones, en la Sociedad controlante, relativas a la aplicación del impuesto al Valor Agregado y de impuestos internos en las facturaciones de vehículos vendidos a través de planes de ahorro, hasta mayo de 1994 y diciembre de 1989 respectivamente. En lo esencial la Dirección General Impositiva objetó que dichos impuestos no habían sido liquidados en base a los precios efectivamente facturados y percibidos por la Sociedad controlante y sostiene que dicha liquidación debió efectuarse en base al precio de lista de los vehículos al momento de su entrega, que en períodos de alta inflación, era normalmente más elevado.

En diciembre de 1991 la Dirección General Impositiva presentó a la Sociedad controlante una determinación de reducción del crédito fiscal de 1984. Adicionalmente, durante el ejercicio 1992 la misma Dirección presentó una determinación de oficio referida al impuesto al valor agregado por los períodos diciembre de 1986 a noviembre de 1987, e impuestos internos por el período noviembre de 1986 a octubre de 1987. En di-

ciembre de 1993 la Dirección General Impositiva presentó una determinación de oficio referida al impuesto al valor agregado por los períodos diciembre de 1987 a noviembre de 1988 e impuestos internos por el período noviembre de 1987 a octubre de 1988 y en el mes de junio de 1994 la Dirección General Impositiva inició el reclamo del impuesto al valor agregado por el período diciembre de 1988 a enero de 1990 e impuestos internos de noviembre de 1988 a diciembre de 1989 cuya determinación de oficio se espera sera presentada antes del cierre del corriente ejercicio. El valor actualizado de los capitales reclamados por la Dirección asciende aproximadamente a 75.700.000.-

La Sociedad controlante considera que dichos reclamos no son procedentes y ha presentado los correspondientes descargos ante la Dirección General Impositiva y recursos ante el Tribunal Fiscal de la Nación, estimando que le asisten argumentos jurídicos que posibilitarían una resolución favorable.

No obstante lo indicado, por razones de estricta prudencia, y sin que esta decisión signifique resignar derechos de la Sociedad controlante, se ha provisionado al cierre del período el monto antes indicado.

En cuanto al criterio de contabilización descrito en párrafos anteriores, la Comisión Nacional de Valores hizo llegar a la Sociedad controlante una nota recibida con fecha 18 de octubre de 1993, en la que comunica que en el expediente caratulado "Suvel Argentina S.A. s/reclamos impositivos" el Directorio del Organismo había resuelto hacer saber a las sociedades sujetas a su control que "deberán provisionar capital e intereses de los reclamos impositivos formulados por la Dirección General Impositiva". Con fecha 25 de octubre de 1993 la Sociedad controlante solicitó a la Comisión la reconsideración de dicho criterio. Dicho organismo posteriormente dictó una resolución de no innovar. Por ese motivo la Sociedad controlante ha continuado aplicando el criterio de provisionar el valor actualizado de los montos de impuestos reclamados, sin devengamiento de intereses.

c) Con fecha 14 de febrero de 1994, la Sociedad controlante reiteró ante la Secretaría de Comercio una presentación efectuada el 2 de agosto de 1993, en el expediente Ex-Secretaría de Industria y Comercio 6156/22, reclamando el cobro de importes adeudados en concepto de Ajuste Compensador Decreto Nº 826/85 S.I.C.E. correspondientes al año 1989, que totalizan aproximadamente US

de 1993 aprobó el cambio de la denominación de la Sociedad controlante por el de CIADEA S.A. Este cambio en la denominación de la Sociedad controlante fue inscripto en el Registro Público de Comercio el día 10 de diciembre de 1993.

11. Acuerdos con General Motors

Con fecha 14 de julio de 1993 se suscribió el acta constitutiva de General Motors de Argentina S.A. entre General Motors Corporation (Detroit, U.S.A.) y CIADEA S.A., sociedades que participan en el 80 y 20% respectivamente del capital de esta nueva Sociedad.

Por esta razón la Sociedad controlante ha concretado acuerdos con General Motors de Argentina S.A. referidos entre otros aspectos

al alquiler del espacio donde se asentará la nueva sociedad y al establecimiento de las bases para la prestación de los servicios de pintura y almacenaje.

Los aportes irrevocables a esta nueva Sociedad suman \$ 2.504.885.-, respaldados a moneda de cierre del período.

Hugo Alberto Lappi  
Por Comisión Fiscalizadora  
Manuel Antelo  
Presidente  
DELOITTE & Co.

Alberto A. Allamand  
(Socio)

Contador Público U.B.A.  
C.P.C.E. de la Cap. Fed.  
Tomo 103 - Folio 223

RESUMEN INFORMATIVO

1. Breve comentario sobre actividades

Las Sociedades controladas han contribuido en el segundo trimestre finalizado el 30 de junio de 1994 con una utilidad neta de pesos 19,6 millones, que incluye una participación en resultados extraordinarios por 0,06 millones.

El presente ejercicio reiteró tendencias favorables en la economía y en el mercado para la actividad de la empresa:

— La inflación minorista fue del 1,22% en el período y la mayorista alcanzó el 2,26%,

continuar la evolución observada en los últimos tiempos.

— La recaudación fiscal mantiene el importante incremento observado en los últimos tiempos, en tanto que el nivel de actividad se registra cambios significativos en el segundo trimestre del presente año.

En este contexto CIADEA S.A. continúa logrando importantes utilidades.

A continuación se exponen en forma condensada las cifras al 30 de junio de 1994 y los períodos inmediatos anteriores:

(En miles de \$)

| Concepto                                  | 2° Trim.<br>30/06/94 | 1° Trim.<br>31/03/94 | 4° Trim.<br>31/12/93 | 3° Trim.<br>30/09/93 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Ventas netas .....                        | 294.046              | 304.282              | 378.006              | 394.184              |
| Margen Bruto .....                        | 68.718               | 48.003               | 68.811               | 49.077               |
| % Sobre Ventas .....                      | 17,44%               | 14,78%               | 17,50%               | 12,48%               |
| Resultado de Explotación .....            | 51.702               | 26.903               | 45.993               | 32.063               |
| % Sobre Ventas .....                      | 19,12%               | 8,84%                | 12,20%               | 8,19%                |
| Resultado Financiero y por tenencia ..... | 4.498                | 6.434                | 3.980                | 9.264                |
| % Sobre Ventas .....                      | 1,14%                | 2,11%                | 1,08%                | 2,38%                |
| Ganancia Ordinaria .....                  | 31.547               | 21.960               | 33.993               | 32.041               |
| % Sobre Ventas .....                      | 8,01%                | 7,19%                | 9,08%                | 8,19%                |

(En miles de \$)

| Concepto   | 2° Trim.<br>30/06/94 | 1° Trim.<br>31/03/94 | 4° Trim.<br>31/12/93 | 3° Trim.<br>30/09/93 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Autofinanciación (ganancia ordinaria más amortización del período) ..... | 39.913               | 27.134               | 36.836               | 31.316               |
| Posición Financiera .....  | 114.517              | 130.214              | 102.266              | 127.166              |

2. Estructura patrimonial comparativa (en miles de \$)

| Rubro                     | 2° Trim.<br>30/06/94 | 2° Trim.<br>30-06-93 | 2° Trim.<br>30-06-92 | 2° Trim.<br>30-06-91 |
|---------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Activo Corriente .....    | 535.563              | 487.019              | 277.040              | 181.980              |
| Activo No Corriente ..... | 292.532              | 186.809              | 214.010              | 278.268              |
| Subtotal .....            | 828.096              | 683.828              | 491.050              | 460.248              |
| Pasivo Corriente .....    | 382.429              | 304.846              | 302.510              | 308.683              |
| Pasivo No Corriente ..... | 198.144              | 179.174              | 72.402               | 72.413               |
| Subtotal .....            | 578.573              | 484.020              | 374.912              | 378.106              |
| Patrimonio Neto .....     | 249.522              | 199.808              | 116.138              | 80.521               |
| Total .....               | 828.096              | 683.828              | 491.050              | 460.248              |

3. Estructura de Resultado Comparativa (en miles de \$)

| Concepto                                  | Acum.<br>30/06/94 | Acum.<br>30-06-93 | Acum.<br>30-06-92 | Acum.<br>30/06/91 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Resultado operativo ordinario .....       | 78.606            | 44.973            | 47.815            | - 18.388          |
| Otros ingresos y egresos .....            | - 14.184          | 7.416             | - 4.224           | - 17.481          |
| Resultado financiero y por tenencia ..... | 10.932            | 2.703             | - 1.088           | - 65.417          |
| Impuestos .....                           | - 21.966          | - 10.903          | - 1.978           | - 3.036           |
| Resultado Neto Ordinario .....            | 53.407            | 44.189            | 40.530            | - 91.260          |
| Resultado Extraordinario .....            | - 2.502           | - 4.771           | - 2.778           | 18.678            |
| Resultado Neto .....                      | 50.906            | 39.418            | 37.752            | - 72.572          |

4. Datos estadísticos

| Concepto                           | 30/06/94<br>Trim. | 30/06/93<br>Trim. | 30/06/92<br>Trim. | 30/06/91<br>Trim. |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Volumen de Venta (vehículos) ..... | 48.870            | 39.887            | 34.334            | 12.913            |
| Producción (vehículos) .....       | 44.187            | 40.962            | 28.539            | 11.718            |
| Importación (vehículos) .....      | 1.872             | 964               | 6.064             |                   |
| Exportación .....                  |                   |                   |                   |                   |
| Colecciones (unidades) .....       | 2.236             | 966               | 308               | 1.940             |
| Cajas (unidades) .....             | 60.400            | 45.442            | 28.800            | 17.000            |
| Motores (unidades) .....           | 860               | 8.808             |                   |                   |
| Built Up (unidades) .....          | 2.233             | 1.117             |                   | 100               |
| Repuestos (US\$ mil) .....         | 7.198             | 4.688             | 2.708             | 2.811             |

## A. Indices

| Concepto           | 2º Trim.<br>30/08/94 | 2º Trim.<br>30-08-93 | 2º Trim.<br>30-08-92 | 2º Trim.<br>30-08-91 |
|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Liquidez.....      | 1.40                 | 1.53                 | 0.92                 | 0.6                  |
| Endeudamiento..... | 2.32                 | 2.85                 | 3.23                 | 4.67                 |

## 6. Breve comentario sobre perspectivas

La Compañía estima que las condiciones del mercado continuaran siendo favorables en los proximos meses. El nivel de la demanda general continua siendo alentador, mientras que los recientes lanzamientos de Renault Twingo y Renault Clio han contribuido a enriquecer la imagen de la marca y animar significativamente las operaciones de ventas.

Por otra parte, superada la cuestión laboral que enfrentó durante parte del último trimestre, la Compañía considera que en la segunda mitad del año se registrarán incrementos productivos importantes, acordes con las inversiones capacitarias realizadas a comienzos del ejercicio actual.

Buenos Aires, 8 de agosto de 1994.

Manuel Antelo  
Presidente

DELOITTE & Co.  
Alberto A. Allemand  
(Socio)

Contador Público U.B.A.  
C.P.C.E. de la Cap. Fed.  
Tomo 103 — Folio 223

## ACTA DE DIRECTORIO N° 638

Directores Presentes: M. F. Antelo, J. Ch. de Boutailler, O. E. Daneri, J. J. Goñi, E. E.

Antelo, R. Kasinsky.

En Buenos Aires, a las diez horas del ocho de Agosto de mil novecientos noventa y cuatro se reunieron en la Sede Social, Maipú 311, Piso 7º, los miembros del Directorio de CIA-DEA S.A., Señores Manuel F. Antelo, Jean Christophe de Boutailler, Omar E. Daneri, José Javier Goñi, Esteban Eduardo Antelo y Roberto Kasinsky.

Asistieron los miembros de la Comisión Fiscalizadora que firman al pie. Igualmente concurrió el Contador Certificante Dr. Alberto A. Allemand.

Presidió la reunión, el Titular Sr. Manuel F. Antelo.

1. Consideración del Balance Intermedio y demás Estados Contables correspondientes al segundo trimestre finalizado el 30 de Junio de 1994 y la información adicional a las Notas a los Estados Contables requerida por el artículo 68 del Reglamento de Cotización de la Bolsa de Comercio.

La Presidencia puso a consideración toda la documentación contable al 30 de Junio de 1994, que exigen las disposiciones reglamentarias vigentes para aquellas Sociedades que hacen Oferta Pública de sus títulos valores, inclusive la Reseña Informativa requerida por la Resolución N° 195/92 de la Comisión Nacional de Valores, aclarando que esa documentación, junto con la Información Adicio-

nal a las Notas a los Estados Contables requerida por el Art. 68 del Reglamento de Cotización de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires correspondiente al periodo mencionado precedentemente, se encontraba transcrita en el Libro Inventario de la Sociedad y había sido analizada por los Auditores Externos cuyo Dictamen respectivo constaba agregado a la misma.

Luego de un detenido examen de los documentos ahudidos, oídas las explicaciones de la Presidencia y no teniendo observaciones que formular, el Directorio por unanimidad.

Resolvió:

Aprobar toda la documentación contable sometida a su consideración como así también la Reseña Informativa y la Información Adicional a las Notas de los Estados Contables requerida por el artículo 68 del Reglamento de Cotización de la Bolsa de Comercio, referida al 30 de Junio de 1994, y disponer su presentación ante los Organismos de Contralor.

En este estado el representante de la Comisión Fiscalizadora, manifestó que habiendo tenido a su disposición los elementos contables de juicio con suficiente antelación para proceder a su examen y no teniendo objeciones que formular a toda la documentación que acababa de aprobarse en el apartado precedente, procedía a presentar su Informe destinado a los Señores Accionistas, el cual se hallaba transcrita en el Libro de Actas de di-

cha Comisión, solicitando su inclusión en el Libro Inventario.

A su vez, el Contador Público Sr. Alberto A. Allemand, Socio del Estudio Deloitte & Co., designado por la Asamblea Ordinaria celebrada el 8 de Abril de 1994 para certificar los Estados Contables del Ejercicio en curso procedió a presentar su Dictamen, solicitando su inclusión en el Libro Inventario.

7. Ausancia de los señores Jean Ch. de Boutailler y Roberto Kasinsky.

En este estado, los Señores de Boutailler y Kasinsky manifestaron que debiendo regresar de inmediato al exterior —lugar donde residen habitualmente— delegaban sus respectivas firmas en esta Acta, en el Presidente Señor Manuel F. Antelo quien aceptó tales delegaciones, con la conformidad de los representantes de la Comisión Fiscalizadora.

En este estado y no habiendo más asuntos que tratar se dio por finalizada la reunión previa lectura y aprobación de esta Acta por los Directores, Síndicos y Contador Certificante que firman al pie.

Firmado: M. F. Antelo - M. F. Antelo - O. E. Daneri - J. J. Goñi - M. F. Antelo - E. Antelo - H. A. Luppi - E. C. Abramovich - P. de Elizalde - A. A. Allemand.

Manuel Antelo  
Presidente

## **10.2. Anexo 2 - Demonstrações do Brasil**



# VARIG

## "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) Companhia Aberta - CGC/MF N.º 92.772.821/0001-84 Fundada em 7 de maio de 1927

### 69º Relatório Anual da Administração - 1995

#### IV. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

"As nossas atividades e  
As suas conquistas do ano."

Convidado pelo Conselho de Administração para exercer, a partir de 12.01.95, o cargo de Presidente Executivo da VARIG, tenho a honra e a prazer de dizer-lhes que a gestão de 1995, com a serenidade e a complexidade bem conhecidas, refletiu mais uma presença da administração e do esforço de recuperação desenvolvido pelas administrações que nos antecederam e, sobretudo, minha crença de que a tarefa é árdua, uma vez que os fatores econômicos de longo prazo presentes: a VARIG está fazendo ajustamentos profundos em sua estrutura funcional e gerencial; questionou o problema de sua situação financeira de curto prazo e vem retomando o caminho da operação rentável.

Com esse objetivo, defini, no próprio instante da investidura, que a estratégia gerencial se concentraria em torno de 5 prioridades que se condensarão em metas vivíveis e mensuráveis:

I. **Restabilidade em nível suficiente para, em primeiro lugar, remunerar adequadamente os nossos investidores da nossa empresa; e segundo e em terceiro lugar, para reduzir nossa dependência de capital de empréstimo, não essencial e, em terceiro lugar, para gerar os recursos próprios necessários ao crescimento auto-sustentado.** Nessa direção, vamos otimizar a utilização da atual frota, de forma a obter o melhor custo e potencial de receita que ainda pode oferecer; ao mesmo tempo, aprimorar o sistema de reservas, para reduzir ao máximo a perda de passageiros. Os custos diretos e indiretos estarão sempre sob rigorosa supervisão, para que se alcancem índices de eficiência cada vez mais altos.

II. **Qualidade dos serviços** - Estou seguro de que um esforço concentrado em torno da Pontualidade, do Serviço ao Bordo e do Atendimento em Terra, colocará nossos serviços à altura das melhores expectativas dos usuários e viabilizará qualidade superior de nossos serviços.

III. **Recursos Humanos** - Na modernização da política de recursos humanos, será meu principal empenho e desenvolvimento e treinamento da equipe de trabalho e, no futuro, para estabelecer um clima de permanente construção programada de participação nos resultados.

IV. **Imagem corporativa** - A mudança de cultura empresarial deve traduzir-se, também, em ações externas de imediata visibilidade, com esse propósito, vou incentivar modificações sigilosas na pintura e decoração de nossas aeronaves e procurar o rejuvenescimento dos próprios ambientes de identificação da VARIG.

V. **Informática** - Além da necessidade de aprimorar o nosso sistema de reservas, devemos atender as mesmas regras de comunicação e todas as demais áreas para que dados possam fluir, em tempo real, as informações essenciais ao processo decisório, em todos os níveis, e ao pronto e perfeito atendimento dos clientes.

Para que esses objetivos se materializem, é necessário investir e, como os recursos são escassos, os projetos serão alvo de alta seletividade, baseada em análise de retorno. Além disso, e com o entusiasmada colaboração de todos, vamos realizar a VARIG na consolidação das grandes companhias aéreas do mundo."

FERNANDO PINTO - Diretor-Presidente

#### MERCADOS

2.1 A demanda global, expressa respectivamente em Passageiros Km e Toneladas Km de carga transportada, apresentou a seguinte segmentação:

| Linhas                                  | Composição da Demanda (%) |              |
|---|---------------------------|--------------|
|   | Passageiros               | Cargas       |
| Domésticas                              | 27,9                      | 24,1         |
| Internacionais                          | 72,1                      | 75,9         |
| <b>Total</b>                            | <b>100,0</b>              | <b>100,0</b> |
| <b>Linhas internacionais (Por Área)</b> |                           |              |
| América do Norte                        | 18,9                      | 39,3         |
| Europa                                  | 27,9                      | 26,1         |
| Ásia                                    | 14,9                      | 8,6          |
| América Latina                          | 10,4                      | 6,0          |
| <b>Total</b>                            | <b>72,1</b>               | <b>76,9</b>  |

2.2 Não obstante o ambiente de acirrada competição que tem caracterizado a atividade, a VARIG continua reforçando sua posição de liderança nos diferentes mercados em que atua:

| Mercado              | N.º de Operações | Participação Varig (Passageiros - %) |
|----------------------|------------------|--------------------------------------|
| América do Norte     | 12               | 32                                   |
| Europa               | 16               | 48                                   |
| Ásia                 | 3                | 42                                   |
| América Latina       | 21               | 48                                   |
| África               | 2                | 63                                   |
| Doméstica (Nacional) | 2                | 63                                   |

2.3 A rede de linhas serve regularmente 36 escalas no Brasil e 31 cidades no exterior, localizadas em 23 países nas três Américas, na Europa, na Ásia e na África. Em dezembro/95, a extensão não duplicada das linhas era de 438.133 quilômetros contra 433.862 no ano anterior. Entre as diversas modificações introduzidas em nosso esquema operacional, cumpre destacar:

2.4 Foi assinado acordo de cooperação entre a TAP e a VARIG. Os voos das duas empresas entre o Brasil e Portugal passaram a ser operados em regime de código compartilhado ("code-sharing") e coordenados os horários de voos e os destinos, de modo a possibilitar ao público usuário maiores opções e melhorias na qualidade dos serviços prestados. Foi ainda aumentado o número de voos e o número de frequências semanais operadas por empresa durante o período de alta tráfego.

2.5 Por sua conveniência e resultados permanentes em vigor os seguintes acordos de cooperação celebrados com outras companhias, a saber:

- Transbrasil operação conjunta mediante "code-sharing" de algumas rotas domésticas;
- Lufthansa: exploração conjunta de ligação Brasil-Almanha, mediante "code-sharing". Os resultados obtidos e a sinergia decorrentes deste acordo produzem uma cooperação mais ampla entre as duas empresas, envolvendo outras áreas operacionais;
- Delta Airlines: nossos serviços entre o Brasil e os Estados Unidos são operados em conjunto com a Delta, em regime de voos compartilhados "code-sharing". Através da cidade de Atlanta processamos a integração das respectivas malhas de linhas, possibilitando conexões imediatas entre o Brasil e cerca de 200 cidades nos EUA, em ambas as direções;
- Scandinavian Airlines System (SAS): exploração conjunta mediante "code-sharing" da ligação Brasil-Escandinávia;
- Japan Airlines (JAL): operação conjunta, em duas frequências semanais, uma para Tóquio e outra para Nagoya.

2.6 Merece registro nossa participação no processo de privatização do transportador de bandeira uruguaio PLUNA. Integrando um consórcio formado por capital uruguaio, argentino e brasileiro ("Pluriconsortio de Aerolíneas Vecedon"), do qual participa com 26%, a VARIG foi designada operadora principal, assumindo o gerenciamento da nova empresa privada. A participação acionária do Pluriconsortio na PLUNA é de 61%, permanecendo o Governo do Uruguai com 49% das ações.

### 3. TRÁFEGO E FROTA

O quadro seguinte apresenta a evolução dos principais ramos do tráfego e respectivas variações percentuais, comparando-se os anos de 1994 e 1995. As alterações efetuadas no mês de junho demonstram o parvo e a retomada do crescimento da empresa nesse segmento. Merece destaque o comportamento de transporte de carga, pela sua importância no conjunto dos negócios da empresa.

| EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO                      | 1994      | 1995      | Varição (%) |
|--|-----------|-----------|-------------|
| <b>Moedas Vendidas</b>                   |           |           |             |
| Total                                    | 264.406   | 270.700   | 6,4         |
| Quilômetros Vendidos (milhões)           |           |           |             |
| Total                                    | 190       | 201       | 5,8         |
| <b>Passageiros Transportados</b>         |           |           |             |
| Total                                    | 8.242.834 | 8.234.720 | 1,0         |
| <b>Avião e Km Distância (milhões)</b>    |           |           |             |
| Internacional                            | 28.115    | 24.644    | - 2,3       |
| Doméstico                                | 8.803     | 10.378    | 7,0         |
| Total                                    | 34.718    | 34.826    | 0,3         |
| <b>Pass e Km Transportados (milhões)</b> |           |           |             |
| Internacional                            | 10.803    | 10.830    | - 1,4       |
| Doméstico                                | 8.076     | 8.461     | 8,2         |
| Total                                    | 22.838    | 23.081    | 0,8         |
| <b>Aproveitamento Pass e Km (%)</b>      |           |           |             |
| Internacional                            | 87        | 88        | 1,1         |
| Doméstico                                | 82        | 83        | -           |
| Total                                    | 86        | 86        | -           |
| <b>Tem e Km Carga (milhões)</b>          |           |           |             |
| Internacional                            | 805       | 886       | 10,1        |
| Doméstico                                | 298       | 317       | 6,4         |
| Total                                    | 1.203     | 1.313     | 8,1         |

3.2 A seguir a composição da frota de aeronaves em 31 de dezembro de 1995 e a utilização média de horas / avião - dia durante esse mês, para cada tipo de equipamento

| Tipo de Aeronave                | Total Aeronaves em 31.12.95 | Utilização Média Diária | Varição a/1994 |
|---------------------------------|-----------------------------|-------------------------|----------------|
| B-747-300 (Pass.)               | 3                           | 13,82                   |                |
| B-747-300 (Carga)               | 2                           | 8,08                    |                |
| MD-11                           | 8                           | 12,95                   |                |
| DC-10-30 (Pass.)                | 7**                         | 10,05                   |                |
| DC-10-30 (Carga)                | 2                           | 8,83                    |                |
| B-747-300 ER                    | 4                           | 12,98                   |                |
| B-747-300 ER                    | 8                           | 11,74                   |                |
| B-727-100 (Pass.)               | 6                           | 6,22                    |                |
| B-737-300                       | 25                          | 8,76                    |                |
| B-737-200                       | 17                          | 7,90                    |                |
| <b>Aeronaves de Passageiros</b> | 70                          | 8,75                    | + 11%          |
| <b>Aeronaves de Carga</b>       | 7                           | 8,71                    | - 10%          |
| <b>Total da Frota</b>           | 77**                        | 8,78                    | + 10%          |

\* As aeronaves B-747-300 Combs que estiveram desativadas durante o 1º semestre retornaram ao tráfego regular em junho de 1995.  
 \*\* Uma aeronave aeronave arrendada à PLUNA não considerada no domínio ativo atual. Na década de utilização da frota não foram consideradas as aeronaves B-747-200 Combs, retiradas do tráfego dentro do plano de reestruturação e que se encontram já comprometidas para venda.

### 4. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

- 4.1 Nessa política de recursos humanos está incluída por três eixos principais: Profissionalismo - Educação e Desenvolvimento - Qualidade de Vida.
- 4.2 No campo da capacitação e do desenvolvimento executivo e gerencial, a Varg realizou investimentos durante o ano de 1995 da ordem de R\$ 15,8 milhões de reais, envolvendo 17.888 participantes. O treinamento técnico-operacional, o aprimoramento de talentos e a preparação dos executivos a gerentes foram os principais focos das ações nesse campo. Foram ainda, desenvolvidos projetos voltados à formação básica (1º / 2º grau) em conjunto com a Fundação Roberto Marinho e formação gerencial (sub-graduação em administração de empresas) em convênio com a Universidade Federal Fluminense, ambas a serem iniciadas em 1996, quando será criada a Curso Varg de Administração.
- 4.3 A continuidade do plano de ajuste do quadro funcional, em parte através de um programa de estímulo às aposentadorias antecipadas, produziu uma redução de 1.935 empregados, como a seguir demonstrado:

|           | 1994            | 1995            |
|-----------|-----------------|-----------------|
| Aerovias  | 14.638 (80,0%)  | 12.894 (87,2%)  |
| Aerovias  | 4.948 (23,6%)   | 4.885 (26,5%)   |
| Estímulos | 1.018 (7,7%)    | 1.381 (7,3%)    |
| Total     | 21.104 (100,0%) | 18.170 (100,0%) |

É importante destacar que os dispêndios totais da empresa em 1995, com salários e encargos, alcançaram US\$ 788,8 milhões.

- 4.4 Esses programas de assistência empregada têm como sustentação os benefícios oferecidos pelo Instituto AERUS de Seguridade Social, responsável pelo plano de suplementação de aposentadoria de segurados e previdência e patrimônio pelas principais companhias aéreas que operam no Brasil. Sendo de administração profissional totalmente independente de suas patrocinadoras, o AERUS congrega em dezembro de 1995 38.834 participantes ativos, dos quais 72,8% pertencentes ao Grupo VARG e 6.108 participantes associados, das quais cabe ao Grupo a titulação de 88,3%. Com ativos superiores a R\$ 1 bilhão, em dezembro/95, ocupa o AERUS a honrosa posição de quinta maior fundo de pensão do país e primeira entre as entidades sob patrocínio do setor privado.
- 4.5 Eventos subsequentes: Em 12.01.96, o Sr. Carlos Wally Engala e Edgar H. de Albuquerque renunciaram, por motivos pessoais, aos cargos de Presidente do Conselho Executivo e Presidente do Conselho de Administração, respectivamente. Para substituí-los, o Conselho elegeram o Engº Fernando A.C.S. Pinheiro para a Presidência Executiva e o Dr. Waldemar L. Carnevali para a Presidência do Conselho de Administração. Neste órgão, a Vice Presidência passou a ser exercida pelo Engº Engeli, em substituição ao Dr. Agnaldo Junqueira Faria, que assumiu a Presidência do Conselho de Curadores da Fundação Ruben Berta.

### 5. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

- 5.1 A análise comparativa dos demonstrativos financeiros em dez R\$ e dez US\$ encontra, como mais relevantes, as seguintes variações:
  - a) **Receita Líquida** - medida em dólares, a receita de voo passou de US\$ 2.872 bilhões para US\$ 3.018 bilhões (aumento de 13%), todavia, em face da desvalorização da moeda norte-americana (na qual ocorre a maior parcela de nosso faturamento), relativamente ao Real, a demonstração de resultado em 1995, nesta moeda, acusa um decréscimo de receita líquida de ordem de 8%. Quantitativamente, como se pode verificar no item 3.1 deste Relatório, houve um aumento de 1% no número de passageiros transportados, o 0,8% no montante de Pass/Km e de 9,1% no total de carga transportada (Ton/Km).
  - b) **Custo das Operações Operacionais** - em parte pelo fator citado acima comentado e, cumulativamente, como resultado de medidas de racionalização de custos, registrou-se a apreciável redução de 12% de tal forma que o dispêndio de menor volume de receitas líquidas em Real, e Lucro Bruto obtido, permaneceu em apenas 3%. Na composição desse dual variáveis (Receita Líquida e Custo Direto), comprovado ganho de produtividade básica.
  - c) **Resultado de Atividade** - este indicador, que já apresentara, no trimestre 84/93, uma variação positiva de 122%, voltou a crescer substancialmente agora com uma taxa de 103%; tendo passado de R\$ 112,8 milhões, em 84, para R\$ 228,1 milhões, em 85; e cresceu ainda mais, no período 85/93, chegou a ser de 350%. Resumindo, para o resultado positivo de 85 as reduções de 18% nas despesas operacionais, 32% na honoreária de administração e de 1% nas despesas administrativas, entre as quais se inclui a liberação de passagens e respectivos encargos, foram as de maior importância no contexto da logística trabalhada brasileira.
  - d) **Despesas Financeiras Líquidas** - excluindo o conjunto de "resultado financeiro líquido" - se puras sobre financiamentos de aeronaves, pela sua própria natureza diferenciada, verificamos que o custo do passivo financeiro (Despesas Financeiras Líquidas) se reduziu de R\$ 152.183 mil para R\$ 128.982 mil (-17%), como era de se esperar de mudança de perfil da dívida. Tanto em 84 como em 85, as Despesas Financeiras Líquidas - não amortizadas ou puras sobre equipamentos de voo - representaram 4% do faturamento líquido.
  - e) **Quilômetros e Pass e Km em Moeda Estrangeira** - é importante ter bem presente que o excepcional ganho cambial de 1994 (R\$ = US\$) foi um acontecimento extraordinário, como poderíamos, com abóbada clássica nos itens 6.3 e 6.4 do nosso

- g) **Resultado de Atividade** - apresentando-se negativo, em R\$ 6.884 mil, por força do "Resultado não Operacional", também negativo, e registrado no ME nº 18.
  - a) **Resultado de Atividade** - apresentando-se negativo, em R\$ 6.884 milhões, em 85, nos quais se acrescentaram R\$ 78 milhões de "atividade de investimento" que, neste período, foi substancialmente. A "atividade de investimento", porém, somou um total líquido de R\$ 236 milhões, proveniente em sua maioria de operações de investimentos e financiamentos, incluindo a fusão de ações a um preço de R\$ 33 milhões, realizada no quadro de despesa de juros e fim de gestão.
  - b) **Resultado não Operacional** - 1.184 mil, como parte do Resultado não Operacional, se dá em razão de um cancelamento de programa de reestruturação operacional - envolvendo, basicamente, as despesas de pessoal - e de adequação de frota, através da venda de equipamentos.

- 6.3 No tocante às contas patrimoniais, registramos:
  - a) **Patrimônio Líquido Consolidado** - reduziu-se ligeiramente (-0,8%), em consequência do prejuízo de exercício; em 31.12.95, cada ação VARG tinha um valor patrimonial de R\$ 4,75.
  - b) **Índice de Liquidez** - manteve-se, nos dois últimos exercícios, em 0,80, no entanto da "liquidez de curto prazo", que é o índice das obrigações de prestação de serviços e do Endividamento - a parte do conceito de "capacitação total" (passivos financeiros e passivos líquidos), observamos a seguinte situação, nos dois últimos exercícios (em R\$ milhões):

|  | 12/94 | 12/95 |
|--|-------|-------|
| Curto prazo  | 476   | 631   |
| Índice de longo prazo  | 2.098 | 1.782 |
| Passivo financeiro   | 2.574 | 2.293 |
| Patrimônio Líquido   | 3.074 | 3.000 |
| <b>CAPITALIZAÇÃO TOTAL</b>   | 3.550 | 3.683 |
| Observações, em primeira lugar, que o nível de comprometimento financeiro da empresa em 11%, com as reflexões já comentadas no item 6.1 d. Em segundo lugar, a desproporcionalidade entre recursos próprios e ativos e o elevado percentual em 84 e 85, comprovadamente se mantém de 93, no qual a participação de PL na capitalização total não passou de 4%. |       |       |

- 6.3 No conjunto, o investimento em substituição e compra apresentou resultados satisfatórios, embora passivo. Cabe ressaltar o excelente desempenho do RIO SUL, numa sequência de operações bastante lucrativas. Nosso objetivo é conservar a frota de aeronaves de atividade (e também complementar à frota), na medida das possibilidades oferecidas pelo mercado, atender as demandas.
- 6.4 Análise com relação ao Patrimônio Líquido Consolidado, sempre registrar que nenhum registro foi de crédito mencionado no ME nº 18, o qual em março de 85, nos termos de decisão da primeira instância, já representava R\$ 2,2 bilhões. Entretanto, que, em novembro de 85, o que declaramos no item 6.5 de Relatório de 86, em face da alteração probatória, em face da venda dos montantes envolvidos, a manutenção desta ordem foi de 100% em seu valor, segundo o processo na órbita judicial, ao contrário do que se alega no Relatório de 86.
- 6.5 As ações VARG ON e PH, negociadas em todos os boletins de preço, tiveram, em 1995, um volume negociado de 6.625.830 ações no Bovespa e de 1.855.000, nos demais boletins, totalizando 8.480.830 ações negociadas no ano. Acompanhando a frota desvalorizada do mercado de ações, neste último exercício, as PH apresentaram taxa de lucratividade de 6,85% na Bovespa e de 13,2% no BVRL; para as ON, os números foram de 11,8% e 88,0%, respectivamente.

### 6. PERSPECTIVAS

- 6.1 Lido industrial do mercado de transporte aéreo mundial, os Estados Unidos são o grande território de desempenho da indústria e, nesse sentido, as nossas ações - investimentos e compra das companhias aéreas norte-americanas, segundo orientamos de IATA, têm alcançado em 1995 um resultado agregado da ordem de US\$ 2,2 bilhões, superando a marca histórica de US\$ 1,7 bilhão (relativa ao ano de 1988).
- 6.2 No âmbito das perspectivas de recuperação econômica, com duração e extensão incerta de efeito, e aumento da demanda, e consequentemente das estruturas de apoio, uma política de preços mais realista e, também, a adequação de custos e serviços prestados entre as transportadoras. Toda a empresa de administração de VARG nos últimos anos tem se voltado para os mesmos objetivos, com a legítima expectativa de obter os mesmos resultados. Registramos, como etapas realizadas nesse direção, no trimestre 3/95:
  - a abertura do Conselho de Administração à participação de profissionais não ligados aos quadros da empresa;
  - a renegociação de nossa dívida interna e externa, com redução de custo e alongamento de prazo;
  - a redução de 7.000 funcionários em nosso quadro de pessoal;
  - a redução, de 18 para 8, do número de diretores e a eliminação de níveis hierárquicos;
  - o fechamento de lojas no Brasil e no exterior;
  - a eliminação de excesso de capacidade de frota.
 Tais medidas - das quais algumas tiveram um impacto inicial de despesa de implementação - se revelaram rapidamente em benefícios, como atesta a evolução da base de atividade.
- 6.3 É evidente que o programa de reestruturação não se agotou com os passos acima, devendo prosseguir rumo à meta indicada no Memorandum de Pressão, com ênfase para a redução de investimentos, no plano operacional, e do aumento da receita operacional e, também, no operacional. Em ambos - reestruturação - a VARG está sendo longe dos seus objetivos.
- 6.4 Embora o exercício de 1996 tenha se inaugurado sob o reflexo de fatores altamente negativos no campo internacional (alteração da frota, alteração da base de operação), a situação geral, sob o ponto de vista econômico, é bastante favorável, devido à recuperação econômica mundial, sob os aspectos citados no Relatório de 1995, que é considerada pela crescente importância que a América Latina, dentro desta, o Brasil, ganhou e cabe de algum país de desenvolvimento em uma economia globalizada. A situação é favorável e o nosso governo, através de uma política econômica de incentivo e estímulo econômico, através da "Política Nacional do Turismo para os anos 1996/98".
- 6.5 No plano doméstico, em especial, é de fundamental importância estratégica e econômica do Plano Real, provavelmente responsável por um aumento de poder aquisitivo de dois estados e por sua aplicação ao mercado de consumo. Ao longo das últimas décadas, ocorrerá, seguramente, a demanda de transporte aéreo - campo em que a preservação da liderança de VARG é meta prioritária.

### 7. AGRADECIMENTOS

No âmbito e bem sucedido esforço que dispôs ao longo dos últimos anos, para superar dificuldades internas e externas, a VARG pode contar com apoio absolutamente decisivo no seu projeto de reestruturação e retomada do crescimento:
 

- nossos acionistas, pela compreensão e apoio às decisões tomadas da empresa;
- nosso corpo funcional, que tem mostrado esforços e empenho crescente no trabalho de Administração;
- nossos clientes - alvo primário de nossa companhia de aprimoramento - que nos premiam com sua confiança e preferência;
- as autoridades autoridades brasileiras, canadenses e estadunidenses de nossa política de transporte aéreo.

 São estes aqui deixamos registrados nossos mais sinceros agradecimentos.

Porto Alegre, 20 de maio de 1996

- DIRETORES**  
 Carlos Wally Engala - Diretor Presidente  
 André Lauritzen - Diretor de Carga  
 Carlos Eberhart - Diretor Financeiro e de Relações com Mercados  
 Claudio Afonso Junqueira - Diretor de Engenharia e Manutenção  
 Luis de Gama Mori - Diretor de Logística Operacional  
 Nelson Héctor Rest Curión - Diretor de Operações de Voo  
 Odilon Cesar Nogueira Junqueira - Diretor de Administração e Recursos Humanos  
 Paulo Enrique Moraes Case - Diretor de Marketing e Vendas
- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
 Edgar Neumann de Araujo - Presidente  
 Agnaldo M. Junqueira Filho - Vice-Presidente  
 Arnaldo Souza de Oliveira  
 Ingo Pöger  
 Dr. Waldemar L. Carnevali

**Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 1995 e 1994**  
(Valores em Milhares de Reais)

|  | Em Mês de Dezembro/95 |                  | Em Mês de Dezembro/94 |          |
|--|-----------------------|------------------|-----------------------|----------|
|  | 31.12.95              | 31.12.94         | 31.12.94              | 31.12.94 |
| <b>ATIVO</b>                                   |                       |                  |                       |          |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                        |                       |                  |                       |          |
| Disponível                                     | 84.380                | 127.652          |                       |          |
| Contas a Receber                               |                       |                  |                       |          |
| Clientes                                       | 349.872               | 347.118          |                       |          |
| Órgãos do Governo                              | 10.848                | 14.381           |                       |          |
| Congêneras                                     | 32.347                | 24.778           |                       |          |
| Empresas Controladas                           | 10.185                | 9.382            |                       |          |
| Outros Créditos                                | 76.608                | 16.340           |                       |          |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa  | ( 3.546)              | ( 3.486)         |                       |          |
| Total Contas a Receber                         | 476.126               | 407.476          |                       |          |
| Depósitos Especiais                            | 41.801                | 40.168           |                       |          |
| Estruções                                      | 128.385               | 125.387          |                       |          |
| Pagamentos Antecipados                         | 58.185                | 63.317           |                       |          |
| Despesas Antecipadas                           | 48.209                | 37.283           |                       |          |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                        | <b>844.166</b>        | <b>781.162</b>   |                       |          |
| <b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>          |                       |                  |                       |          |
| Empresas Controladas                           | 21.334                | 47.278           |                       |          |
| Depósitos Especiais                            | 67.802                | 48.138           |                       |          |
| Outras Contas                                  | 8.108                 | 38.088           |                       |          |
| <b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>          | <b>86.246</b>         | <b>131.480</b>   |                       |          |
| <b>ATIVO PERMANENTE</b>                        |                       |                  |                       |          |
| Investimentos                                  |                       |                  |                       |          |
| Empresas Controladas e Coligadas               | 171.862               | 187.183          |                       |          |
| Outras Empresas e Investimentos                | 8.118                 | 16.126           |                       |          |
| Total de Investimentos                         | 180.080               | 183.298          |                       |          |
| Imobilizado                                    |                       |                  |                       |          |
| Imobilizado Técnico                            | 3.683.718             | 3.882.448        |                       |          |
| (-) Depreciações Acumuladas                    | (1.626.188)           | (1.388.826)      |                       |          |
| Subtotal                                       | 2.067.620             | 2.313.823        |                       |          |
| Imobilizações em Curso                         | 21.877                | 23.147           |                       |          |
| Total Imobilizações                            | 2.078.187             | 2.336.970        |                       |          |
| Diferido                                       |                       |                  |                       |          |
| Despesas Amortizáveis                          | 16.238                | 38.828           |                       |          |
| (-) Amortizações Acumuladas                    | ( 8.270)              | ( 20.833)        |                       |          |
| Total Diferido                                 | 7.968                 | 18.096           |                       |          |
| <b>ATIVO PERMANENTE</b>                        | <b>2.287.233</b>      | <b>2.534.864</b> |                       |          |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                          | <b>3.198.644</b>      | <b>3.487.586</b> |                       |          |
| <b>PASSIVO</b>                                 |                       |                  |                       |          |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                      |                       |                  |                       |          |
| Fornecedores                                   | 80.482                | 88.183           |                       |          |
| Empréstimos e Financiamentos - Capital de Giro | (8)                   | 344.286          | 320.771               |          |
| Financiamentos "Leasing"                       | (108)                 | 187.020          | 112.189               |          |
| Debituras                                      | (12)                  | -                | 42.624                |          |
| Juros em Curso - Provisão                      |                       | 48.202           | 32.201                |          |
| Taxas e Contribuições                          |                       | 67.727           | 81.872                |          |
| Ondas e Salários                               |                       | 28.728           | 28.477                |          |
| Congêneras                                     |                       | 6.841            | 8.328                 |          |
| Contas a Pagar                                 |                       | 38.884           | 44.181                |          |
| Transportes a Executar                         |                       | 188.873          | 177.208               |          |
| Provisões para:                                |                       |                  |                       |          |
| Contribuições de Legislação Social             |                       | 87.761           | 68.848                |          |
| Revisão e Reparo de Equipamentos de Vão        |                       | 14.169           | 8.338                 |          |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                      | <b>1.048.860</b>      | <b>888.788</b>   |                       |          |
| <b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>          |                       |                  |                       |          |
| Empréstimos e Financiamentos - Capital de Giro | (8)                   | 384.604          | 623.114               |          |
| Financiamentos "Leasing"                       | (10)                  | 1.208.308        | 1.481.702             |          |
| Debituras                                      | (112)                 | 168.108          | 8.828                 |          |
| Juros em Curso - Provisão                      |                       | 67.284           | 31.733                |          |
| Empresas Controladas                           | ( 8)                  | 21.688           | 7.972                 |          |
| Contas a Pagar                                 |                       | -                | 67                    |          |
| <b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>          | <b>1.840.771</b>      | <b>2.134.407</b> |                       |          |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                      |                       |                  |                       |          |
| Capital Social Autorizado                      |                       |                  |                       |          |
| Capital Social Realizado                       | (113)                 | 190.864          | 38.824                |          |
| Correção Monetária de Capital                  | (113)                 | 81.388           | 481.681               |          |
| Total Capital Social Autorizado                |                       | 272.252          | 481.486               |          |
| Aumento de Capital e Hamstager                 | (113)                 | -                | 31.128                |          |
| Reservas de Retenção                           |                       |                  |                       |          |
| Res. Próprias                                  | (113)                 | 27.123           | 32.073                |          |
| Investimentos                                  |                       | 8.348            | 8.688                 |          |
| Total Reservas de Retenção                     |                       | 38.472           | 40.761                |          |
| Reservas Acumuladas                            | ( 1.672)              | ( 228.888)       |                       |          |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                      | <b>306.823</b>        | <b>334.403</b>   |                       |          |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>                        | <b>3.198.644</b>      | <b>3.487.586</b> |                       |          |

**Demonstração de Resultados Exercícios findos em 31 de Dezembro de 1995 e 1994**  
(Valores em Milhares de Reais)

|  | Em Mês de Dezembro/95 |                  | Em Mês de Dezembro/94 |          |
|--|-----------------------|------------------|-----------------------|----------|
|  | 31.12.95              | 31.12.94         | 31.12.94              | 31.12.94 |
| <b>Receitas Operacionais</b>                         |                       |                  |                       |          |
| Receita de Vão                                       | 3.117.617             | 3.480.233        |                       |          |
| (-) ICMS   | -                     | ( 63.234)        |                       |          |
| Outras Receitas Operacionais                         | 64.800                | 77.683           |                       |          |
| Dedução da Receita Bruta - Colna                     | 3.172.117             | 3.484.682        |                       |          |
|  | ( 24.288)             | ( 24.048)        |                       |          |
| <b>Receita Operacional Líquida</b>                   | <b>3.147.882</b>      | <b>3.480.648</b> |                       |          |
| <b>Custos dos Serviços Prestados</b>                 |                       |                  |                       |          |
| Custo de Vão   | (1.821.314)           | (2.011.828)      |                       |          |
| Outras Despesas Operacionais                         | ( 28.800)             | ( 66.347)        |                       |          |
| Depreciação Apropriada ao Custo dos Serviços         | ( 44.881)             | ( 81.788)        |                       |          |
| Depreciação Equipamentos "Leasing"                   | ( 130.847)            | ( 143.883)       |                       |          |
|  | (2.026.012)           | (2.303.438)      |                       |          |
| <b>LUCRO BRUTO</b>                                   | <b>1.121.870</b>      | <b>1.188.208</b> |                       |          |
| Despesas Comerciais                                  | ( 704.438)            | ( 863.812)       |                       |          |
| Gastos Gerais  |                       |                  |                       |          |
| Honorários de Administração                          | ( 2.401)              | ( 3.808)         |                       |          |
| Despesas Administrativas                             | ( 188.887)            | ( 187.858)       |                       |          |
|  | ( 189.288)            | ( 191.666)       |                       |          |
| <b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>                        | <b>229.137</b>        | <b>112.834</b>   |                       |          |
| <b>Resultado Financeiro Líquido</b>                  |                       |                  |                       |          |
| Receitas Financeiras                                 | 83.877                | 85.721           |                       |          |
| Despesas Financeiras                                 | ( 180.838)            | ( 217.814)       |                       |          |
| Juros de Financiamentos Equipamentos de Vão          | ( 118.288)            | ( 118.177)       |                       |          |
|  | ( 243.239)            | ( 270.370)       |                       |          |
| Ganhos e/ou Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira   | 102.300               | 638.380          |                       |          |
| Resultado das Participações                          |                       |                  |                       |          |
| Participação no Resultado de Controladas e Coligadas | 8.811                 | 8.864            |                       |          |
| Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos     | 6                     | 6                |                       |          |
|  | 8.817                 | 8.870            |                       |          |
| Perdas com Inter. Interesses não Remunerados         | ( 848)                | ( 4.824)         |                       |          |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL</b>                         | <b>84.374</b>         | <b>388.088</b>   |                       |          |
| Resultado não Operacional                            | ( 101.233)            | ( 177.174)       |                       |          |
| <b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>           | <b>( 16.859)</b>      | <b>208.928</b>   |                       |          |
| <b>LUCRO (PREJUÍZO) P/ AÇÃO NO FINAL DO PERÍODO</b>  | <b>( 10,11)</b>       | <b>3,38</b>      |                       |          |

**Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 1995 e 1994**  
(Valores em Milhares de Reais)

|   | Em Mês de Dezembro/95 |            | Em Mês de Dezembro/94 |          |
|---|-----------------------|------------|-----------------------|----------|
|   | 31.12.95              | 31.12.94   | 31.12.94              | 31.12.94 |
| <b>ORIGENS</b>                          |                       |            |                       |          |
| Das Operações                           |                       |            |                       |          |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Período     | ( 16.859)             | 208.928    |                       |          |
| Depreciações e Amortizações             | 104.318               | 128.886    |                       |          |
| Resultado dos Ativos "Leasing"          | 130.847               | 143.883    |                       |          |
| Resultado de Equilíbrio Patrimonial     | ( 8.811)              | ( 8.864)   |                       |          |
| Perdas em Investimentos a Longo Prazo   | 2.783                 | 18.808     |                       |          |
| Res. de Investimentos em Curso Líquido  | 82.822                | 438.488    |                       |          |
| Ganhos sobre Exigível a Longo Prazo     | ( 137.438)            | ( 603.812) |                       |          |
| Base de Investimentos                   | 38.887                | 12.842     |                       |          |
| Perdas de Capital - Participações       | 7.888                 | 8.657      |                       |          |
|   | 214.448               | 448.887    |                       |          |
| Das Ações e de Tercos                   |                       |            |                       |          |
| Financiamentos a Longo Prazo            | 268.202               | 1.241.668  |                       |          |
| Redução de Realizável a Longo Prazo     | 43.482                | 80.168     |                       |          |
| Total das Origens                       | 614.112               | 1.747.423  |                       |          |
| <b>APLICAÇÕES</b>                       |                       |            |                       |          |
| Acréscimos de Ativo Permanente          |                       |            |                       |          |
| Investimentos                           | 36.886                | 18.888     |                       |          |
| Imobilizado Técnico                     | 48.786                | 888.888    |                       |          |
| Diferido                                | 2.823                 | 8.888      |                       |          |
|   | 88.495                | 888.888    |                       |          |
| Redução de Financiamentos a Longo Prazo | 434.020               | 170.000    |                       |          |
| Total das Aplicações                    | 822.515               | 1.068.888  |                       |          |
| Variação do Capital Circulante Líquido  | ( 208.403)            | 688.535    |                       |          |
|   | 614.112               | 1.747.423  |                       |          |
| <b>REPRESENTADO POR:</b>                |                       |            |                       |          |
| Ativo Circulante                        |                       |            |                       |          |
| No Final do Exercício                   | 844.166               | 781.162    |                       |          |
| No Início do Exercício                  | 781.162               | 888.001    |                       |          |
|   | 63.374                | 104.181    |                       |          |
| Passivo Circulante                      |                       |            |                       |          |
| No Final do Exercício                   | 1.048.860             | 1.088.788  |                       |          |
| No Início do Exercício                  | ( 81.184)             | 877.678    |                       |          |
| Variação do Capital Circulante Líquido  | ( 208.403)            | 688.535    |                       |          |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 1995 e 1994**  
 (Valores em Milhares de Reais)

Em Moeda de Dezembro/95

| HISTÓRICO  | Capital Resultado Anualizado | Aumento de Capital e Reservas | Reservas de Retenção |               | Lucros (Prejuízos) Acumulados | Total     |
|--|------------------------------|-------------------------------|----------------------|---------------|-------------------------------|-----------|
|  |                              |                               | Bens Próprios        | Investimentos |                               |           |
| <b>A - Saldo em 31.12.93...</b>                      | 481.486                      | 31.120                        | 123.480              | 14.160        | (634.748)                     | 126.478   |
| - Realização Reservas de Reservação - Bens Próprios  | -                            | -                             | ( 81.387)            | -             | 81.387                        | -         |
| - Realização Reservas de Reservação - Investimentos  | -                            | -                             | -                    | ( 5.484)      | 5.484                         | -         |
| - Lucro Líquido do Exercício                         | -                            | -                             | -                    | -             | 208.876                       | 208.876   |
| <b>B - Saldo em 31.12.94...</b>                      | 481.486                      | 31.120                        | 32.073               | 8.888         | (228.888)                     | 334.603   |
| - Aumento de Capital pela Conversão de Debênturas    | 9.507                        | -                             | -                    | -             | -                             | 9.507     |
| - Redução Capital p/ Compensação Prejuízo Acumulados | 1228.908                     | -                             | -                    | -             | 228.908                       | -         |
| - Realização Reservas de Reservação - Bens Próprios  | -                            | -                             | ( 4.950)             | -             | 4.950                         | -         |
| - Realização Reservas de Reservação - Investimentos  | -                            | -                             | -                    | ( 337)        | 337                           | -         |
| - Reversão de Reservas                               | -                            | ( 31.120)                     | -                    | -             | -                             | ( 31.120) |
| - Prejuízo Líquido do Exercício                      | -                            | -                             | -                    | -             | ( 8.958)                      | ( 8.958)  |
| <b>C - Saldo em 31.12.95...</b>                      | 222.023                      | -                             | 27.123               | 8.348         | ( 1.672)                      | 306.823   |

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 1995 e 1994**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O objeto da Companhia é explorar comercialmente, mediante concessão ou autorização dos Poderes Públicos competentes, transportes aéreos em geral, de passageiros, bagagens, encomendas, cargas e malas postais, pela operação de linhas e serviços aéreos domésticos e internacionais, bem como prestar a serviços, serviços relacionados com a navegação aérea.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Com o objetivo de disponibilizar as informações divulgadas aos investidores e ao público em geral e, segundo orientação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a Companhia está apresentando somente a seguinte Demonstração Contábil: balanço patrimonial e demonstração de resultados integral, em função de que o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido são iguais àquelas apurados pela sistemática da Legislação Societária. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício anterior foram atualizadas para moeda de dezembro de 1995.

Os valores apresentados nas Notas Explicativas estão atualizados para moeda de dezembro de 1995.

**2.1. Principais Práticas Contábeis**

**a. Efeitos Intercorrentes**

Os efeitos decorrentes de perda de poder aquisitivo de moeda sobre os elementos patrimoniais, foram reconhecidos ao resultado do exercício em base na variação de UFIR - Unidade Fiscal de Referência. O resultado financeiro apurado na demonstração de resultados é representativo dos ganhos e perdas por inflação, relacionados aos períodos e níveis monetários, na realidade da conta e que se vinculam.

**b. Ativos e Passivos Intercorrentes**

Os valores disponíveis, os direitos relativos a ações participadas da Companhia, representados em moeda estrangeira ou indicados em índices internos de variação de preço, estão atualizados com base nas taxas de câmbio comercial e outros indicadores, respectivamente, vigentes na data do balanço.

**c. Instrumentos Financeiros**

As operações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação e o resultado decorrente do rendimento pré-rate-temporário até a data do balanço e estão representadas por liquidações de mercado a com características de derivativos. A avaliação da Administração não admite o uso de fatores relevantes antes os valores de mercado e contábil dos empréstimos, financiamentos e debênturas (Nota 8, 10 e 12) devido ao processo de reestruturação das dívidas ocorrido recentemente. Adicionalmente a Companhia mantém compromissos sob a forma de "leasing" operacional os quais estão demonstrados na nota 11.

**d. Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidas**

Constituída de acordo com a avaliação histórica de risco de crédito e o seu montante é considerada suficiente para cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

**e. Estoques**

Os estoques de Materiais Diversos e os Ordens de Trabalho em Andamento são avaliados pelo custo de aquisição ou produção corrigidos monetariamente, segundo a variação de UFIR, baseada a valor de mercado de reposição. As importações em Andamento estão repetidas pelo custo incorrido até a data do balanço.

**f. Imobilizado Técnico**

Os bens próprios e os equipamentos adquiridos sob a forma de "leasing" financeiro (ou leases leasing), estão demonstrados no custo de aquisição corrigidos monetariamente, à exceção dos equipamentos de voo, avaliados em DUT/98 e corrigidos monetariamente a partir da data de aquisição.

As depreciações dos bens próprios e "leasing", são calculadas pelo método linear as taxas indicadas na Nota 6, sem valor residual.

**g. Provisões**

A Provisão para Revisão e Repara de Equipamentos de Voo é constituída com base nas horas voadas e representa cobertura dos custos a serem incorridos no futuro. Para os equipamentos de última geração, os custos de manutenção são reconhecidos ao resultado no momento de sua realização.

**h. Reconhecimento de Receitas**

As vendas são registradas no Passivo Circulante na rubrica Transportes e Execução, sendo a receita reconhecida ao resultado quando da efetiva prestação do serviço, portanto, o saldo existente na data do balanço representa os serviços a serem prestados.

**3. DETALHES**

Os valores são apresentados em milhares de reais.

**4. DEPOSITOS ESPECIAIS**

|   | R\$ mil  |          |          |          |
|---|----------|----------|----------|----------|
|   | 31.12.94 | 31.12.95 | 31.12.94 | 31.12.95 |
| - Para garantia de contratos e de arrendamento                |          |          |          |          |
| - Manutenção Obrigatória e Manutenção Dispositiva             | 21.036   | 33.073   | 64.108   | 46.170   |
| - Para garantia de fabricação de aeronaves (Programa Paymont) | 7.481    | 8.983    | 14.484   | 15.408   |
| - Outras Depósitos  | 13.345   | 17.748   | 31.081   | 25.700   |
|   | 41.861   | 67.802   | 99.683   | 88.284   |

**5. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS**

As participações em empresas controladas e coligadas são corrigidas monetariamente e ajustadas pelo método de equivalência patrimonial, com a seguinte composição em 31.12.95:

| Empresas                               | R\$ mil              |                     | R\$ mil                           |                           | Valor Contábil Atualizado 1994 |
|--|----------------------|---------------------|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------------|
|  | Participação Líquida | Resultado Exercício | Para pagar: Capital % Total/Valor | Valor Contábil Atualizado |                                |
| Co. Logop de Recife                    | 48.810               | ( 1.047)            | 82,82                             | 97,18                     | 48.136                         |
| Co. Logop de Recife de Aracaju         | 18.811               | (11.888)            | 28,21                             | 48,42                     | 21.887                         |
| EMC Editora Ltda.                      | 872                  | 1.04                | 88,88                             | 88,88                     | 872                            |
| Banco VABO S.A.                        | 8.850                | 1.222               | 46,67                             | 24,34                     | 4.888                          |
| BTA Inv. Aut. de Invest. em Ações S.A. | 18.270               | ( 2.162)            | 77,88                             | 77,88                     | 16.047                         |
| RD-BA Serviços Aéreos Regionais S.A.   | 28.272               | 24.888              | 88,78                             | 88,78                     | 73.818                         |
| VARE Aero-transportes S.A.             | 11.281               | 116.248             | 18,22                             | 18,22                     | 8.766                          |
| Outras Empresas                        | 1.287                | 161                 | 101                               | 101                       | 2.048                          |
|  | 121.852              | 8.811               | 187.182                           | 187.182                   |                                |

**6. IMOBILIZADO TÉCNICO**

| Pólo                                 | 31.12.94         |                       | 31.12.95         |                       | Taxa % a.a. |
|--------------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|-------------|
|                                      | Valor Atualizado | Depreciação Acumulada | Valor Atualizado | Depreciação Acumulada |             |
| - Equipamento de Voo                 |                  |                       |                  |                       |             |
| - B-737/200                          | 63.883           | ( 53.883)             | 63.883           | ( 53.883)             | 20,0        |
| - B-737/200                          | 248.228          | ( 268.648)            | 248.228          | ( 188.888)            | 7,1 a 18,8  |
| - Motores Boeing                     |                  |                       |                  |                       |             |
| - DC-10/37/747/767                   | 107.781          | ( 87.820)             | 107.781          | ( 48.781)             | 8,8         |
| - Componentes e Acessórios           | 238.428          | ( 112.484)            | 284.734          | ( 118.228)            | 8,8         |
| - Equip. de Trein. Avião e Simulador | 77.286           | ( 44.888)             | 77.286           | ( 38.888)             | 10,0        |
| - Equipamento Técnico                | 211.887          | ( 188.828)            | 224.882          | ( 172.828)            | 10,0        |
| - Veículos                           | 12.887           | ( 11.783)             | 16.828           | ( 14.277)             | 20,0        |
| - Imóveis                            | 248.844          | ( 124.422)            | 278.882          | ( 178.882)            | 4,0 a 6,0   |
| Total Imobilizado Técnico            | 1.284.888        | ( 818.888)            | 1.388.882        | ( 814.884)            |             |
| - Leasing                            |                  |                       |                  |                       |             |
| - Equipamento de Voo                 |                  |                       |                  |                       |             |
| - B-737/200                          | 28.781           | ( 28.788)             | 28.781           | ( 28.487)             | 7,1 a 18,8  |
| - B-737/200                          | 488.883          | ( 88.388)             | 488.488          | ( 38.228)             | 8,0 a 8,8   |
| - DC-10/37                           | 322.223          | ( 218.188)            | 322.223          | ( 177.828)            | 8,8 a 18,8  |
| - B-747/200                          | 283.484          | ( 182.401)            | 278.287          | ( 131.118)            | 8,2         |
| - B-747/200                          | 317.887          | ( 122.882)            | 317.887          | ( 118.284)            | 8,8         |
| - B-747/200                          | 188.874          | ( 18.182)             | 188.874          | ( 8.827)              | 8,8 a 8,8   |
| - B-747/200                          | 688.883          | ( 78.882)             | 682.288          | ( 48.888)             | 8,0         |
| - Motores B-767 - 347                | 21.887           | ( 2.788)              | 21.887           | ( 1.272)              | 7,2         |
| - Equip. de Trein. Avião - Simulador | 18.881           | ( 14.888)             | 18.881           | ( 14.888)             | 14,2        |
| Total Imobilizado "Leasing"          | 2.288.882        | ( 788.288)            | 2.313.886        | ( 684.178)            |             |
| Total Imobilizado Técnico            | 3.883.718        | ( 1.528.188)          | 3.882.668        | ( 1.588.428)          |             |

(a) De acordo com a vida útil estimada dos equipamentos, que no caso do equipamento de voo, foi estabelecida conforme tabela de depreciação de OUT/88.

(b) Depreciação às mesmas taxas dos equipamentos a que se referem.

6.1 Como decorrência da reavaliação dos equipamentos de voo realizada em OUT/88, foram apropriadas no resultado de exercícios, despesas de depreciação de R\$ 18.090 mil, remanescendo no Ativo Imobilizado, o valor de R\$ 98.413 mil que deverá ser reconhecido no resultado de exercícios futuros na medida em que ocorrer sua reavaliação. A respectiva reserva de reavaliação, constituída à época, apresenta-se diminuída em relação ao saldo remanescente no Ativo Imobilizado em R\$ 88.280 mil devido à compensação parcial com prejuízos apropriados no exercício de sua constituição.

6.2 Fazer à aplicação do dispositivo contido no artigo 2º da Lei 8.200/91 foram apropriadas no resultado de exercícios, despesas de depreciação e custo de bens baseados de R\$ 8.588 mil e R\$ 4.839 mil, respectivamente, remanescendo no Ativo Imobilizado o valor de R\$ 45.983 mil que deverá ser reconhecido no resultado de exercícios futuros na medida em que ocorrer a sua reavaliação.

**7. ATIVO DIFERIDO - DESPESAS AMORTIZÁVEIS**

|   | R\$ Mil           |               |               |                |
|---|-------------------|---------------|---------------|----------------|
|   | Valores Ajustados |               | Acréscimos    |                |
|   | 31.12.88          | 31.12.84      | 31.12.88      | 31.12.84       |
| - Equipamento de Computação                             | -                 | 364           | -             | 1.188          |
| - Benefícios e Melhorias em Propriedades de Terceiros   | 781               | 4.364         | 1.498         | 1.3.437        |
| - Despesas em Introdução de Equip. Novo (Vôo/Terrestre) | 18.467            | 31.818        | 17.774        | 117.207        |
|   | <u>18.238</u>     | <u>36.526</u> | <u>18.272</u> | <u>120.832</u> |

(a) Despesas Amortizáveis de acordo com o prazo de locação da unidade.

(b) Despesas pré-operacionais, tais como treinamento de pessoal técnico e tripulantes, publicidade institucional, padronização, voo de testes etc., amortizadas a razão de 10% a.a. a partir da entrada.

**8. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS CONTROLADAS, COLIGADAS E CONTROLADORA**

Os valores classificados no Circulante referem-se a transações em condições normais de mercado. Os valores classificados no Longo Prazo referem-se a contratos de mútua, remunerados à custo de mercado.

**8.1 Circulante**

|   | R\$ Mil       |              |
|---|---------------|--------------|
|   | 31.12.88      | 31.12.84     |
| Com. Tropical de Matão                      | 198           | 344          |
| BATA Serv. Aviação de Transporte Aéreo S.A. | 1.810         | 2.881        |
| RIO-SUL Serviços Aéreos Regionais S.A.      | 2.447         | 1.608        |
| Fundação Ruben Berta                        | 4.883         | 3.700        |
| Outras                                      | 488           | 728          |
|   | <u>10.126</u> | <u>9.261</u> |

**8.2 Longo Prazo**

|  | R\$ Mil       |               |               |              |
|--|---------------|---------------|---------------|--------------|
|  | Ativos        |               | Passivos      |              |
|  | 31.12.88      | 31.12.84      | 31.12.88      | 31.12.84     |
| Sec. Brasileira de Turismo             | -             | -             | 181           | 148          |
| RIO-SUL Serviços Aéreos Regionais S.A. | -             | -             | -             | 7.828        |
| Fundação Ruben Berta                   | -             | -             | 31.406        | -            |
| VASO Agrupadora S.A.                   | 8.834         | 1.072         | -             | -            |
| Com. Tropical de Matão                 | 8.847         | 18.887        | -             | -            |
| Companhia Tropical de Matão de Aviação | 8.863         | -             | -             | -            |
| SPR Empreendimentos e Participações    | -             | 2.833         | -             | -            |
| Catarat de Brasil S.A.                 | -             | 2.167         | -             | -            |
| InterLocadora S.A.                     | -             | 23.848        | -             | -            |
|  | <u>21.334</u> | <u>47.378</u> | <u>21.586</u> | <u>7.876</u> |

**9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS PARA CAPITAL DE GIRO**

|  | R\$ Mil        |                |                |                |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
|  | 1998           |                | 1994           |                |
|  | Curto Prazo    | Longo Prazo    | Total          | Total          |
| Empréstimo para Capital de Giro          | 128.488        | 108.812        | 234.080        | 358.018        |
| Linhas de Crédito                        | -              | -              | -              | 18.048         |
| - Brasil                                 | -              | -              | 8.881          | 8.887          |
| - Exterior                               | 8.881          | -              | 8.881          | 11.073         |
| Financiamento de Matéria-prima           | 1.276          | -              | 1.276          | 11.073         |
| Importações Financiadas                  | 22.884         | -              | 22.884         | 38.842         |
| Financiamento de Taxas e Contribuições   | 188.821        | 288.867        | 484.478        | 484.830        |
| Financiamentos de Combustível            | 10.301         | -              | 10.301(a)      | 28.018         |
| Financiamentos Vinculados ao Imobilizado | 83             | 35             | 88             | 381            |
| Outros                                   | 8.152          | -              | 8.152          | 18.814         |
|  | <u>344.285</u> | <u>394.504</u> | <u>738.789</u> | <u>843.888</u> |

(a) Financiamento relativo a fretos de combustível com a Petrolbrás, pagamentos mensais e juros calculados com base na taxa CETP.

Os juros incobrados e não vencidos estão classificados no Passivo Circulante e Engivel e Longo Prazo, em função de sua exigibilidade, na rubrica "Juros em Curso - Provisão".

**9.1 Empréstimos para Capital de Giro**

|   | R\$ Mil        |                |                |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | 1998           |                | 1994           |                |
|   | Curto Prazo    | Longo Prazo    | Total          | Total          |
| Brasil  | -              | -              | -              | -              |
| - Banco Baha  | 1.840          | -              | 1.840          | -              |
| - Banco Arbi  | 2.026          | -              | 2.026          | -              |
| - Outros  | -              | -              | -              | 114.168        |
|   | <u>3.866</u>   | <u>-</u>       | <u>3.866</u>   | <u>114.168</u> |
| Exterior  | -              | -              | -              | -              |
| - Nissha Iwai Corp. - Japan (JYF 2 bilhões)                   | 18.710         | -              | 18.710(a)      | 41.083         |
| - Banco de Brasil - USA (US\$ 53,3 milhões)                   | 81.887         | -              | 81.887(a)      | 71.443         |
| - Bancaria - USA (US\$ 24,0 milhões)                          | 23.340         | -              | 23.340         | 24.886         |
| - Banco Crédito Nacional - USA (US\$ 13,8 milhões)            | 13.420         | -              | 13.420         | -              |
| - Brazilian American Merchant Bank - USA (US\$ 150,1 milhões) | -              | -              | -              | -              |
| (-) Deságio (US\$ 41,5 milhões)                               | -              | -              | -              | -              |
| Liquidez (US\$ 108,8 milhões)                                 | -              | 108.812        | 108.812(b)     | 82.182         |
| Outros  | 17.488         | -              | 17.488         | 42.287         |
|   | <u>124.803</u> | <u>108.812</u> | <u>234.415</u> | <u>241.880</u> |
|   | <u>128.488</u> | <u>108.812</u> | <u>234.080</u> | <u>358.018</u> |

(a) Empréstimos sem garantia de novas vendas no Japão, Alemanha e Itália, com taxas de juros variáveis conforme o "LIBOR".

(b) Empréstimos pelos prazos de 18 e 6 anos, com 6 anos de carência para pagamento do principal. Os juros calculados com base no "LIBOR" mais "spread" de 3,6% e 3% e, respectivamente, são devidos semestralmente. Como decorrência da operação de venda das DCB's - Data Conversion Bonds e IDUP's - Obrigações emitidas pela Tesouro Nacional do Brasil, foi apurada um total de deságio equivalente a US\$ 41,5 milhões e que deverá ser apropriado nas receitas em função do prazo de amortização das empréstimos. Como garantia destas operações, foram vinculadas ações em Brasília e em Manaus e a totalidade das ações passadas nos últimos lotes RIO-SUL, Bata, Cia. Tropical de Matão e Cia. Tropical de Matão de Aviação.

**9.2 Financiamentos de Taxas e Contribuições**

|  | 1998           |                |                | 1994           |                |  |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--|
|  | Curto Prazo    | Longo Prazo    | Total          | Total          | Último Vencido |  |
| - INSS                                 | 88.847         | 138.883        | 208.280        | 280.878(a)     | OUT/2000       |  |
| - COFINS                               | 3.818          | 10.834         | 14.752         | 18.873(b)      | AGO/2002       |  |
| - ICMR                                 | 18.180         | 812            | 18.992         | 18.811(a)      | -              |  |
| - INFRADERO - Taxas Arrependidas       | 8.828          | 84.238         | 93.066         | 72.878(a)      | NOV/2002       |  |
| - Instituto Aéreo de Seguridade Social | 88.208         | 88.182         | 184.388        | 87.400(a)      | JAN/98         |  |
|  | <u>184.821</u> | <u>288.867</u> | <u>484.478</u> | <u>484.830</u> | -              |  |

(a) Contribuições de Previdência Social - parcela da empresa - devidas em AGO/94 e objeto de parcelamentos com prazos de 24 e 80 meses a juros de 1% ao mês.

(b) Contribuições relativas ao COFINS de período JUN/83 a MAR/84 objeto de parcelamento junto aos órgãos correspondentes com prazo máximo de 80 meses e juros de 1% ao mês.

(c) Valores de ICMR sobre serviços de transporte aéreo anteriores a JUL/84 e objeto de parcelamento junto aos respectivos Estados. Os pagamentos encontram-se suspensos por força de decisão do Supremo Tribunal Federal.

(d) Taxas arrependidas devidas em JUN/84 objeto de parcelamento junto ao INFRADERO pelo prazo de 88 meses. Os pagamentos são mensais com juros de 1% ao mês.

(e) Contribuições de empresa devidas ao AERUS que serão objeto de parcelamento e ser canceladas em JAN/88 e cujos pagamentos deverão ocorrer a partir de FEV/88 em 36 parcelas mensais e juros de 1% ao mês.

**10. FINANCIAMENTOS "LEASING"**

|                                   | R\$ Mil          |                  |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
|                                   | 1998             | 1994             |
| Equipamento de Voo                | 1.238.898        | 1.412.886        |
| Equipamento Terrestre/Treinamento | 8.803            | 8.478            |
| Rebocamentos                      | 160.430          | 181.807          |
|                                   | <u>1.398.328</u> | <u>1.573.871</u> |

Distribuição:

|  | Curto Prazo | Longo Prazo |
|--|-------------|-------------|
|  | 187.200     | 112.188     |
|  | 1.209.308   | 1.481.702   |

Os prazos maiores e não vencidos estão apresentados no Passivo Circulante na rubrica Juros em Curso - Provisão.

**10.1 Equipamento de Voo**

|  | R\$ Mil        |                  |                  |                  |
|--|----------------|------------------|------------------|------------------|
|  | 1998           |                  | 1994             |                  |
|  | Curto Prazo    | Longo Prazo      | Total            | Total            |
| (a) - Orient Leasing Co. e Outras - Japan (JYF) 18,1 bilhões   | 41.848         | 138.886          | 178.501          | 188.026          |
| (b) - Nissha Iwai Corp. e Outras - Japan (JYF) 20,3 bilhões    | 22.477         | 188.181          | 180.658          | 213.088          |
| - Nissha Iwai Corp. - Japan                                    | -              | -                | -                | 888              |
| (c) - Nissha Iwai Corp. - Japan (US\$ 125,8 milhões)           | 8.847          | 118.861          | 122.188          | 138.888          |
| (d) - Citibank - USA (US\$ 7,8 milhões)                        | 2.884          | 4.718            | 7.603            | 10.884           |
| (e) - Citibank - USA (US\$ 26,4 milhões)                       | 6.330          | 20.386           | 26.716           | 31.480           |
| (f) - Wilmington Trust Co. - USA (US\$ 47,2 milhões)           | 3.428          | 42.824           | 46.860           | 82.308           |
| (g) - Wilmington Trust Co. - USA (US\$ 188,8 milhões)          | 12.788         | 148.187          | 161.863          | 186.078          |
| (h) - Wilmington Trust Co. - USA (US\$ 11,4 milhões)           | 8.826          | 2.804            | 11.128           | 18.347           |
| (i) - Wilmington Trust Co. - USA (US\$ 188,1 milhões)          | 12.681         | 171.422          | 183.873          | 208.431          |
| (j) - G.P.A. Group-Island (US\$ 22,7 milhões)                  | 2.483          | 18.883           | 22.148           | 26.881           |
| (k) - G.P.A. Group-Island (US\$ 41,8 milhões)                  | 8.386          | 31.118           | 40.501           | 82.131           |
| (l) - Harrington Ltd. - USA (US\$ 82,0 milhões)                | 7.886          | 71.788           | 78.784           | 82.727           |
| (m) - Harrington Ltd. - USA (US\$ 740,3 mil)                   | 720            | -                | 720              | 2.258            |
| (n) - General Electric Capital Corp. - USA (US\$ 13,3 milhões) | 808            | 12.328           | 12.934           | 13.778           |
| (o) - Borealis Flug Gesellschaft - Germany (US\$ 51,4 milhões) | 4.261          | 48.741           | 48.882           | 84.740           |
| (p) - Mizu Corp. - Japan (US\$ 48,7 milhões)                   | 2.711          | 48.888           | 48.410           | 84.218           |
| (q) - Ota Oure Corp. - Cayman (US\$ 25,8 milhões)              | 2.676          | 22.802           | 25.177           | 28.822           |
| (r) - SL VRG Ltd. - Cayman (US\$ 28,4 milhões)                 | 2.347          | 23.366           | 26.702           | 27.381           |
| (s) - BCL Leasing - Brasil (US\$ 1,2 milhões)                  | 1.200          | 41               | 1.241            | 2.803            |
| (t) - BCL Leasing - Brasil (US\$ 2,8 milhões)                  | 1.323          | 1.447            | 2.770            | 3.188            |
| (u) - Pental Leasing - Brasil (US\$ 1,3 milhões)               | 1.313          | -                | 1.313            | 4.882            |
| (v) - Bata Leasing - Brasil (US\$ 833,8 mil)                   | 818            | -                | 818              | 3.438            |
|  | <u>183.088</u> | <u>1.088.887</u> | <u>1.238.898</u> | <u>1.412.886</u> |



# VARIG

## "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)

Companhia Aberta - GGC/MF N.º 92.772.821/0001-84

- g. 3 aeronaves B-747/200B, contrato de DEZ/82 pelo prazo de 15 anos e opção de compra (LJYE 800). O saldo devedor deverá ser amortizado a partir de JAN/86. Os juros são pagos trimestralmente a taxa fixa de 8,16% a.a.;
- h. 2 aeronaves B-747/300, contrato de DEZ/85 pelo prazo de 15 anos e opção de compra (LJYE 400). Os pagamentos são trimestrais e os juros são calculados a taxa fixa de 9% a.a. pagáveis trimestralmente;
- a. 2 aeronaves B-747-300, contrato de OUT/86, transformado em "leasing" financeiro em NOV/84, com opção de compra (US\$ 200.000) e prazo remanescente de 11 anos. Os pagamentos são trimestrais e os juros calculados com base na "LIBOR" mais "spread" de 1,5% a.a.;
- d. 4 motores conforme contrato de JUL/82 pelo prazo original de 5 anos e opção de compra (US\$ 100.000). Os pagamentos são mensais, encerrando-se em JUN/88. Os juros são calculados com base na "LIBOR" mais "spread" de 4% a.a. e pagos mensalmente;
- e. 2 aeronaves DC-10 ("sale-lease-back"), contrato de NOV/84 pelo prazo de 5 anos e opção de compra pelo valor de mercado e pagamentos mensais. Os juros são calculados com base na "LIBOR" mais "spread" de 2,87% a.a. e 4% a.a., pagos mensalmente;
- f. 2 aeronaves B-737-300, contrato de DEZ/81 com a Wilmington Trust Co. - USA pelo prazo de 12 anos com opção de compra (US\$ 200.000) e valor total de US\$ 83,2 milhões. Os pagamentos são trimestrais com juros de 8,31% a.a.;
- g. 2 aeronaves MD-11, contrato de DEZ/82, com a Wilmington Trust Co. - USA, pelo prazo de 12 anos, com opção de compra (US\$ 200.000). Os pagamentos são trimestrais, incluindo juros variáveis de 0,4% a.a. e 3,15% a.a. sobre a "LIBOR" trimestral e juros fixos de 7,28% a.a.;
- h. 1 aeronave DC-10, contrato de DEZ/83 na modalidade "sale-lease-back" com prazo original de 2 anos, estendido para NOV/87 e as amortizações trimestrais, deverão ocorrer a partir de MAI/86. Os juros, calculados com base na "LIBOR" mais "spread" de 4% a.a., são pagos mensalmente;
- i. 2 aeronaves MD-11, contrato de DEZ/83 pelo prazo de 12 anos e opção de compra (US\$ 200.000). Os pagamentos são trimestrais, incluindo juros variáveis de acordo com a "LIBOR";
- j. 1 aeronave B-737-300 contrato de ABR/82 pelo prazo de 10 anos com opção de compra (US\$ 2,6 milhões), com amortizações mensais, incluindo juros de 10,0042% a.a.;
- k. 2 aeronaves DC-10-30 cargueiros, contrato de ABR/82, na modalidade "sale-lease-back" pelo prazo de 8 anos, com opção de compra e valor residual de US\$ 17,5 milhões. As amortizações são mensais, incluindo juros de 10,7433% a.a.;
- l. 5 aeronaves B-737-300, contrato de NOV/88 transformado em "leasing" financeiro em FEV/84, com prazo de 7 anos, opção de compra (US\$ 30,6 milhões) e pagamentos mensais. Os juros, calculados com base na "LIBOR" mais "spread" de 1,5% a.a., são pagos mensalmente;
- m. 2 motores CF6, contrato de MAI/84 pelo prazo de 2 anos com opção de compra (US\$ 1.000) e amortizações mensais. Os juros são calculados com base na "LIBOR" e pagos mensalmente;
- n. 2 motores CF6, contrato de OUT/84 pelo prazo de 10 anos, opção de compra (US\$ 1.000) e amortizações mensais e juros calculados com base na taxa de 4% acima de "LIBOR" e pagos mensalmente a partir do início do contrato;
- o. 2 aeronaves B-737-300, contrato de JUL/82 transformado em "leasing" financeiro em MAR/84, pelo prazo de 8 anos, com opção de compra (US\$ 2.000). As amortizações e juros são mensais com encargos fixos de 10% a.a.;
- p. 2 aeronaves B-737-300, contrato de NOV/80 transformado em "leasing" financeiro em DEZ/84, pelo prazo de 12 anos, com opção de compra (US\$ 200.000). As amortizações e juros são trimestrais com encargos calculados com base na "LIBOR" mais "spread" de 1,1250% a.a.;
- q. 1 aeronave B-737-300, contrato de JUL/81 transformado em "leasing" financeiro em DEZ/84, pelo prazo de 7 anos, com opção de compra (US\$ 12,7 milhões). As amortizações são trimestrais com encargos fixos de 10,64% a.a.;
- r. 1 aeronave B-737-300, contrato de JUL/81, transformado em "leasing" financeiro em DEZ/84, pelo prazo de 7 anos, com opção de compra (US\$ 13,8 milhões). As amortizações são trimestrais com encargos fixos de 10,64% a.a.;
- s. 3 motores CF6, contrato de SET/83 na modalidade "sale-lease-back" pelo prazo de 3 anos e opção de compra (US\$ 42 mil) com amortizações trimestrais;
- t. 1 aeronave B-737-200, contrato de AGO/82 na modalidade "sale-lease-back" pelo prazo de 2 anos e opção de compra (US\$ 3.069 mil), a ser amortizado em 36 parcelas a partir de DEZ/84;
- u. 3 motores CF6, contrato de MAR/84 na modalidade "sale-lease-back" pelo prazo de 2 anos e pagamentos trimestrais;
- v. 1 aeronave B-737-200, contrato de JUN/84 na modalidade "sale-lease-back" pelo prazo de 3 anos.

### 10.2 Financiamentos

|  | R\$ Mil       |                |                | 1994           | Último Vencim. |
|--|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|  | Curto Prazo   | Longo Prazo    | Total          |                |                |
| <b>- Leasing Financeiro</b>  |               |                |                |                |                |
| (a) Wilmington Trust Co. - USA (US\$ 34,1 milhões).....              | -             | 33.198         | 33.198         | 34.868         | JUL/2006       |
| (b) Wilmington Trust Co. - USA (US\$ 30,8 milhões).....              | 14.866        | 14.866         | 29.732         | 5.506          | OUT/87         |
| (c) First Security Bank of Utah - USA (US\$ 28,0 milhões)....        | 1.888         | 26.381         | 27.230         | 28.008         | NOV/2006       |
| (d) GPA Group - USA (US\$ 13,2 milhões)....                          | 3.657         | 8.344          | 12.001         | 10.177         | SET/88         |
| Outros.....  | 120           | -              | 120            | 7.288          |                |
|  | <b>20.601</b> | <b>82.868</b>  | <b>103.367</b> | <b>86.844</b>  |                |
| <b>- Leasing Operacional</b>   |               |                |                |                |                |
| (a) Pagurus Capital Corp. - USA (US\$ 3,8 milhões).....              | 1.384         | 2.431          | 3.825          | 2.448          | OUT/88         |
| (c) Global Aircraft Leasing Ltd. - Cayman (US\$ 4,7 milhões).....    | 1.484         | 3.086          | 4.570          | 3.086          | JAN/88         |
| (e) PK Airlines - USA (US\$ 4,7 milhões).....                        | 1.541         | 3.124          | 4.665          | 2.848          | JAN/88         |
| (e) Ansett Worktrane Aviation - USA (US\$ 3,7 milhões).....          | 1.387         | 2.280          | 3.647          | 4.008          | OUT/88         |
| (e) Bavaria Flug Gesellschaft Germany (US\$ 7,6 milhões).....        | 2.218         | 5.203          | 7.421          | 7.583          | SET/88         |
| (e) GPA Group - Ireland, ...   | -             | -              | -              | 3.818          |                |
| (e) International Leases Finance Corp. - USA (US\$ 23,5 milhões).... | 2.447         | 20.488         | 22.935         | 40.781         | MAI/2003       |
|  | <b>10.481</b> | <b>38.822</b>  | <b>47.073</b>  | <b>64.883</b>  |                |
|  | <b>30.862</b> | <b>118.478</b> | <b>160.430</b> | <b>151.607</b> |                |

- a. Saldo devedor (US\$ 34,1 milhões), relativos aos contratos de 4 MD-11, suportados pela garantia de operação (Mc Donnell Douglas) sendo US\$ 17,4 milhões amortizáveis em 10 parcelas trimestrais a partir de JUL/85 e US\$ 16,7 milhões a ser amortizado a partir de 2006. Sobre o saldo devedor incidem juros de 4% a.a. acima de "LIBOR" e cujos pagamentos são trimestrais;
- b. Saldo devedor de US\$ 30,8 milhões amortizáveis em 10 parcelas a partir de JUL/85 com juros de 4% a.a. acima de "LIBOR", cujos pagamentos são trimestrais;
- c. Saldo devedor (US\$ 28,0 milhões) e juros (US\$ 1,1 milhões) vencidos relativos às aeronaves "D" dos contratos de 4 aeronaves MD-11 mantidos com a Wilmington Trust, refinanciados junto a First Bank of Utah pelo prazo de 11 anos. As amortizações serão mensais a partir de JUN/86. Os juros, calculados com base na taxa de 4% a.a. acima de "LIBOR", são devidos mensalmente;
- d. Parcelas de principal e juros vencidas no período de MAR a JUN/84 sobre contratos de "leasing", objeto de refinanciamento junto ao arrendador pelo prazo de 64 meses com amortizações mensais. Os juros, calculados a taxa fixa de 8% a.a. e variáveis de acordo com a "LIBOR" são devidos mensalmente;
- e. Valores de "leasing" operacional não pagos e refinanciados pelos credores em prazos máximos de 18 e 60 meses, amortizações mensais e juros calculados em taxas fixas de 8% a.a. ou variáveis de acordo com a "LIBOR" mais 4% a.a.

**11. "LEASING" OPERACIONAL**

A Empresa mantém compromissos sob a forma de "leasing" operacional das seguintes aeronaves:

| Aeronave             | Equipamento | Custos |           | Custo Médio |          | Rebates |         |        |         |
|----------------------|-------------|--------|-----------|-------------|----------|---------|---------|--------|---------|
|                      |             | Quant. | Valor     | Atual       | 31.12.88 | Curto   | Longo   |        |         |
| Boeing 737           | Germany     | 2      | 8-737/200 | APR/81      | MAR/89   | 448     | 17.366  | 5.340  | 12.016  |
|                      |             | 2      | 8-737/200 | OUT/80      | OUT/84   | 481     | 16.702  | 5.918  | 10.784  |
|                      |             | 2      | 8-737/200 | AGO/81      | SET/89   | 511     | 22.886  | 6.132  | 16.754  |
|                      |             |        |           |             |          |         |         |        |         |
| Airbus               | USA         | 1      | 8-737/200 | MAR/80      | APR/81   | 253     | 7.094   | 3.038  | 4.056   |
|                      |             | 2      | 8-737/200 | NOV/81      | OUT/89   | 501     | 23.046  | 6.812  | 17.034  |
| Fronair Corp         | USA         | 2      | 8-747/200 | APR/84      | APR/85   | 2390    | 95.600  | 29.880 | 65.720  |
|                      |             | 3      | 8-737/200 | OUT/81      | OUT/86   | 871     | 6.720   | 6.720  | -       |
| C.N.A. Co. Ltd.      | Japan       | 2      | 8-747/200 | NOV/81      | NOV/86   | 1.667   | 17.667  | 17.667 | -       |
|                      |             | 2      | 8-747/200 | SET/84      | MAR/85   | 1.317   | 36.656  | 16.904 | 19.752  |
| Japan Capital Corp.  | USA         | 1      | DC-10/30  | JUN/81      | JUN/86   | 441     | 2.644   | 2.644  | -       |
|                      |             | 1      | DC-10/30  | SET/80      | OUT/81   | 317     | 10.776  | 3.804  | 6.972   |
| PI Airlines          | USA         | 1      | DC-10/30  | DEZ/80      | JAN/81   | 378     | 12.136  | 3.824  | 8.312   |
|                      |             | 1      | DC-10/30  | JAN/81      | JAN/81   | 378     | 12.172  | 3.844  | 8.328   |
| 5-787 - Leasing Inc. | USA         | 1      | DC-10/30  | MAR/81      | MAR/84   | 500     | 2.600   | 2.600  | -       |
|                      |             | 8      | 8-787-200 | NOV/84      | OUT/2001 | 1.930M  | 370.380 | 23.180 | 297.200 |

(a) Custo mensal médio, variável de acordo com a taxa "LIBOR" mais "spread" de 1,6% a.a.;  
 (b) Após JAN/88 custo mensal de US\$ 2.034 milhões.

Os contratos de "leasing" operacional, por se tratar de operações com opção de compra, e, portanto, sem característico de aquisição, não são registrados ou demonstrados no Ativo Imobilizado e nem no Passivo Exigível e Curto e Longo Prazo.

Os saldos em 31.12.88, que correspondem aos compromissos assumidos pela Empresa, são reconhecidos no resultado do exercício à rubrica de Custo = 1/3 em função de utilização dos respectivos equipamentos.

**12. DEBÊNTURAS**

|               | R\$ Mil |        |
|---------------|---------|--------|
|               | 1986    | 1984   |
| 3ª Emissão    | -       | 61.778 |
| 4ª Emissão    | 168.108 | 677    |
|               | 168.108 | 62.353 |
| Distribuição: |         |        |
| Curto Prazo   | -       | 42.624 |
| Longo Prazo   | 168.108 | 6.729  |

(a) As debênturas de 3ª emissão - 2ª série, estão, em sua totalidade, em Tesouraria, tendo seu vencimento em 1º de março de 1989.

12.1 Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 1984, foi aprovada a emissão de 130.000 debênturas (4ª emissão) com valor unitário de R\$ 1.000,00, dividida em três séries, com o seguinte plano em 31.12.88:

|          | Valor      |            | Juros Incobrados |
|----------|------------|------------|------------------|
|          | Quantidade | Atualizado |                  |
| 1ª série | 21.848 (a) | 27.978     | 834              |
| 2ª série | 68.101 (b) | 87.224     | 1.863            |
| 3ª série | 33.498 (c) | 42.806     | 818              |
|          | 123.447    | 158.108    | 3.015 (d)        |

(a) Debênturas convertíveis em ações ordinárias;  
 (b) Debênturas convertíveis em ações preferenciais;  
 (c) Debênturas convertíveis em ações preferenciais;  
 (d) Os juros estão classificados no Passivo Circulante na rubrica "Juros em Curso - Provisão".

A partir de 1º de julho de 1986, com atuação do IPC-r, e atualização monetária das debênturas passou a ser efetuada com base no INPC, com remuneração de 12% a.a. a primeira calculada conforme escritura de emissão, pagável anualmente. A amortização será efetuada em 3 parcelas anuais e sucessivas a partir de NOV/87 ou, à opção de debenturista, através de conversão em ações da empresa, que poderá ser efetuada a qualquer tempo até a data do vencimento final segundo as seguintes proporções:

| Dezete                 | Quantidade de Ações por Debêntura |
|------------------------|-----------------------------------|
| até 31.10.86           | 386                               |
| de 01.11.86 a 31.10.87 | 308                               |
| de 01.11.87 a 31.10.88 | 264                               |
| de 01.11.88 a 31.10.89 | 178                               |
| de 01.11.89 a 01.11.90 | 102                               |

Até 31 de dezembro de 1986, foram convertidas 6.560 debênturas, sendo:

|          |       |
|----------|-------|
| 1ª série | 3.156 |
| 2ª série | 2.888 |
| 3ª série | 502   |

As debênturas de 1ª e 2ª séries estão sendo objeto de litígio por parte dos bancos credores da empresa, conforme escritura particular e o valor da subscrição de tais debênturas foi, em JAN/86, utilizado na liquidação das empresas junto aquelas instituições.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**13.1 Capital Social Realizado**  
 O Capital Social Realizado no valor de R\$ 180.863.883,32 é composto de 64.380.189 ações sem valor nominal, sendo 36.663.498 ações ordinárias e 27.716.721 ações preferenciais sem direito a voto, e o capital autorizado é de 86.843.856 ações ordinárias e 63.848.783 ações preferenciais.

Os principais atos societários realizados neste exercício foram:

- Em 27 de abril de 1986 foram realizadas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que, dentre outras deliberações, aprovaram o aumento do Capital Social de R\$ 39.823.910,00 para R\$ 401.330.632,82 mediante incorporação de reserva de criação monetária do capital - R\$ 381.412.822,82, em emissão de novas ações.
- Em 26 de outubro de 1986, o Conselho de Administração optou pela reversão do valor das ordens integralizadas pela Fundação Ruben Berta, classificadas no Patrimônio Líquido sob a rubrica "Aumento de Capital e Homologação", constituindo o mesmo crédito em conta de mútuo, classificado no Exigível a Longo Prazo sob a rubrica "Empresas Contratadas".
- Em 1986, o Conselho de Administração homologou a conversão de 6.560 debênturas, (3.156 de 1ª série, 2.888 de 2ª série e 502 de 3ª série - 4ª emissão) no valor nominal corrigido, global, de R\$ 9.030.363,89 em 1.214.876 ações ordinárias e 1.308.386 ações preferenciais pelo fator multiplicador de 386, passando o Capital Social Subscrito e Realizado de R\$ 401.330.632,82 para R\$ 410.360.888,91.
- Em 18 de dezembro de 1986, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que, dentre outras deliberações, aprovou a redução do Capital Social em R\$ 219.713.023,48, mediante compensação dos prejuízos acumulados até 31/12/84,

**14. GANHOS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

O valor registrado neste rubrica, correspondendo ao líquido dos ganhos sobre ativos e passivos imobilizados à variação de moedas estrangeiras quando o resultado é variável das instituições indicadas para reconhecimento dos efeitos estrangeiros.

|  | R\$ Mil |         |
|--|---------|---------|
|  | 1986    | 1984    |
| Ganhos Líquidos sobre investimentos vinculados ao Ativo Permanente     |         |         |
| - Financiamentos em Euro Japonês                                       | 36.840  | 106.888 |
| - Financiamentos em Dólares Americanos e outras moedas                 | 63.818  | 420.633 |
|  | 100.658 | 627.521 |
| Ganhos Líquidos sobre os demais passivos e ativos em moeda estrangeira | 1.844   | 12.181  |
|  | 102.300 | 639.702 |

**15. PERDAS NOS ITENS MONETÁRIOS NÃO REMUNERADOS**

15.1 Na Demonstração de Resultados elaborada segundo os critérios de correção integral, os valores relativos aos ganhos e perdas nos itens monetários foram reconhecidos às respectivas contas a que se referem, cujo demonstrativo está apresentado no quadro a seguir:

|   | R\$ Mil               |                              | Resultado p/Conta p/Resultado Integral |
|---|-----------------------|------------------------------|--|
|   | Legislação Brasileira | Com Integração de Resultados |  |
| - Resultado Operacional                           |                       |                              |  |
| - Líquido   | 2.778.287             | 3.144.838                    | 3.047                                  |
| - Custo dos Serviços                              |                       |                              |  |
| - Previdência                                     | (1.801.813)           | (2.033.282)                  | 2.260                                  |
| - Despesas Comerciais                             | ( 819.847)            | ( 887.887)                   | ( 6.844)                               |
| - Despesas Administrativas                        | ( 188.868)            | ( 188.308)                   | 11                                     |
| - Resultado Financeiro                            |                       |                              |  |
| - Líquido   | ( 292.448)            | ( 332.843)                   | 89.433                                 |
| - Perdas e Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira | ( 182.381)            | ( 231.340)                   | 333.840                                |
| - Resultado de Participações                      | 8.814                 | 8.818                        | 8.818                                  |
| - Ganhos (Perdas)                                 | -                     | 437.346                      | (437.884)                              |
| - Resultado não Operacional                       | 88.881                | ( 112.384)                   | 11.181                                 |
| - Resultado Inflacionário                         | 377.846               | -                            | -                                      |
| Prejuízo de Exercício                             | ( 8.858)              | ( 8.858)                     | ( 8.858)                               |

(a) Com o seguinte detalhamento:

|                                      |          |
|--------------------------------------|----------|
| - Empresas Controladas e Coligadas   | ( 1.747) |
| - Outras Créditos                    | ( 1.293) |
| - Arrecadação por Conta de Terceiros | 84       |
| - Contas a Pagar                     | 2.406    |
| - Outras Contas                      | 109      |
|                                      | 848      |

**16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

Destaques, a seguir, os resultados líquidos dos principais eventos ocorridos em 1986:

|   | R\$ Mil   |
|---|-----------|
| - Depreciação de aeronaves paradas                                | (31.438)  |
| - Estimativa de perda na venda de aeronaves paradas (R\$ 743.200) | (26.868)  |
| - Bares de Anosados e Sobressalentes                              | (17.428)  |
| - Mutas sobre passivamente INSS                                   | (14.267)  |
| - Outras receitas e despesas não operacionais                     | (12.161)  |
|   | (101.233) |

**17. IMPOSTOS**

**17.1 ICMS**  
 Os Estados, através do Convênio CONFAZ 86/88, aprovaram a tributação pelo ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes e Comunicações, a partir de MAR/88, sobre os serviços de transporte aéreo nacional de passageiros e carga, mediante aplicação de alíquota (Regime Especial do Crédito Presumido), de 8% (8% nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná).  
 Em JUL/84, o Supremo Tribunal Federal em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo procurador Geral da República com base em ação de mesma natureza movida pelo Sindicato Nacional das Empresas Aereas, decidiu conceder, em caráter liminar, a suspensão da aplicação dos atos normativos que embasaram a cobrança de ICMS sobre os serviços de transporte aéreo. Tal decisão, segundo nossos assessores jurídicos determinou a não incidência daquela tributo até que haja a decisão final.

**17.2 Imposto de Renda e Contribuição Social**  
 Neste exercício face aos prejuízos acumulados, não há Imposto de Renda e Contribuição Social devidos. Os prejuízos fiscais, deduzidos do lucro operacional e diluído, existentes em 31 de dezembro de 1986, no montante de aproximadamente R\$ 62 milhões, serão compensados com os lucros de exercícios futuros.

**18. CRÉDITOS CONTINGENTES**

Com base nos contratos de concessão de linhas, a Empresa através de seus consultores jurídicos, está promovendo ação judicial, ganha em primeira instância, visando o reconhecimento pelo poder concedente da inexistência tarifária de cobrança verificada no período de 1986 a 1981 e cujo montante atualizado até mar/86, segundo cálculo pericial, é de R\$ 2.238.654 mil. A empresa decidiu não relatar em suas Demonstrações Contábeis tais créditos, até que ocorra o pagamento final de tais ações.

**19. INSTITUTO AERES DE SEGURANÇA SOCIAL**

O Instituto Aeres de Segurança Social, mantém plano de aposentadoria complementar e funcionários das empresas de aviação.  
 Para financiamento de suas atividades, de acordo com os cálculos atuariais, são necessárias contribuições dos funcionários e das empresas patrocinadoras, que em 1986, correspondem a 0,8% dos salários do pessoal, totalizando, no exercício, R\$ 37.281 mil e valores de DEZ/86.  
 Segundo as demonstrações contábeis do Instituto Aeres de Segurança Social, empenhadas pelas respectivas pareceres atuariais e dos auditores, as reservas matemáticas, que representam as obrigações por benefícios em concessão e a considerar, existentes em 31 de dezembro de 1986 no valor de R\$ 1.018.203 mil, estão cobertas por bens do ativo.

**20. SEGUROS**

A companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais riscos sobre seus ativos e suas responsabilidades, apresentando o seguinte detalhamento em 31.12.86:

| Motivos de          | Objetivo   | Valor Segurado R\$ Mil |
|---------------------|--|------------------------|
| - Aeronaves         | - Aeronaves Imobiliárias, Anonimato, Simulador de Vôo, Peças e Substitutos | 3.589.266              |
| - Instalações       | - Estádios, Lago, Prédios, Área Industrial                                 | 294.338                |
| - Responsabilidades | - Responsabilidade Civil Geral ICMS, Passageiros e Outros                  | 876.180                |
| - Passos Diversos   | - Valores e Equipamentos   | 13.212                 |
| - Ações em Curso    | - Financiamentos em geral  | 218                    |

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Edgard Nascimento de Azevedo - Presidente  
Agivaldo M. Junqueira Filho - Vice-Presidente  
Arnaldo Souza de Oliveira  
Ingo Pöger  
Joaquim Fernandes dos Santos  
Lino Pereira  
Nelson de Sampaio Santos  
Walterson Fontoura Cavalcanti  
Wilson Nélio Bruner

**DIRETORES**

Carlos Wily Engela - Diretor Presidente  
André Lauterbach - Diretor de Cargo  
Carlos Ebnar Neto - Diretor Financeiro e de Relações com Mercado  
Cláudio Afonso Junqueira - Diretor de Engenharia e Manutenção  
Luz de Gama Mor - Diretor de Logística Operacional  
Nelson Mitsuru Rist Cordeiro - Diretor de Operações de Voo  
Odilon César Nogueira Junqueira - Diretor de Administração e Recursos Humanos  
Paulo Enrique Moraes Costa - Diretor de Marketing e Vendas

Manuel Eduardo Domingues Guedes  
Contador

CRC-SP 146.885/S/RS - CPF 013.801.588-46

**Parecer dos Auditores Independentes**

Aos

Acionistas e Diretores da  
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), levantados em 31 de dezembro de 1995 e 1994, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) em 31 de dezembro de 1995 e 1994, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

São Paulo, 20 de março de 1996

Coopers  
& Lybrand

Coopers & Lybrand  
Biederbach, Bordaach  
auditores independentes  
CRC SP 8.599-S/RS

Roberto Wagner Promanzo  
Sócio Responsável  
Contador CRC SP 88.438-S/RS

**Parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço de 31.12.95**

Os Membros do Conselho Fiscal da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), tendo procedido ao exame da expressão contábil das operações da empresa no exercício findo aos 31.12.1995, tomando por base o Balanço Patrimonial, daquela data e a correspondente Demonstração de Resultados, a Demonstração das Mutações Patrimoniais e a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos, todos referentes ao exercício de 1995, o Relatório da Diretoria e o Parecer dos Auditores Independentes, são de opinião que

referidas contas merecem ser aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária que apreclerá a matéria.

Porto Alegre, 20 de março de 1996

Celso Lima Araújo  
Roberto Bier da Silva

Horst Günter Axthelm  
Izidoro Polacow

Emílio Otto Kaminski  
Arnaldo Sandal Pires



Rubricado para identificação  
por um representante de  
CIELE PARANÁ S.A. em 03/12/2005  
Rio de Janeiro

5 / 1 T R

01 - IDENTIFICAÇÃO  
1 - CÓDIGO C.M  
000170  
2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL  
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE  
EMPRESA COMERCIAL,  
INDUSTRIAL E OUTRAS

01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO C.M  
000170  
2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL  
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE  
EMPRESA COMERCIAL,  
INDUSTRIAL E OUTRAS

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO                         | 3 - VALOR NO TRIMESTRE DA<br>INFORMAÇÃO<br>DE 01/01/96<br>A 31/03/96 | 4 - VALOR NO TRIMESTRE<br>ANTERIOR<br>DE 01/10/95<br>A 31/12/95 |
|------------|---------------------------------------|--|---|
| 2          | PASSIVO TOTAL                         | 13.638.308   | 13.455.348  |
| 2.1        | CIRCULANTE                            | 1.557.490  | 1.432.565   |
| 2.1.1      | FORNECEDORES EMPREITEIROS             | 183.659  | 214.876   |
| 2.1.2      | EMPRESAS E FINANCIAMENTOS             | 1.108.150  | 885.983   |
| 2.1.2.1    | EMPRESAS DE CURTO PRAZO               | 557.511  | 508.829   |
| 2.1.2.2    | PARCELA DE EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO | 183.788  | 127.787   |
| 2.1.2.3    | CONTROLADAS COLIGADAS E FUNDACÕES     | 364.851  | 348.287   |
| 2.1.3      | IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES        | 6.708  | 10.940  |
| 2.1.4      | DIVIDENDOS A PAGAR                    | 78.201   | 77.194  |
| 2.1.5      | PROVISÕES                             | 136.676  | 112.538   |
| 2.1.5.1    | SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS           | 108.883  | 87.476  |
| 2.1.5.2    | TRABALHISTA                           | 25.693   | 25.063  |
| 2.1.6      | OUTROS                                | 37.088   | 30.833  |
| 2.2        | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO                | 1.552.056  | 1.502.981   |
| 2.2.1      | EMPRESAS E FINANCIAMENTOS             | 815.743  | 822.274   |
| 2.2.2      | DIVÍDUAS COM PESSOAS LIGADAS          | 227.070  | 178.735   |
| 2.2.3      | OUTROS                                | 509.245  | 501.982   |
| 2.2.3.1    | PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS           | 185.625  | 184.688   |
| 2.2.3.2    | PROVISÃO TRABALHISTA                  | 171.602  | 187.383   |
| 2.2.3.4    | PROVISÃO P.P.I.R. (VÍTIOS)            | 45.212   | 43.130  |
| 2.2.3.5    | OUTROS                                | 108.806  | 108.773   |
| 2.5        | PATRIMÔNIO LÍQUIDO                    | 10.528.758   | 10.519.780  |
| 2.5.1      | CAPITAL SOCIAL REALIZADO CORRIGIDO    | 1.962.489  | 1.962.489   |
| 2.5.2      | RESERVAS DE CAPITAL                   | 2.945.614  | 2.945.600   |
| 2.5.3      | RESERVAS DE REAVALIACAO               | 438.105  | 456.780   |
| 2.5.4      | RESERVAS DE LUCROS                    | 5.156.921  | 5.156.921   |
| 2.5.5      | LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS           | 27.629   | 0   |

6 - VALORES AJUSTADOS EM VIRTUDE DO PLANO DE REFORMA DA BALANÇO  
31/03/96 10.07

Rubricado para identificação  
por um representante de  
CIELE PARANÁ S.A. em 03/12/2005  
Rio de Janeiro

7 / 1 T R

01 - IDENTIFICAÇÃO  
1 - CÓDIGO C.M  
000170  
2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL  
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE  
EMPRESA COMERCIAL,  
INDUSTRIAL E OUTRAS

01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO C.M  
000170  
2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL  
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE  
EMPRESA COMERCIAL,  
INDUSTRIAL E OUTRAS

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO                                    | 3 - VALOR NO TRIMESTRE DA<br>INFORMAÇÃO<br>DE 01/01/96<br>A 31/03/96 | 4 - VALOR NO TRIMESTRE<br>ANTERIOR<br>DE 01/10/95<br>A 31/12/95 |
|------------|--|--|---|
| 13         | DEMONSTRACÃO DO RESULTADO DO TRIMESTRE (R\$ MIL) |  |   |
| 13.1       | RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS OU SERVIÇOS            | 11.089   | 486.353   |
| 13.2       | DESEMBOLSOS DE SERVIÇOS VENDIDOS                 | 181.846  | 1.409.047   |
| 13.3       | RECEITA LÍQUIDA DE OUTROS                        | 1.131.251  | 81.106  |
| 13.4       | DESEMBOLSOS DE OUTROS                            | 87.559   | 110.728   |
| 13.5       | DESEMBOLSOS DE VENDAS                            | 111.971  | 111.450   |
| 13.6       | DESEMBOLSOS DE SERVIÇOS VENDIDOS                 | 117.876  | 118.188   |
| 13.7       | DESEMBOLSOS DE OUTROS                            | 15.290   | 15.228  |
| 13.8       | DESEMBOLSOS DE SERVIÇOS VENDIDOS                 | 118.879  | 141.971   |
| 13.9       | DESEMBOLSOS DE OUTROS                            | 27.139   | 26.893  |
| 13.10      | DESEMBOLSOS DE SERVIÇOS VENDIDOS                 | 111.510  | 117.296   |
| 13.11      | DESEMBOLSOS DE OUTROS                            | 2.718  | 11.248  |
| 13.12      | DESEMBOLSOS DE SERVIÇOS VENDIDOS                 | 41.387   | 125.183   |
| 13.13      | DESEMBOLSOS DE OUTROS                            | 111.901  | 2.048   |
| 13.14      | DESEMBOLSOS DE SERVIÇOS VENDIDOS                 | 3.433  | 8.910   |
| 13.15      | DESEMBOLSOS DE OUTROS                            | 116.316  | 12.844  |
| 13.16      | DESEMBOLSOS DE SERVIÇOS VENDIDOS                 | 78.496   | 122.117   |
| 13.17      | DESEMBOLSOS DE OUTROS                            | 11.781   | 12.318  |
| 13.18      | DESEMBOLSOS DE SERVIÇOS VENDIDOS                 | 27.533   | 9.272   |
| 13.19      | DESEMBOLSOS DE OUTROS                            | 48.588.883   | 48.688.882  |
| 13.20      | LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO (R\$ MIL)              | 0,51   | 0,18  |

14 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) APRESENTACAO DAS INFORMACOES TRIMESTRAIS

I Efeitos inflacionarios

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária que a partir da edição da Lei 92.297/95 e dos pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (Instrução nº 248 de 29 de março de 1996 e Parecer de Orientação nº 29, de 11 de abril de 1996) requerem o não reconhecimento dos efeitos inflacionarios. Caso essas demonstrações contábeis tivessem sido preparadas em moeda de poder aquisitivo constante, os seguintes ajustes, não quantificados nestas demonstrações (não relevantes em relação ao resultado do período) seriam requeridos:

- a) desconto a valor presente de itens monetarios pre-fixados;
- b) correção monetaria dos itens não monetarios, com base em índice representativo da variação geral do nível de preços, até o limite dos seus valores de realização;
- c) apresentação das rubricas da demonstração de resultado, ajustadas pelos ganhos e perdas apurados nos itens monetarios e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido, atualizadas nominalmente;
- d) repressão das demonstrações contábeis do exercicio precedente (cifras comparativas) na moeda de poder aquisitivo de 11/01/96.

II Principais praticas contabéis

- A Companhia adota o regime contábil de competência de exercicios, observando as seguintes principais praticas contabéis:
  - a) os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data do balanço são considerados como a longo prazo;
  - b) os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e as importações em andamento são avaliadas ao custo individual de compra, valores estes que não excedem os valores de mercado ou mínimos de realização;
  - c) os direitos e obrigações em moedas estrangeiras são demonstrados as taxas de câmbio vigentes na data do balanço e os em moeda nacional são atualizados nominalmente segundo os índices contratuais, em base pro rata;
  - d) os investimentos em controladas e coligadas são ajustados pela equivalência patrimonial com base nos patrimonios líquidos das investidas. Os outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas;
  - e) o imobilizado e depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. A exaustão das jazidas é constituída com base na relação obtida entre a produção e a capacidade estimada;
  - f) os gastos pré-operacionais são diferidos quando relacionados a projetos de grande porte e amortizados em 5 anos, os relacionados ao Projeto Ferro Carajás estão sendo amortizados em 10 anos;
  - g) os títulos e valores mobiliarios referem-se a aplicações no mercado financeiro, demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

14 - NOTAS EXPLICATIVAS

(2) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Decorrem de transações de natureza operacional (compras e vendas de produtos e serviços) ou de mutuos, pactuados em condições normais de mercado, com prazos que vão até o ano de 2004 e geraram os seguintes saldos:

|  | 31.12.96  |         | 31.12.95 |         |
|--|-----------|---------|----------|---------|
|  | Ativo     | Passivo | Ativo    | Passivo |
| Alumina do Norte do Brasil S.A. - ALUMINITE                            | 320.715   | 9       | 306.426  | 2       |
| Fundação Vale do Rio Doce de Sustentabilidade Social - VALE FUND       | 190.083   | 90.251  | 165.087  | 76.801  |
| Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CUBERA                                 | 109.118   | 11      | 200.321  | 11      |
| Indústria Internacional Companhia Unificada - IIAUCO                   | 111.240   | 32.042  | 118.834  | 90.012  |
| Vale do Rio Doce Alumina S.A. - VADVALE                                | 26.119    | 3.910   | 9.197    | 14.500  |
| Vale do Rio Doce S.A.  | 26.130    | 0       | 24.681   | 0       |
| Vale do Rio Doce Navgação S.A. - DUCI NAVI                             | 26.024    | 63.780  | 26.677   | 55.198  |
| Companhia Representadora de Petróleo - COMREPR                         | 22.408    | 22.897  | 25.996   | 18.529  |
| Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVHD | 61.001    | 15.779  | 58.805   | 16.111  |
| Companhia Habitacional de Petróleo - HAPETRO                           | 14.711    | 32.302  | 11.900   | 29.831  |
| Rio Doce Tecnologia S.A. - RDT   | 13.163    | 20.698  | 1.204    | 8.052   |
| Rio Doce Energia S.A. - RDE  | 11.837    | 0       | 9.859    | 0       |
| Rio Doce Mineração S.A.  | 9.733     | 266.465 | 533      | 187.898 |
| Companhia Brasileira de Petróleo - BRPETRO                             | 6.838     | 18.102  | 11.443   | 12.827  |
| Minas da Serra Geral S.A.  | 5.900     | 4.137   | 3.305    | 5.217   |
| Vale do Rio Doce S.A.  | 3.134     | 31.616  | 213      | 21.616  |
| Outras   | 1.070.706 | 600.941 | 17.200   | 81.547  |
|  |           |         | 981.971  | 618.279 |

|   | 31.12.96  | 31.12.95 |
|---|-----------|----------|
| Representadas por   | 204.807   | 39.020   |
| Saldos comerciais (vendas e compras de produtos e serviços) | 624.318   | 184.831  |
| Saldos financeiros a curto prazo                            | 241.561   | 221.070  |
| Saldos financeiros a longo prazo                            | 1.070.706 | 600.941  |
|   |           | 981.971  |

(a) Classificado nas rubricas "Contas a receber de clientes" e "Fornecedores / empreiteiros"

(3) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os saldos dos ativos e passivos diferidos e os efeitos no resultado apresentam-se como segue:

|         | 31.12.96 | 31.12.95 | 31.12.96 | 31.12.95 |
|---------|----------|----------|----------|----------|
| Ativo   | 114.996  | 114.295  | 114.996  | 114.295  |
| Passivo | 201.976  | 201.800  | 201.976  | 201.800  |
| Ativo   | 83.167   | 83.169   | 83.167   | 83.169   |
| Passivo | 29.138   | 29.131   | 29.138   | 29.131   |
| Ativo   | 15.161   | 14.719   | 15.161   | 14.719   |
| Passivo | 112.119  | 112.119  | 112.119  | 112.119  |
| Ativo   | 28.540   | 28.085   | 28.540   | 28.085   |
| Passivo | 100.370  | 100.304  | 100.370  | 100.304  |

(a) Classificado na rubrica "Outros ativos circulantes"

**Robreidade para identificação**  
 For um representante de  
 PRIME INVESTIMENTOS PARTICIPAÇÕES  
 Rio de Janeiro

8 / ITR  
 0/11

EMPRESA COMERCIAL  
 INDUSTRIAL E OUTRAS

004170 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

14 - NOTAS EXPLICATIVAS (informações obrigatórias)

(4) DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E OUTROS

| Controladas                                  | Em milhares de Reais      |                      |                           |   |
|--|---------------------------|----------------------|---------------------------|---|
|  | Participação<br>liquidada | % de<br>participação | Investimentos<br>31/03/96 | Equivalência<br>patrimonial<br>31/03/96 |
| Comércio                                     | 503.535                   | 100,00               | 803.535                   | 803.535                                 |
| Vale do Rio Doce Alumínio S.A. - ALUMINIO    | 6.501.199                 | 96,84                | 6.010.285                 | 6.010.285                               |
| Vale do Rio Doce Navegação S.A. - DUKERNAV   | 2.590.817                 | 81,99                | 2.190.271                 | 2.190.271                               |
| Fluorex Rio Doce S.A. - FRI                  | 184.937                   | 2,83                 | 184.568                   | 184.016                                 |
| Rio Doce Fertilizantes S.A. - RFD            | 103.512                   | 3,46                 | 103.292                   | 103.589                                 |
| Indústria Brasileira de Alumínio S.A. - IBA  | 81.212                    | 4,25                 | 11.418                    | 19.248                                  |
| Mineração Rio do Norte S.A. - MRN            |                           |                      | 11.163                    | 8.979                                   |
| <b>Total</b>                                 | <b>1.999.512</b>          |                      | <b>1.976.137</b>          | <b>1.976.137</b>                        |
| Coligadas                                    | 1.999.512                 | 22,19                | 453.412                   | 452.266                                 |
| Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST S.A.  | 620.771                   | 31,48                | 119.573                   | 154.633                                 |
| Indústria Nacional de Alumínio S.A. - INALUM | 1.378.741                 | 68,71                | 333.839                   | 297.633                                 |
| Indústria Siderúrgica de Tubarão - ISITUB    | 1.378.741                 | 68,71                | 233.573                   | 233.573                                 |
| Comércio                                     | 1.999.512                 | 100,00               | 66.170                    | 64.677                                  |
| Comércio                                     | 1.999.512                 | 100,00               | 18.261                    | 18.128                                  |
| Comércio                                     | 1.999.512                 | 100,00               | 10.471                    | 10.050                                  |
| Comércio                                     | 1.999.512                 | 100,00               | 51.240                    | 50.100                                  |
| Comércio                                     | 1.999.512                 | 100,00               | 127.787                   | 122.498                                 |
| <b>Total</b>                                 | <b>1.999.512</b>          |                      | <b>1.079.928</b>          | <b>1.079.928</b>                        |
| <b>Total</b>                                 | <b>3.999.024</b>          |                      | <b>3.056.065</b>          | <b>3.056.065</b>                        |

(a) O patrimônio líquido das empresas sediadas no exterior foi convertido para moeda nacional, às taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais.

(b) Não obstante a participação acionária, a classificação como coligada decorre do grau de controle exercido pela Companhia, que é compartilhado com os outros sócios.

(c) O investimento na CST incluiu deságio no valor de R\$ 234.382 mil e na Bateria Sul Agrio de R\$ 10.532 mil.

(d) As ações da CST TISMINAS e FOSFERTIL são cotadas em bolsa de valores. Em 31 de março de 1996, o valor de mercado dessas ações eram respectivamente de R\$ 238.702 mil, R\$ 182.995 mil e R\$ 38.564 mil, não refletindo, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações. Os demais investimentos em controladas e coligadas referem-se a empresas que não possuem ações negociadas em Bolsas de Valores.

(e) Os dividendos recebidos anualmente de investimentos avaliados ao custo corrigido foram registrados como "Outras receitas operacionais", no valor de R\$ 9.400 mil.

**Robreidade para identificação**  
 For um representante de  
 PRIME INVESTIMENTOS PARTICIPAÇÕES  
 Rio de Janeiro

8 / ITR  
 0/11

EMPRESA COMERCIAL  
 INDUSTRIAL E OUTRAS

004170 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

14 - NOTAS EXPLICATIVAS (informações obrigatórias)

(1) Participações indiretas através da ALUVALE

|  | Em milhares de Reais |                 |
|--|----------------------|-----------------|
|  | 31/03/96             | 31/03/95        |
| Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS          | 4.063                | (10.694)        |
| Mineração Rio do Norte S.A. - MRN          | 3.369                | (1.021)         |
| Vale do Rio Doce S.A. - VALESUL            | 341                  | (239)           |
| Alumina do Norte do Brasil S.A. - ALUNORTE | (14.103)             | -               |
| Operações próprias                         | 4.575                | 1.792           |
| <b>Total</b>                               | <b>(1.755)</b>       | <b>(30.162)</b> |

(g) O resultado de equivalência patrimonial inclui além da participação no resultado do exercício, efeitos lançados diretamente contra a conta de lucros acumulados na controlada/coligada.

(h) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 28/02/96.

(i) As demonstrações contábeis de 31/03/96 das empresas controladas e coligadas não foram revisadas por auditores independentes.

(5) IMOBILIZADO

|              | 31/03/96          |                       | 31/03/95         |                       |
|--------------|-------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
|              | Custo             | Depreciação Acumulada | Custo            | Depreciação Acumulada |
| Imóveis      | 1.692.953         | 613.213               | 1.079.710        | 606.129               |
| Instalações  | 4.444.945         | 2.948.668             | 1.494.277        | 2.923.913             |
| Equipamentos | 789.236           | 512.546               | 286.690          | 505.232               |
| Veículos     | 6.292.538         | 1.113.699             | 2.938.849        | 1.320.862             |
| <b>Total</b> | <b>12.719.672</b> | <b>4.988.126</b>      | <b>6.703.526</b> | <b>5.356.136</b>      |

(a) O total da depreciação, amortização e exaustão do trimestre: R\$ 110.354 mil (R\$ 96.782 mil em março de 1995) foram abarcados ao custo da produção de bens e da prestação de serviços e R\$ 2.147 mil (R\$ 1.461 mil em março de 1995) foram apropriados diretamente ao resultado do exercício, em subcontas de despesas administrativas.

Rubricado para identificação  
 Por um representante do  
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

8 / ITR  
 S/II

EMPRESA COMERCIAL  
 INDUSTRIAL LÍQUIDA

1 - IDENTIFICAÇÃO

1 - EMPRESA

004170

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

14 - NOTAS EXPLICATIVAS (Idem em 31/03/06)

(6) DEMONSTRAÇÃO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

|  | 31/03/06           |                             | 31/03/05           |                             |
|--|--------------------|-----------------------------|--------------------|-----------------------------|
|  | Passivo Circulante | Passivo Exigível a L. Prazo | Passivo Circulante | Passivo Exigível a L. Prazo |
| <b>OPERACIONES NO EXTERIOR</b>                               |                    |                             |                    |                             |
| Emprestimos contratados a curto prazo                        | 318.167            | -                           | 215.050            | -                           |
| Emprestimos contratados a longo prazo                        |                    |                             |                    |                             |
| - Emprestimos e financiamentos contratados nas moedas abaixo |                    |                             |                    |                             |
| Dólar norte-americano  | 38.344             | 312.322                     | 16.209             | 309.851                     |
| Real   | 73.452             | 29.494                      | 75.317             | 50.505                      |
| Marco alemão   | 13.372             | 6.686                       | 13.575             | 6.788                       |
| Outro  | -                  | 19.677                      | -                  | -                           |
| Títulos em dólares norte-americanos                          | -                  | 345.800                     | -                  | 340.375                     |
| Encargos decorrentes   | 21.396             | 924                         | 22.175             | 897                         |
|  | 146.564            | 714.903                     | 127.276            | 708.416                     |
| <b>Meios</b>   |                    |                             |                    |                             |
| - Depósitos no Banco Central do Brasil - Resolução nº 432    | 44.623             | 20.717                      | 57.827             | 21.950                      |
|  | 101.941            | 694.186                     | 69.449             | 686.466                     |
| <b>OPERACIONES NO PAIS</b>                                   |                    |                             |                    |                             |
| Emprestimos contratados a curto prazo                        | 339.044            | -                           | 293.879            | -                           |
| Emprestimos contratados a longo prazo                        |                    |                             |                    |                             |
| - Indenizadas pelo TR(T)P e IOF/PM                           | 53.470             | 77.877                      | 50.581             | 92.812                      |
| - Debêntures não conversíveis em ações                       | -                  | 43.680                      | -                  | 42.996                      |
| Encargos decorrentes   | 8.377              | -                           | 7.737              | -                           |
|  | 61.847             | 121.557                     | 58.318             | 135.808                     |
| <b>Total Geral</b>   | 721.299            | 815.743                     | 636.696            | 822.274                     |

a) Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 118.715 mil contam com aval da União Federal e R\$ 102.514 mil são garantidos por ações e títulos entregues em caução.

Rubricado para identificação  
 Por um representante do  
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

8 / ITR  
 S/II

EMPRESA COMERCIAL  
 INDUSTRIAL LÍQUIDA

1 - IDENTIFICAÇÃO

1 - EMPRESA

004170

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

14 - NOTAS EXPLICATIVAS (Idem em 31/03/06)

b) As amortizações e os pagamentos de encargos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem, em 31/03/06, ao seguinte escalonamento

| Ano  | Em milhares de Reais |         |
|------|----------------------|---------|
|      | Ano                  | Reais   |
| 1997 | 225.119              | 200.266 |
| 1998 | 262.800              | 2.666   |
| 1999 | 17.148               | 1.613   |
| 2000 | 1.966                | 44.231  |
| 2001 | 3.745                | 1.123   |
| 2002 | 2.666                | -       |

c) Sobre os empréstimos e financiamentos externos e internos incidem juros, cujas taxas, em 31/03/06, estão compreendidas entre

|               | Em milhares de Reais |             |
|---------------|----------------------|-------------|
|               | Curto Prazo          | Longo Prazo |
| De 3,1% a 5%  | -                    | 25.292      |
| De 5,1% a 7%  | 165.904              | 236.145     |
| De 7,1% a 9%  | 191.607              | 92.134      |
| De 9,1% a 12% | -                    | 625.760     |
| <b>Total</b>  | 357.511              | 979.531     |

d) Os valores estimados de mercado dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, foram obtidos através do valor presente desses contratos, considerando as taxas de juros disponíveis para a Companhia em 31/12/05, para operações com condições e prazos similares de amortização, atingindo em 31/03/06 a um valor de aproximadamente R\$ 831.243 mil (1,9% superior ao valor contábil)

### **10.3. Anexo 3 - Demonstrações do Paraguai**





# CORFAN BANCO S.A.

DE INVERSION Y FOMENTO

Casa Matriz: Luis Alberto de Herrera 609 esq. Paraguarí. Tels/Fax (595-21) 450.150/5

## BALANCE GENERAL AL 31 DE DICIEMBRE DE 1994

(1er. EJERCICIO FINANCIERO - DEL 3 DE JUNIO AL 31 DE DICIEMBRE DE 1994)

| ACTIVO  | GUARANÍES                | PASIVO Y PATRIMONIO NETO                 | GUARANÍES                 |
|---|--------------------------|--|---------------------------|
| <b>CAJA Y BANCOS</b>                              | <b>4.181.893.724,00</b>  | <b>DEPOSITOS</b>                         | <b>23.711.332.323,00</b>  |
| Efectivo Guaraníes                                | 817.991.536,00           | Cuentas Corrientes Guaraníes             | 1.785.308.560,00          |
| Efectivo Moneda Extranjera                        | 418.717.459,00           | Depósitos de Ahorro Guaraníes            | 3.477.070.475,00          |
| Bancos del País                                   | 2.042.311.074,00         | Depósitos a Plazo Fijo Guaraníes         | 804.500.000,00            |
| Compromisos en el Exterio                         | 1.082.800.745,00         | Certificados de Depósitos de Ahorro      | 15.041.217.895,00         |
| <b>DEPOSITOS EN EL BANCO GENERAL DEL PARAGUAY</b> | <b>4.498.832.987,00</b>  | Depósitos Varíos Guaraníes               | 251.429,00                |
| BCP-Cuenta Corriente                              | 202.143.600,00           | Cuentas Corrientes Moneda Extranjera     | 95.844.242,00             |
| BCP-Cuenta Corriente Moneda Extranjera            | 81.087,00                | Depósitos de Ahorro Moneda Extranjera    | 873.488.108,00            |
| BCP-Encaje Legal-Guaraníes                        | 3.840.869.000,00         | Depósitos a Plazo Fijo Moneda Extranjera | 1.783.458.564,00          |
| BCP-Encaje Legal Moneda Extranjera                | 663.780.000,00           | <b>DEUDAS CON OTRAS ENTIDADES</b>        | <b>1.499.000.000,00</b>   |
| <b>INVERSIONES</b>                                | <b>2.489.207.024,00</b>  | Préstamos de Bancos de País              | 1.500.000.000,00          |
| Participación en otras empresas                   | 210.000.000,00           | <b>CUENTAS A PAGAR</b>                   | <b>828.294.848,00</b>     |
| Letras de Regulación Monetaria                    | 378.131.000,00           | Intereses a Pagar                        | 854.870.249,00            |
| Inversiones Varías                                | 1.101.076.024,00         | Facturas a Pagar por Tarjetas de Crédito | 481.780,00                |
| <b>PRESTAMOS</b>                                  | <b>14.889.342.739,00</b> | Anticipos de Importadores                | 101.533.328,00            |
| Préstamos contra Pagarés                          | 8.194.000.000,00         | Cuentas Varías a Pagar                   | 122.409.588,00            |
| Sobregiros en Cuentas Corrientes                  | 653.817.865,00           | <b>GIROS PASIVOS</b>                     | <b>39.393.172,00</b>      |
| Adelanto por Cta. de Importadores                 | 1.842.237.800,00         | Intereses cobrados por adelantado        | 8.025.828,00              |
| Préstamos Personales                              | 2.842.807.190,00         | Varías Cuentas Acreedoras                | 77.227.244,00             |
| Préstamos por Tarjetas de Crédito                 | 10.300.985,00            | <b>PASIVO</b>                            | <b>28.126.788.690,00</b>  |
| Préstamos al Personal                             | 171.210.190,00           | <b>CAPITAL INTEGRADO</b>                 | <b>8.000.000.000,00</b>   |
| Total Préstamos                                   | 14.814.374.040,00        | Acciones                                 | 8.000.000.000,00          |
| menos: Intereses Documentados no Devengados       | (54.028.301,00)          | Aportes para Aumento de Capital          | 3.000.000.000,00          |
| <b>CUENTAS A COBRAR</b>                           | <b>148.291.802,00</b>    | <b>RESULTADO DEL EJERCICIO</b>           | <b>(1.428.898.548,00)</b> |
| Intereses a Cobrar                                | 35.208.322,00            | (Pérdida del Ejercicio)                  | (1.428.898.548,00)        |
| Intereses Documentados a Cobrar                   | 2.811.345.325,00         | <b>PATRIMONIO NETO</b>                   | <b>7.873.001.484,00</b>   |
| Cuentas Varías a Cobrar                           | 2.811.345,00             |  |                           |
| menos: Intereses Documentados no Devengados       | (2.811.345,00)           |  |                           |
| <b>BIENES DE USO</b>                              | <b>4.320.122.588,00</b>  |  |                           |
| Inmuebles e Instalaciones                         | 3.580.350.218,00         |  |                           |
| Muebles y Utiles                                  | 360.488.540,00           |  |                           |
| Máquinas y Equipos                                | 358.843.644,00           |  |                           |
| Elementos de Transporte                           | 21.034.184,00            |  |                           |
| Total Valor Inventario                            | 4.320.122.588,00         |  |                           |
| <b>BIENES DIVERSOS</b>                            | <b>422.443.418,00</b>    |  |                           |
| Construcciones en Proceso                         | 183.801.738,00           |  |                           |
| Papelaría y Utiles en Depósito                    | 28.811.724,00            |  |                           |
| <b>OTROS ACTIVOS</b>                              | <b>3.181.828.122,00</b>  |  |                           |
| Gastos de Constitución y Organización             | 563.819.505,00           |  |                           |
| Varías Cuentas Deudoras                           | 2.537.809.617,00         |  |                           |
| <b>TOTAL ACTIVO</b>                               | <b>33.748.798.844,00</b> | <b>TOTAL PASIVO Y PATRIMONIO NETO</b>    | <b>33.748.798.844,00</b>  |

| CUENTAS DE ORDEN              | GUARANÍES                |
|-------------------------------|--------------------------|
| Passivo Contingente           | 8.881.214.688,00         |
| Bienes de Terceros            | 14.787.144.872,00        |
| Cuentas de Registro           | 4.234.828.355,00         |
| <b>TOTAL CUENTAS DE ORDEN</b> | <b>25.923.187.913,00</b> |

## CUADRO DEMOSTRATIVO DE PERDIDAS Y GANANCIAS

| DEBE                                     | GUARANÍES               | HABER                         | GUARANÍES               |
|--|-------------------------|-------------------------------|-------------------------|
| Intereses Pagados                        | 1.574.357.577,00        | Intereses Cobrados            | 1.878.098.785,00        |
| Permisión del Personal Superior          | 221.708.332,00          | Ingresos por Servicios Varíos | 187.720.014,00          |
| (a) Gastos Deducibles                    | 112.168.832,00          | Diferencia en Cambios         | 144.146.808,00          |
| (b) Gastos no Deducibles                 | 109.539.500,00          | Ingresos Varíos               | 157.411.005,00          |
| Sueldos y otras Remuneraciones           | 842.878.385,00          | Pérdida del Ejercicio         | 1.428.898.548,00        |
| Cargas Sociales y Remuneraciones         | 125.889.995,00          |                               |                         |
| Alquileres Pagados                       | 137.107.782,00          |                               |                         |
| Gastos Varíos para Bienes de Uso y Sedes | 91.596.319,00           |                               |                         |
| Gastos Generales                         | 800.382.598,00          |                               |                         |
| Egresos Varíos                           | 584.288,00              |                               |                         |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>3.894.373.288,00</b> | <b>TOTAL</b>                  | <b>3.894.373.288,00</b> |

Dr. Anselmo Rolón Arzamendi  
Copiloto General  
C. P. N.º 10049 - 081820Y  
P.M. 10-018483

Dr. Víctor Leguizamón Zaldívar  
Síndico Titular

Dr. P. Oscar Rodríguez Brito  
Gerente General

Ing. César Cordero Aguilera  
Presidente

### DIRECTORIO DE CORFAN BANCO S.A. DE INVERSION Y FOMENTO

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**DIRECTORES:**

Ing. César Cordero Aguilera  
Sr. Ribán Danilo Lezcano R.  
Sr. Luis Palacios Gómez  
Sr. Julio Davidín Rojas Avalos  
Sr. Gonzalo Cáceres Espinosa  
Sr. Jorge Roberto Guggini  
Dr. Pedro Juan Beneyto Atlas  
Uc. Carlos A. Moreno Gómez

**GERENTES:**  
**GERENTE GENERAL:**  
**GERENTE ADMINISTRATIVO FINANCIERO:**  
**GERENTE COMERCIAL:**  
**GERENTE DE MARKETING:**  
**GERENTE AGENCIA CENTRO:**  
**GERENTE SUCURSAL CIUDAD DEL ESTE:**

Dr. P. Oscar Rodríguez B.  
Uc. Juan Carlos Villarín A.  
Sr. César Cordero Aguilera  
Uc. José A. Anselmo  
Sr. Ernesto Almeida  
Sr. Carlos A. Sánchez

#### **10.4. Anexo 4 - Demonstrações do Uruguai**

# ESTADO DE SITUACION PATRIMONIAL AL 31/12/93

En Pesos Uruguayos

## ACTIVO

### Activo Corriente

|                               |                   |
|-------------------------------|-------------------|
| Disponibilidades              | 9.246.937         |
| Créditos por Ventas (Nota 5)  | 30.406.197        |
| Otros Créditos (Nota 5)       | 14.906.871        |
| Bienes de Cambio (Nota 6)     | 19.630.666        |
| <b>Total Activo Corriente</b> | <b>74.190.671</b> |

### Activo No Corriente

|   |                    |
|---|--------------------|
| Créditos no Corrientes (Nota 5)         | 2.626.081          |
| Bienes de Cambio no Corrientes (Nota 6) | 75.454             |
| Inversiones a Largo Plazo (Nota 7)      | 4.212.634          |
| Bienes de Uso Neto (Nota 9)             | 149.356.913        |
| Envases (Nota 10)                       | 104.575.349        |
| Intangibles (Nota 11)                   | 23.025.438         |
| <b>Total Activo No Corriente</b>        | <b>283.871.869</b> |

**TOTAL ACTIVO** 358.062.540

## PASIVO Y PATRIMONIO

### Pasivo Corriente

|                               |                   |
|-------------------------------|-------------------|
| Deudas Comerciales            | 24.172.473        |
| Deudas Financieras (Nota 13)  | 48.659.134        |
| Deudas Diversas               | 49.736.314        |
| <b>Total Pasivo Corriente</b> | <b>90.427.355</b> |

### Pasivo No Corriente

|                                  |                   |
|----------------------------------|-------------------|
| Depósitos por Envases (Nota 12)  | 35.600.782        |
| Deudas Financieras (Nota 14)     | 6.120.085         |
| Impuesto a la Renta Diferido     | 1.240.000         |
| <b>Total Pasivo No Corriente</b> | <b>42.960.867</b> |

### Patrimonio

|                                     |             |
|-------------------------------------|-------------|
| Capital Social (Nota 17)            | 48.000.000  |
| Ajustes al Patrimonio (nota 3.2)    | 132.444.994 |
| Reserva Legal (Nota 18)             | 960.000     |
| Reservas Afectadas (Nota 18)        | 4.455.721   |
| Resultados Acumulados               |             |
| Resultados de Ejercicios Anteriores | 7.422.542   |
| Resultado del Ejercicio             | 40.031.061  |
|                                     | 47.453.603  |
| Dividendos Pagados                  | (8.640.000) |
|                                     | 38.813.603  |

**Total Patrimonio** 224.674.318

**TOTAL PASIVO Y PATRIMONIO** 358.062.540

Las notas adjuntas son parte integrante de los estados contables.

# ESTADO DE RESULTADOS POR EL EJERCICIO FINALIZADO AL 31/12/93

*En Pesos Uruguayos*

|   |                    |
|---|--------------------|
| <u>Ingresos Operativos Locales</u>                  | 615.582.407        |
| <u>Descuentos, Bonificaciones e Impuestos</u>       | (220.296.781)      |
| <u>Ingresos Operativos Netos</u>                    | 395.285.626        |
| <u>Costo de los Bienes Vendidos</u>                 | (257.161.257)      |
| <b>RESULTADO BRUTO</b>                              | <b>138.124.369</b> |
| <u>Gastos de Administración y Ventas</u>            | (92.074.886)       |
| <b>RESULTADO OPERATIVO</b>                          | <b>46.049.483</b>  |
| <u>Resultados Diversos</u>                          | 672.841            |
| <u>Resultados Financieros</u>                       | (5.990.894)        |
| <u>Resultados Extraordinarios</u>                   | 137.369            |
| <u>Ajuste a Resultados de Ejercicios Anteriores</u> | (837.296)          |
| <u>Resultado por Exposición a la Inflación</u>      | 13.803.799         |
| <b>RESULTADO ANTES DE IMPUESTOS</b>                 | <b>53.835.302</b>  |
| <u>Impuesto a la Renta</u>                          | (13.494.241)       |
| <u>Impuesto a la Renta Diferido</u>                 | (310.000)          |
| <b>RESULTADO NETO AJUSTADO</b>                      | <b>40.031.061</b>  |

*Las notas adjuntas son parte integrante de los estados contables.*

Ruben Marturet  
Gerente General

Gregorio Aznárez  
Presidente

Raúl Buela  
Secretario

Aldo Bonsignore  
Gerente Financiero

# CUADRO DE BIENES DE USO E INTANGIBLES AL 31/12/93

ANEXO I

En Pesos Uruguayos

## Valores de Origen y Revaluaciones

| BIENES DE USO       | Valores<br>al Inicio | Aumentos   | Bajas     | Actualización<br>por inflación | Valores<br>al Cierre |
|---------------------|----------------------|------------|-----------|--------------------------------|----------------------|
| Terrenos y Mejoras  | 2.370.986            | 121.586    | 0         | 1.131.795                      | 3.624.367            |
| Edificios           | 59.094.489           | 201.096    | 0         | 32.153.591                     | 91.449.176           |
| Muebles y Útiles    | 3.358.823            | 217.199    | 1.407.521 | 1.775.584                      | 3.944.085            |
| Maquinaria y Equipo | 78.776.716           | 8.756.308  | 2.320.905 | 40.851.228                     | 126.063.347          |
| Vehículos           | 3.682.529            | 754.284    | 398.107   | 1.946.706                      | 5.985.412            |
| Otros               | 14.325.947           | 6.221.144  | 334.243   | 7.440.111                      | 27.652.959           |
|                     | 161.609.490          | 16.271.617 | 4.460.776 | 85.299.015                     | 258.719.346          |
| <b>INTANGIBLES</b>  |                      |            |           |                                |                      |
| Propaganda Diferida | 15.184.786           | 14.931.587 | 8.911.413 | 8.027.179                      | 29.232.139           |
|                     | 15.184.786           | 14.931.587 | 8.911.413 | 8.027.179                      | 29.232.139           |

## Amortizaciones

| BIENES DE USO       | Acumuladas<br>al inicio | Actualización<br>por inflación | Bajas del<br>Ejercicio | Amortizac.<br>Ejercicio | Acumulada<br>al cierre | VALORES<br>NETOS |
|---------------------|-------------------------|--------------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|------------------|
| Terrenos y Mejoras  | 0                       | 0                              | 0                      | 0                       | 0                      | 3.624.367        |
| Edificios           | 18.843.984              | 9.981.312                      | 0                      | 2.709.142               | 31.534.438             | 59.914.738       |
| Muebles y Útiles    | 2.714.201               | 1.434.816                      | 1.407.521              | 267.665                 | 3.009.161              | 934.924          |
| Maquinaria y Equipo | 34.155.426              | 18.022.648                     | 2.320.905              | 8.953.203               | 58.810.372             | 67.252.975       |
| Vehículos           | 3.052.676               | 1.613.744                      | 398.107                | 547.152                 | 4.815.465              | 1.169.947        |
| Otros               | 5.789.464               | 3.062.353                      | 333.040                | 2.674.220               | 11.192.997             | 16.459.962       |
|                     | 64.555.751              | 34.114.873                     | 4.459.573              | 15.151.382              | 109.362.433            | 149.356.913      |
| <b>INTANGIBLES</b>  |                         |                                |                        |                         |                        |                  |
| Propaganda Diferida | 4.074.818               | 2.154.082                      | 8.708.223              | 8.686.024               | 6.206.701              | 23.025.438       |
|                     | 4.074.818               | 2.154.082                      | 8.708.223              | 8.686.024               | 6.206.701              | 23.025.438       |

Las notas adjuntas son parte integrante de los estados contables.

## ANEXO II

# ESTADO DE EVOLUCION DEL PATRIMONIO AL 31/12/93

En Miles de Pesos Uruguayos

|   | Capital<br>Social | Ajustes al<br>Patrimonio | Reservas     | Resultados<br>Acumulados | Patrimonio<br>Total |
|---|-------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|---------------------|
| <b>SALDOS INICIALES</b>                       |                   |                          |              |                          |                     |
| <b>APORTES DE PROPIETARIOS</b>                |                   |                          |              |                          |                     |
| Acciones en Circulación                       | 4.796             |                          |              |                          | 4.796               |
| Acciones a Distribuir                         | 4                 |                          |              |                          | 4                   |
| <b>GANANCIAS RETENIDAS</b>                    |                   |                          |              |                          |                     |
| Reserva Legal                                 |                   |                          | 720          |                          | 720                 |
| Reservas Afectadas                            |                   |                          | 2.050        |                          | 2.050               |
| Reserva Libres                                |                   |                          |              |                          | 0                   |
| Resultados no Asignados                       |                   |                          |              | 28.713                   | 28.713              |
| Reexpresiones Contables                       |                   | 100.387                  |              |                          | 100.387             |
| <b>SUB TOTAL</b>                              | <b>4.800</b>      | <b>100.387</b>           | <b>2.770</b> | <b>28.713</b>            | <b>136.670</b>      |
| <b>MODIFICACIONES AL SALDO INICIAL</b>        |                   |                          |              |                          |                     |
|   |                   | 72.249                   |              |                          | 72.249              |
| <b>SALDOS INICIALES MODIFICADOS</b>           | <b>4.800</b>      | <b>172.636</b>           | <b>2.770</b> | <b>28.713</b>            | <b>208.919</b>      |
| <b>AUMENTO DEL APORTE DE PROPIETARIOS</b>     |                   |                          |              |                          |                     |
| Capitalizaciones                              | 43.200            | (35.756)                 | (7.444)      |                          | 0                   |
| <b>DISTRIBUCION DE UTILIDADES</b>             |                   |                          |              |                          |                     |
| Dividendos en Efectivo                        |                   |                          |              | (8.400)                  | (8.400)             |
| Reserva Legal                                 |                   |                          | 240          | (240)                    | 0                   |
| Reservas Afectadas                            |                   |                          | 9.850        | (9.850)                  | 0                   |
| Dietas de Directores                          |                   |                          |              | (2.800)                  | (2.800)             |
| <b>DISTRIBUCION DE UTILIDADES ANTICIPADAS</b> |                   |                          |              |                          |                     |
|   |                   |                          |              | (8.640)                  | (8.640)             |
| <b>REEXPRESIONES CONTABLES</b>                |                   |                          |              |                          |                     |
|   |                   | (4.436)                  |              |                          | (4.436)             |
| <b>RESULTADO DEL EJERCICIO</b>                |                   |                          |              |                          |                     |
|   |                   |                          |              | 40.031                   | 40.031              |
| <b>OTROS</b>                                  |                   |                          |              |                          |                     |
|   |                   |                          |              | 0                        | 0                   |
| <b>SUB-TOTAL</b>                              | <b>43.200</b>     | <b>(40.192)</b>          | <b>2.646</b> | <b>10.101</b>            | <b>15.755</b>       |
| <b>SALDOS FINALES</b>                         |                   |                          |              |                          |                     |
| <b>APORTES DE PROPIETARIOS</b>                |                   |                          |              |                          |                     |
| Acciones en Circulación                       | 47.539            |                          |              |                          | 47.539              |
| Acciones a Distribuir                         | 461               |                          |              |                          | 461                 |
| <b>GANANCIAS RETENIDAS</b>                    |                   |                          |              |                          |                     |
| Reserva Legal                                 |                   |                          | 960          |                          | 960                 |
| Reservas Afectadas                            |                   |                          | 4.456        |                          | 4.456               |
| Reservas Libres                               |                   |                          |              | 0                        | 0                   |
| Resultados no Asignados                       |                   |                          |              | 38.814                   | 38.814              |
| Reexpresiones Contables                       |                   | 132.444                  |              |                          | 132.444             |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>48.000</b>     | <b>132.444</b>           | <b>5.416</b> | <b>38.814</b>            | <b>224.674</b>      |

Las notas adjuntas son parte integrantes de los estados contables.

# ESTADO DE ORIGEN Y APLICACION DE FONDOS

ANEXO III

En Pesos Uruguayos

Por el ejercicio comprendido entre el 1/1 y el 31/12/93

|  |              |              |
|--|--------------|--------------|
| DISPONIBILIDADES- Saldo Inicial                                    |              | 9.115.972    |
| <b>FONDOS PROVENIENTES (UTILIZADOS) DE ACTIVIDADES OPERATIVAS</b>  |              |              |
| Resultado Neto Ajustado del Ejercicio                              | 40.031.061   |              |
| Cargos No Pagados  | 15.151.382   |              |
| Depreciaciones   | (137.369)    |              |
| Ganancia por Venta de Activo Fijo                                  | 8.686.024    |              |
| Aplicación de Gastos Intangibles                                   | 28.988.143   |              |
| Roturas y Otros Gastos de Envases                                  | (72.172)     |              |
| Otros  | 52.616.008   |              |
| Cambios de Activos y Pasivos                                       | (6.793.056)  |              |
| Créditos Corrientes y No Corrientes                                | (2.386.003)  |              |
| Bienes de Cambio   | (12.877.496) |              |
| Otros Activos  | 7.957.640    |              |
| Deudas Comerciales   | (10.999.761) |              |
| Deudas Diversas  | (25.098.676) | 67.548.393   |
| <b>FONDOS PROVENIENTES (UTILIZADOS) DE INVERSIONES</b>             |              |              |
| Compras de Activo Fijo   | (16.271.617) |              |
| Venta de Activo Fijo   | 260.214      |              |
| Compra de Envases  | (28.877.064) |              |
| Transferencia de Envases al Mercado                                | 1.287.367    | (43.601.100) |
| <b>FONDOS PROVENIENTES (UTILIZADOS) DE ACTIVIDADES FINANCIERAS</b> |              |              |
| Préstamos a Corto Plazo  | 6.671.680    |              |
| Préstamos a Largo Plazo Obtenidos                                  | 0            |              |
| Pagos de Préstamos a Largo Plazo                                   | (6.212.172)  |              |
| Dividendos Pagados   | (20.588.967) |              |
| Dietas de Directores   | (3.686.869)  | (23.816.328) |
| <b>AUMENTO NETO DE FONDOS</b>                                      |              | 130.965      |
| DISPONIBILIDADES - Saldo Final                                     |              | 9.246.937    |

Las notas adjuntas son parte integrante de los estados contables.

## INFORME DE COMPILACION Montevideo Refrescos S.A.

En mi carácter de Gerente de Finanzas de Montevideo Refrescos S.A. he realizado la compilación de los estados de Situación Patrimonial al 31 de Diciembre de 1993, de Resultados por el ejercicio terminado en dicha fecha, de Evolución del Patrimonio y de Origen y Aplicación de Fondos, sus correspondientes Anexos y Notas Explicativas, de acuerdo a lo dispuesto por el artículo 7 del Colegionamiento de Doctores en Ciencias Económicas y Contadores del Uruguay. Dichos estados contables constituyen afirmaciones de los Administradores de la Empresa, y han sido preparados a partir de la información emergente del tema contable de la misma, donde personal alta-

mente idóneo, aplica prácticas contables adecuadas para el ramo y actividad de la sociedad, siendo por ende sus registros contables formalmente confiables, en los términos del Pronunciamiento 0 del Colegio referido.

Dichos estados han sido presentados de acuerdo a las Normas Contables Adecuadas aplicables en materia de exposición de la información, habiéndose tenido en cuenta en todos los aspectos sustanciales, las normas establecidas en el Decreto 103 del 27 de Febrero de 1991, a fin de que reflejen clara y razonablemente, tanto la situación patrimonial de la Sociedad a la fecha de cierre, como los

resultados del ejercicio económico.

Dejo finalmente constancia que el trabajo de compilación que he realizado, no constituye un examen de los Estados Contables de acuerdo a Normas de Auditoría Generalmente Aceptadas, ya que estas exigen para su aplicación, la independencia del profesional actuante, condición que evidentemente, no es compatible con la función que habitualmente cumplo en la empresa.

Montevideo, 14 de Enero de 1994

Aldo Bonsignore

# ESTADO DE SITUACION PATRIMONIAL CONSOLIDADO AL 31/12/93

ANEXO IV

*En Pesos Uruguayos*

|                                |                    |                                  |                    |
|--------------------------------|--------------------|----------------------------------|--------------------|
| <b>ACTIVO</b>                  | <b>9.936.482</b>   | <b>PASIVO</b>                    |                    |
| Disponibilidades               | 1.458              | Deudas Comerciales               | 24.146.506         |
| Inversiones Temporarias        | 31.068.189         | Deudas Financieras               | 17.595.748         |
| Créditos por Ventas            | 13.609.854         | Deudas Diversas                  | 49.039.464         |
| Otros Créditos                 | 1.045              | <b>PASIVO CORRIENTE</b>          | <b>90.781.718</b>  |
| Gastos Diferidos y Adelantados | 19.674.179         | Depósitos por Envases            | 35.892.445         |
| Bienes de Cambio               |                    | Deudas Financieras               | 6.120.085          |
| <b>ACTIVO CORRIENTE</b>        | <b>74.291.207</b>  | Impuesto a la Renta Diferido     | 1.240.000          |
| Créditos No Corrientes         | 2.643.011          | <b>PASIVO NO CORRIENTE</b>       | <b>43.252.530</b>  |
| Bienes de Cambio no Corrientes | 75.454             | <b>PATRIMONIO</b>                |                    |
| Inversiones                    | 3.793.779          | Capital Social                   | 48.000.000         |
| Activo Fijo Neto               | 149.376.447        | Ajuste al Patrimonio             | 132.444.994        |
| Envases                        | 105.474.519        | Reservas Legal                   | 960.000            |
| Intangibles                    | 23.054.149         | Reservas Afectadas               | 4.455.721          |
| <b>ACTIVO NO CORRIENTE</b>     | <b>284.419.359</b> | Reservas Libres                  | 7.422.542          |
| <b>TOTAL ACTIVO</b>            | <b>358.708.566</b> | Resultado Corriente              | 40.031.061         |
|                                |                    | Dividendos Pagados               | (8.640.000)        |
|                                |                    | <b>TOTAL PASIVO Y PATRIMONIO</b> | <b>358.708.566</b> |

# ESTADO DE RESULTADOS CONSOLIDADO POR EL EJERCICIO FINALIZADO AL 31/12/93

*En Pesos Uruguayos*

|  |                    |
|--|--------------------|
| Ingresos Operativos Locales              | 618.251.217        |
| Descuentos, Bonificaciones e Impuestos   | 220.857.614        |
| <b>Ingresos Operativos Netos</b>         | <b>397.393.603</b> |
| Costo de los Bienes Vendidos             | 256.699.358        |
| <b>RESULTADO BRUTO</b>                   | <b>140.694.245</b> |
| Gastos de Administración y Ventas        | 94.648.955         |
| <b>RESULTADO OPERATIVO</b>               | <b>46.045.290</b>  |
| Resultados Diversos                      | 638.619            |
| Resultados Financieros                   | (5.865.098)        |
| Resultados Extraordinarios               | 137.369            |
| Resultado Ejercicio Anterior             | (837.296)          |
| Resultados por Exposición a la Inflación | 13.716.418         |
| <b>RESULTADO ANTES DE IMPUESTOS</b>      | <b>53.835.302</b>  |
| Impuesto a la Renta                      | 13.494.241         |
| Impuesto a la Renta Diferido             | 310.000            |
| <b>RESULTADO NETO</b>                    | <b>40.031.061</b>  |

# NOTAS A LOS ESTADOS CONTABLES AL 31/12/93

---

## 1. NATURALEZA JURIDICA

---

Montevideo Refrescos S.A. es una sociedad anónima fundada en Montevideo el día 29 de Noviembre de 1945: fue autorizada por el Poder Ejecutivo el 15 de Marzo de 1946 e inscrita en el Registro Público y General de Comercio, el 26 de Marzo de 1946. Cotiza sus acciones en Bolsa, por lo que de acuerdo a lo establecido por el Art. 247 de la Ley de Sociedades Comerciales No. 16.060 debe considerarse abierta, estando por ende sujeta a la fiscalización de la Inspección General de Hacienda.

## 2. ACTIVIDAD PRINCIPAL

---

La actividad principal de la Sociedad es producir, distribuir y vender las marcas de la línea de bebidas refrescantes de The Coca-Cola Company en los departamentos de Montevideo, Canelones, Maldonado, Rocha, Lavalleja, Treinta y Tres, Florida, Flores, Colonia y San José.

## 3. PRINCIPALES POLITICAS Y PRACTICAS CONTABLES APLICADAS

---

### 3.1 Bases de Presentación

Los Estados Contables han sido preparados en general de acuerdo a normas contables adecuadas en el Uruguay, las que sustancialmente coinciden con las normas internacionales de contabilidad emitidas por el International Accounting Standards Committee.

En tal sentido se han considerado las normas contables establecidas por los decretos 105/91 y 200/92, y el 103/91 en cuanto a la presentación uniforme de estados contables en nuestro país.

### 3.2 Reexpresión de los Estados Contables para mostrarlos en moneda de poder adquisitivo uniforme.

Los Estados Contables han sido ajustados de acuerdo a lo establecido en la Norma Internacional de Contabilidad No.29, a efectos de que todos los importes estén expresados en moneda de poder adquisitivo del 31 de diciembre de 1993. A tales efectos, se ha considerado el Índice de Precios al Consumidor, compilado y publicado por la Dirección General de Estadística y Censos, para medir la variación en el poder adquisitivo de la moneda. La variación de dicho índice correspondiente al ejercicio finalizado al 31 de diciembre de 1993 ascendió a 52,88%.

La metodología aplicada para practicar el ajuste por inflación consistió básicamente en:

- El efectivo y las cuentas a cobrar o a pagar en moneda nacional se exponen a su valor nominal.
- El efectivo y las cuentas a cobrar o a pagar en moneda extranjera se muestran convertidos al tipo de cambio vigente al cierre del ejercicio.
- Los restantes rubros fueron ajustados en función de la variación del índice de precios al consumidor en el período que va del origen de la partida (ingreso al patrimonio) al cierre del ejercicio.
- No se asignó valor a las diferencias de cambio.
- Los rubros patrimoniales se presentan por sus valores a efectos legales o formales, incluyéndose el total de las respectivas reexpresiones como Ajustes al Patrimonio.

### 3.3 Criterio General de Valuación de Activos y Pasivos.

Los activos y pasivos han sido valuados sobre la base del costo que inicialmente se desembolsó para su adquisición o del compromiso asumido respectivamente. En todos los casos, dichos importes fueron ajustados según se expresa en el numeral anterior.

### 3.4 Definición de Capital a Mantener y Determinación del Resultado.

Se ha considerado Resultado del Ejercicio, el mayor valor que arroja el Patrimonio al final del ejercicio, respecto a la cifra de Capital que debía mantenerse. El concepto utilizado de capital a mantener es el de capital financiero. Dicho Capital, esta representado por la suma de Activos y Pasivos al inicio del ejercicio, valuados a moneda del 31 de Diciembre de 1993, a los que se le dedujo la declaración de Dividendos. A efectos de la determinación del Resultado del Ejercicio, todos los importes se expresan en términos de moneda de poder adquisitivo del 31 de diciembre de 1993.

### 3.5 Reconocimiento de Resultados

Para el reconocimiento de los resultados se adoptó el principio de lo devengado.

Los ingresos y egresos incluidos en el Estado de Resultados, también se muestran por el importe que originalmente se obtuvo o que se desembolsó por los bienes y servicios, ajustados en función de lo expresado en la Nota 3.4.

Los Ingresos Operativos Netos se han tomado por el precio de venta de las mercaderías efectivamente entregadas, deduciéndose los descuentos, bonificaciones e impuestos que correspondían a dichas ventas.

El Costo de Ventas representa el costo de producción de las mercaderías entregadas. A dicho costo se le han incorporado todos los gastos variables y fijos incurridos a efectos de poner en condiciones de entregar los productos terminados a los clientes.

Los Gastos de Administración y Ventas, los Resultados Diversos, los Resultados Financieros y Otros, han sido tratados de acuerdo con el principio de lo devengado.

El Impuesto a la Renta incluye el estimado a pagar por los resultados fiscales del ejercicio, adicionándosele los mayores impuestos que habrán de generarse en futuros ejercicios, por la aplicación en el presente, de criterios fiscales que afectan temporalmente en forma diferente a los resultados fiscales y contables.

El Resultado por Exposición a la Inflación se presenta dentro del Estado de Resultados en forma separada de los demás rubros, representando para el ejercicio una ganancia de 13.803.799.

### 3.6 Definición de Fondos adoptada para preparar el Estado de Usos y Aplicación de Fondos.

Para la presentación del Estado de Usos y Aplicaciones de Fondos la empresa adoptó como concepto de Fondos las Disponibilidades.

## 4. CAMBIOS EN LA PRESENTACION DE LOS ESTADOS CONTABLES

En este ejercicio la inversión permanente en acciones de Ribereña S.A. fue valuada de acuerdo a lo descrito en la Nota 7.

En el ejercicio anterior, los estados contables de Ribereña S.A. y sus correspondientes anexos se presentaron consolidados con los de Montevideo Refrescos S.A. de acuerdo con la Norma Internacional de Contabilidad N° 27.

En el presente ejercicio, los estados contables consolidados de ambas empresas son presentados como información complementaria.

## 5. CREDITOS

A los efectos de establecer los activos por créditos en el importe que efectivamente se espera cobrar, se deduce de los mismos una previsión para Deudores Incobrables, determinada en función del riesgo de incobrabilidad estimado y de tendencias históricas. Al cierre del ejercicio tal previsión ascendió a \$ 94.739.

## 6. BIENES DE CAMBIO

|                                | <i>Pesos Uruguayos</i> |
|--------------------------------|------------------------|
| Productos Terminados           | 6.851.599              |
| Productos en Proceso           | 215.607                |
| Materias Primas                | 8.216.258              |
| Materiales y Suministros       | 4.347.202              |
| Bienes de Cambio Corrientes    | 19.630.666             |
| Materiales y Suministros       | 75.454                 |
| Materias Primas                | 0                      |
| Bienes de Cambio No Corrientes | 75.454                 |

Los Productos Terminados y en Proceso fueron valuados a su costo de producción incluyendo materia prima, mano de obra directa y gastos generales de fabricación. Los gastos de fabricación tanto fijos como variables, han sido imputados a la producción en el período.

Las Materias Primas, los Materiales y Suministros, y las Importaciones en Trámite, se valorizaron en base a su Costo de Adquisición.

La asignación de costos por consumos y por ventas, se han establecido sobre la base del Costo Promedio Ponderado.

En general, no existen bienes deteriorados ni que no puedan ser vendidos en el curso normal de los negocios.

En todos los casos los importes se han expresado de acuerdo a lo establecido en la Nota 3.2 y los montos resultantes, en general, no exceden los respectivos valores de realización.

El cuadro es un detalle de las existencias de bienes de cambio al cierre del ejercicio.

## 7. PARTICIPACION EN OTRAS EMPRESAS

| Sociedad      | Participación Accionaria | Pesos Uruguayos |
|---------------|--------------------------|-----------------|
| Hielogas S.A. | 19.8 %                   | 3.793.779       |
| Ribereña S.A. | 100.0 %                  | 418.855         |
|               |                          | 4.212.634       |

Las inversiones a largo plazo corresponden a la participación en otras sociedades, que valuadas a moneda de poder adquisitivo del 31 de Diciembre de 1993, se ajustan al siguiente detalle adjunto.

La inversión permanente en acciones de Ribereña S.A., fue valuada aplicando el Método de Valuación Patrimonial Proporcional.

Las acciones de Hielogas S.A., se valoraron a su costo de adquisición original, actualizado a moneda de cierre del ejercicio corriente. Por su parte, los dividendos distribuidos por esta última sociedad, se contabilizaron en el Estado de Resultados, dentro del capítulo Resultados Financieros.

## 8. EMPRESAS VINCULADAS

| SALDOS DEUDORES                            | Pesos Uruguayos  |
|--|------------------|
| The Coca-Cola Export Uruguay               | 5.040.532        |
| Ribereña S.A.                              | 1.616.112        |
| <b>Total Saldos Deudores Corrientes</b>    | <b>6.656.644</b> |
| Ribereña S.A.                              | 1.317.664        |
| <b>Total Saldos Deudores No Corrientes</b> | <b>1.317.644</b> |
| <b>Total Saldos Deudores</b>               | <b>7.974.308</b> |
| SALDOS ACREEDORES                          |                  |
| Hielogas S.A.                              | 133.121          |
| The Coca-Cola Export Uruguay               | 5.209.232        |
| Ribereña S.A.                              | 1.267            |
| <b>Total Saldos Acreedores</b>             | <b>5.343.620</b> |

Al cierre del ejercicio la empresa mantenía los presentes saldos con empresas vinculadas.

## 9. BIENES DE USO

| Tipo de Bien           | Años de Vida Útil |
|------------------------|-------------------|
| Mejoras en Terrenos    | 20                |
| Edificios              | 35                |
| Maquinaria y Equipo    | 12                |
| Muebles y Útiles       | 10 y 15           |
| Autos y Camionetas     | 5                 |
| Equipos de Computación | 6                 |
| Equipos Dispensadores  | 9 y 12            |
| Heladeras              | 10, 12 y 16       |

Los Bienes de Uso cuyo detalle y evolución en el ejercicio se muestran en el Anexo I, se valoraron al costo de adquisición o de construcción, los cuales incluyen la capitalización de intereses efectuada durante el ejercicio por \$ 8346. A dicho valor se le dedujo la Depreciación Acumulada, calculada a tasas constantes en base a la vida útil estimada de los mismos, las cuales se ajustan al siguiente detalle adjunto.

En todos los casos, los importes se han expresado de acuerdo a los establecido en la Nota 3.2 y los montos resultantes no exceden, en general, los valores que se espera recuperar como consecuencia de su uso.

La ganancia generada por la venta de Bienes de Uso, debidamente ajustada, se contabilizó dentro del capítulo Resultados Extraordinarios.

## 10. ENVASES

Los Envases que a la fecha de cierre del ejercicio se encontraban en Planta, se valoraron al costo de adquisición o al valor del depósito de señas del momento de su reingreso del mercado, en ambos casos, corregido monetariamente en función del criterio establecido en la Nota 3.2. Por su parte, las Botellas y Cajones que estaban en el Mercado se valoraron a los precios corrientes de señas de envases vigentes al 31 de Diciembre de 1993.

En ocasión de la transferencia de envases en Planta al Mercado, su valor contable se reduce a los precios corrientes de señas vigentes en esa oportunidad, que en general ha venido siendo inferior al valor contable debido a razones comerciales, volcándose dicho importe a cuentas de gastos.

Los Envases no se deprecian contablemente y se dan de baja en función de la cantidad real de botellas y cajones que rompen o se inutilizan en la Planta, adicionándose dicho monto al Costo de los Bienes Vendidos en el Estado de Resultados. Los costos de los consumos, tanto

según los criterios descritos en la Nota 3.2.

## 11. INTANGIBLES

El saldo del capítulo Intangibles está compuesto por aquellos gastos cuyo efecto trasciende el ejercicio corriente. Para su valuación, se ajustaron los montos originales de acuerdo al criterio general de ajuste detallado en la Nota 3.2. Su evolución durante el ejercicio, se presenta en el Anexo I.

La empresa considera que serán recuperables de los ingresos provenientes de futuras ventas derivadas de estos desembolsos previos.

## 12. DEPOSITOS POR ENVASE

El saldo de Depósitos por Envases representa el pasivo que la sociedad tenía a la fecha de cierre con sus clientes, por concepto de todas las señas recibidas como contrapartida de los envases entregados por la empresa. Su saldo representa la cantidad total de Botellas y Cajones en el Mercado a la fecha de cierre del ejercicio, calculados al correspondiente valor de seña.

## 13. DEUDA A CORTO PLAZO

|  | US\$             | \$ y equivalente en \$ de la ME |
|--|------------------|---------------------------------|
| Porción Corriente Deuda a Largo Plazo      | 1.325.016        |                                 |
| Vales bancarios en ME                      | 118.667          |                                 |
| Intereses a pagar                          | 25.728           |                                 |
| <b>Total en Moneda Extranjera</b>          | <b>1.469.411</b> | <b>6.491.855</b>                |
| Vales bancarios en Moneda Nacional         |                  | 11.000.000                      |
| Intereses a pagar                          |                  | 103.893                         |
| <b>Total en Moneda Nacional</b>            |                  | <b>11.103.893</b>               |
| <b>Total Deudas Financieras Corrientes</b> |                  | <b>17.595.748</b>               |

Las deudas financieras corrientes se componen de vales que la sociedad mantenía al cierre del ejercicio con instituciones financieras que operan en Uruguay, y de la porción corriente de las deudas financieras a largo plazo según el detalle adjunto.

## 14. DEUDA A LARGO PLAZO

|   | US\$             |
|---|------------------|
| Vencimiento a 2 años                          | 1.095.670        |
| Vencimiento a 3 años                          | 127.737          |
| Vencimiento a 4 años                          | 116.854          |
| Vencimiento a 5 años                          | 45.000           |
| <b>Total Deudas Financieras no Corrientes</b> | <b>1.385.261</b> |
| <b>Equivalente en Moneda Nacional</b>         | <b>6.120.085</b> |

Las obligaciones financieras a largo plazo son todas en dólares estadounidenses y fueron originadas por la compra de maquinaria y equipos en el exterior. En el cuadro se resumen las deudas ordenadas por año de vencimiento:

## 15. POSICION EN MONEDA EXTRANJERA

| ACTIVO   | US\$             |
|--|------------------|
| Créditos Corrientes                              | 139.862          |
| <b>Total Activo</b>                              | <b>139.862</b>   |
| PASIVO   |                  |
| Deudas Financieras Corrientes                    | 1.469.411        |
| Deudas Comerciales Corrientes                    | 1.624.624        |
| <b>Total Pasivo Corriente</b>                    | <b>3.094.035</b> |
| Deudas Financieras No Corrientes                 | 1.385.261        |
| <b>Total Pasivo</b>                              | <b>4.479.296</b> |
| <b>Posición Neta Pasiva en Moneda Extranjera</b> | <b>4.339.427</b> |

Los activos en dólares estadounidenses fueron convertidos en pesos uruguayos a la cotización de US\$ 1 = \$ 4,416 la cual equivale al tipo de cambio comprador vigente a la fecha del cierre del ejercicio, mientras los pasivos en dólares estadounidenses fueron valuados al tipo de cambio de US\$ 1 = \$ 4,418, equivalente a la cotización del mercado vendedor a la misma fecha.

Las cuentas en dólares estadounidenses incluidas en los Estados Contables, son las detalladas en el cuadro.

## **16. EXPOSICION DE LAS CUENTAS DE PATRIMONIO**

---

Para la determinación del resultado del ejercicio, se consideró al patrimonio de acuerdo a lo establecido en la Nota 3.2. A los efectos de su exposición, el Capital de la sociedad y el monto de las Reservas se presentan por su valor nominal, asignándose la diferencia entre dichos saldos y los montos reexpresados en moneda de cierre, a la cuenta Ajustes al Patrimonio (Reexpresiones Contables - Anexo II).

El resultado neto del ejercicio corriente está reexpresado en moneda de poder adquisitivo del momento de cierre. El capital social, las reservas libres, afectadas y legales, así como los dividendos pagados, tanto al inicio como al fin del ejercicio, se presentan en los Estados de Situación Patrimonial y de Evolución del Patrimonio, por lo cual no han sido reexpresados a moneda de cierre de acuerdo a la norma general de ajuste. La diferencia entre los valores nominales y ajustados, se presenta dentro del rubro Ajustes al Patrimonio (Reexpresiones Contables - Anexo II).

En el Estado de Origen y Aplicación de Fondos (Anexo III) en cambio, los montos pagados por concepto de dividendos se presentan expresados a moneda de poder adquisitivo de cierre de ejercicio.

## **17. CAPITAL SOCIAL**

---

El capital autorizado de la sociedad fue fijado en \$ 126.720.000 de acuerdo a lo resuelto por la Asamblea Extraordinaria de Accionistas celebrada el 29 de noviembre de 1991 y ratificada en Asamblea Extraordinaria del 10 de marzo de 1992. A la fecha de cierre el capital emitido e integrado asciende a \$ 48.000.000. El aumento del capital integrado efectuado durante el ejercicio finalizado el 31 de diciembre de 1993 se realizó mediante la capitalización de reservas y de ajustes al patrimonio, de acuerdo a lo resuelto por el Directorio de la sociedad y cuyo detalle se muestra en el Anexo II.

## **18. RESERVAS**

---

Las reservas fueron creadas en concordancia con las disposiciones legales y estatutarias, y de acuerdo con las respectivas decisiones tomadas en Asamblea de Accionistas o por el Directorio.

La reserva legal, cuyo saldo al cierre del ejercicio asciende a \$ 960.000, corresponde al 20% del capital integrado al cierre del ejercicio anterior que ascendía a \$ 4.800.000 y fue efectuada en cumplimiento de lo dispuesto por el artículo 93 de la Ley N° 16.060, no pudiendo dicho saldo ser distribuido a los accionistas.

Asimismo de acuerdo a la mencionada norma legal deberá destinarse a dicha reserva no menos del 5% de las utilidades netas del ejercicio.

# **INFORME DEL SINDICO**

---

## **A los Señores Accionistas de Montevideo Refrescos S.A.**

He recibido del Directorio de la sociedad la memoria, el inventario, el estado de situación patrimonial y los estados de resultados, de origen y aplicación de fondos y de evolución del patrimonio de Montevideo Refrescos S.A., con sus notas respectivas, preparados considerando las normas contables adecuadas en el Uruguay y el proyecto de distribución de utilidades por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 1993, para dar cumplimiento a lo dispuesto en el numeral 3, del artículo 402, de la Ley No. 16.060.

He efectuado un examen de los estados contables, obteniendo todas las explicaciones y aclaraciones que consideré necesarias.

En base a la labor desarrollada según lo establecido en los párrafos precedentes

estoy en condiciones de informar que los estados contables mencionados con sus notas preparadas considerando las normas adecuadas en el Uruguay, presentan razonablemente la situación económica y financiera de la sociedad y el resultado de sus operaciones, el origen y aplicación de fondos y la evolución de su patrimonio por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 1993.

En la preparación del proyecto de distribución de utilidades se ha considerado la disposición del artículo 93 de la Ley No. 16.060.

*Montevideo, 25 de marzo de 1994.*

*Ricardo Villarmarzo.  
Síndico.*

# **DICTAMEN DE LOS AUDITORES**

---

## **Al Directorio y Accionistas de Montevideo Refrescos S.A.**

Hemos auditado el estado de situación patrimonial de Montevideo Refrescos S.A. al 31 de diciembre de 1993 y los correspondientes estados de resultados, de origen y aplicación de fondos y de evolución del patrimonio por el ejercicio finalizado a esa fecha. Los estados contables mencionados son responsabilidad de la dirección de la empresa. Nuestra responsabilidad es expresar una opinión sobre dichos estados contables basados en nuestra auditoría.

Hemos conducido nuestra auditoría de acuerdo con normas de auditoría generalmente aceptadas. Estas normas requieren planear y efectuar la auditoría para obtener seguridad razonable respecto a si los estados contables están libres de errores significativos. Una auditoría incluye el examen, en base a pruebas selectivas, de evidencia que respalda los importes y exposiciones de los estados contables. Una auditoría también incluye la evaluación de las normas contables utilizadas y de las estimaciones significativas hechas por la gerencia, así como

la evaluación de la presentación de los estados contables en su conjunto. Consideramos que nuestra auditoría suministra una base razonable para nuestra opinión.

En nuestra opinión, los estados contables mencionados reflejan razonablemente, en todos los aspectos significativos, la situación patrimonial y financiera de Montevideo Refrescos S.A. al 31 de diciembre de 1993 y el resultado de sus operaciones por el ejercicio finalizado en esa fecha, de acuerdo con normas contables adecuadas en el Uruguay.

*Montevideo, 10 de marzo de 1994.*

*Ricardo Villarmarzo y Asociados.*

*Ernst & Young International.*